

LINGUÍSTICA COGNITIVA EM FOCO:  
*morfologia e semântica do português*

Maria Lucia Leitão de Almeida  
Rosângela Gomes Ferreira  
Diogo Pinheiro  
Janderson Lemos de Souza  
Carlos Alexandre Victorio Gonçalves  
(Organizadores)

Copyright© 2009 por Maria Lucia Leitão de Almeida  
Título Original: Linguística Cognitiva em foco: morfologia e semântica do português

Editor  
André Figueiredo

Editoração Eletrônica  
Luciana Lima de Albuquerque

Consultor Editorial  
Fernando Botto

**PUBLIT SOLUÇÕES EDITORIAIS**

Rua Miguel Lemos, 41 sala 605  
Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.071-000  
Telefone: (21) 2525-3936  
E-mail: editor@publit.com.br  
Endereço Eletrônico: www.publit.com.br

## PREFÁCIO

Desde a década de noventa, a Linguística Cognitiva (LC) vem ganhando terreno em vários centros de pesquisa internacionais, a partir de seus polos irradiadores norte-americanos (principalmente, *University of California*, em *Berkeley*, e *San Diego*).

No Brasil, embora as pesquisas na área tenham desencadeado a publicação de vários artigos em livros e periódicos brasileiros, a LC tem motivos especiais para comemorar com a publicação do presente livro. E são inúmeros.

Em primeiro lugar, o conjunto de publicações atualmente existentes ainda não faz jus ao enorme volume de conhecimentos referentes ao português brasileiro que já se acumulou na área, através de seus pesquisadores mais expressivos, como é o caso da Prof<sup>a</sup>. Maria Lucia Leitão de Almeida, e das pesquisas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado vinculadas a esses pesquisadores.

Sendo assim, o livro cumpre papel importante ao reunir quase uma década de pesquisas desenvolvidas no Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ, sob coordenação da Prof<sup>a</sup>. Maria Lucia e do Prof. Carlos Alexandre Gonçalves. Pesquisas que, como o título do livro indica, enfocam principalmente as áreas de morfologia e semântica. E, principalmente, em consonância com uma das principais premissas da área - a existência de pareamento entre forma e significado nas expressões linguísticas -, os capítulos abordam a articulação entre esses dois níveis de análise de forma rigorosa e inovadora.

Além disso, o livro abrange questões de extrema relevância para a descrição do português que têm se mostrado resistentes às abordagens tradicionais,

como a distinção entre polissemia/indeterminação, a flutuação categorial e estruturação morfológica de palavras, e para além das palavras, os compostos nominais, as mesclas lexicais e o papel desses recursos como bases da ironia. E o que é melhor: com o respaldo de um referencial teórico que explicita com clareza os mecanismos cognitivos que operam nos “bastidores da cognição”, a descrição de todos esses fenômenos permite generalizações explicativas unificadas e coerentes.

Não é difícil perceber, portanto, que a Linguística Cognitiva no Brasil só tem a ganhar com uma obra que trata das questões mencionadas acima com o detalhamento que merecem. Em especial, a Faculdade de Letras, o Departamento de Letras Vernáculas e o Departamento de Linguística só podem brindar com alegria um livro que reúne todo um programa investigativo – e instigante! - de pesquisas realizadas no âmbito da UFRJ.

Em particular, só tenho a agradecer o privilégio de ter mantido um contato profissional profícuo, amigável e construtivo com a Prof<sup>ª</sup>. Maria Lucia e o Prof. Carlos Alexandre, baseado em constantes interações e oportunidades de aprendizagem em bancas de mestrado, doutorado e qualificação, mesas-redondas em congressos nacionais e internacionais e de convívio privilegiado com seus alunos em meus cursos de pós-graduação, como é o caso de Rosângela Gomes Ferreira e Janderson Lemos de Souza, bem como a interação constante de meus orientandos com a Prof<sup>ª</sup>. Maria Lucia, que muito bem se evidencia na participação de Diogo Pinheiro na organização deste livro. Some-se a isso a oportunidade compartilhada de intercâmbio internacional com a Prof<sup>ª</sup>. Hanna Batoréo, da Universidade Aberta de Lisboa, cuja contribuição neste livro traz à luz a extrema pertinência da análise contrastiva entre o português europeu e o português brasileiro sob a ótica da Linguística Cognitiva.

Para finalizar, devo dizer que, ao receber o convite para escrever este prefácio, ganhei muito mais do que o acesso em primeira-mão ao registro das pesquisas aqui reunidas (e isso já seria muito!). Pude também confirmar algo que tenho tido oportunidade de constatar em meu percurso acadêmico: são as pequenas rotinas cotidianas de pesquisa e os diálogos constantes e autênticos com alunos e colegas que, de fato, rendem bons frutos.

*Lilian Ferrari*  
*Departamento de Linguística*  
*UFRJ*

## APRESENTAÇÃO

*Quando está frio no tempo do frio, para mim é como se estivesse agradável, / Porque para o meu ser / adequado à existência das cousas / O natural é o agradável só por ser natural.*

*(Alberto Caeiro)*

### Palavras iniciais

O presente livro é fruto de trabalho desenvolvido, ao longo de anos, na sala D01 do prédio da Faculdade de Letras na Ilha do Fundão. E foi nascendo muito agradavelmente, à moda de Caeiro, em epígrafe, da interação espontânea entre as pesquisas desenvolvidas pelo Carlos<sup>1</sup> e por mim, tanto as nossas individuais quanto as que orientávamos.

Em princípio, nada em comum entre as abordagens teóricas que adotávamos: as dele, caracteristicamente formalistas e aplicadas com o rigor e o capricho que lhes são peculiares<sup>2</sup>, e as minhas, voltadas para a semântica, na perspectiva da Linguística Cognitiva, realizadas principalmente com foco em fenômenos sintáticos.

Mas, de palpite em palpite, começamos a perceber que problemas morfológicos poderiam ser explicados via uma abordagem que incluísse o componente semântico como parte dos aspectos formais. Dissertações e teses

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

<sup>2</sup> Veja-se, como exemplo, o livro *O continuum flexão / derivação*, de sua autoria.

passaram a ser orientadas em dupla, bem como artigos assinados em conjunto, e o NEMP (Núcleo de Estudos em Morfossemânticos do Português) foi se formando. Difícil estabelecer a data de formação. Por seu caráter histórico, passo a acreditar que o grupo de pesquisa nasceu em 2003, quando registrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq.

Faz parte dessa história também a Lilian<sup>3</sup>, companheira de jornada nos meandros da Linguística Cognitiva, interlocutora constante, parceira de inúmeras bancas de dissertações e teses, e mesas em congressos da área, e que, gentilmente, assina o prefácio do livro.

Acompanhando o NEMP, do outro lado do Atlântico, a professora Hanna Batoró<sup>4</sup>, com quem mantemos produtiva troca acadêmica, seja em relação de co-orientação, como no caso da tese de doutorado de Patrícia Álvaro, seja em inúmeros congressos em que participamos também da mesma mesa redonda. Tal se reflete igualmente em seus artigos, como em “Como não por o pé em ramo verde”, de 2007, em que a autora estabelece interessante diálogo com a rede polissêmica que Carlos e eu desenvolvemos para dar conta da polissemia do sufixo -eiro<sup>5</sup>, bem como na composição de estruturas de simpósios, como o II SIMELP (outubro de 2009) e de congressos, como o Congresso Internacional da Universidade de Beira Interior (outubro de 2009), em que partilhamos mesa plenária com estudos sobre aspectos contrastivos entre o léxico do PE e do PB. O texto por ela apresentado, em co-autoria com Margarida Casadinho, em que analisa o verbo “botar” nas duas variantes, é capítulo deste livro.

Os (atuais) alunos de doutorado e mestrado que organizaram o livro conosco, comigo e com o Carlos, lado a lado, partilhando as mesmas inquietações, são companheiros há diferentes tempos, mas com o mesmo grau de integração. Diogo Pinheiro, que desde a graduação abraçou a Linguística Cognitiva, sempre me brindou com sua amizade, e a ele muito agradeço o empenho com que cumpriu não só as suas próprias tarefas, mas também todas as outras que precisavam ser feitas. Rosângela Gomes Ferreira, minha sempre presente, dedicada e estudiosa Rô, que, junto com o Diogo, fez o livro

---

<sup>3</sup> Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lilian Ferrari, professora do Departamento de Linguística da UFRJ e pesquisadora do CNPq.

<sup>4</sup> Professora com agregação da Universidade Aberta de Lisboa e pesquisadora de Linguística Cognitiva.

<sup>5</sup> Artigo publicado em *Linguística* (Revista do Programa de pós-graduação em Linguística da UFRJ), em 2005.

“acontecer”. Aos dois, principalmente, devemos a consecução do objetivo a que nos propusemos. Faz parte do time da organização, também, o Janderson Lemos de Souza, que contribuiu muito não só com a leitura crítica de diversos capítulos como também na organização e revisão minuciosa da bibliografia final.

Um agradecimento especial para a Lilian Furtado, que se integrou ao projeto e fez a revisão de todos os capítulos e para a Kátia Emmerick, que fez cuidadosa leitura final do capítulo teórico.

Por fim, vale lembrar que os autores de todos os capítulos são “nempistas”, seja trabalhando mais diretamente com o Carlos, seja mais comigo, ou ainda amigos de longa data, como a Sandra, ou já doutores, como Mauro, Patrícia e Mônica.

E foi assim, desse processo de trabalho e integração, ao modo natural do NEMP, que surgiu o atual livro: vimos que já havia um conjunto considerável de trabalhos decorrentes de nossas atividades, com consistência suficiente para serem publicados. E aí, eles estão.

## **O livro: objetivos, conteúdo e organização**

Este é tipicamente um livro do Setor de Língua Portuguesa. Suas preocupações e problemas se encerram no convívio diário com as questões analítico-descritivas da língua: como tratar o particípio passado, a parassíntese, a vogal temática? Pode-se descrever a ironia e recursos escalares? São possíveis generalizações para produções linguísticas que podem ser fugazes, como os cruzamentos vocabulares? E, como entender a produtividade lexical e possíveis esvaziamentos semânticos? Essas, dentre outras similares, são as perguntas que orientam as pesquisas apresentadas nos capítulos.

Para tratar os diversos fenômenos, foi tomada como abordagem teórica fundamental a Linguística Cognitiva. Então, o livro se organiza em duas distintas partes: a primeira teórica e a segunda, de análise.

O capítulo inicial – **Palavras sobre a teoria** – seleciona as principais questões teóricas que envolvem a perspectiva epistemológica da teoria, as principais bases de conhecimento utilizadas para as atividades de conceptualização, os processos cognitivos responsáveis pelos fenômenos lingüísticos analisados e o modelo de Construção Gramatical. Este último, embora pouco utilizado diretamente nas análises, encontra-se descrito, já que grande parte dos trabalhos pressupõe o conceito de “construção gramatical”.

O segundo bloco do livro, composto de análises, apresenta quatro capítulos, em que se encontram estudos cujo centro é sempre a palavra (não fosse esse um livro também de morfologia), analisada sob diferentes ângulos.

Assim é que na parte II – **Palavras polissêmicas** –, Hanna Batoréo e Diogo Pinheiro descrevem, bastante diferentemente, fenômenos que abordam a polissemia de itens lexicais.

Hanna Batoréo contrasta a alta produtividade do verbo “botar” na variante europeia do português face a sua baixa frequência de uso no português brasileiro. Já Diogo Pinheiro debruça-se sobre o *ter* pleno (não-auxiliar e não-modal) no PB contemporâneo, buscando traçar uma rede polissêmica capaz de apreender seus diversos significados.

A parte III – **Flutuação Categorical das Palavras** – traz uma instigante e inovadora análise de Vítor de Moura Vivas, que observa a instabilidade categorial do participio passado no português (ora verbo, ora substantivo, ora adjetivo). A oscilação entre categorias é o assunto também do artigo de Patrícia Teles Álvaro que analisa as várias possibilidades de ocorrência do item “até”, ocasião em que retoma o clássico estudo de Ducrot & Ascombre e propõe um novo tratamento para a noção de escala.

Na parte IV – **Estruturação Morfológica das Palavras** – estão os estudos que abordam fenômenos morfológicos tradicionais, para os quais é proposto um novo olhar.

Mauro José Rocha do Nascimento revê a questão da vogal temática nominal e propõe que haja relação com o gênero; Carlos Alexandre Gonçalves, Aldo Oliveira Baptista Jr., Bruna Fernanda Ferreira Cândido e Rachel Souza Alves Vieira verificam que o processo de formação de palavras por meio de acréscimo do sufixo – ão, na realidade, codifica noções que vão além do aumentativo e se organizam em estrutura radial. Já a análise empreendida por Caio Cesar Castro da Silva, Ana Carolina Mrad de Moura Valente, Carlos Alexandre Gonçalves e Maria Lucia Leitão de Almeida demonstra o percurso histórico das formações parassintéticas A-X-ECER e E/N/-X-ECER, focalizando questões de produtividade e polissemia.

No capítulo **A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento: duas análises possíveis**, Janderson Lemos de Souza demonstra que as nominalizações não passam por extensão de sentido depois de criadas, mas sim que são formas especializadas que promovem diferentes categorizações.

A parte final do livro, **Para além das palavras**, lança luz sobre a articulação de hipóteses e princípios da Linguística Cognitiva com fenômenos lexicais.

Então, Maria Lucia Leitão de Almeida, Rosângela Gomes Ferreira, Diogo Pinheiro, Neide Higino e Mateus Odorisi evidenciam a hipótese de corporificação da gramática por meio de análise de lexias compostas com “cabeça”, “mão” e “pé”. Já a análise de Danielle Pizzorno & Kátia Emmerick, sobre *blendings* lexicais, diferentemente de muitos trabalhos sobre o assunto, focaliza a questão interpretativa e pragmática. Assim, as autoras analisam os processos semânticos que subjazem a essas construções na língua portuguesa, indicando que a referência promovida por um cruzamento vocabular é absolutamente recuperável a depender do contexto em que se encontra. André Faria evidencia o papel da cultura na formação de novas palavras, evidências de categorização em que os modelos cognitivos idealizados são determinantes. Finalmente, Mônica Alvarez mostra como a construção da ironia pode se dar por meio de *blendings* lexicais.

*Maria Lucia Leitão de Almeida*



# SUMÁRIO

## Parte I

### Palavras sobre a teoria

Capítulo 1 – Breve introdução à Linguística Cognitiva .....	15
<i>Maria Lucia Leitão de Almeida</i>	
<i>Diogo Pinheiro</i>	
<i>Janderson Lemos de Souza</i>	
<i>Mauro José Rocha do Nascimento</i>	
<i>Sandra Pereira Bernardo</i>	

## Parte II

### Palavras polissêmicas

Capítulo 2 – «Botar ou não botar ... eis a questão» Produtividade lexical do verbo espacial ‘botar’ no Português Europeu (PE) e no Português do Brasil (PB) na óptica da Linguística Cognitiva .....	53
<i>Hanna J. Batoréo</i>	
<i>Margarida Casadinbo</i>	
Capítulo 3 – Indeterminação ou polissemia? A rede semântica do verbo ter no português brasileiro .....	67
<i>Diogo Pinheiro</i>	

## Parte III

### Flutuação categorial das palavras

Capítulo 4 – A instabilidade categorial do particípio passado: uma visão cognitivista .....	89
<i>Vítor de Moura Vivas</i>	
Capítulo 5 – Até: de preposição a operador escalar .....	107
<i>Patricia Teles Avaro</i>	

## Parte IV

### Estruturação morfológica das palavras

Capítulo 6 – Vogal temática nominal e gênero no português .....	123
<i>Mauro José Rocha do Nascimento</i>	
Capítulo 7 – Para uma estrutura radial das construções x-ão do português do Brasil .....	141
<i>Carlos Alexandre Gonçalves</i>	
<i>Aldo Oliveira Baptista Jr.</i>	
<i>Bruna Fernanda Ferreira Cândido</i>	
<i>Rachel Souza Alves Vieira</i> .....	141

Capítulo 8 – Percurso histórico das formações parassintéticas a-x-ecer e e/n/-x-ecer: produtividade e polissemia .....	157
<i>Caio Cesar Castro da Silva</i>	
<i>Ana Carolina Mrad de Moura Valente</i>	
<i>Carlos Alexandre Gonçalves</i>	
<i>Maria Lúcia Leitão de Almeida</i>	

Capítulo 9 – A distribuição semântica dos substantivos deverbais em -ção e -mento: duas análises possíveis .....	167
<i>Janderson Lemos de Souza</i>	

**Parte V**  
**Para além das palavras**

Capítulo 10 – A hipótese de corporificação da categorização e do léxico .....	187
<i>Maria Lucia Leitão de Almeida</i>	
<i>Rosângela Gomes Ferreira</i>	
<i>Diogo Oliveira R. Pinheiro</i>	
<i>Neide Higino da Silva</i>	
<i>Matheus Odorizi Marques</i>	

Capítulo 11 – Formação de compostos nominais de base livre do PB .....	205
<i>André Luiz Faria</i>	

Capítulo 12 – Análise semântico-cognitiva para as mesclas lexicais do português do Brasil .....	219
<i>Daniele M. Pizzorno</i>	
<i>Katia Emmerick Andrade</i>	

Capítulo 13 – As rotinas cognitivas e a estrutura do enunciado irônico .....	235
<i>Monica Alvarez Gomes das Neves</i>	

Capítulo 14 – Sentido do verbo <i>olhar</i> nas construções de movimento causado presumido <i>olha só, aqui, ali, lá</i> .....	249
<i>Sandra Bernardo</i>	

Referências Bibliográficas .....	271
----------------------------------	-----

Os autores .....	289
------------------	-----

---

**Parte I**  
**Palavras sobre a teoria**



## Capítulo 1

### BREVE INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA COGNITIVA

*Maria Lucia Leitão de Almeida*

*Diogo Pinheiro*

*Janderson Lemos de Souza*

*Mauro José Rocha do Nascimento*

*Sandra Pereira Bernardo*

Este capítulo traz uma introdução à empreitada intelectual hoje conhecida como Linguística Cognitiva (LC). O objetivo aqui é apresentar seus principais conceitos e ferramentas teóricas, a fim de permitir que o leitor explore os estudos descritivos reunidos neste volume. Por essa razão, optamos por não problematizar os pontos controversos. Nos casos em que consideramos útil pontuar o texto com comentários mais aprofundados ou sugestões bibliográficas, isso foi feito nas notas de rodapé.

Caso se queira estabelecer uma “data de nascimento” oficial para a LC, é possível pensar no ano de 1989 – quando foi realizada a Primeira Conferência Internacional de Linguística Cognitiva. Nesse evento, decidiu-se pela criação da ICLA (International Cognitive Linguistics Association) e se anunciou o lançamento do periódico *Cognitive Linguistics*, cujo primeiro número veio à luz em 1990. Trata-se, portanto, do evento que marca a institucionalização da LC e transforma o empreendimento, nas palavras de um dos seus principais nomes, em um “movimento autoconsciente” (LANGACKER, 1991b: ix).

Não foi gratuita a qualificação da LC como um “movimento”, “empreitada” ou “empreendimento”, em vez do mais usual “teoria”. De fato, já se tornou

lugar-comum afirmar que a LC não constitui um corpo teórico unificado e claramente delimitado. É nesse sentido que Geeraerts (2006: 2) prefere recorrer à metáfora do arquipélago. Para o autor, o arcabouço cognitivista seria o resultado de um conjunto de posições teóricas mais ou menos afins. Diante desse quadro, porém, é natural que o leitor se pergunte: afinal, que traço, se algum, irmana essas diversas ilhas teóricas em um arquipélago?

Acreditamos que uma resposta adequada deva ter como ponto de partida a *hipótese da motivação conceptual da gramática*, segundo a qual fenômenos léxico-gramaticais devem ser explicados a partir de mecanismos cognitivos mais gerais. O alvo aqui, está claro, é a crença gerativista em uma faculdade da linguagem autônoma. Ao rejeitar essa crença, a LC se compromete com um pressuposto e dois corolários. O pressuposto, a rigor uma aposta filosófica de espessura apreciável, é o de que a estrutura léxico-gramatical das línguas naturais em alguma medida *reflete* a estrutura do pensamento.

Quanto aos corolários, são os seguintes. Em primeiro lugar, assume-se que representação do “conhecimento de mundo” não será fundamentalmente diferente da representação semântica; em segundo lugar, defende-se que processos que operam em outros sistemas cognitivos – por exemplo, mecanismos de categorização ou de atenção – deverão repercutir no funcionamento da gramática.

O primeiro corolário contribui para borrar as fronteiras entre semântica e pragmática, ou entre conhecimento linguístico e conhecimento enciclopédico. A suposição da existência de um significado estritamente linguístico é substituída pela ideia de que palavras atuam como sinais capazes de ativar ou iluminar alguma parcela do nosso arcabouço conceptual. Do ponto de vista programático, a demanda gerada por essa sugestão é clara: torna-se necessário investigar a estrutura desse arcabouço conceptual, a fim de que se entenda de que maneira estão organizadas as informações que compõem o tal “conhecimento de mundo”. O segundo corolário produz uma exigência análoga: a de que se conheça o funcionamento dos tais processos cognitivos gerais que motivam os fenômenos gramaticais.

Juntos, esses corolários levaram à consolidação de uma *semântica cognitiva*, teoria que se socorre crucialmente do vasto arsenal teórico desenvolvido (ou importado, via psicologia cognitiva) pela LC para levar a cabo a tarefa de descrever e explicar a semântica das línguas naturais. Ao mesmo tempo, porém, sentiu-se a necessidade de ir além, incorporando esses instrumentos a

um *modelo de descrição gramatical* que fosse mais adequado à centralidade atribuída ao significado dentro de uma perspectiva cognitivista.

Nesse movimento, a LC adotou uma concepção de gramática que se afasta muito da imagem construída pelos pesquisadores alinhados à teoria gerativa. Nessa nova concepção, a gramática é entendida, fundamentalmente, como uma rede de unidades simbólicas. Tais unidades, chamadas de *construções gramaticais*, se caracterizam por apresentar um polo formal associado a um polo semântico/pragmático/discursivo/funcional. Ao modelo descritivo baseado nessa hipótese, chama-se *Gramática das Construções*.

Diante desse quadro, este capítulo se organiza em quatro grandes seções. Se a primeira delas procura situar epistemologicamente a LC, as duas seções seguintes apresentam alguns dos instrumentos descritivos empregados pela LC para dar conta, respectivamente, do nosso conhecimento de mundo e dos processos cognitivos gerais. A última seção, por fim, expõe as linhas gerais da Gramática das Construções.

## **Diretrizes epistemológicas da Linguística Cognitiva**

A Linguística Cognitiva constitui um novo capítulo na história do pensamento sobre a linguagem, que se desdobra em duas direções: se, de um lado, é mentalista e representacionista como a Linguística Gerativa, de outro, não é universalista como esta, dado o compromisso com a **Hipótese da Corporificação** (*Embodiment Hypothesis*), que a torna relativista e dirige seu programa de pesquisa à conceptualização que cada língua natural representa. A Hipótese da Corporificação constitui uma alternativa à Hipótese Inatista, segundo a qual a linguagem é concebida como cálculo e a mente presta contas unicamente à programação genética que permite à espécie humana adquirir qualquer língua natural. Em vez de um cálculo realizado em tempo infinitesimal a partir de uma gramática econômica e gerativa, a linguagem passa a ser concebida, a partir da Hipótese da Corporificação, como o reflexo da experiência do corpo no mundo real.

Tal concepção de linguagem não deve ser confundida com a perspectiva realista, segundo o qual o significado é uma parcela do real, já que esta entende que a linguagem espelha o real sem qualquer mediação humana. O estatuto ontológico do real é pressuposto, e a linguagem é concebida como um espelho desse real dado, pronto, metafísico. Também não deve ser confundida

com a perspectiva mentalista clássica, segundo a qual o significado é uma imagem mental estável representada na mente como entidade não somente alheia à existência de um corpo, como também insensível à condição situada do corpo numa cultura, num tempo, numa sociedade, num ponto do globo e em tudo mais que seja contingente, circunstancial, imprevisível algoritmicamente. A Hipótese da Corporificação finalmente atribui corpo ao sujeito cognoscente e ressalta o papel de sua experiência no mundo na tessitura das línguas humanas. Daí se falar de mente corporificada ao se tratar de Linguística Cognitiva, em oposição à mente idealizada ao se tratar do mentalismo, em geral, e da Linguística Gerativa, em particular.

Tal concepção partilha com o realismo clássico o pressuposto da existência do mundo real, mas difere dele ao entender que a realidade é mais que simplesmente coerência interna, que essa mesma realidade impõe restrições aos conceitos e que existem conhecimentos de mundo estáveis (Lakoff, 1987: xv).

Diferentemente do realismo instituído pela tradição filosófica, a LC confere papel crucial ao corpo, com suas experiências, para a formação da gramática das línguas naturais. Nessa perspectiva, o raciocínio tem dupla natureza, individual e coletiva, porque baseado na herança genética, na natureza do ambiente circundante, no modo de se atuar sobre ele e também nas especificidades das leis sociais de cada um.

Aos críticos da Linguística Cognitiva, essa configuração parece inconsistente. No entanto, a proposta é exatamente conciliar as dimensões mental, situada na realidade, cognoscente e específica de cada comunidade linguística, em geral, e de cada falante, em particular.

A LC também dialoga com a história do pensamento sobre a linguagem, *ex illo tempore*, no que tem de marcado pela influência da Filosofia Antiga, nomeadamente a de Aristóteles. Grosso modo, pode-se dizer que a concepção de linguagem que herdamos do *corpus aristotelicum* consiste em atribuir à linguagem, primordialmente, a função de descrever o real, ou função lógica, e, secundariamente, a função de convencer, ou função retórica, e a função de produzir arte, ou função poética. A função lógica se realiza quando se dá às coisas o nome que elas têm, no que se distingue das demais, em que se dá a uma coisa o nome de outra coisa, expediente chamado metáfora. E os enunciados em que se verifica a função lógica da linguagem se caracterizam pelo atendimento ao princípio de não-contradição, ou da contradição excluída, segundo Tugendhat & Wolf (1996: 45), e ao seu corolário, o princípio do terceiro excluído.

*A formulação clássica do princípio da contradição dada por Aristóteles é a seguinte: “É impossível que um e o mesmo (predicado) se aplique e não se aplique, sob o mesmo aspecto e ao mesmo tempo, a um e ao mesmo (sujeito).”*

Os princípios da não-contradição e do terceiro excluído constituem, para Aristóteles, os fundamentos da realidade e, em decorrência, da linguagem. Por essa razão, não exigem fundamento, ou tal fundamento também teria de ser fundamentado, num regresso infinito.

Na história do pensamento sobre a linguagem, esses princípios se fazem sentir na categorização de expressões linguísticas, sempre consideradas como pertencentes a uma classe ou a outra, e de operações linguísticas, sempre consideradas como pertencentes a uma ou outra categoria estanque. Com a adoção da teoria dos protótipos, que apresentaremos adiante, a LC rompe com uma tradição de descrição do significado como primordialmente literal e excepcionalmente figurado, do significado figurado como concernente à literatura em forma de *tropos* ou figuras de linguagem e do significado linguístico como isolável e suficiente em relação ao significado enciclopédico. A ruptura promovida pela LC se dá, portanto, em relação aos três legados aristotélicos: o da categorização em termos de “é ou não é”, o da isolabilidade e primazia do literal sobre o figurado e o da isolabilidade e primazia do linguístico sobre o enciclopédico. E a relação entre o literal e o figurado defendida pela LC é não somente de não-isolabilidade entre um e outro, como de supremacia do figurado sobre o literal, na realidade mais bem entendido como sentido básico.

Da mesma forma, a relação entre o linguístico e o enciclopédico defendida pela LC é de não-isolabilidade entre um e outro e de predomínio do enciclopédico sobre o linguístico:

*A distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento linguístico e extralinguístico) é altamente artificial, e a única concepção viável da semântica é uma que evite falsas dicotomias como essas e conseqüentemente seja de natureza **enciclopédica**.* (LANGACKER, 1987: 154)

A distinção entre significado linguístico e significado enciclopédico mais uma vez remete ao realismo, na medida em que deriva da distinção entre propriedades essenciais e propriedades acidentais do real e, conseqüentemente, da linguagem. O acervo de significados linguísticos constitui o conceito **dicionário**, enquanto o acervo de significados enciclopédicos constitui o conceito **enciclopédia**:

*A enciclopédia é um postulado semiótico. Não no sentido de que não seja uma realidade semiótica: ela é o conjunto registrado de todas as interpretações, concebíveis objetivamente como a biblioteca das bibliotecas, onde uma biblioteca é também um arquivo de toda a informação não verbal de algum modo registrada, das pinturas rupestres às cinematecas. Mas deve permanecer um postulado porque de fato não é descritível na sua totalidade. As razões por que não é descritível são várias: a série das interpretações é indefinida e materialmente inclassificável; a enciclopédia como totalidade das interpretações contempla também interpretações contraditórias; a atividade textual que se elabora com base na enciclopédia, agindo sobre suas contradições e introduzindo nela continuamente novas segmentações do continuum, também com base em experiências progressivas, transforma com o tempo a enciclopédia, de modo que uma sua ideal representação global, se em algum caso fosse possível, seria já infiel no momento em que estivesse terminada; enfim, a enciclopédia como sistema objetivo das suas interpretações é 'possuída' de maneira diferente por seus diferentes usuários. (ECO, 1991: 113)*

A perspectiva instituída pela LC convida, portanto, a estranhar mais uma verdade estabelecida pela história recente da Linguística. Assim como se aprendeu a distinguir entre semântica e pragmática, entre léxico e gramática, entre competência e desempenho, é preciso agora estranhar todas essas e outras distinções sustentadas no pressuposto de que a demarcação entre os terrenos é clara e de que o sujeito cognoscente é irrelevante para a concepção de significado. Portanto, a lógica segundo a qual o significado linguístico consiste no escopo da Semântica por ser universal e licenciador de usos que o refletem é a mesma segundo a qual o significado enciclopédico consiste no escopo da Pragmática por ser contingente e contextual, por vezes soterrando o significado linguístico a que se sobrepõe.

Romper com essa lógica é romper com a teoria linguística em sua quase totalidade e exige a recuperação de alguns de seus capítulos para serem relidos com outra lente. No que diz respeito à oposição entre significado linguístico e significado enciclopédico, a razão da concepção de significado como “de natureza enciclopédica” pode ser enunciada de maneira desconcertantemente simples:

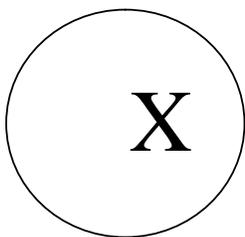
*(...) o modo como pensamos quando fazemos exercícios de lógica (atividade recomendável), e o modo como respondemos a um exame de zoologia para o qual nos preparamos mnemonicamente, sem entender o que estamos falando (atitude criticável), não é o modo como raciocinamos para entender as palavras que usamos e os conceitos que lhes correspondem (...) (ECO, 1998: 196).*

## A organização do conhecimento de mundo

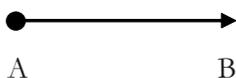
A seção anterior delineou um panorama geral das posições filosóficas adotadas pela LC. A partir de agora, o objetivo é apresentar, concretamente, os instrumentos teóricos que integram a chamada *semântica cognitiva*. Para isso, começamos do ponto onde paramos acima: a recusa veemente da distinção entre significado linguístico e significado enciclopédico. Sob essa perspectiva, um modelo de descrição semântica deverá incluir, entre as suas categorias de análise, estruturas capazes de capturar a organização do nosso conhecimento de mundo. Na semântica cognitiva, essas estruturas podem ser divididas, ainda que com alguma simplificação inevitável, em dois grandes tipos: de um lado, os **esquemas imagéticos** (EIs); de outro, **frames** e **modelos cognitivos idealizados** (MCIs).

### *Esquemas imagéticos*

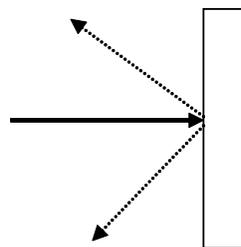
Nas palavras de Gibbs & Colston (1995: 347), os esquemas imagéticos são “gestalts experienciais [...] que emergem a partir da atividade sensório-motora, conforme manipulamos objetos, nos orientamos espacial e temporalmente e direcionamos nosso foco perceptual com diferentes propósitos”. Trata-se, portanto, de esquemas mentais que codificam padrões espaciais e relações de força que identificamos em nossa interação com o ambiente ao redor. A título de ilustração, representamos abaixo os esquemas do *contêiner*, do *percurso* e do *bloqueio*.



**Figura 1:** Esquema do contêiner



**Figura 2:** Esquema do percurso



**Figura 3:** Esquema do bloqueio

O conceito de EI tem se revelado extremamente produtivo na seara da descrição gramatical. Em estudo hoje clássico, Sweetser (1990) mostra em

detalhes de que maneira essas estruturas permitem explicar a polissemia dos verbos modais em inglês. Estamos falando de uma alternância regular entre a modalidade raiz, ligada ao domínio sociofísico, e a modalidade epistêmica, associada aos processos de raciocínio. É o que se vê nos exemplos abaixo:

- (1) a. John may go.  
b. John may be there.
- (2) a. You must come home by ten. (Mom said so).  
b. You must have been home last night.

O trabalho de Sweetser apresenta uma explicação unificada para os usos raiz (1a e 2a), ligados ao domínio sociofísico, e os usos epistêmicos de (1b) e (2b), associados aos modos de raciocínio. A autora mostra de que maneira essa explicação deve se fundamentar, crucialmente, na noção de esquema imagético. No caso de “may”, trata-se de esquema que codifica a *experiência física de ausência de barreiras*. Assim, fica fácil entender a extensão do sentido sociofísico de (1a) – “não há nenhuma barreira (física ou social) que impeça a ida de João” – para a modalidade epistêmica de (1b) – “não há nenhuma evidência que me impeça de concluir que João está lá”.

No caso de “must”, perfeitamente análogo, o esquema é o da *compulsão*, que representa a aplicação de uma força externa que provoca o deslocamento de um objeto. Diante disso, a paráfrase de (2a) é “existe uma força (social) que o obriga a voltar por volta das 10h”, ao passo que em (2b) temos “existe uma evidência que me obriga a concluir que você esteve em casa ontem à noite”.

Neste volume, dois trabalhos recorrem à noção de esquema imagético. Pinheiro se vale do esquema do contêiner para explicar a polissemia do verbo *ter* pleno (não-modal e não-auxiliar), mostrando de que maneira todos os seus usos – de “ter uma casa” a “ter cinco metros”, passando por “ter um amigo” ou “ter medo”, entre muitos outros casos – remetem, direta ou indiretamente, a essa mesma base de conhecimento.

O capítulo de Faria, por seu turno, evoca o esquema de trajeto. Ao revelar a possibilidade de alternância entre diferentes enquadramentos desse esquema, o autor explica a oscilação semântica entre causa e finalidade detectada nos compostos formados com “auxílio”, “bolsa”, “seguro” e “vale” (“auxílio-funeral”, por exemplo, codifica relação de finalidade: *auxílio para o funeral*; “auxílio invalidez” exprime causa: *auxílio por causa de invalidez*).

## ***Frames***

Se hoje o termo *frame* tem ampla circulação nos domínios da LC, seu desenvolvimento se deve a um programa de pesquisas criado e liderado por Charles Fillmore desde pelo menos o final da década de 60<sup>1</sup>. Na definição de Fillmore (1982: 111), um *frame* é um “sistema de conceitos relacionados de uma maneira tal que, para entender qualquer um deles, é preciso entender toda a estrutura em que ele se insere”.

O exemplo clássico aqui é o da palavra “solteiro” (“*bachelor*”, em inglês). Uma tentativa, contrária ao espírito da LC, de definir essa palavra apenas por meio de supostos componentes essenciais e intrínsecos provavelmente nos levaria a algo como *um homem adulto não casado*. O problema é que a palavra “solteiro” parece não se ajustar (ao menos não de modo natural) a indivíduos como, por exemplo, o Papa, o Tarzan ou um homem gay que mantém uma relação estável – muito embora se trate, estritamente falando, de homens adultos não casados.

Isso não significa que essa definição esteja inapelavelmente errada – apenas ela está longe de esgotar a questão (e, sobretudo, não contém algo como a “essência semântica” da palavra). Na verdade, a definição é verdadeira – mas apenas em relação a um determinado conjunto de assunções prévias e expectativas culturais. Esperamos que, a partir de uma idade mais ou menos determinada, os homens adultos estejam casados. Em princípio, quando isso não ocorre, o indivíduo poderá ser chamado de “solteiro”.

O que Fillmore (1982) chama de *frame* é justamente esse conjunto de conhecimentos ou expectativas em relação ao qual uma palavra deverá ser interpretada. Isso explica por que o termo “solteiro” parece inadequado quando empregado em referência ao Papa ou ao Tarzan: a expectativa cultural do casamento não se aplica aos dois. Na ausência do *frame* adequado, o uso de “solteiro” parece bem pouco natural (ou, quem sabe, irônico).

É exatamente esse mecanismo que explica o efeito de humor na piada do menino que assassinou os pais e, diante do júri, pediu perdão sob a alegação de que era órfão (Fillmore, 1982). Tendo em mãos o conceito de *frame*, não é difícil explicar o emprego pouco adequado – na verdade, irônico – do termo “órfão” aqui. Ocorre que essa palavra é tipicamente interpretada a partir de um *frame* segundo o qual crianças são criaturas desprotegidas, cuja sobrevivência

---

<sup>1</sup> Fillmore (1982) relata a gênese do conceito de *frame*.

depende do cuidado e orientação dos pais. De fato, se entendêssemos “órfão” tão-somente como “criança cujos pais estão mortos”, não haveria nada de estranho, ou engraçado, na alegação do menino – ela seria apenas banal. O que produz o humor é precisamente o fato de a palavra ser empregada fora de seu *frame* usual.

Neste volume, o conceito de *frame* comparece de maneira crucial no capítulo de Leitão de Almeida *et alii*. Ao estudar lexias compostas nucleadas por “cabeça”, “mão” e “pé” (por exemplo, “cabeça dura” e “mão de ferro”), os autores procuram descrever os *frames* ou domínios envolvidos na interpretação dessas palavras, mostrando de que maneiras diferentes aspectos desses *frames* são ativados na combinação conceptual entre núcleo e modificador.

### ***MCI*s e protótipos**

O conceito de MCI, desenvolvido por George Lakoff (ver Lakoff, 1987, cap. 4), tem muito em comum com a noção fillmoreana de *frame*, na medida em que MCIs são representações cognitivas estereotipadas. Voltando ao exemplo de “solteiro”, pode-se se dizer que aquele conjunto de expectativas culturais que “montam o cenário” para o uso adequado da palavra – ou seja, a ideia de casamento heterossexual monogâmico e a existência de uma idade apropriada para casar – corresponde a uma versão estereotipada da realidade, representada no nosso MCI de CASAMENTO. Na prática, representações cognitivas de base cultural (MCIs) definem um horizonte de pressupostos (*frames*) a partir das quais as palavras são interpretadas.

Na exposição de Lakoff (*id. loc.*), porém, o ponto-chave parece ser a palavra “idealizado”. Tanto Fillmore, ao observar o funcionamento dos *frames*, quanto Lakoff, ao falar de MCIs, chamam a atenção para o fato de que as representações culturais são, de algum modo, simplificadas em relação ao mundo real – nem todos os casamentos são heterossexuais, nem todos os casamentos são monogâmicos e nem todas as pessoas casam na idade esperada. Para Lakoff, porém, esse fato assume importância primordial por estar na base da existência dos *efeitos prototípicos*.

Para entender o que são os “efeitos prototípicos”, é preciso, antes de tudo, apresentar a Teoria dos Protótipos. Formulada por Eleanor Rosch (ver, por exemplo, Rosch, 1973), essa teoria parte do *insight* fundamental de que existem membros mais centrais para representar uma categoria que outros. As propriedades desses elementos seriam a sua relevância perceptual, a capacida-

de serem mais facilmente memorizados e a de permitirem generalizações sobre a categoria a partir de tais elementos.

Tome-se, como exemplo, a categoria “ave”, em que é absolutamente intuitiva a lembrança de pássaros, como a andorinha, para representá-la. Esse elemento traz aspectos como penas, bicos e, sobretudo, possibilidade de voar, que não é tão bem representada por outros elementos, como galinhas ou patos.

A verificação de existência de um protótipo, ou melhor representante de dada categoria, contrasta com a assunção da teoria aristotélica de categorização, que preconizava que todos os elementos pertencentes a certa categoria partilhavam um conjunto de características necessárias e suficientes. A naturalidade psicológica que essa teoria revela para o trato das categorias, ao lado de sua propriedade de capturar aspectos ignorados pelo modelo tradicional, impactou os estudos linguísticos ao oferecer uma nova possibilidade de análise e compreensão de fenômenos antes presos a “camisas de força” impostas pela categorização clássica.

Essa mudança de perspectiva permitiu o desenvolvimento da ideia de *categoria radial*. Trata-se de uma categoria que tem como centro um núcleo prototípico, em torno do qual os membros mais periféricos se organizam com variados graus de afastamento em função dos parâmetros eleitos. Neste ponto, podemos amarrar as pontas soltas e demonstrar a relação entre o conceito de MCI e a Teoria dos Protótipos.

Para isso, basta pensar, por exemplo, na palavra “mãe” (LAKOFF, 1987, cap. 4). A interpretação dessa palavra pressupõe, em princípio, um MCI complexo que reúne uma série de assunções disponíveis a respeito das mães. Para citar apenas algumas: elas dão à luz, cuidam dos filhos e contribuem com parte do material genético. Em uma situação concreta que corresponda exatamente a esse modelo, não teremos problemas em empregar a palavra “mãe”. Ocorre que, no mundo real, existem, por exemplo, as mães adotivas, que não dão à luz nem contribuem com o material genético. Isso mostra que a categoria *mãe* é radial. Nessa categoria, o membro prototípico é aquela mãe que reúne todas as características esperadas, ou previstas no MCI complexo que mencionamos. Dessa forma, mulheres que apresentem apenas um subgrupo dessas propriedades poderão ser consideradas mães não-prototípicas.

A lição que esse exemplo deixa é simples, mas poderosa: quando existe um descompasso entre o MCI – que é, como se viu, uma representação simplificada,

ou idealizada, da realidade – e uma determinada situação concreta, surgem, como subproduto, as categorias radiais, organizadas em torno de protótipos.

Ambos os recursos – a depreensão do protótipo e o estabelecimento de estruturas radiais – muito têm contribuído para a melhor compreensão de fenômenos da língua. Esse é o caso, por exemplo, do estudo de Almeida (1992) sobre a indeterminação do sujeito no português brasileiro. Nesse trabalho, a autora traz para a categoria “sujeito indeterminado”, ao lado das estabelecidas estratégias de verbo na terceira pessoa do singular seguido da partícula “se” e de verbos na terceira pessoa do plural, formas como pronomes indefinidos e substantivos vagos referencialmente (o cara, a pessoa...) para descrever o fenômeno. É claro que esses recursos apresentam uma série de diferenças: pertencem a níveis diferentes da gramática (à sintaxe, ao léxico) e indeterminam o sujeito em diferentes graus de imprecisão. Mas é justamente este o ganho da aplicação da teoria aos estudos linguísticos: a possibilidade de apreensão de todos os elementos, apesar de nem todos terem o mesmo grau de centralidade dentro da categoria em estudo.

Ainda no português brasileiro, o estudo de Pinheiro (2009) procura mostrar como diferentes construções de inversão do sujeito – de “Apareceu a polícia” a “Tivesse você me ouvido...”, passando por “A data vai mudar, queira você ou não” – constituem uma categoria radial, que contém uma construção de inversão prototípica e diversas construção não-prototípicas.

Neste volume, as noções de protótipo e categoria radial compõem dois capítulos. Gonçalves *et alii* propõem uma rede radial associada à semântica do sufixo de aumentativo –ão no português brasileiro<sup>2</sup>. Nascimento, por seu turno, resgata o problema das marcas morfológicas de gênero no português, sustentando que as construções de gênero se organizam radialmente. Dessa maneira, o autor mostra, por exemplo, que a construção de gênero masculino X-o (como *capo*, *livro*, *cabelo*) é mais prototípica que a construção de gênero masculino X-a (como *dia*, *telefonema*).

## Operações de conceptualização

Vimos acima que a semântica cognitiva se preocupa em descrever em detalhes aquele conjunto de informações que costuma ser vagamente deno-

---

<sup>2</sup> Voltaremos a falar do capítulo de Gonçalves *et alii* adiante, na seção intitulada “Metonímia”.

minado de “conhecimento de mundo”. Isso, porém, não esgota a questão. O significado das unidades linguísticas não estará plenamente descrito se apenas as vincularmos a determinados *frames*, MCIs, EIs ou qualquer outra estrutura que, presumivelmente, faça parte do nosso conhecimento enciclopédico. É preciso considerar também que essas estruturas de conhecimento podem ser mentalmente manipuladas por meio de mecanismos cognitivos específicos. A esses mecanismos daremos o nome de *operações de conceptualização* – uma tradução certamente pouco elegante, mas provavelmente fiel, da expressão “construal operations” (CROFT & CRUSE, 2004)<sup>3</sup>.

Nesta introdução, não seria possível apresentar todos os mecanismos já citados na literatura. Tampouco seria desejável. A ideia aqui é permitir ao leitor que se familiarize com as diretrizes gerais da LC e esteja apto a enveredar pelos estudos descritivos que compõem esta obra. Para atingir esse objetivo, procedemos ao nosso próprio recorte, graças ao qual selecionamos uma amostragem de quatro processos principais: **ajustes focais** (“focal adjustments”), **metáfora**, **metonímia** e **mesclagem conceptual**.

### *Ajustes focais*

O termo “ajuste focal”, surgido no âmbito da *Cognitive Grammar* de Ronald W. Langacker (cujos livros seminais são LANGACKER, 1987 e 1991a), designa um conjunto de mecanismos responsáveis pela nossa capacidade de conceptualizar uma mesma situação de diferentes maneiras. Não se trata, claro, de uma habilidade especificamente (ou mesmo primariamente) linguística: posso conscientemente controlar meus mecanismos atencionais a fim de focalizar o jogador que está dominando a bola ou o zagueiro que está cometendo uma falta logo atrás. A depender da minha decisão (ou do evento que mais atrair minha atenção), o modo como a cena global é construída irá variar significativamente. Em cada caso, apenas um dos dois lances será focalizado – o outro ficará “à sombra”, compondo aquela porção mais ou menos indistinta do cenário sobre a qual não concentramos de fato nossa atenção.

---

<sup>3</sup> Infelizmente, existem na literatura poucas tentativas de se chegar a um inventário completo dessas operações. Talmy (1977) e Langacker (1987) fazem propostas seminais que merecem ser citadas, mas que apresentam ainda inventários bastante parciais. Um esforço recente no sentido de oferecer um catálogo exaustivo aparece em Croft & Cruse (2004, cap. 3).

As propriedades do nosso mecanismo perceptual, contudo, não são o foco desta introdução. Do ponto de vista da LC, o que interessa é a seguinte descoberta: a habilidade de construir cenários alternativos para uma mesma situação objetiva – possibilitada pelo conjunto de mecanismos de ajuste focal – também marca presença quando se trata de fenômenos linguísticos<sup>4</sup>. A rigor, muitas construções gramaticais<sup>5</sup> têm precisamente esta função: oferecer diferentes maneiras de enquadrar um mesmo cenário. Basta pensar na diferença entre uma sentença ativa e sua contraparte passiva. Exatamente como acontece com nosso espectador do futebol, a alternância entre as duas construções permite inverter a proeminência relativa dos seus participantes: é o que ocorre em *O atacante cabeceou a bola* e *A bola foi cabeceada pelo atacante*<sup>6</sup>.

Os ajustes focais langackerianos envolvem um leque de três grandes tipos de processos: aqueles ligados aos mecanismos de seleção, perspectiva e abstração (LANGACKER, 1987). Aqui, sem pretender dar conta de todos os conceitos e mecanismos já sugeridos na literatura cognitivista, vamos tratar especificamente de três noções relacionadas ao ajuste focal: *base/perfil*, *trajetor/marco* e *alinhamento figura/fundo*<sup>7</sup>.

Uma apresentação inicial das noções de base e perfil costuma partir, em nome da clareza didática, de conceitos relativamente simples (e visuais) como *hipotenusa* ou *raio*. Compreender a ideia de hipotenusa pressupõe, necessariamente, que se saiba o que é um triângulo retângulo. Analogamente, para apreender o conceito de raio, qualquer indivíduo deve se informar previamente sobre o que é uma circunferência. Seguindo Langacker (1987), representaremos o significado de hipotenusa da seguinte maneira:

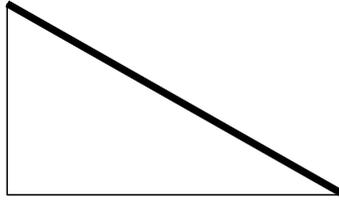
---

<sup>4</sup> O que só vem reforçar o pressuposto da motivação conceptual da gramática, mencionado no início deste capítulo.

<sup>5</sup> O leitor menos familiarizado com a teoria encontrará uma definição mais rigorosa de *construção gramatical* na próxima seção. Por ora, ele pode perfeitamente recorrer a uma noção intuitiva desse termo, que está presente, inclusive, na nossa tradição escolar.

<sup>6</sup> Essas diferenças podem, certamente, ser tratadas também em termos discursivo-funcionais. Na verdade, existe uma certa tendência a se considerar que as propriedades discursivas refletem ou são motivadas pelo próprio funcionamento dos nossos mecanismos perceptuais e conceptuais (ver, por exemplo, LAMBRECHT, 1994 e CHEN, 2003).

<sup>7</sup> Os dois primeiros são associados por Langacker (1987: 118) ao processo de seleção (escolha dos elementos incluídos numa descrição e atribuição de proeminência perceptual a um ou outro elemento). O alinhamento figura/fundo, por sua vez, é tratado como processo de perspectivização (p. 120). O autor, por outro lado, não menciona o par trajetor/marco ao



**Figura 4:** esquema de HIPOTENUSA

Não há como conceber a ideia de uma hipotenusa sem fazer referência ao triângulo retângulo: uma linha em tudo idêntica à do esquema acima, mas sem o triângulo ao fundo, não seria uma hipotenusa (o mesmo vale, claro, para o raio em relação à circunferência). Nos termos de Langacker, diremos que a área sem destaque no esquema é a *base* da cena evocada pela palavra “hipotenusa”, ou seja, o domínio conceptual pressuposto. Por outro lado, a parte destacada é o *perfil*, que corresponde ao conceito que a palavra de fato designa<sup>8</sup>.

Quando deixamos de falar em “hipotenusa” e passamos a mencionar, por exemplo, o “cateto maior”, continuamos evocando a figura do triângulo retângulo – o que muda, tão-somente, é o seu **perfilamento**. O mesmo processo acontece sempre que recorremos a diferentes sentenças para descrever uma única cena – mas é talvez aqui, no nível da estrutura argumental, que o poder explicativo das noções de perfil e base se torna mais evidente. Um exemplo disso é o problema da escolha do sujeito em construções como (3a) a (3c) abaixo (LANGACKER, 1987: 332-333).

- (3) a. O ladrão abriu a porta com o pé-de-cabra.
- b. O pé-de-cabra abriu a porta.
- c. A porta abriu.

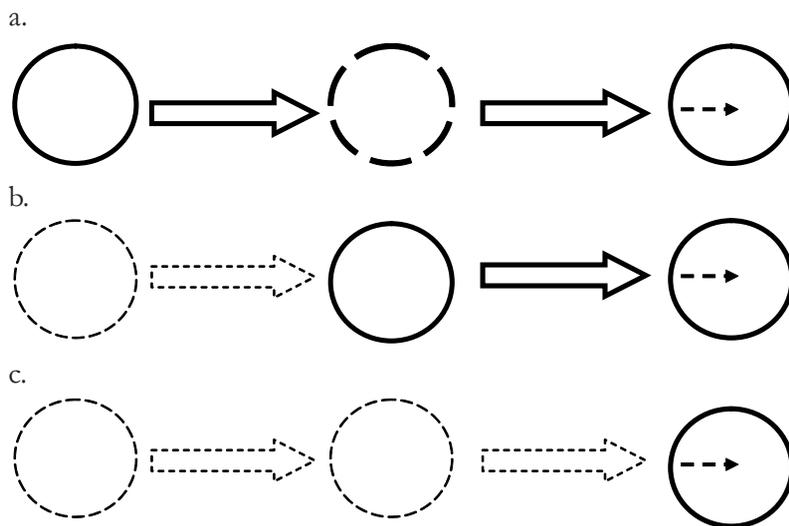
As três sentenças acima fazem referência a um mesmo *frame*: uma cadeia agentiva cujo fluxo de energia se origina no agente (o ladrão, explícito apenas

---

discutir os mecanismos de ajuste focal, porém, em outras passagens, defende que esse par é uma instanciação da oposição mais ampla entre figura e fundo, motivo pelo qual optamos por incluí-lo aqui. Devemos enfatizar que a escolha dos processos e conceitos a serem apresentados não é arbitrária: trata-se de um conjunto de mecanismos ligados aos procedimentos de *recrutamento e direcionamento da atenção* (mas ver CROFT & CRUSE, 2004: 46 e 56-58 para uma opinião ligeiramente distinta).

<sup>8</sup> Nesse sentido, a noção de base não se distingue do *frame* fillmoreano.

em (3a)), passa para o instrumento (pé-de-cabra) e termina no tema (porta). Por outro lado, embora a cena arquetípica seja a mesma, cada sentença constrói o cenário à sua própria maneira, ao permitir que diferentes elementos sejam perfilados ou, alternativamente, deixados na base. As representações abaixo correspondem, respectivamente, ao perfilamento das sentenças (3a), (3b) e (3c).



**Figura 5:** perfilamentos possíveis da cadeia agentiva

No esquema *a*, toda a cadeia agentiva é perfilada. Em *b*, perfilam-se apenas o instrumento e o tema, além da interação energética entre os dois – de maneira que o agente e sua interação com o instrumento ficam apenas pressupostos, pertencendo à base. Em *c*, por fim, está perfilado somente o tema, de modo que todo o restante da cena deverá compor a base<sup>9</sup>.

Fillmore (1968), no hoje clássico *The case for case*, propõe a seguinte hierarquia temática para a determinação do sujeito: AGENTE > INSTRUMENTO > TEMA. Ou seja: na presença de um agente, ele será o sujeito; caso não haja agente, o papel de sujeito caberá ao instrumento; por fim, o tema será sujeito apenas na ausência do instrumento e do agente. De um ponto de vista

<sup>9</sup> Os círculos entrecortados indicam participantes que podem ou não ser sintaticamente expressos.

cognitivista, porém, a questão fundamental é a seguinte: o que *motiva* essa hierarquia? Por que as coisas funcionam desse jeito na língua?

A resposta de Langacker (1987) é direta: a escolha do sujeito reflete o perfilamento de cada cena, que, por sua vez, reflete a trajetória do fluxo de energia. O único elemento obrigatoriamente perfilado nos três casos é o tema, presumivelmente porque o fato de a porta abrir pressupõe todo o restante da cadeia agentiva (ao passo que o contrário não é verdadeiro). Um raciocínio análogo se aplica a *b*: do fato de o pé-de-cabra ter aberto a porta, podemos assumir que alguém o manipulou. A generalização é a seguinte: um ponto posterior da cadeia agentiva e energética pressupõe os pontos anteriores, mas não vice-versa. É precisamente por isso que, além da possibilidade de perfilar toda a sequência de eventos, podemos também desperfilar cada elemento da cadeia da esquerda para a direita, ou seja, na direção do fluxo de energia – desde que o último elemento se mantenha.

Diante desse quadro, a hierarquia temática de Fillmore (1968) não precisa ser *postulada*: ela decorre naturalmente de propriedades da cena agentiva arquetípica e dos diferentes perfilamentos a que pode se submeter. Em poucas palavras, o procedimento que define a escolha do sujeito é o seguinte: o sujeito corresponderá ao elemento que estiver mais próximo da origem da fonte de energia *dentre os elementos efetivamente perfilados*.

Voltemos agora ao exemplo (3b). Vimos que essa sentença perfila a interação entre o instrumento e o tema, deixando o agente na base, quer dizer, pressuposto. Mas isso não esgota a questão. Mesmo entre os dois participantes perfilados, há diferenças relativas ao grau de saliência. Tipicamente, assume-se que *pé-de-cabra* é mais proeminente que *porta*. Na terminologia langackeriana, isso significa que o primeiro será o *trajetor*, ao passo que o segundo funcionará como *marco*<sup>10</sup>.

Langacker afirma, reiteradamente, que o par trajetor/marco é uma instanciação linguística dos conceitos de *figura* e *fundo*, importados da psicologia cognitiva. Do ponto de vista da percepção, sabe-se que os elementos incluídos em um campo visual nunca contam com um nível idêntico de saliência. Basta olhar pela janela: a sua atenção irá se concentrar em uma porção restrita da cena – por exemplo, o cachorro que abana o rabo ininterruptamente. Todo o

---

<sup>10</sup> Embora o nome “trajetor” sugira movimento, este não é necessariamente o caso. Por exemplo: em “Esta garrafa contém dois litros de refrigerante”, “Esta garrafa” corresponde ao trajetor, enquanto “dois litros de refrigerante” funciona como marco.

resto (a banca de jornal, o supermercado e as dezenas de transeuntes ao redor) ficará subfocalizado. Nesse cenário, o cachorro será a *figura*, ao passo que o restante irá compor o *fundo*.

Temos, portanto, dois pares de conceitos diretamente relacionados. De um lado, as noções de *figura* e *fundo*; de outro, sua instanciação linguística: a dupla *trajetor/marco*. Isso deve ter ficado claro. Mas, a esta altura, o leitor talvez já esteja se perguntando: afinal, qual é a aplicação desses conceitos quando se trata de descrição gramatical?

Assim como o par base/perfil, as duplas *figura/fundo* e *trajetor/marco* têm se mostrado bastante úteis para explicar fenômenos linguísticos. Um ótimo exemplo é o estudo de Chen (2003) sobre a inversão verbo-sujeito no inglês. O autor parte de usos como:

(4) On my left was Tom Lopez.

(5) Outside the door lay Tom Lopez.

Intuitivamente, nota-se que, por meio das sentenças, é possível direcionar, em duas etapas, o foco de atenção do ouvinte. O constituinte pré-verbal nos leva a destacar mentalmente uma determinada região no espaço – respectivamente, a área à minha esquerda e o lado de fora de alguma construção. O objetivo final, porém, é nos induzir a focalizar algum elemento específico situado dentro dessa região. Esse elemento será designado pelo constituinte pós-verbal, o sujeito sintático de cada sentença.

Essas sentenças, portanto, direcionam a atenção do ouvinte para uma região (*fundo*) dentro da qual um participante recebe atenção específica (*figura*). Em termos linguísticos, o sintagma pré-verbal corresponderá ao marco, ao passo que o sujeito funcionará como trajetor. Esse marco atua, portanto, como uma âncora cognitiva, um ponto de referência útil na medida em que nos permite restringir o domínio de busca e, desse modo, localizar o trajetor do enunciado. A alegação do autor é que esse procedimento é cognitivamente eficiente por explorar o potencial do marco para atuar como ponto-de-referência, cujo papel é nortear e facilitar a localização do trajetor<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Evidentemente, esta brevíssima exposição não faz jus a todos os casos de inversão. Há usos, por exemplo, em que o marco tem uma natureza temporal, como em *First came embarrassment*, e não a natureza espacial apresentada em (4) e (5). Para o leitor interessado, sugerimos a leitura da obra de Chen.

Outro exemplo pode ser encontrado neste livro. Trata-se do capítulo de Pinheiro, que procura descrever o conjunto de significados do verbo *ter*. Partindo dos dois significados espaciais básicos – ilustrados, por exemplo, em *Aquela cidade tem poucas livrarias* (posse) e *Tem poucas livrarias naquela cidade* (locação) –, o autor mostra que a diferença entre eles se explica, precisamente, por um realinhamento do par figura/fundo (ou marco/trajetor).

Ao fim e ao cabo, a moral da história. E ela é tão simples quanto poderosa: mecanismos perceptuais de distribuição da atenção podem oferecer generalizações convincentes para fenômenos linguísticos clássicos – seja a hierarquia temática do sujeito, seja a inversão verbo-sujeito no inglês, seja a polissemia.

### ***Metáfora***

A metáfora, em um certo sentido, dispensa apresentações: é conhecida como uma figura de linguagem pelo menos desde Aristóteles e tem sido largamente explorada pela nossa tradição escolar. Além do mais, seus mecanismos de funcionamento estão entre as descobertas mais celebradas e difundidas da LC: depois do trabalho pioneiro de Michael Reddy (1979), George Lakoff e Mark Johnson têm estado à frente de um extenso programa de pesquisas (LAKOFF & JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987; LAKOFF & TURNER, 1989; LAKOFF & JOHNSON, 1999; LAKOFF & NUÑEZ, 2000; dentre muitos outros) que levou à consolidação da Teoria da Metáfora Conceptual (TMC).

Pode ser esclarecedor apresentar a TMC sublinhando suas diferenças em relação à perspectiva tradicional da metáfora. E elas são principalmente três. Em primeiro lugar, a tradição tende a enxergar a metáfora como um recurso expressivo reservado apenas a textos especiais, sobretudo os literários. Nesse sentido, são emblemáticas as palavras de Aristóteles: “A coisa mais importante é, de longe, ter o domínio da metáfora. Só isto não pode ser concedido a outro; é a marca do gênio.” Essa visão, contudo, não poderia estar mais distante da concepção cognitivista. Para a LC, a metáfora está largamente difundida na linguagem ordinária, marcando presença em usos tão pouco comoventes quanto (6) a (10) abaixo:

(6) “Salvo a grandiloquência de uma cheia / lhe impondo interina outra linguagem, / um rio precisa de muita água em fios / para que todos os poços se enfrasem.” (João Cabral de Melo Neto)

- (7) João *entrou em* / *está em* / *saiu da* depressão
- (8) Você precisa levantar a cabeça e *seguir em frente*.
- (9) A exposição do palestrante carecia de argumentos *sólidos*.
- (10) Maria *devorou* o livro.

A sentença (6), exemplo cabal da “marca do gênio” de que fala Aristóteles, ilustra uma metáfora literária. Intuitivamente, a metáfora consiste no emprego de itens lexicais associados a um domínio para fazer referência a um domínio distinto. É exatamente isso que ocorre em (6), já que as palavras “linguagem” e “enfrasesm” são empregadas para descrever o fenômeno natural que ocorre com o rio.

Não é difícil perceber que o mesmo mecanismo está em operação nos demais exemplos, em que pese se tratar de usos bem mais triviais. Em (7), o léxico associado a locações físicas é empregado para descrever um estado (especificamente, uma condição clínica). Em (8), falamos sobre a superação de problemas com palavras normalmente usadas para descrever a continuação de uma caminhada. Em (9), argumentos são tratados como se fossem objetos físicos. Em (10), por fim, um verbo associado ao campo da alimentação sugere que Maria esteve muito envolvida com a leitura de um livro.

O segundo ponto é ainda mais importante. A perspectiva tradicional enxerga a metáfora como um recurso *linguístico* – ou, para falar nos seus próprios termos, uma figura *de linguagem*. Por sua vez, a hipótese cognitivista sustenta que a metáfora é, antes de tudo, propriedade do pensamento. Mais especificamente, trata-se de um *processo cognitivo* por meio do qual podemos comparar dois domínios e conceptualizar um deles a partir do outro. Na sentença (7), como vimos, estão sendo comparados um *estado* e uma *locação física*. Graças a essa aproximação conceptual, a depressão poderá ser concebida como um lugar. E é essa conceptualização que nos permite dizer que alguém *entrou* em depressão ou *saiu* dela. Nesse cenário, entende-se que as expressões linguísticas metafóricas são o reflexo visível de um mecanismo cognitivo que consiste em estabelecer uma vinculação conceptual entre domínios distintos.

O terceiro ponto decorre dos dois primeiros. Tradicionalmente, a metáfora tem sido vista como um adorno, um recurso meramente estético e, por isso mesmo, dispensável. Ora, se é verdade que a metáfora, sendo primariamente atributo do pensamento, motiva na linguagem ordinária um sem-número de

expressões metafóricas, não tem cabimento no quadro teórico aqui apresentado entendê-la como estratégia retórica ou recurso poético destinado à obtenção de efeitos expressivos. De fato, a visão cognitivista é inteiramente outra. Para a LC, a metáfora desempenha um papel central no sistema conceptual humano: sua função é permitir ao falante/ouvinte conceber e exprimir ideias abstratas (como *estado* ou *superação de uma dificuldade*) a partir de sua experiência com entidades ou situações ontologicamente mais básicas (como a ideia de *locação física* ou de *deslocamento ao longo de um percurso*).

Estamos agora em uma posição que nos permite apresentar o formalismo – aliás, bastante simples – da TMC. A teoria conta com apenas dois instrumentos: domínios conceptuais e projeções entre eles. Esses domínios vêm sempre em pares. Assim, no exemplo (7), temos os domínios *lugar* (mais especificamente, lugar físico) e *estado* (no caso, a depressão). Um desses domínios, chamado de *domínio-fonte*, serve de “ponto de partida” para a metáfora, oferecendo uma espécie de esquema conceptual básico a partir do qual o outro domínio (chamado de *domínio-alvo*) poderá ser apreendido. Dessa forma, podemos compreender a depressão (um estado, domínio-alvo) a partir de características tipicamente atribuídas às locações físicas (domínio-fonte).

É condição fundamental para a metáfora que o domínio-fonte seja, em algum sentido, mais básico ou familiar que o domínio-alvo, e a familiaridade do domínio-fonte está diretamente associada a sua relação com a experiência corpórea. Intuitivamente, isso faz sentido: usamos os conceitos que já dominamos (porque os experienciamos) para, a partir deles, apreender ideias novas. Portanto, na literatura cognitivista, a noção de “domínio mais básico” é entendida do ponto de vista experiencial: o domínio-fonte envolve conceitos que podem ser apreendidos *diretamente*, quer dizer, por meio da interação sensório-motora do nosso corpo com a realidade circundante. Esses conceitos servirão para compor uma espécie de lastro conceptual: um conjunto mínimo de noções concretas que poderão ser metaforicamente estendidas na direção de noções mais abstratas.

Nesse contexto, fica clara a declaração de princípios que abre o livro *Philosophy in the flesh* (LAKOFF & JOHNSON, 1999: 3), segundo a qual “a mente humana é inerentemente corporificada” e “conceitos abstratos são comumente metafóricos”. Em outras palavras: a compreensão e expressão de noções abstratas passam pela apreensão de conceitos concretos, e a ponte

entre esses dois domínios é, precisamente, a metáfora conceptual. Nesse sentido, a LC entende que uma porção vasta e significativa do nosso inventário mental de conceitos é inerentemente metafórica – o que inclui noções tão comuns quanto tempo, raiva, moralidade e causa<sup>12</sup>.

Assim como os mecanismos de ajuste focal, a metáfora não é um processo primariamente linguístico. No entanto, suas repercussões léxico-gramaticais comparecem insistentemente na literatura cognitivista – e os estudos reunidos neste volume não fogem à regra<sup>13</sup>. O trabalho de Batoréo & Casadinho, ao investigar a produtividade lexical de “botar”, observa um claro descompasso entre as variantes brasileira e portuguesa: nesta última, o verbo fica restrito a usos mais fixos e metafóricos, como “botar discurso” ou “botar a alma para fora”.

O capítulo de Alvaro, por sua vez, propõe que a semântica do item “até” comporta quatro sentidos relacionados metaforicamente: espaço, tempo, quantidade e qualidade. Esses sentidos estão ilustrados nas sentenças abaixo:

- (11) Eliana viaja **até** Juiz de Fora, sempre.
- (12) Seu pai volta **até** domingo.
- (13) Edu ganha **até** R\$ 3.000,00 nesses trabalhos.
- (14) **Até** juízes reconhecem que a demora é o principal fator de impunidade.

Boa parte dos fenômenos descritos neste livro, porém, acaba por envolver, ao lado da metáfora, uma outra “figura de linguagem”: a metonímia.

### ***Metonímia***

Parte do que dissemos sobre a metáfora pode ser estendido para a metonímia: igualmente tratada como recurso expressivo nos estudos tradicionais, também ela passou, nos últimos 30 anos, a ser observada sob uma ótica cognitivista. Assim, nos termos de Radden & Kövecses (1999: 21), a metonímia se caracteriza como “um processo cognitivo no qual uma entidade conceptual, o veículo, fornece acesso mental a outra entidade conceptual, o alvo, dentro de um mesmo modelo cognitivo”. Alguns exemplos devem esclarecer a definição.

---

<sup>12</sup> O que nos leva novamente para a Hipótese da Corporificação, mencionada acima.

<sup>13</sup> Não exemplificaremos neste momento o emprego da metáfora como motivadora de construções sintáticas, o que poderá ser visto na próxima seção.

- (15) Eles leram Machado de Assis.
- (16) Precisamos de mais braços para esta obra.
- (17) Você já se inscreveu na Maria Lucia?
- (18) Os EUA elegeram seu primeiro presidente negro.

Os dois primeiros exemplos, ou alguma pequena variação deles, constam de qualquer manual escolar que inclua um capítulo de estilística. Os dois últimos, por seu turno, podem surpreender o leitor menos familiarizado com o tratamento cognitivista. Mas é fácil observar que o processo, em todos os casos, é o mesmo. Nessas sentenças, as entidades veículo ativadas por “Machado de Assis”, “braços”, “Maria Lucia” e “EUA” promovem, respectivamente, a ativação dos alvos “obras (de Machado de Assis)”, “trabalhadores”, “curso (da Maria Lucia)” e “eleitores (dos EUA)”<sup>14</sup>.

Um ponto da definição acima merece ser realçado: trata-se do sintagma “dentro do mesmo modelo cognitivo”. Esta é, na verdade, a maneira como a LC elabora a intuição tradicional de que os conceitos envolvidos na metonímia estão em “relação de contiguidade”. Tome-se, por exemplo, a sentença em (15), cuja interpretação evoca uma MCI de produção – quer dizer, um modelo cognitivo que inclui elementos como o produtor (o autor), o produto (as obras), o local onde o produto é feito etc. A interpretação de (15) envolve uma projeção entre duas entidades conceptuais (autor e obras) localizadas em um único espaço semântico. Essa projeção é, precisamente, o processo que chamamos de metonímia.

Esta exposição permite traçar com alguma clareza as fronteiras entre a metáfora e a metonímia. Duas diferenças saltam aos olhos. Antes de tudo, a primeira envolve uma projeção entre dois domínios, ao passo que a segunda ocorre no interior de um único domínio (ou MCI). Além disso, projeções metafóricas permitem a *compreensão* de conceitos abstratos, que não podemos experimentar diretamente; projeções metonímicas, por seu turno, estão envolvidas no *direcionamento da atenção*: por meio

---

<sup>14</sup> Alguns autores sustentam que a metonímia não comparece apenas no nível referencial, mas também nos níveis predicacional e ilocucionário (ver PANTHER & THORNBURG (ed.), 2003, Introdução). Exemplos dessas metonímias seriam, respectivamente: *A General Motors teve que interromper a produção* (“teve que interromper” metonimicamente sugerindo que, de fato, interrompeu) e *Eu gostaria que você fechasse a janela* (em que a expressão do desejo evoca metonimicamente o pedido para que se feche a janela).

delas, um conceito mais saliente aponta o caminho mental para outro menos saliente<sup>15</sup>.

As aplicações do conceito de metonímia na seara da descrição gramatical têm produzido descobertas interessantes. Neste volume, Lemos de Souza mostra de que maneira projeções metonímicas geram polissemia em nomes deverbais formados pelos sufixos *-ção* e *-mento*. Palavras como “estacionamento” ou “apartamento” apresentam primariamente uma leitura abstrata – ato de estacionar, ato de apartar – previsível a partir da base verbal. Como, no entanto, esses *atos* envolvem um modelo cognitivo complexo, composto por um conjunto de entidades conceptuais, deslocamentos metonímicos podem levar os substantivos deverbais a fazer referência a uma dessas entidades. É dessa forma que “estacionamento” e “apartamento” passam a designar um lugar, resultando em uma interpretação dita “listada” porque, nos modelos lexicocêntricos, precisa ser separadamente especificada no léxico. Lemos de Souza comprova, assim, que o recurso à metonímia permite a descoberta de uma sistematicidade que, de outro modo, passaria despercebida<sup>16</sup>.

Outros trabalhos presentes neste volume recorrem, como já ficou dito, tanto à metáfora quanto à metonímia. É o caso do estudo de Gonçalves *et alii*, sobre a rede polissêmica da construção *X-ão*. Depois de postular o significado “aumento de tamanho” como o centro prototípico da rede, os autores procuram explicar usos como em (19) e (20) abaixo:

(19) ficamos livres de um bonde e ainda ganhamos um **punhadão** de dólares.  
(20) e o único **copão** de refrigerante está inacessível. Todos estão pela metade e só aquele está mais cheio.

Para os autores, esses dois usos estão afastados do significado central de dimensão física e envolvem, a rigor, uma semântica de quantidade. O primeiro caso baseia-se na metáfora “*tamanho é quantidade*”, por meio da qual a escala de quantidade se fundamenta na escala mais básica de tamanho. No segundo caso, a semântica quantitativa se manifesta metonimicamente: não se está

---

<sup>15</sup> Para outros critérios ou testes de diferenciação, ver Croft (1993) e Warren (2002). Para uma proposta de *continuum* metáfora-metonímia, ver Dirven (2002).

<sup>16</sup> De modo independente, Mauro José Rocha do Nascimento havia chegado ao mesmo *insight* fundamental em trabalho apresentado durante o I Congresso de Pós-graduação da FEUC, realizado em 2002.

falando necessariamente de um copo grande, mas de um copo que está cheio de refrigerante. A referência metonímica se percebe, precisamente, na relação de contiguidade entre continente e conteúdo.

Cabe citar também o estudo de Vivas, que aborda a instabilidade categorial do particípio passado – forma que pode se comportar como substantivo, adjetivo ou verbo. O autor constata que, quando categorizado como substantivo, o particípio tende a sofrer especialização semântica. Isso pode ocorrer via metáfora (em “cantada”, por exemplo, o domínio do “canto” serve como domínio-fonte para a ideia de “sedução pelas palavras”) ou via metonímia (em “imposto”, fica em relevo apenas o fato de que uma determinada taxa é uma exigência, uma obrigação).

Também o estudo de Leitão de Almeida *et alii*, ao investigar expressões mais ou menos fixas com as palavras “cabeça”, “pé” e “mão”, revela a produtividade desses dois processos em usos como “de cabeça erguida”, “de cabeça baixa” (metáfora “para cima é bom, para baixo é ruim”), “estar com/sem cabeça para” (metonímia “cabeça por cérebro”) ou ainda “pôr a cabeça para funcionar” (metonímia “cabeça por cérebro” e metáfora “o cérebro é uma máquina”).

A ocorrência paralela ou sucessiva da metáfora e da metonímia tem sido chamada de “metaftonímia” (GOOSENS, 2002). Neste volume, o termo comparece no capítulo já citado de Leitão *et alii* e no capítulo de Pinheiro sobre a semântica do verbo *ter* pleno. O autor procura mostrar que sentenças tão corriqueiras quanto (21) são interpretadas a partir da aplicação sucessiva de uma metáfora e uma metonímia:

(21) João tem dois carros.

Segundo o autor, o primeiro passo para a interpretação de (21) consiste na conceptualização da “vida de João” como um contêiner, representando o universo ou espaço metafórico de existência de João. Depois disso, esse espaço é substituído metonimicamente pelo indivíduo que ocupa seu centro, resultando em (21).

Outro exemplo interessante é o da celebrada metáfora “compreender é ver” (por exemplo, “Não sei como você não viu que ele não prestava”). A rigor, é possível que essa analogia seja mais bem descrita como um caso de metaftonímia: num primeiro momento, tem-se a metonímia “ver por perceber”

(ou seja, a percepção através da visão representa o sistema perceptual como um todo) e, a partir daí, a metáfora “compreender é perceber” (que associa os domínios perceptual e conceptual).

### ***Integração conceptual***

A mesclagem (ou integração) conceptual é uma operação mental cuja descoberta remonta pelo menos a Fauconnier & Turner (1996). A melhor maneira de compreendê-la é através de exemplos. Começamos então com o famoso caso do monge budista, um enigma proposto pelo escritor Arthur Koestler no livro *The act of creation* e reproduzido em Fauconnier & Turner (2002, cap. 3).

O enigma exige que o leitor imagine um monge budista que começa a subir uma montanha de madrugada e chega ao topo no pôr-do-sol. Ele medita por alguns dias até que, numa madrugada, decide descer, atingindo o sopé da montanha no pôr-do-sol. Eis a questão: existe algum ponto pelo qual o monge passa exatamente na mesma hora em ambos os percursos (a subida e a descida)?

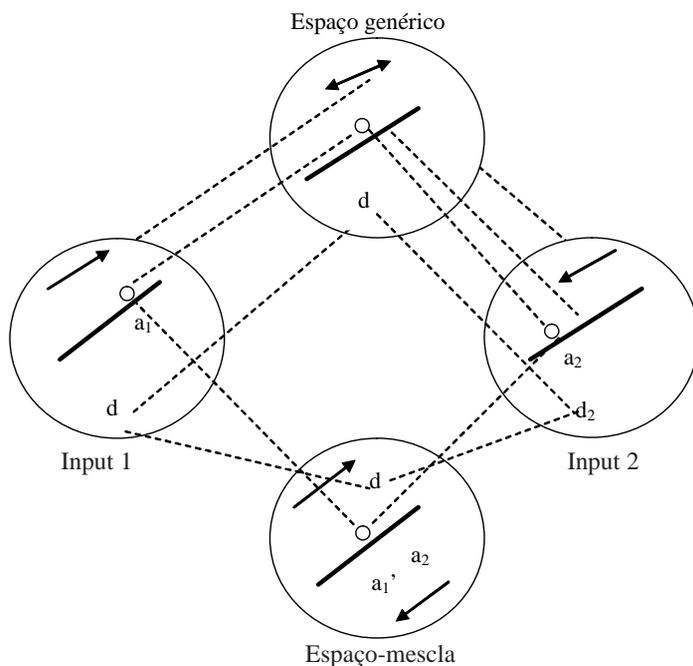
A resposta é “sim”, mas ela talvez não seja imediatamente óbvia. A solução só se torna óbvia quando o leitor faz o seguinte exercício mental: imaginar que o monge corresponde, na verdade, a duas pessoas diferentes, que fazem percursos inversos – enquanto um sobe, o outro desce – e atingem seus respectivos destinos ao mesmo tempo. Agora, parece evidente que esses dois monges irão se encontrar em algum ponto – e isso resolve o enigma. Esse “ponto de encontro” será, precisamente, o local que o monge da história original ocupará, no mesmo horário, em suas duas travessias separadas pelos dias de meditação.

Mencionemos outro exemplo análogo. Ao transmitir competições de natação, é praxe das emissoras de TV exibir na tela uma linha que se desloca na mesma velocidade do nadador que bateu o último recorde. Cria-se, portanto, um cenário no qual o recordista, representado pela linha, está competindo “junto” com os demais nadadores. Evidentemente, é uma situação fictícia: a disputa em que o recorde foi batido já está terminada, aconteceu em outro tempo e possivelmente em outro lugar. A fusão de duas disputas separadas no tempo (e talvez no espaço) nos permite falar, não sem uma boa dose de imaginação, que determinado competidor está “atrás” ou “na frente” do recordista (embora o recordista talvez nem esteja presente).

Intuitivamente, os dois exemplos mostram uma situação de fusão de cenários. No primeiro caso, a subida e a descida do monge acontecem com alguns dias de diferença, mas nós as imaginamos simultâneas e levadas a cabo

por duas pessoas diferentes. No segundo caso, a disputa em que o recorde foi batido aconteceu antes da competição que está sendo transmitida, mas as duas provas são parcialmente fundidas. A esse processo imaginativo de fusão, tem sido dado o nome de integração ou mesclagem conceptual.

O formalismo da Teoria da Integração Conceptual (TIC) é um pouco mais complexo que o da TMC. Em vez de dois domínios, a TIC prevê quatro espaços mentais<sup>17</sup>: os *espaços input 1 e 2*, o *espaço genérico* e o *espaço mescla*. Veremos esse formalismo na prática a partir do exemplo do monge budista.



**Figura 6:** mesclagem do “monge budista”

No esquema acima, cada *input* representa uma das viagens (a subida e a descida). O trajeto é representado pela linha inclinada, o viajante é representado por  $a_1$

<sup>17</sup> O espaço mental (FAUCONNIER, 1985 e 1997, dentre outros) é uma estrutura cognitiva efêmera, construída durante o fluxo conversacional para o processamento online de informações. Assume-se normalmente que essa estrutura é alimentada por bases de conhecimento como os MCIs.

e  $a_2$ , a direção do percurso é dada pela seta e as marcações  $d_1$  e  $d_2$  captam o fato de que as viagens aconteceram em dias diferentes. Por fim, as linhas tracejadas nos informam que esses elementos percebidos como análogos são mentalmente associados: os “dois” viajantes, as duas direções percorridas (para cima e para baixo), as duas datas e a montanha. Tecnicamente, diríamos que se trata de mapeamento mental responsável por conectar as contrapartes

Para que essa associação se estabeleça, será preciso que se percebam os dois *inputs*, em alguma medida, como instancicações de uma mesma estrutura global. Esse fato é captado pelo *espaço genérico*, que especifica a estrutura comum capaz de irmanar os dois *inputs*. No exemplo do monge, esse espaço deverá incluir o movimento individual e o percurso inespecificado (para cima ou para baixo, representado pelas flechas duplas), ao mesmo tempo em que exclui aqueles aspectos que diferenciam os *inputs*, como a direção do trajeto.

Mas a grande inovação da TIC está mesmo no espaço-mescla, a estrutura para onde são projetados os elementos dos espaços-*input*. Os dois dias do trajeto,  $d_1$  e  $d_2$ , depois de serem conectados, são comprimidos em um único dia  $d'$ . Por outro lado, os movimentos de cada travessia original e suas respectivas posições são preservados no que tange aos horários e às direções.

É no espaço-mescla que se opera o grande salto imaginativo, quando a fusão de dois cenários distintos produz uma realidade ficcional, da qual nosso pensamento se beneficia largamente. No exemplo do monge, foi apenas por meio dessa fusão que passamos a considerar evidente a resposta da charada. O mais interessante, porém, é que essa fusão operada no espaço-mescla dá margem ao aparecimento de elementos conceptuais que não estão presentes em nenhum dos dois *inputs* – a chamada *estrutura emergente*. Graças a essa sequência de eventos mentais, portanto, é que emerge, na mescla, um *frame* novo, ainda que familiar: o de duas pessoas percorrendo o mesmo caminho em sentidos opostos.

Os exemplos acima dão ao leitor uma boa ideia do que é a mesclagem conceptual. Mas talvez eles passem a falsa impressão de que esse processo opera necessariamente com alguma espécie de compressão temporal (viagens ou provas de natação separadas no tempo se tornam simultâneas graças ao trabalho imaginativo da mesclagem). Embora essa situação seja comum, está longe de ser obrigatória. Diversos estudos têm mostrado que alguns enunciados tratados como metafóricos podem ser mais bem descritos se recorrermos à ideia de mesclagem. Um exemplo clássico é o seguinte:

(22) Aquele cirurgião é um açougueiro.

É natural que se pense em descrever a construção do significado de (22) por meio de projeções metafóricas, que mapeiam propriedades do domínio-fonte “açougueiro” para o domínio-alvo “cirurgião”. Isso certamente é uma parte importante da questão. No entanto, Grady, Oakley & Coulson (1999) argumentam, convincentemente, que essa descrição não é capaz de explicar (ao menos, não diretamente) o aspecto mais relevante do significado de (22), qual seja, a ideia de que o cirurgião é incompetente.

A razão é simples: essa noção não faz parte nem do domínio-fonte nem do domínio-alvo. Se a metáfora consiste na projeção de propriedades entre esses dois domínios, de onde viria a inferência relativa à incompetência? De fato, a TMC não comporta mecanismos que explorem o surgimento de sentidos *novos*, não especificados previamente. A TIC, por outro lado, prevê o aparecimento desses sentidos graças à noção de *estrutura emergente*. Assim, entende-se que a fusão de dois cenários cria um terceiro espaço parcialmente independente e capaz de incluir informações que lhe sejam exclusivas. É nesse espaço-mescla que emergirá a ideia de incompetência<sup>18</sup>.

Na próxima seção, em que trataremos da noção de construção gramatical, mostraremos de que maneira o conceito de mesclagem vem sendo usado para dar conta do problema clássico da variação de valência verbal. Por ora, cabe informar que, neste livro, a noção de mesclagem comparece em dois trabalhos. De modo apenas tangencial, ela se faz presente no capítulo de Pinheiro, quando o autor argumenta que a integração conceptual produz o *ter* possessivo-locativo (do tipo *Ele tem mais de 500 livros naquela casa*) a partir da fusão das estruturas semânticas associadas aos usos possessivo e locativo (respectivamente, *Aquela casa tem mais de 500 livros* e *Tem mas de 500 livros naquela casa*).

De modo muito mais central, porém, esse processo comparece no trabalho de Pizzorno & Andrade e no de Alvarez. Ambos os estudos focalizam o

---

<sup>18</sup> No mesmo artigo, Grady, Oakley & Coulson citam outras três diferenças entre a TIC e a TMC. A segunda trabalha com domínios estáveis, ao passo que a unidade fundamental da primeira são espaços mentais. Além disso, a TMC, como já vimos, conta com apenas dois domínios, enquanto a TIC opera com quatro espaços. E pesquisadores interessados na TMC têm se concentrado em metáforas convencionais, ao passo que praticantes da TIC tendem a dar mais atenção a usos inovadores. É possível enxergar uma relação de ênfase entre o recurso a domínios estáveis e o recurso a espaços mentais.

processo de formação de palavras conhecido como cruzamento vocabular ou – talvez não surpreendentemente – mesclagem lexical. Trata-se do processo que produz palavras como “aborrecente” (“aborrecer + adolescente”), “cacaína” (“caca + cocaína”) ou “chevelho” (“chevette + velho”). As autoras sustentam que a fusão semântica entrevista nessas formações pode ser satisfatoriamente descrita por meio da TIC.

## A Gramática das Construções

O termo “Gramática das Construções” (GC) designa o modelo de descrição gramatical desenvolvido no interior da LC. Seria mais exato, porém, dizer que o termo abrange um conjunto de vertentes mais ou menos afins. Entre elas, o traço comum é a assunção de que a unidade básica da gramática são pareamentos convencionais de forma e significado, que têm sido chamados **construções gramaticais**. Além disso, as vertentes compartilham a ideia de que a gramática de uma língua natural tem o formato de uma rede de construções interligadas.

O modelo da GC começou a ser desenvolvido em fins da década de 70 do século passado. Tudo começou com o hoje clássico *Innocence: a second idealization in linguistics*, de Charles Fillmore (1979). Focalizando as expressões idiomáticas, Fillmore questiona nesse artigo os modelos composicionais de interpretação do significado das sentenças. Sua estratégia é satirizar o artifício do falante/ouvinte ideal proposto pelo gerativismo, criando o “falante/ouvinte inocente”. Esse falante conheceria os itens lexicais e seus significados, assim como as regras de formação de sentenças, mas não conseguiria lidar com as expressões idiomáticas, já que o significado dessas expressões não se dá composicionalmente. Outro autor que, pioneiramente, percebeu que as teorias pautadas na composicionalidade não dariam conta da significação de uma boa parte das sentenças foi Lakoff (1977), que propôs, contradizendo os pressupostos gerativistas de então, que não há uma distinção discreta entre léxico e sintaxe.

As expressões idiomáticas, fenômenos considerados periféricos e de exceção, passaram assim a receber uma atenção antes só dispensada às formas consideradas canônicas. A partir desse enfoque dado aos fenômenos “marginais”, percebeu-se que, na verdade, não havia diferença substancial entre formas canônicas e periféricas: todas eram construções gramaticais. A gênese da GC se encontra, portanto, no resgate teórico dos idiomatismos.

A partir daí, vários trabalhos desenvolveram, ao longo da década de 80 do século passado, uma base teórica para a GC. Desses trabalhos, destaca-se o de Lakoff (1987), que, com base no conceito de *redes polissêmicas*, chegou à ideia de *redes construcionais*: nelas, uma determinada construção básica constitui o núcleo da rede, de onde irradiam outras construções diretamente relacionadas, quase sempre numa relação de natureza figurativa. A aplicação da teoria foi feita com uma rede construcional envolvendo *there*, cujo significado prototípico é locativo. O valor existencial irradia, metaforicamente, desse significado.

Outro trabalho fundamental para o desenvolvimento da teoria é o de Fillmore & Kay (1993). Nesse artigo, os autores propõem um *continuum* de especificação dos elementos que formam as construções. Numa combinação entre elementos especificados e variáveis, uma construção pode ser (a) completamente aberta, com todos os elementos variáveis (a construção cuja configuração sintática é *SN-V-SN*, instanciada em *João ama Maria*, por exemplo); (b) parcialmente especificada, como a construção *X arrebentar*<sub>+flexão</sub> *a boca do balão*, instanciada em *Pedro arrebentou a boca do balão*; ou (c) completamente especificada, como fórmulas de cortesia (*Tchau!*) ou frases feitas, ditos populares, provérbios (*Deus ajuda quem cedo madruga*).

Deve-se citar, ainda, por seu *status* clássico na literatura, o trabalho de Fillmore & Kay (1997, 1999) sobre a construção “What’s X doing Y” (ou *WXDY*), que se materializa em sentenças do tipo “O que você está fazendo fumando?” (em inglês, “What are you doing smoking?”). Uma das principais contribuições do artigo é a ideia de que mesmo expressões altamente idiomatizadas, como a *WXDY*, constituem-se a partir de construções de outros níveis sintagmáticos, que, por sua vez, expressam regularidades na língua. Duas observações fazem-se importantes: tal constituição com outras construções não é meramente composicional e o significado final da construção *WXDY* é convencionalizado.

Essa abordagem construcional, denominada unificada, pretende explicar a interação suave entre a *WXDY* e as diversas construções que compartilham propriedades com ela. Primeiramente, são identificados padrões gerais que também estão presentes na construção específica – como, por exemplo, as diferentes construções nucleadas ou construções provenientes de movimento de *qu-*. Também são previstas restrições: a presença obrigatória do verbo *do*, assim como a exigência de que esteja em forma nominal e tenha por antecedente a cópula *be*. Vale ainda notar que, neste modelo, a construção gramatical

é monoestratal, uma vez que as informações sintática e semântica são representadas em uma única estrutura (a estrutura de matriz, composta de parâmetros associados a valores), o que configura a reivindicada unificação.

Desse modo, pode-se entender uma construção gramatical como uma matriz que contém parâmetros a serem preenchidos com valores disponíveis na língua. A definição de quais parâmetros são relevantes e quais valores podem ser associados a eles é específica de cada língua, e cabe aos linguistas estabelecê-las.

Fillmore & Kay (1997, 1999) contribuíram fortemente para ratificar o que já havia sido defendido pelos autores ao tratarem do falante inocente: ao lado de construções consideradas centrais e regulares, também os idiomatismos refletem padrões gramaticais gerais.

Ao menos nos estudos brasileiros, porém, o modelo construcional mais influente é aquele cuja síntese se encontra em Goldberg (1995). Voltada para as construções que envolvem estruturas argumentais de verbos, essa obra comprova a tese de que a construção aberta, formada só por um esquema abstrato, tem um significado próprio, que vai se complementar a partir dos elementos instanciados (e vice-versa).

Por fim, um trabalho que, em certo sentido, complementa o de Goldberg (1995) é o de Mandelblit (1997). Essa autora uniu os conceitos teóricos propostos por Goldberg (1995) com a TMC. Mandelblit (1997) centra o foco em uma das construções propostas por Goldberg (1995), a de *movimento causado* (por exemplo, “João empurrou o carro para a garagem”) e compara sua estruturação em duas línguas: o inglês e o hebraico. A diferença fundamental entre a abordagem de Goldberg e a de Mandelblit é que, para esta, as relações de herança entre as construções se dão por um processo de mesclagem, por meio dos esquemas de espaços mentais propostos por FAUCONNIER (1985).

Neste volume, o conceito de construção gramatical comparece em diversos capítulos – especificamente, Gonçalves *et alii*, Castro da Silva *et alii*, Pinheiro, Nascimento, Lemos de Souza, Leitão de Almeida *et alii* e Vivas. Ainda que nenhum desses estudos procure formalizar, de maneira explícita, alguma construção específica, todos assumem o *insight* fundador da GC. Em nenhum caso, o termo “construção” é empregado de modo ingênuo; ao contrário, trata-se sempre de um emprego teoricamente comprometido. Em essência, o que se sustenta é que a gramática de uma língua natural, em vez de consistir em um conjunto de regras, tem o formato de uma grande rede composta pelos mais variados tipos de construções entrelaçadas.

O termo “Gramática das Construções” recobre, como dissemos, uma série de vertentes mais ou menos afins. Para dar uma ideia, ainda que apenas esboçada, de como funciona na prática um modelo construcional, passamos, nas próximas seções, a expor a vertente goldbergiana, com base sobretudo em Goldberg (1995).

### ***A proposta de Goldberg***

O trabalho de Goldberg (1995), intitulado *Constructions – a construction grammar approach to argument structure*, tem como objeto de estudo construções envolvendo verbos e sua estrutura argumental. A tese central de Goldberg é que

*(...) sentenças básicas do inglês são instâncias de construções – correspondências forma-significado que existem independentemente de verbos específicos. Isto é, sustenta-se que as construções portam significado por si mesmas, independentemente das palavras na sentença.*  
(GOLDBERG, 1995: 1)

As construções sintáticas, segundo os pressupostos da Gramática Gerativa, são consideradas como um epifenômeno, ou seja, como meras consequências da aplicação de regras sintáticas. O trabalho de Goldberg veio reforçar a ideia oposta: a de que, na verdade, as construções gramaticais podem ser reconhecidas, por si sós, como entidades teóricas.

Além disso, outro importante princípio estabelecido pela autora é o de que os valores semânticos de uma sentença podem ser associados diretamente a padrões sintáticos específicos, ou seja, a partir da Gramática das Construções, a relação entre forma e significado é mais integrada do que se tem considerado – entendendo o termo *forma* tanto no sentido saussureano de *significante*, abrangendo formas presas, itens lexicais, sentenças, quanto no sentido de *padrão formal*. Nesse sentido, a estrutura SN-V-SN, por exemplo, que é simplesmente um padrão morfossintático a ser instanciado pelo falante com itens lexicais, também é considerado *forma*, segundo os pressupostos da Gramática das Construções.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Salomão (2009) aponta que, nesse ponto, não há unidade entre os construcionistas. Alguns consideram uma construção *strictu sensu* apenas aquelas cuja forma está relacionada à massa fônica, aquilo que a autora chama de “construção-signo”; outros consideram como forma das construções também os padrões formais. Goldberg, cujo trabalho é a base das análises construcionais que têm sido desenvolvidas no Brasil, se enquadra no último grupo.

### ***Princípios cognitivos de organização linguística (Goldberg, 1995)***

Goldberg, em concordância com a obra pioneira de Lakoff (1987) a respeito das redes construcionais, afirma que a totalidade das construções de uma língua forma um conjunto sistemático e organizado. A autora defende a tese de que as construções formam uma rede e são ligadas entre si por relações de herança, isto é, uma construção decorre da outra herdando características específicas. As relações entre construções são regidas por alguns princípios básicos. São eles:

a) Princípio da Motivação Maximizada  $\Rightarrow$  se uma construção A é sintaticamente relacionada à construção B, então o sistema da construção A é motivado no mesmo grau em que essa construção seja também semanticamente relacionada à construção B. Essa motivação é maximizada.

Para entender melhor esse princípio, tomemos a seguinte situação: o referente [mesa] não faz prever, de modo algum, a forma linguística *mesa*: esse signo não é *previsível*, e sim *arbitrário*. O vocábulo derivado *mesário*, no entanto, tem alguma previsibilidade, caso se conheça previamente a base *mesa*. *Mesário* é uma construção motivada, ou seja, há uma razão para ter a forma que tem, relacionada à forma da outra construção – o termo *motivação*, aqui, está sendo utilizado no sentido saussureano. Quanto mais motivada for a forma, mais fácil será apreender e memorizar seu significado. Quanto mais formas motivadas tiver um sistema, mais eficaz na comunicação ele será. Daí a validade do Princípio da Motivação Maximizada: esse princípio determina que, se existe uma relação de forma entre duas construções, então há *motivação*; como consequência, o falante vai também estabelecer uma relação semântica entre essas duas construções, tornando a comunicação mais eficiente.

b) Princípio da Não-Sinonímia  $\Rightarrow$  se duas construções são sintaticamente distintas, devem ser semântica ou pragmaticamente distintas.

Corolário A  $\Rightarrow$  se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas têm de ser pragmaticamente distintas.

Corolário B  $\Rightarrow$  se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas têm de ser semanticamente distintas.

Ou seja, segundo esse princípio, a forma está diretamente relacionada a valores semânticos e pragmáticos; se uma construção é formalmente diferente de outra, necessariamente vai ser semântica e/ou pragmaticamente diferente também.

O corolário A pode ser exemplificado com os seguintes pares de sentenças sintaticamente distintas:

(23) Eu achei o livro interessante.

(24) Eu achei que o livro era interessante.

Se compararmos as duas construções em termos de condições de verdade, não há nenhuma diferença entre elas. Ferrari (2005), no entanto, mostrou que há uma diferença pragmática: a sentença (23) seria utilizada em “atos de fala expressivos, em que o falante expressa um sentimento advindo de uma experiência sensorial direta (visão, paladar, audição, etc.); sentenças como (24), por seu turno, realizam “atos de fala assertivos, modalizando as opiniões apresentadas” (FERRARI, 2005: 152).

Quanto ao corolário B, comparem-se as sentenças:

(25) Os cinzeiros estão cheios.

(26) Esvazie os cinzeiros.

As sentenças (25) e (26) podem ser interpretadas como variantes do mesmo ato ilocucionário (cf. PINTO, 2000), ou seja, se ditas por uma pessoa com autoridade socialmente reconhecida a outra que tem como função fazer a limpeza, ambas são inequivocamente interpretadas como ordens. Do ponto de vista semântico, no entanto, são diferentes: somente a sentença (26) expressa uma ordem, já que há uma construção de imperativo; a sentença (25) não passa de uma afirmativa, se proferida fora de um contexto pragmático.

c) Princípio do Poder Expressivo Maximizado  $\Rightarrow$  o inventário de construções é maximizado para atender aos propósitos comunicativos.

d) Princípio da Economia Maximizada  $\Rightarrow$  o número de construções distintas é minimizado tanto quanto possível, dado o princípio anterior.

O terceiro e o quarto princípios restringem um ao outro, já que um determina o máximo de construções e o outro o mínimo possível. Na verdade, tanto um quanto o outro atendem aos propósitos comunicativos: haverá

quantas construções forem necessárias para atender às necessidades da comunicação (Princípio do Poder Expressivo Maximizado), mas não mais do que o necessário (Princípio da Economia Maximizada).

## Palavras finais

Este capítulo procurou apresentar os principais pressupostos e instrumentos teóricos da LC, a fim de que o leitor pudesse enveredar pelos trabalhos da área, em geral, e pelos estudos descritivos que compõem este volume, em particular.

Quem se interessar pelo tema encontrará no mercado alguns bons manuais introdutórios. Em *Cognitive Linguistics*, William Croft e D. Alan Cruse fazem uma apresentação bastante didática da LC, comparam as diferentes vertentes da Gramática das Construções e dedicam quatro capítulos à semântica lexical. Ainda mais abrangente é *Cognitive Linguistics: an introduction*, de Vyvyan Evans e Melanie Green, que abre espaço para tópicos ausentes ou pouco detalhados em Croft & Cruse, como a questão da corporificação, o relativismo lingüístico e a variação entre línguas. Finalmente, em língua espanhola existe a *Introducción a la Lingüística Cognitiva*, de Maria Josep Cuenca e Joseph Hilferty.

Felizmente, quem estiver à procura de abordagens cognitivistas e construcionais do português já pode contar com uma recente bibliografia. O livro *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*, organizado pelas professoras Neusa Salim Miranda e Maria Margarida Martins Salomão, traz uma série de estudos descritivos do português à luz da GC. Além dele, está disponível também a estimulante e inovadora coletânea *Espaços mentais e construções gramaticais: do uso lingüístico à tecnologia*, organizada pela professora Lilian Ferrari. Com trabalhos fortemente calcados no uso real, essa obra contempla estudos descritivos do português e do inglês e abre espaço para contribuições interdisciplinares.

Os caminhos, em suma, estão abertos.

---

**Parte II**  
**Palavras polissêmicas**



## Capítulo 2

### «*BOTAR* OU NÃO *BOTAR* ... EIS A QUESTÃO» PRODUTIVIDADE LEXICAL DO VERBO ESPACIAL ‘*BOTAR*’ NO PORTUGUÊS EUROPEU (PE) E NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB) NA ÓPTICA DA LINGUÍSTICA COGNITIVA<sup>1</sup>

*Hanna J. Batoréo*  
*Margarida Casadinho*

Na óptica da Linguística Cognitiva, a produtividade lexical de uma língua é determinada pelos (i) padrões de formação lexical nela utilizados, bem como pela sua operatividade e estabilidade, (ii) pelo tipo de processos cognitivos – principalmente metáfora e metonímia – disponibilizados a nível da neologia e dos processos da inovação neológica, assim como (iii) pelos graus de utilização e operacionalização lexical em diferentes níveis diacrónicos, diatópicos, diastráticos e/ou diafásicos dos itens lexicais em variantes linguísticas do mesmo idioma. Nestas variantes, os referidos factores podem tornar-se operacionais em graus diferenciados, muitas vezes não permitindo traçar paralelos directos entre os léxicos em uso dos dois lados do Atlântico (PE e PB).

No presente estudo, interessar-nos-á analisar o grau de produtividade de um determinado item lexical em ambas as variantes nacionais da Língua

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no II Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa, Universidade de Évora, 6 a 11 Outubro 2009, no âmbito do *Simpósio Slg4: Novas fronteiras? Estudo contrastivo da produtividade lexical e padrões de formação de palavras em PB e PE sob a óptica da Linguística Cognitiva* Universidade de Évora, 9 de Outubro 2009.

Portuguesa – o Português Europeu e o Português do Brasil –, sobretudo em casos em que a mesma palavra apresenta grande produtividade numa das variantes, sendo muito pouco produtiva ou mesmo caída em desuso na outra (como é o caso, por exemplo, do item ‘*demandar*’ no PB, substituído no PE contemporâneo por ‘*procurar*’). Assim, o nosso estudo centrar-se-á, especificamente, no verbo ‘*botar*’, um item lexical de reconhecida frequência no PB, mas pouco produtivo no PE, em que, na língua padrão, é regularmente substituído por outros verbos espaciais, contextualmente sinónimos, tais como ‘*deitar*’, ‘*pôr*’, ‘*meter*’ ou ‘*colocar*’ (cf. exemplos 1 e 2 em baixo), sendo o seu uso mais frequente a nível de variantes regionais, sobretudo nos dialectos portugueses setentrionais (p. ex. Beira Interior ou Minho).

O estudo da produtividade lexical do item ‘*botar*’ partirá da análise dos dicionários da Língua Portuguesa e basear-se-á em *corpora* linguísticos vários, tais como textos tradicionais da literatura portuguesa, em *corpora* da língua-em-uso electronicamente disponibilizados na Internet (PE e PB), com o destaque especial para a *Linguateca*, assim como em outros tipos de textos (p. ex., blogues).

Para ilustrar as diferenças de uso do verbo ‘*botar*’ no Português contemporâneo nas suas duas variantes nacionais, atente-se nos casos da mesma receita culinária apresentada em PB (exemplo 1) e em PE (exemplo 2) e, em especial, nas ocorrências verbais nelas observadas.

### Exemplo1. Receita (PB)

F – *Fazer um arroz?*

I – *É, como é que faz?*

F – *Como é que eu faço?*

I – *É*

F – *Eu **boto** a água para ferver, aí cato o arroz, aí vou lavar. Aí **boto** alho na panela com a banha, aí deixo o alho corar, aí **jogo** o arroz dentro, aí espero refogar. Tem que **botar** sal. Mexe, aí depois **boto** água, aí deixo (rindo) cozinhar mas não me agrada fazer comida, não. Não gosto. (PEUL/RJ/Amostra 80).*

## Exemplo 2. Receita (PE)

F - *Como é que eu faço arroz?*

I - *Sim. Como é que faz?*

F - *Como é que eu faço?*

I - *Isso.*

F - **Ponho** água a ferver mas antes lavo o arroz. Num tacho à parte, **deito** alho e um pouco de gordura e deixo o alho alourar. A seguir **deito** o arroz e deixo-o fritar um pouco mexendo sempre para não pegar. **Tempera-se** com sal e **junta-se** a água a ferver. E pronto. É deixar o tempo suficiente para o arroz cozer. Mas cozinhar é coisa que não me agrada. Mas mesmo nada.

Note-se que, nos exemplos acima apresentados, o verbo ‘*botar*’ (ao lado de ‘*jogar*’) é o verbo determinante na apresentação da receita no PB. No PE, pelo contrário, em contextos análogos, o item ‘*botar*’ não ocorre, dando origem a verbos espaciais ‘*pôr*’ e ‘*deitar*’, mas também outros verbos plenos, tais como, por exemplo, ‘*temperar-se*’ ou ‘*juntar-se*’.

Note-se que os verbos espaciais como ‘*pôr*’, ‘*colocar*’, ‘*meter*’, ‘*deitar*’, ‘*botar*’, ‘*jogar*’ existem nas duas variantes do Português (PE e PB) e, em certos contextos, podem ser considerados sinónimos, isto é, podem ser sinónimos contextuais, já que referem (ou podem referir) um movimento efectuado por um X em relação a um produto Y para dentro de um recipiente Z:

X	<i>põe</i>	Y	<i>em/ dentro de</i>	Z
	<i>coloca</i>			
	<i>mete</i>			
	<i>deita</i>			
	<i>bota</i>			
	<i>joga</i>			
	etc.			

No entanto, o seu emprego diverge de variante para variante, sendo certos usos dos verbos ‘*botar*’ e ‘*jogar*’ (no sentido de ‘*atirar(-se)*’, ‘*arremessar(-se)*’) típicos apenas do PB, conforme apresentado nos seguintes exemplos (exemplos 3):

### Exemplos 3.

- |      |      |                                     |      |                                     |
|------|------|-------------------------------------|------|-------------------------------------|
| (3a) | (PB) | <b><i>botar</i></b> água na panela= | (PE) | <b><i>deitar</i></b> água na panela |
| (3b) | (PB) | <b><i>botar</i></b> água a ferver = | (PE) | <b><i>pôr</i></b> água a ferver     |
| (3c) | (PB) | <b><i>jogar</i></b> arroz dentro =  | (PE) | <b><i>deitar</i></b> arroz dentro   |
| (3d) | (PB) | <b><i>jogar</i></b> o papel fora =  | (PE) | <b><i>deitar</i></b> o papel fora   |

### Informação lexicográfica sobre o verbo ‘*botar*’

Segundo os dicionários consultados (ver: bibliografia), o verbo ‘*botar*’ é de origem germânica e é introduzido no Português por via do Francês medieval no sentido de ‘*golpear*’, ‘*empurrar*’:

“‘*Botar*’ [butár], *v.* (do germ. \**bôtan* ‘golpear’, pelo fr. medieval *bouter* ‘empurrar’)..”

(Dicionário da Academia)

“‘*Botar*’ (do fr. ant. *bouter*, «empurrar, pôr», do frânc. “*bôtan*”. «empurrar, golpear»)”

(Dicionário da Porto Editora (8ª ed.))

“‘*Bouter*’ (Bourgnig. *Bôttai*; Provenç. et Espagn. *Botar*; Ital. *Bottare*) du moyen allemand *bäzen = heurter, frapper.*”

(Dictionnaire de l’Académie Française, 8e ed. (online)<sup>2</sup>)

Os dicionários portugueses sublinham, por regra, o carácter específico do verbo ‘*botar*’ no Português contemporâneo, indicando o seu uso como *brasileirismo* ou como *uso popular/ regionalismo*:

<sup>2</sup> *Supplément au dictionnaire – « D’après M. D’Arbois de Jubainville (revue celtique, T.4, pp. 126) **bouter** vient non pas du moyen allemand *Bäzen*, qui a subi la seconde substitution de la dentale, mais d’un **mot franc bautan** qui avait échappé à cette substitution ». (sublinhados nossos).*

“*Region. Brás.*”

1. **Deslocar** até determinado lugar ou posição e deixar aí ficar. ≈ **COLOCAR, DEPOSITAR, PÔR**, ≠ **RETIRAR, TIRAR**. «*Estão dizendo que o Coronel Rego Barros vem por aí para **botar** tudo o que é rico na cadeia.*»

2. **Lançar, expelir, deitar**. *A fonte **bota** água fresquinha.*

3. **Colocar** dentro de. ≈ **INTRODUZIR, PÔR**. ≠ **RETIRAR, TIRAR**.

4. **Colocar** em algum lugar, com determinado fim ou objectivo. ≈ **PÔR**. «*O mestre José Amaro gritou para dentro de casa: - Sinhá, **bota** esse jantar*»

(...)

18. Usa-se seguido de um nome ou grupo nominal, indicando:

18.1. Acção. ≈ **FAZER, PRODUZIR**. ***Botar** discurso. **Botar** sentença.*”  
(*Dicionário da Academia*)

“**BOTAR** ① v. tr. 1 [**pop**] deitar, atirar, lançar fora; 2 [**pop**] verter; 3 vestir, pôr, usar. 4 colocar. 5 introduzir, enfiar. 6 embotar. 7 desbotar.  
v. int. 1. estender-se. 2. orçar. 3. pôr ovos.

v. ref. 1. arremessar-se, atirar-se, 2. (dente) tornar-se boto. 3. entregar-se. 4. estragar-se; [**pop**] – **a carga ao mar vomitar**”

(*Dicionário da Porto Editora*)

As indicações e/ou restrições de uso acima referidos não surgem, no entanto, em dicionários brasileiros:

“**Botar** ETIM. Fr. ant. v. *boter* (c 1100) actual *bouter* (1230) ‘empurrar, avançar, crescer, bater’ e, este, do frânc. “*bôtan* ‘id.’, deduzível a partir da comparação com o m. b.-al *bôten* ‘id.’ Ing. ant. *beatan* ‘id.’ e nórd. ant. *bauta* ‘id.’; ver 1 *bot-* ◉ SIN/VAR colocar, deitar, meter, pôr.

GRAM. a) *botar*, assim como os seus sinónimos *pôr, colocar, meter, etc.*, quando bitransitivos, exige complemento preposicionado denominado “locativo”, sem o qual a frase fica incompleta b) *botar* v. pron. é us. como V. AUX.. exprimindo “início de acção” (aspecto incoativo) [ver *aspecto*] (*b. –se a chorar, a correr*)” (*Dicionário Houaiss*)

## O verbo ‘*botar*’ nos textos tradicionais e na literatura portuguesa

Ao longo dos séculos, o verbo ‘*botar*’ surge frequentemente em textos tradicionais portugueses, bem como nos textos clássicos de literatura, conforme é ilustrado, a seguir, pelos exemplos de lendas tradicionais, textos de Gil Vicente ou de Fernão Mendes Pinto. No excerto de um conto popular que apresentaremos primeiro, é possível observar o emprego de ‘*botar*’ com duas acepções distintas: na primeira ocorrência, é passível a sua substituição pelos verbos espaciais ‘*pôr*’ ou ‘*colocar*’, tal como no PE contemporâneo; contudo, na expressão “*e começou-as a botar*”, o sentido do verbo circunscreve-se a um uso nitidamente de âmbito diatópico: ‘*botar o gado*’ significa, aqui, *levar as cabras a pastar*<sup>3</sup>:

### Contos populares e lendas:

*“Uma vez, quando Cristo andava e mais S. Pedro pelo Mundo, passaram lá num rio, e Nosso Senhor disse a S. Pedro que levasse uns poucos de peixes, e depois chegou lá a uma fraga, e mandou-os lá botar.*

(...)

*.E depois chegaram lá a um sítio e encontraram muitas abelhas. E Nosso Senhor disse assim:*

— *Ó Pedro, pega nessas abelhinhas e mete-as todas aí na manga do casaco.*

— *Ó Pedro, leva aqui as abelhinhas a pastar.*

*E começou-as a botar, e estavam todas mortas.*

— *Ó Pedro, pois então tu mataste-las?”*

*(Contos Populares e Lendas, J. Leite de Vasconcellos, Acta Universitatis Conimbricensis, Vol. I, pág. 242, sublinhados nossos).*

No início do século XVI, como atesta o excerto de um Auto de Gil Vicente apresentado a seguir, ‘*botar*’ tem o sentido de *pôr a navegar* e/ou *empurrar a embarcação*. O seu uso, à data, aparece em contextos que aproxima o valor de ‘*botar*’ ao valor etimológico de ‘*bouter*’ (do fr. med. *bouter*; «empurrar»)<sup>4</sup> (cf. secção 2), o que não é de estranhar se considerarmos a época em que o texto de Gil Vicente foi produzido. Contudo, tudo indica que esta acepção deixou de ser produtiva, deixando, porventura, alguns vestígios em registos de cariz popular, de carácter metafórico, e circunscritos do ponto de vista geográfico como se pode observar na expressão ‘*botar o navio ao mar*’, da região de Viana do Castelo (cf. secção 4).

<sup>3</sup> <http://artefactosmouriscas.blogs.sapo.pt/1933.html>

<sup>4</sup> Dicionário da Academia

**Gil Vicente:**

“*Vem um companheiro do arrais do inferno e diz:*

– Parceiro gur gur garau.

Diabo – *Porquê?*

Comp.– *Porque é assi.*

Diabo – *Ora **bota ou bota au.***

Comp.– *Eu só **botara** na nau  
com este dedo sem ti*

(...)

Vem um lavrador com seu arado às costas e diz

– *Que é isto? cá chega o mar?*

*Ora é forte cagião.*

Diabo – *Alto sus quereis passar?*

*ponde i o chapeirão*

*e ajudareis a **botar.**”*

(Gil Vicente, *Auto da Barca do Purgatório* (1518),  
sublinhados nossos)

Na literatura portuguesa do início do século XVII, o verbo ‘*botar*’ surge já, de forma reiterada, com o valor de *pôr, colocar*, conforme observamos nos trechos apresentados em baixo:

**Fernão Mendes Pinto:**

“Cap. 97 - Do que vimos depois que saímos de uma cidade a que chama-  
vam Funquinilau

*E muitos chins nos afirmaram que neste império da China, tanta era a gente que vivia  
pelos rios como a que habitava nas cidades e vilas (...) porque cada sorte de trato e de  
mercancia de que os homens vivem, se divide em três e quatro formas, desta maneira: no  
trato das adens, uns tratam em **botar** os ovos de choco e criarem adinhos para venderem,  
(...)”*

(Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*  
(publicada em Lisboa em 1614), sublinhados nossos)

**Francisco Rodrigues Lobo:**

“*Porém dai-me licença que em boa paz vá **botando** a rasoura a esses louvores das  
ciências que acogulastes; e sabereis que, de cento, não há um letrado que não traga cascavel  
por onde lbe conheçais a altura em que anda como furão; e, se o tirardes do bairro de sua  
profissão, se perde na metade da hora do dia como em beco sem saída; (...)*”

(Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia* (1619),  
sublinhados nossos).

## Usos específicos no PE

É curioso verificar que, em Portugal, as fontes filológicas e etnológicas referem vários costumes em que se observam expressões com o verbo ‘*botar*’. Estas expressões, hoje praticamente incompreensíveis a nível do Português padrão, podem, no entanto, manter-se pontualmente a nível de algumas variantes diatópicas, sobretudo no caso dos dialectos setentrionais. Para ilustrar este tipo de expressões ligado aos usos e costumes do Portugal que hoje praticamente já desapareceu, vejam-se os casos de (das expressões) ‘*botar o navio ao mar*’, ‘*botar a burra*’, ‘*botar cá licença*’ ou ‘*ir botar os confeitos*’.

Assim, a expressão ‘*ir botar os confeitos*’ (Outeiros, Viana do Castelo) era utilizada nos casamentos: se a noiva não era da freguesia do noivo, este ia à terra dela com os amigos ‘*botar os confeitos*’<sup>5</sup>, o que originalmente indicava, de facto, uma acção de lançar os confeitos ao ar em sinal de festa, mas passou, depois, a significar a actividade festiva em geral.

Da mesma região vem a expressão ‘*botar o navio ao mar*’ (Outeiro, Viana do Castelo), referindo uma situação de namoro mais “avançado”: quando um rapaz, ou uma rapariga aparecem pela primeira vez a namorar, encostados a uma parede, diz-se que ‘*botou o navio ao mar*’<sup>6</sup>, metaforizando, assim, a situação de namoro como uma viagem marítima.

Na Beira, utilizava-se a expressão ‘*botar a burra*’ (Moreira de Rei, Guarda), referindo-se aos costumes da terra ligados ao Entrudo. Nessa altura, era costume os rapazes solteiros da aldeia ‘*botarem a burra*’, isto é, vestirem-se de burras e entrarem de surpresa em todas as casas onde havia raparigas solteiras, assustando-as e agarrando-as.<sup>7</sup> A expressão recria, assim, metonimicamente um costume antigo.

Embora na região centro e sul de Portugal o emprego do verbo seja muito mais raro do que no norte, era utilizada a expressão ‘*botar cá licença*’ (registada em Sacavém, Lisboa; Figueiró dos Vinhos, Leiria). No Alto Alentejo, era utilizada no sentido de *dar, conceder licença*. Nos bailes, quando um rapaz queria dançar com uma rapariga que estava a dançar com outra pessoa, batia nas costas dessa pessoa e dizia ‘*botar cá licença*’, passando a dançar com a rapariga<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> [http://cvc.institutocamoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28\\_pag\\_245.pdf](http://cvc.institutocamoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28_pag_245.pdf)

<sup>6</sup> [http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28\\_pag\\_245.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28_pag_245.pdf)

<sup>7</sup> [http://www.eb23-evelhe.rcts.pt/projecto\\_a\\_b\\_files/moreira\\_marinhao/moreira\\_botar\\_burra.pdf](http://www.eb23-evelhe.rcts.pt/projecto_a_b_files/moreira_marinhao/moreira_botar_burra.pdf)

<sup>8</sup> *Revista Lusitana*, vol.XIX, n.ºs 3-4.

Hoje em dia, o verbo ‘*botar*’ mantém ainda alguma produtividade a nível dos dialectos portugueses setentrionais. Observe-se o exemplo da gíria covilhanense (Covilhã, Beira Interior)<sup>9</sup>, em que o verbo ‘*botar*’ significa *deitar, vaziar* ou, então, *mandar embora*, como em “*Ela meteu-se lá dentro, mas botaram-na fora*”. Em Trás-os-Montes, o ‘*botar*’ pode surgir na expressão ‘*botar de baras*’, no sentido de *supor, prever*, como em ‘*Botei de baras que chegarias mais cedo e enganei-me*’<sup>10</sup>.

Nos dialectos das ilhas, o ‘*botar*’ surge também com sentidos específicos. Na Madeira refere um acto de *bordar de certa forma*<sup>11</sup>, enquanto nos Açores significa *ir em direcção a / ir dar a*, como se pode observar no seguinte texto:

“O porto Grande entra pela terra na boca daquele vale, onde agora é a vila, todo o que é de comprido, o espigão que entre os dois portos está, e **bot**a pela parte do Norte a um forte que se fez depois que Pé de Pau ali foi e acometeu esta ilha o ano de mil e quinhentos e cinquenta e três.”<sup>12</sup>

Em línguas de especialidade, existe, igualmente, um uso restrito do verbo ‘*botar*’ que se refere à última parte da fase preparatória da marinha e consiste na alimentação dos cristalizadores com a água utilizada para se iniciar a extracção do sal<sup>13</sup>.

O verbo português ‘*botar*’ sobrevive, ainda, de certa forma nos crioulos de base lexical portuguesa. Vejam-se os exemplos do Português de Malaca, em que ‘**botá**’ quer dizer *botar, lançar, aplicar, colocar* e ‘**botado**’ significa *atirado, estendido*.<sup>14</sup> No léxico são-tomense<sup>15</sup>, por outro lado, existe o verbo ‘**buta**’, no sentido de *lançar, pôr*, bem como diversas expressões deverbais de que este verbo faz parte, atribuindo-lhes carácter incoativo ou causativo; assim, ‘**buta**

---

<sup>9</sup> <http://www.cm-covilha.pt/simples/?f=2263>

<sup>10</sup> <http://www.bragancanet.pt/cultura/vocabulario/>

Compare-se, igualmente, o caso dos dialectos galegos, em que ‘**botar**’ tem o significado de ‘*figurarse*’. “Naqueles casos en que segue unha cláusula tamén se poden empregar como sinónimos as expresións verbais *facen de conta*, **botar de conta**, *facen conta de*, **botar conta de**. *Fai de conta* (= *Fai conta de*) *que quedamos sen árbores*. **Bota de conta** (= **Bota conta de**) *que non hai ninguén observándote e compórtate con naturalidade*.” (<http://consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/estandarizacion.pdf/>)

<sup>11</sup> [http://www.nesos.net/imgdocs/nesos\\_publicar/ebooks/vocabulario/vocabulario.pdf](http://www.nesos.net/imgdocs/nesos_publicar/ebooks/vocabulario/vocabulario.pdf)

<sup>12</sup> <http://www.azoreangenealogy.com/files/livro1.pdf>

<sup>13</sup> <http://www.prof2000.pt/users/avcultor/DiamDias/GlosMari30.htm>

<sup>14</sup> <http://rcl.com.sapo.pt/malacadicionario.html>

<sup>15</sup> Fontes (2007) → [http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes\\_2007](http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes_2007)

*floli* quer dizer ‘florescer’, ‘*buta kume*’ significa ‘frutificar’ e ‘*buta vungu*’, ‘cantar’. Dizer ‘*buta kume pé meza*’ significa pôr a comida na mesa; ‘*buta keloson ba lonji*’ (lit. atirar o coração para longe) usa-se no sentido de ‘divertir-se’ e ‘*zuga buta*’ quer dizer *deitar fora*<sup>16</sup>.

## Consciência da especificidade brasileira

Se em Portugal o verbo ‘*botar*’ é remetido para a especificidade da variante brasileira ou para usos regionais (e/ou populares), o que tem o seu eco até a nível lexicográfico, no Brasil parece não existir a consciência da diferença da produtividade deste item lexical nos dois lados do Atlântico. No Brasil, além de ser muito produtivo na oralidade, o verbo faz parte de muitas expressões idiomáticas, tais como: ‘*botar as barbas de molbo*’, ‘*botar as cartas na mesa*’, ‘*botar (pôr) lenha na fogueira*’<sup>17</sup>, casos igualmente conhecidos em Portugal, nos quais o verbo ‘*botar*’ é substituído por ‘*pôr*’.

Por outro lado, existe, no Brasil, uma certa consciência do carácter popular do verbo, o que pode levar os falantes a assumirem reacções de hipercorreção, substituindo-o por um dos seus sinónimos contextuais como ‘*colocar*’:

*Se o verbo PÔR anda esquecido, pior aconteceu com o verbo BOTAR. A cozinheira que antes ‘botava água no feijão’, agora prefere ‘colocar água no feijão’. E a pobre da galinha que antigamente preferia ‘pôr ou botar ovos’, agora é obrigada a ‘colocar ovos’. Em breve, a galinha poedeira será substituída pela ‘galinha colocadeira’.*<sup>18</sup>  
(sublinhados nossos)

## O verbo ‘*botar*’ nos *corpora* electrónicos (*Linguateca*) e nos *blogues*

Observem-se, agora, os usos contemporâneos do verbo ‘*botar*’ nos *corpora* electrónicos disponibilizados na *Internet*, sobretudo na *Linguateca*, tanto nos *subcorpora* portugueses (PE) como brasileiros (PB). Vejamos, primeiro, os exemplos do PE (exemplos 4 a 9):

<sup>16</sup> Fontes (2007) → [http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes\\_2007](http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes_2007)

<sup>17</sup> <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4603.pdf>

<sup>18</sup> [http://educacao.petropolis.rj.gov.br/educacao/modules/xt\\_conteudo/print.php?id=41](http://educacao.petropolis.rj.gov.br/educacao/modules/xt_conteudo/print.php?id=41)

#### Exemplo 4

“Na manhã seguinte, na aula de Português, o director, normalmente sensato, compôs a cara séria número um e **botou discurso**.”

#### Exemplo 5

“Zé Lingrinhas alega que não é nenhum criminoso, porque se o quisesse ser já o tinha sido; já tive esta noite [ontem] oportunidades de **botar abaixo** a pessoa que me prendeu: o polícia Fafe, a quem diz ter vendido duas pistolas.”

#### Exemplo 6

“Mas Cadilhe não caiu nesse erro e **botou palavra** frente à plateia indefectível do primeiro-ministro”

#### Exemplo 7

“Qualquer cretino tem, através dos programas de escovas de dentes e quejandos, direito a vir «**botar faladura**» sem saber minimamente do que está a falar.”

#### Exemplo 8

“Antigamente havia um farol em Matosinhos, que era um farol grande, e o meu pai ia para lá namorar com a minha mãe, e como tinha lá um canudo, **botaram o apelido Canudo ao meu pai**.”

#### Exemplo 9

“Depois eu ia com uma carpeta para **botar** a acabar de secar e ela também me disse: Realmente você é força de vontade que tem !”

Conforme demonstram os exemplos 4 a 8<sup>19</sup>, o verbo ‘botar’ surge no PE sobretudo nas lexias com um certo grau de fixidez, como em: ‘**botar discurso**’, ‘**botar faladura**’, ‘**botar palavra**’. ‘**botar opinião**’, ‘**botar sentença**’, isto é, num paradigma com o sentido de *falar, opinar, discursar*. Outras ocorrências atestadas são as da construção ‘**botar**’ + [nome de X], no sentido de *atribuir o nome de X* ou na construção fixa: ‘**botar abaixo**’.

A especificidade dos usos do verbo ‘botar’ verificada no PE (*Linguateca*) é confirmada pelos empregos de ‘botar’ observados nos *blogues* (cf. exemplos 10 a 12):

---

<sup>19</sup> O exemplo 9 é difícil de ser interpretado aos falantes do PE padrão.

### Exemplo 10

*“Se o Porto projectou então não presta está tudo comprado... É a institucionalizada política do «bota-abaixo» usada por aqueles que não têm capacidade de «botar-acima»!!!”<sup>20</sup>*

### Exemplo 11

*“Eu, amante do tuning e de velocidade e presente nesse dia e em praticamente em todos, discordo devido a sermos todos muito bons amigos e reunirmo-nos lá todos para conviver, dialogar... tudo bem que fazemos corridas e tudo mais, mas **botamos** muito fix... sem pôr em perigo outros transeuntes da via e espectadores...”<sup>21</sup>*

### Exemplo 12

*“Vi de passagem esse programa na Sic Mulher, e assim que vi essa senhora lá estava a **botar discurso** fix logo zap. Figurinha arrogante e convencida! Como é possível que ainda alguém a chame para **botar faladura** em seja lá aquilo que fôr.”<sup>22</sup>*

No que diz respeito às ocorrências do verbo ‘botar’ no PB (*Linguateca*), os corpora electrónicos comprovam, de facto, a especificidade brasileira, tal como se pode verificar a seguir, nos exemplos 13 a 17. As expressões fixas neles observadas ou não ocorrem no PE, como em ‘botar banca de valente’ (exemplo 14) e ‘botando prá quebrar’ (exemplo 15) ou, então, existem, mas substituem o ‘botar’ com o verbo ‘pôr’, em casos como ‘botar a boca no trombone’ (exemplo 17) ou ‘botar lenha na fogueira’ (exemplo 16).

### Exemplo 13

*“Diante do goal o torcedor saltava, abria a boca, **botava a alma para fora.**”*

### Exemplo 14

*“A balbúrdia foi grande e até o massagista adversário queria **botar banca de valente**, quando socorria Enciso.”*

### Exemplo 15

*“Este fez bom lançamento a Sérgio, que dominou Eurico e chutou forte, fazendo 2 a 0. Nas gerais e numeradas, a torcida cantava Olé olá, colorado está **botando prá quebrar.**”*

<sup>20</sup> <http://www.indiscutivel.com/noticia?id=121920>

<sup>21</sup> [sofiaalexandracarneiro@hotmail.com](mailto:sofiaalexandracarneiro@hotmail.com)

<sup>22</sup> <http://teacher.weblog.com.pt/arquivo/2005/12/infidelidade.html>

## Exemplo 16

“O senador Ney Suassuna disse que não quer **botar lenha na fogueira**”

## Exemplo 17

“Para provar que não perde uma oportunidade sequer de **botar a boca no trombone**, o bispo Edir Macedo já se candidatou a nova aquisição.”

## Resultados e conclusões

O verbo ‘*botar*’, hoje frequente e produtivo no PB e restrito a usos específicos fixos no PE contemporâneo padrão, foi, ao longo dos séculos, um verbo espacial utilizado na literatura com o sentido de *pôr* e *colocar*, conforme atestam os textos de várias épocas, tais como, entre outros, os contos e lendas populares, os textos de Gil Vicente ou de Fernão Mendes Pinto. Este verbo deu também origem aos verbos utilizados hoje nos crioulos de base lexical portuguesa, tal como se pode observar, hoje ainda, no crioulo de Malaca ou no(s) crioulo(s) são-tomense(s).

No PB, o verbo é produtivo e frequente na linguagem do dia-a-dia com o sentido de *colocar*, *deitar*, *pôr*, embora haja tendência para o substituir pelo sinónimo contextual ‘*colocar*’, quando se pretende que o uso não seja rotulado como popular (hipercorreção).

Pelo contrário, no PE padrão não surgem ocorrências do verbo ‘*botar*’ na linguagem do dia-a-dia no sentido observado no PB, sendo substituídas pelos seus sinónimos contextuais ‘*deitar*’, ‘*pôr*’ ou ‘*colocar*’. O verbo ‘*botar*’ surge pontualmente apenas nas lexis com um certo grau de fixidez, em que se observam usos não literais, mas preferencialmente metafóricos. Verificamos, assim, basicamente a ocorrência de três paradigmas em que o verbo pode surgir: (i) no sentido de *falar*, *opinar*, *discursar*: ‘*botar discurso*’, ‘*botar faladura*’, ‘*botar palavra*’, ‘*botar opinião*’, ‘*botar sentença*’; (ii) no sentido de *atribuir o nome de X*: ‘*botar* + [nome de X]’ e nas expressões (iii) ‘*botar para cima*’ / ‘*botar para baixo*’. No PE dialectal, o ‘*botar*’ mantém ainda certa produtividade, sobretudo nos dialectos setentrionais (p. ex., na Beira Interior).

Com base nas observações atrás tecidas, podemos concluir que existe um grande desnível no emprego do verbo ‘*botar*’ nas duas variantes nacionais da Língua Portuguesa: este verbo é frequente e corrente no PB, mas raro e específico no PE, estando confinado sobretudo a usos fixos e metafóricos na língua padrão, bem como a regionalismos.

A fim de se proporcionar no futuro um estudo mais completo dedicado aos usos dos verbos espaciais e, em particular, do verbo *'botar'*, afigurar-se-á importante efectuar um estudo contrastivo, em ambas as variantes (PE e PB), dos empregos contemporâneos dos verbos espaciais *'pôr'*, *'colocar'*, *'meter'*, *'deitar'*, por um lado, e *'botar'* e *'jogar'*, por outro. Este tipo de estudo que permitirá determinar o tipo de emprego prototípico em cada um dos casos (literal/metafórico, espacial/ não espacial, etc.) irá contribuir para o estudo da diversidade da Língua Portuguesa, traduzindo dinâmicas diferentes de desenvolvimento das duas variantes linguísticas (PE e PB) e espelhando a variação social, histórica e cultural em que as mesmas se têm vindo a desenvolver.

### Capítulo 3

## INDETERMINAÇÃO OU POLISSEMIA? A REDE SEMÂNTICA DO VERBO *TER* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO<sup>1</sup>

*Diogo Pinheiro*

Se a semântica lexical de inclinação formalista é conhecida por evitar o fenômeno da polissemia, os estudos sobre o verbo *ter* no português brasileiro (PB) não fogem à regra. Esses estudos têm insistido em duas ideias importantes: (i) o verbo *ter* exibe um único significado altamente geral e inespecífico (indeterminação ou vagueza) e não um conjunto de sentidos relacionados (polissemia); e (ii) a indeterminação semântica de *ter* chega ao ponto de torná-lo desprovido de qualquer conteúdo conceptual, de maneira que restaria ao verbo veicular informações gramaticais.

Neste capítulo, procuraremos questionar essas duas hipóteses. Ao desenvolver uma investigação, de cunho cognitivista, sobre o *ter* pleno (não-auxiliar e não-modal) no PB contemporâneo, esperamos deixar demonstrado que: (i) esse verbo, longe de ser semanticamente vazio, associa-se a um cenário conceptual específico; e (ii) seu significado pode ser mais bem apreendido por meio de uma rede de sentidos inter-relacionados (polissemia).

---

<sup>1</sup> Registro meu agradecimento às amigas Juliana Marins e Liana Biar pela leitura atenta e pelas sugestões. Os erros que permanecem, claro, são de minha inteira responsabilidade.

## Dos dicionários à semântica formal: o verbo *ter* entre a polissemia e a vagueza

Quantos sentidos tem o verbo *ter*? Provavelmente, existem para essa pergunta tantas respostas quanto estudiosos dispostos a pensar no assunto. O dicionário Houaiss eletrônico (2009), por exemplo, registra nada menos que 42 significados (sem contar as subdivisões). Já no *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (Borba et alii, 1990), o verbete *ter* se estende por quatro páginas, dividindo-se em cinco grandes grupos de sentidos: *estado*, *processo*, *ação com sujeito agente*, *auxiliar* e *modalizador*. Esses cinco grupos multiplicam-se em um sem-número de acepções, que vão de “posse inerente ou transitória”, “parte inalienável” ou “medida, idade, quantidade” a “considerar, julgar” e “admitir, concordar”, passando por usos como “manter-se” ou “conservar”. Alguns exemplos, que retiramos de Borba *et alii* (1990), devem dar uma ideia da complexidade do problema:

- (1) Maria Rita tem onze filhos e cinco netos.
- (2) Não tenho culpa disso.
- (3) A minha lagartixa tem quase dois palmos.
- (4) Um mocinho sem chapéu teve um gesto de desânimo.

Se a tendência das obras lexicográficas é a de inflar o número de sentidos de *ter*, a semântica formal tem procurado reduzir, ou mesmo extinguir, a polissemia. Franchi, Negrão e Viotti (1998), Viotti (2003) e Lopes (2008) têm em comum a opção por postular um único sentido bastante geral e abstrato para o verbo *ter*, tratando a variedade de acepções como subprodutos obtidos graças à interação do verbo com o restante da sentença. A aposta, portanto, recai sobre o conceito de vagueza, e prevalece a ideia de que o verbo seria, em sua essência, rigorosamente monossêmico.

Entre a multiplicação de sentidos dos dicionários e a tendência à monossemia encontrada nos trabalhos formalistas, o que está em jogo é uma tensão que comparece sistematicamente no estudo do significado: trata-se da decisão entre *puxar o significado para cima ou para baixo* (SILVA, 2006, cap. 2). “Puxar o significado para cima” equivale a buscar um único sentido altamente inespecífico. “Puxá-lo para baixo” corresponde ao movimento no sentido dos usos concretos e da realidade psicológica.

Neste trabalho, procuraremos nos contrapor à tradição formalista. Seguindo a trilha aberta pela Linguística Cognitiva desde a década de 80 (BRUGMAN, 1981; LAKOFF, 1987), mostraremos as vantagens de puxar o significado um pouco mais para baixo, abrindo espaço para um tratamento da polissemia. Antes disso, porém, apresentaremos, nas próximas seções, dois dos estudos formalistas que propuseram puxar o significado de *ter* até as alturas da indeterminação semântica: Franchi, Negrão e Viotti (1998) e Viotti (2003).

### **Franchi, Negrão e Viotti (1998): o verbo *ter* e as sentenças existenciais**

O estudo de Franchi, Negrão e Viotti (1998; doravante, FNV) focaliza as sentenças existenciais (do tipo *Tinha um gato preto perto dela*), nas quais o verbo *ter* se insere hoje como opção preferencial no PB. Não se trata, portanto, de uma investigação acerca da semântica de *ter*. Apesar disso, esse trabalho permite entrever alguns pontos de vista relevantes para os nossos propósitos.

Em poucas palavras, os autores enxergam o verbo *ter*, pelo menos nos contextos existenciais, como um operador funcional, cujo papel é veicular dêixis temporal e quantificação aspectual. Nesses casos, entende-se que a predicação não seria estabelecida pelo verbo – em vez disso, ela se daria entre os elementos da coda das sentenças (no exemplo do parágrafo anterior, *um gato preto e perto dela*).

A abordagem do *ter possessivo* – que os autores chegam a tangenciar, ainda que o trabalho contemple prioritariamente as sentenças existenciais – segue o mesmo caminho. Depois de listar, a título de exemplificação, uma série de relações semânticas identificáveis nas sentenças possessivas com *ter* (como “posse inerente”, “posse transitória”, “parte-todo”, “inclusão”, “disponibilidade”, dentre outras), FNV sustentam, mais uma vez, que “as relações semânticas estabelecidas não estão inscritas como propriedade temática do verbo”. Evidência disso seria a ausência de restrições impostas pelo *ter* quanto à natureza dos argumentos.

Na prática, isso significa que as diferentes relações semânticas das sentenças com *ter* não devem ser atribuídas ao significado do próprio verbo; em vez disso, os autores entendem que *a interpretação depende, componencialmente, do sentido dos sintagmas nominais e preposicionados que formam as expressões*. Com isso, restaria, para o verbo *ter*, o papel de expressar *uma relação muito abstrata e inespecífica*.

Essa posição, ressalve-se, diz respeito apenas à interpretação das sentenças. Os autores não se comprometem, portanto, com um modelo de representação lexical de *ter*. Ainda assim, eles chegam a sugerir caminhos para dar conta dessa representação, apontando, como modelos adequados a essa tarefa, a teoria da predicação desenvolvida por Carlos Franchi e Márcia Cançado (CANÇADO, 1995), a gramática das construções (no modelo de Adele Goldberg ou no de Charles Fillmore e Paul Kay) e a teoria do léxico gerativo de Pustejovsky (1995). O interessante aqui é notar que esses três modelos, em que pesem suas profundas divergências epistemológicas, guardam pelo menos uma afinidade notável: todos eles contam com instrumentos que permitem reduzir a polissemia verbal.

Em suma, essa breve apresentação mostra que o trabalho de FNV alinha-se à tendência que Silva (2006: 23) batizou de *despolissemização da linguagem*: sua linha de argumentação caminha sempre no sentido de esvaziar semanticamente o verbo *ter*, de modo a permitir que ele acomode um amplo leque de usos distintos.

### **Viotti (2003): a composicionalidade das sentenças possessivas e existenciais**

O trabalho de Viotti (2003), ao focar a semântica do verbo *ter* com base na teoria da predicação de Carlos Franchi e no modelo do léxico gerativo de Pustejovsky (1995), resgata e desenvolve algumas das posições já presentes em FNV, ao mesmo tempo em que procura formalizar a representação lexical de *ter*.

O objetivo central do estudo é demonstrar *que existe apenas um verbo ter no léxico do português do Brasil, e que a polissemia que se observa nas várias sentenças que ele constrói é consequência* (VIOTTI, 2003: 221). Note-se bem: ao mesmo tempo em que descarta a homonímia ao defender que *existe apenas um verbo ter*, a autora procura retirar da polissemia qualquer estatuto teórico relevante, tratando-a mero subproduto contextual – ou *consequência*. Sob essa perspectiva, portanto, a polissemia não passaria de um epifenômeno.

Nesse sentido, a estratégia básica de Viotti é idêntica à de FNV. Trata-se de esvaziar semanticamente o verbo *ter*, assumindo que ele não tem capacidade predicativa e não pode atribuir papel temático – o que o caracteriza como verbo leve. Com isso, está aberto o caminho para sustentar que esse verbo *tem uma contribuição muito pequena na construção do sentido das sentenças das quais participa* (VIOTTI, 2003: 222).

A proposta se fundamenta, de maneira crucial, na teoria de predicação desenvolvida por Franchi (1997), cujo principal *insight* reside na ideia de que *toda vez que uma categoria substantiva se concatenar a outra na sintaxe, uma relação de predicação vai se estabelecer na semântica* (VIOTTI, 2003: 226). Esse princípio permitirá explicar a emergência de um sem-número de sentidos nas sentenças com *ter* sem que para isso seja necessário inflar a representação lexical do verbo. Em vez disso, basta assumir que esses sentidos resultam da composicionalidade semântica entre os diversos itens capazes de estabelecer predicação. Isso fica claro nos exemplos abaixo:

- (5) A Maria tinha muitas joias.
- (6) A Maria tinha muitas joias guardadas debaixo do colchão.
- (7) A Maria tinha muitas joias da Regina guardadas debaixo do colchão.
- (8) A Maria teve muitas joias destruídas pelo fogo.

Embora tanto (5) quanto (6) veiculem posse alienável, esse sentido é apenas secundário no segundo exemplo, já que a inserção do adjunto faz com que a ideia mais relevante ali seja a de locação – como se pode constatar por meio de (7). No exemplo (7), ainda, a autora detecta, graças à presença de um elemento possuidor (“da Regina”), uma interpretação mais agentiva, que aproxima o *ter* do seu sentido original de *manter*. Por fim, em (8), com a alteração do adjunto e do aspecto da sentença, o sujeito passa a ser interpretado como experienciador.

A lição que deve ficar desses exemplos, segundo a autora, é simples: trata-se de *mostrar que uma possibilidade de explicação para essa multiplicidade de sentidos está na hipótese de que a construção dos sentidos se faz composicionalmente, combinando os sentidos individuais dos itens lexicais em sentidos mais e mais complexos* (VIOTTI, 2003: 226).

O passo seguinte na proposta de Viotti é explicitar, de maneira formalmente rigorosa, esse mecanismo composicional. Para isso, a autora se socorre do modelo do léxico gerativo, desenvolvido por Pustejovsky (1995). Nele, a representação de um item lexical inclui informações relativas a sua estrutura argumental, estrutura de evento, estrutura *qualia* e estrutura de herança lexical<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Aqui, só interessam os três primeiros níveis. No primeiro deles, especificam-se o número e o tipo de argumentos ligados ao item lexical. O segundo se refere ao tipo de evento expresso pelo item (estado, processo ou transição), sua hierarquia e ordem cronológica. O terceiro, por fim,

Para entender de que modo esses níveis de representação permitem explicar a semântica das sentenças com *ter*, observe-se o exemplo abaixo (p. 235).

(9) Aquela editora tem muitos livros de política e linguística.

Cabe notar, antes de mais nada, a ambiguidade de (9), que tanto pode significar *Aquela editora estoca muitos livros de política e linguística* quanto *Aquela editora publica muitos livros de política e linguística*. Para explicar o fenômeno, a autora começa observando que cada um dos argumentos pode apresentar dois sentidos. O argumento sujeito pode designar a editora como *espaço físico* ou pode remeter à *empresa ou organização*. O argumento objeto, por sua vez, pode ser lido como *objeto físico* ou como *informação, conteúdo*.

A partir daí, Viotti mostra que cada um desses sentidos está relacionado a um *quale* diferente. No caso de *espaço físico* (para *aquela\_editora*) ou *objeto físico* (para *muitos\_livros...*), trata-se do *quale* constitutivo. Por isso, a editora é entendida como *local* que estoca livros, ao passo que os livros são interpretados como *objetos* contidos em um estoque. No caso de *empresa* (para *aquela\_editora*) e *informação* (para *muitos\_livros...*), trata-se, respectivamente, dos *qualia* télico (a editora é a empresa que tem a função de publicar livros) e agentivo (os livros surgem a partir da publicação).

A ambiguidade aparece também na estrutura de evento. Viotti desmembra a estrutura de evento de *ter* em dois subeventos, como é comum a verbos transitivos, e liga cada subevento a um argumento. Quando o verbo assume o sentido de *publicar*, entende-se que o primeiro subevento é interpretado como um *processo* (associado ao *quale* agentivo do primeiro argumento), ao passo que o segundo subevento é visto como *estado resultante* (ligado ao *quale* télico do segundo argumento). Nesse caso, os dois subeventos estão ordenados em seqüência: o primeiro é anterior ao segundo.

Não é isso que ocorre na outra leitura, em que o sentido de *ter* se aproxima do sentido de *conter, estocar, armazenar*. Aqui, os dois subeventos – ambos interpretados como *estados* – são simultâneos e vinculam-se aos *qualia* constitutivos

---

é um sistema de conhecimento referencial que prevê quatro *qualia* possíveis: formal (especifica as características que distinguem um objeto dentro de um domínio mais amplo), constitutivo (estabelece algum tipo de relação entre o objeto e suas partes ou constituintes), télico (especifica o objetivo ou função do objeto) e agentivo (relacionado à origem do objeto).

de cada um dos argumentos. Viotti reconhece que pode causar estranheza, neste caso, a opção por desmembrar o evento, já que não existiriam aqui duas etapas ou partes constitutivas do evento. Ainda assim, a autora alega que a motivação para esse desmembramento advém da necessidade de marcar qual dos dois subeventos deverá ser tratado como núcleo<sup>3</sup>.

Dentro da proposta de Viotti, a ideia de marcação é importante para distinguir os usos possessivos dos existenciais. A comparação que esclarece esse ponto é a seguinte:

(10) Aquela editora tem muitos livros de política e lingüística.

(11) Tem muitos livros de política e lingüística naquela editora.

No exemplo (10), uma repetição de (9) acima, a autora entende que o primeiro subevento é marcado como núcleo, de maneira que o argumento ligado a ele (*aquela editora*) se realiza sintaticamente na posição de sujeito e assume papel de figura. Em (11), por outro lado, é o segundo subevento que se torna núcleo, de maneira que o argumento *muitos livros...* passa à condição de figura.

Toda essa exposição deixa claro que, para Viotti, a multiplicidade de sentidos detectáveis nas sentenças com *ter* pode ser atribuída a dois fatores: o alto grau de indeterminação do verbo e o mecanismo de composicionalidade semântica. Tanto um quanto outro se beneficiam do rigor formal granjeado pelo modelo de Pustejovsky.

A ideia de indeterminação se traduz na estratégia de deixar o verbo não-marcado quanto a uma série de informações da estrutura de evento: a natureza de cada subevento (estado, processo, transição), a relação temporal entre eles e a especificação do subevento núcleo. O mecanismo de composicionalidade, por sua vez, fica formalmente descrito através da interação entre os *qualia* dos argumentos.

## Uma crítica ao tratamento formalista

Como se viu, Viotti, seguindo a trilha aberta por FNV, entende que o verbo *ter* é *totalmente sub-especificado* (p. 235) e apresenta uma estrutura de evento *em si*

---

<sup>3</sup> No modelo de Pustejovsky, o subevento mais proeminente é marcado como núcleo e recebe *status* de *figura* (em oposição a *fundo*).

*vazia de conteúdo semântico* (p. 238). Por trás dessa ideia, está a necessidade de dar conta da vastíssima gama de significados identificáveis nas sentenças com *ter*. O recurso à vagueza/monossemia surge, pois, como uma estratégia clássica para acomodar tantas relações semânticas diferentes sem recorrer à polissemia<sup>4</sup>. No caso de *ter*, esse esvaziamento chega ao ponto de transformá-lo em “verbo leve” ou “operador funcional” – desprovido, portanto, de capacidade predicativa.

Com uma aposta tão alta na vagueza, é natural esperar que a proposta de Viotti dê conta, de fato, de todos os usos de *ter* pleno. O problema aqui é justamente o oposto: ao esvaziar tão completamente o verbo, a ponto de retirar dele qualquer conteúdo semântico e deixar sua estrutura de evento inteiramente não-marcada, a hipótese se torna excessivamente poderosa. O resultado é que ela acaba por permitir mais sentenças do que deveria, já que não encontra meios de excluir usos semanticamente mal-formados. Especificamente, alegamos que a proposta de Viotti prevê a existência de pelo menos um grupo de sentenças não atestadas na prática: aquelas que invertem a assimetria inerente à relação possessiva.

Ao tratar das relações possessivas no inglês, Langacker (1991a: 173) nota que esse tipo de relação é inerentemente assimétrico. O autor mostra que, se os sintagmas *the girl's neck* e *the boy's knife* são possíveis, suas contrapartes invertidas já não o são: *\*the neck's girl* e *\*the knives's boy*. No português, apesar da diferença semântica gritante, as duas formas são atestadas quando se trata da estrutura de genitivo: *A faca do garoto* e *O garoto da faca*. Isso não é verdade, porém, quando está em jogo o verbo *ter*. Nesse caso, a assimetria é visível:

- (12) a. O garoto tem uma faca.  
b. \*A faca tem um garoto.

Fica difícil, contudo, explicar a impossibilidade da sentença (12b), em oposição a (12a), quando se considera que o verbo veicula apenas informações temporais e aspectuais. Afinal, se seu significado depende unicamente da composição semântica dos argumentos, por que ele não assume, em (12b), o sentido de “pertencer”?

O mesmo argumento pode ser estendido a sentenças como (13):

---

<sup>4</sup> Para um panorama das estratégias de minimização da polissemia, ver Silva (2006: 27-31)

(13) Este livro tem 200 páginas.

Nesse caso, o *qualia* constitutivo de *este\_livro* se combina com o *qualia* constitutivo de *200\_páginas* – para Viotti, é isso, e não qualquer informação inerente à semântica de *ter*, que cria o sentido próximo ao de “conter”. O problema aparece quando ocorre a inversão:

(14) \*200 páginas têm este livro.

Aqui, (14) deveria gerar, pela composição semântica dos *qualia* dos argumentos, um sentido próximo ao de: “200 páginas compõem este livro”. Observe-se que essa leitura não infringe nenhuma das condições colocadas por Viotti: os *qualia* estariam compatibilizados e o primeiro argumento seria devidamente marcado como figura. Então, por que essa interpretação, na prática, não se verifica?

A resposta é simples: porque não basta que o argumento sujeito seja figura; ele precisa também ser “possuidor”. O mesmo vale para o objeto: ele deve assumir o papel de “coisa possuída”. Uma especificação como essa, entretanto, traz um problema talvez incontornável para as semânticas de inspiração formalista: para postulá-la, seria preciso, antes de mais nada, definir satisfatoriamente essa tal relação de “posse”. Eis todo o problema: como reunir sob uma mesma definição, sem recair em uma tautologia, relações aparentemente tão distintas como aquelas representadas em (1) a (4), por exemplo? Como atribuir um mesmo papel aos sujeitos de sentenças como “O Rio de Janeiro tem praias” e de “João tem medo”, por exemplo? Afinal, não se trata de papéis temáticos distintos – locativo e experienciador, respectivamente?

Quando não se encontra uma resposta para essas perguntas, só há duas saídas: ou se aceita uma multiplicação de homônimos (há um verbo *ter* que designa locação, outro que denota experiência, e assim quase indefinidamente) ou se recorre ao extremo oposto da vagueza, negando ao verbo qualquer conteúdo semântico próprio.

O problema da primeira saída, via homonímia, é ser pouquíssimo econômica (do ponto de vista teórico) e absolutamente contraintuitiva (do ponto de vista empírico). O problema da segunda solução, via vagueza, reside no fato de que ela é excessivamente poderosa e, por isso, acaba prevendo sentenças não atestadas. Excluídas essas opções, resta tentar responder à pergunta que

colocamos acima: de que maneira um locativo e um experienciador, para ficarmos apenas com os exemplos já mencionados, poderiam ser reunidos sob um único rótulo? É essa resposta que perseguiremos na próxima seção.

## Usos e sentidos de *ter*: uma visão cognitivista

A tabela 1 sintetiza e ilustra as acepções de *ter* relevantes para este trabalho.

DOIS ARGUMENTOS	1. LOCATIVO	CONCRETO ABSTRATO	Só tem um shopping na minha cidade. Tem uma falha na sua argumentação.
	2. POSSESSIVO	CONTINÊNCIA CONCRETA CONTINÊNCIA ABSTRATA PROPRIEDADE RELAÇÃO INTERPESSOAL PARTE -TODO EXPERIÊNCIA ETC	Minha cidade só tem um shopping. Sua argumentação tem uma falha. João tem dois carros. Ele tem duas irmãs. Ela tem um nariz bonito. Tenho saudades da minha infância.
TRÊS ARGUMENTOS	3. POSSESSIVO-LOCATIVO	CONCRETO ABSTRATO	Ele deve ter uns mil livros naquela biblioteca. Ele teve poucas oportunidades na vida.
	4. QUALIFICATIVO		Lula tem Sarney como um aliado.

**Tabela 1:** usos e sentidos do *ter* pleno no português brasileiro

Inicialmente, distinguimos o *ter* de dois lugares daquele com três lugares. Cada um desses casos, por sua vez, se divide em dois grupos: para as acepções bivalentes, os grupos *locativo* e *possessivo*; para as acepções trivalentes, *possessivo-locativo* e *qualificativo*. No total, portanto, estamos diante de quatro sentidos principais, cada um deles associado a uma moldura sintática. Cada moldura corresponde a uma construção gramatical, que interage com a semântica do verbo de modo a produzir os quatro grandes grupos de sentido que se divisam na tabela.

Optamos por chamar o sentido 1 de *locativo*, em vez do mais tradicional *existencial*, para não remeter ao tipo de existência presente em enunciados como

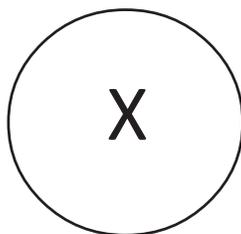
“Deus existe”. Cabe notar que a entidade correspondente ao tema das sentenças locativas pode estar incluída num domínio concreto ou abstrato, o que justifica a divisão proposta.

Sob a denominação *possessivo*, abrigamos todos os usos codificados em uma construção transitiva biargumental, o que inclui um conjunto quase inesgotável de acepções (continência, propriedade, relação interpessoal, inclusão, parte-todo, etc.).

O *ter* triargumental, por sua vez, aparece com duas acepções fundamentais: o sentido *possessivo-locativo* e o *qualificativo*. Trata-se de construções gramaticais distintas: no primeiro caso, o terceiro argumento tem relação oblíqua; no segundo, tem relação predicativa. Note ainda que o possessivo-locativo, analogamente ao possessivo biargumental, pode exprimir continência em um domínio concreto ou abstrato.

### Como se organizam os usos e sentidos de *ter*?

Ao contrário de FNV e Viotti, sustentamos que o verbo *ter* está associado a um conteúdo conceptual específico. Mas qual seria ele? Defendemos que a resposta reside no esquema imagético do contêiner (JOHNSON, 1987), cenário experiencial que codifica a continência de uma entidade (o “X” do esquema abaixo) em um espaço de fronteiras delimitadas (o círculo do mesmo esquema).



**Figura 1:** esquema imagético do contêiner

Partindo dos exemplos fornecidos na tabela 1, é fácil ver de que maneira esse cenário subjaz tanto ao uso *locativo concreto* quanto à *continência concreta*: ocorre que, nos dois casos, “um shopping” corresponde ao “X” e “na minha cidade”, ao círculo.

Se a afinidade entre esses dois sentidos fica evidenciada no fato de que ambos são redutíveis a um mesmo esquema imagético, a diferença entre eles

pode ser tratada nos termos da ideia de realinhamento do par figura/fundo, ou trajetor-marco (LANGACKER, 1987 e 1991a). Desse modo, entendemos que, no caso do *ter locativo concreto*, o foco recai sobre o círculo do esquema, que recebe *status* de figura; no caso da *continência concreta*, o foco recai sobre X, e é ele que será então alçado então à condição de figura. Assim:

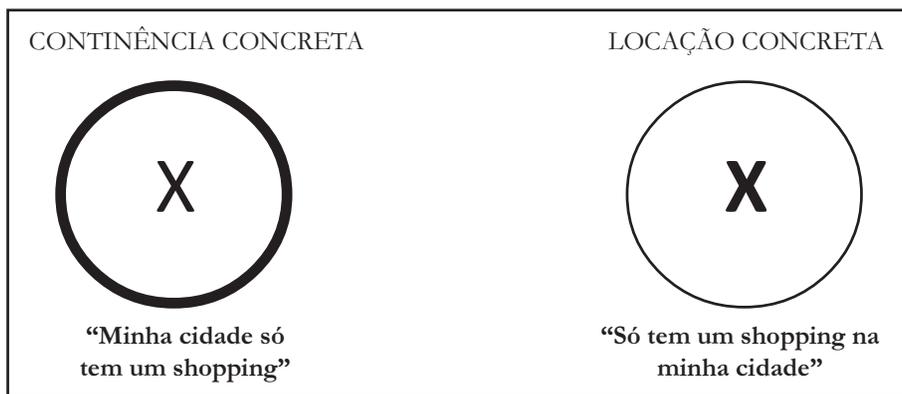


Figura 2: rede semântica parcial 1

Não é difícil explicar, também, a emergência das contrapartes abstratas para os sentidos representados acima. Tanto a *continência* quanto a *locação abstratas* resultam de uma metáfora ontológica. No exemplo da tabela 1, a metáfora altera o estatuto ontológico de “argumentação”, que, de entidade abstrata, passa a ser concebida como domínio concreto – mais especificamente, um contêiner<sup>5</sup>.

Note-se, em suma, que os quatro primeiros exemplos da tabela 1 remetem ao esquema do contêiner: dois deles – os sentidos concretos – aplicam-se ao esquema diretamente, ao passo que os outros dois ligam-se a ele via metáfora ontológica. Assim:

---

<sup>5</sup> Outros exemplos com *ter* incluem “O filme tinha cenas emocionantes” ou “Minha admiração por ele tem motivo”. A metáfora, porém, não comparece apenas em sentenças com esse verbo – como fica evidente em “Os atacantes ainda não entraram no jogo”.

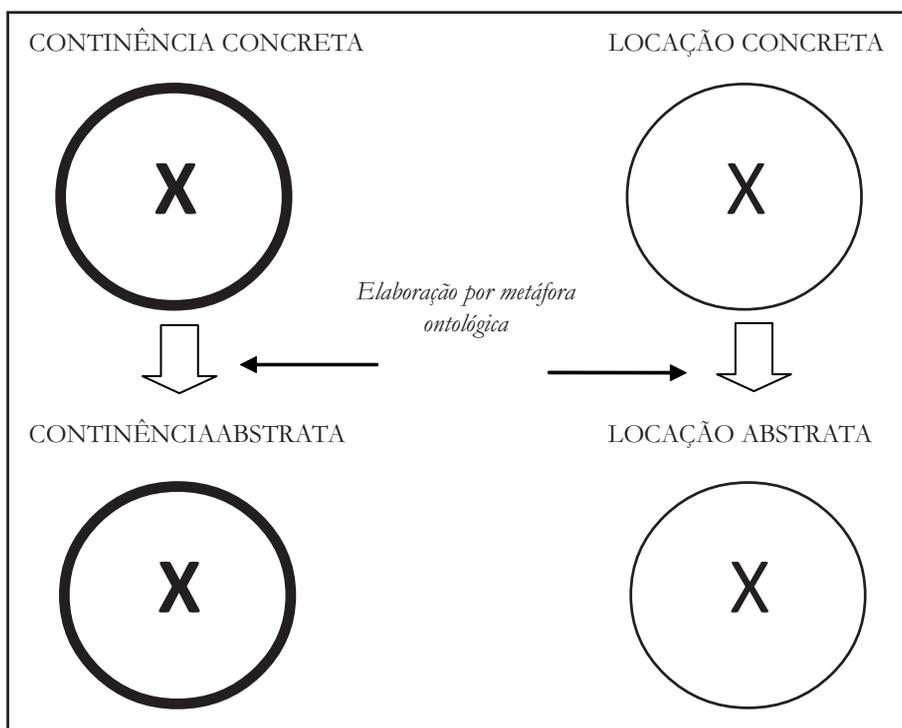


Figura 3: rede semântica parcial 2

Até agora, pudemos dar conta do *ter locativo* e das duas acepções rotuladas como *continência*. Cumprida essa etapa, o próximo passo é explicar a emergência dos demais usos recobertos pela noção de posse. Eis a proposta: por trás de todos esses usos, verifica-se uma projeção metonímica. O contraste abaixo deverá esclarecer esse ponto:

- (15) Minha vida tem cada história que ninguém acredita.  
 (16) Eu tenho cada história que ninguém acredita.

Se (15) resulta de uma metáfora ontológica aplicada sobre o esquema do contêiner, (16) é motivado por uma projeção metonímica sobre o círculo do esquema já metaforizado. Por meio dessa metonímia, o espaço metafórico é substituído pela pessoa que, ocupando o centro desse espaço, define suas fronteiras e dimensões por meio do seu horizonte de observação (metafórico, sobretudo).

O mesmo raciocínio vale para os usos *propriedade*, *relação interpessoal*, *parteto* e *experiência* na tabela 1. Em todos eles, o exemplo correspondente pode ser parafraseado segundo a fórmula “Y existe dentro do espaço (metafórico) instaurado pelos elementos que compõe o universo de existência de X”, sendo Y o objeto e X, o sujeito sintático da sentença. No caso do exemplo rotulado como *propriedade*, teríamos que “*dois carros* existem dentro do espaço (metafórico) que compõe o universo de existência de *João*”. A este contêiner “metaftonímico”, chamaremos, por comodidade, *possuidor*.

Note-se que, sob essa fórmula, podem-se abrigar todos os usos possessivos que não exprimem continência. Nesse sentido, entendemos que uma grande parte das acepções comumente apontadas para o verbo não estão especificadas no léxico. O que há, em vez disso, é a representação “metaftonímica” do esquema imagético, que dá margem ao surgimento de um sem-número de relações semânticas. Esse conjunto de acepções – ou, antes, essa acepção única – pode ser diagramado assim:

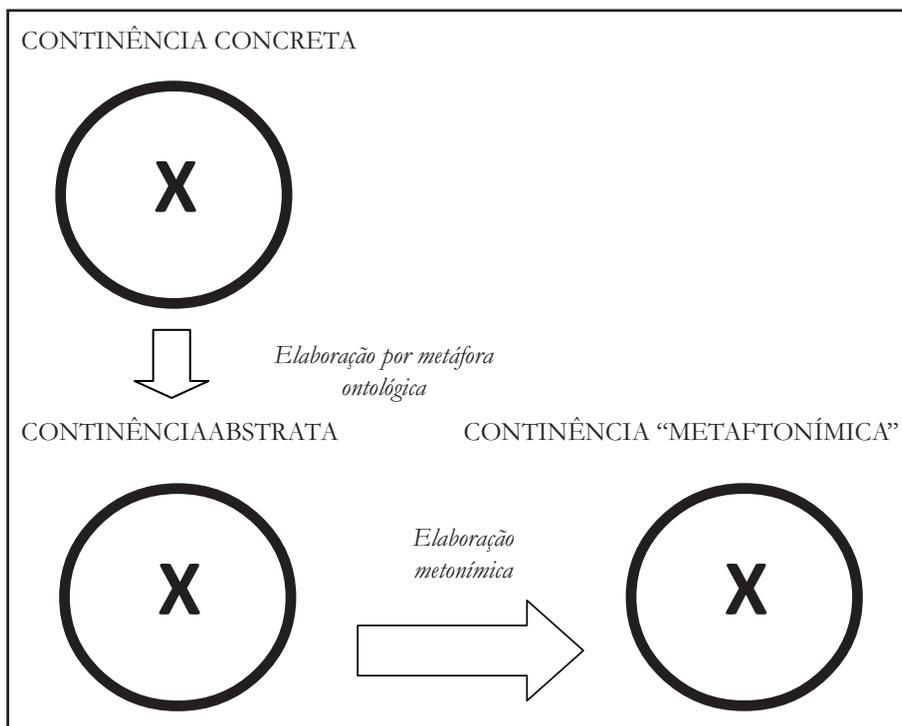


Figura 4: rede semântica parcial 3

Concluída essa etapa, falta dar conta dos casos em que o *ter* é trivalente. Essa situação envolve uma operação conhecida na literatura como transformação de esquema imagético – aqui, trata-se de uma transformação por adição. Neste caso, adiciona-se ao esquema imagético um contêiner menor, dentro do qual está diretamente incluído o elemento representado pelo X (ver figura 5, abaixo). Como a adição de um novo elemento conceptual corresponde, na sintaxe, à aparição de um novo argumento, o resultado é uma construção trivalente.

A adição, neste caso, parece promovida por um processo de mesclagem conceptual, do qual participam como *inputs* os esquemas da *locação concreta* e da *continência “metaftonímica”*. O primeiro prevê os papéis de contêiner e conteúdo, ao passo que o segundo prevê um possuidor (rótulo que atribuímos acima ao contêiner “metaftonímico”) e conteúdo. Na mesclagem, os dois *conteúdos* se identificam. O resultado são três elementos conceptuais – possuidor, conteúdo e contêiner – cujas realizações sintáticas são importadas das construções originais: o possuidor é sujeito, o conteúdo se realiza como objeto e o contêiner se manifesta como oblíquo. No exemplo da tabela 1, “ele” é o possuidor “metaftonímico”, “uns mil livros” é o conteúdo e “naquela biblioteca”, o oblíquo.

No caso do *ter possessivo-locativo abstrato*, o que está em jogo, uma vez mais, é uma metáfora ontológica, que atribui estatuto de contêiner a uma entidade não-física. No exemplo da tabela 1, essa entidade é “vida”; nos exemplos (17) a (19), temos respectivamente, “família”, “carreira” e “cabeça”.

(17) Ele anda tendo muitos problemas na família.

(18) Ele colecionou prêmios importantes na carreira.

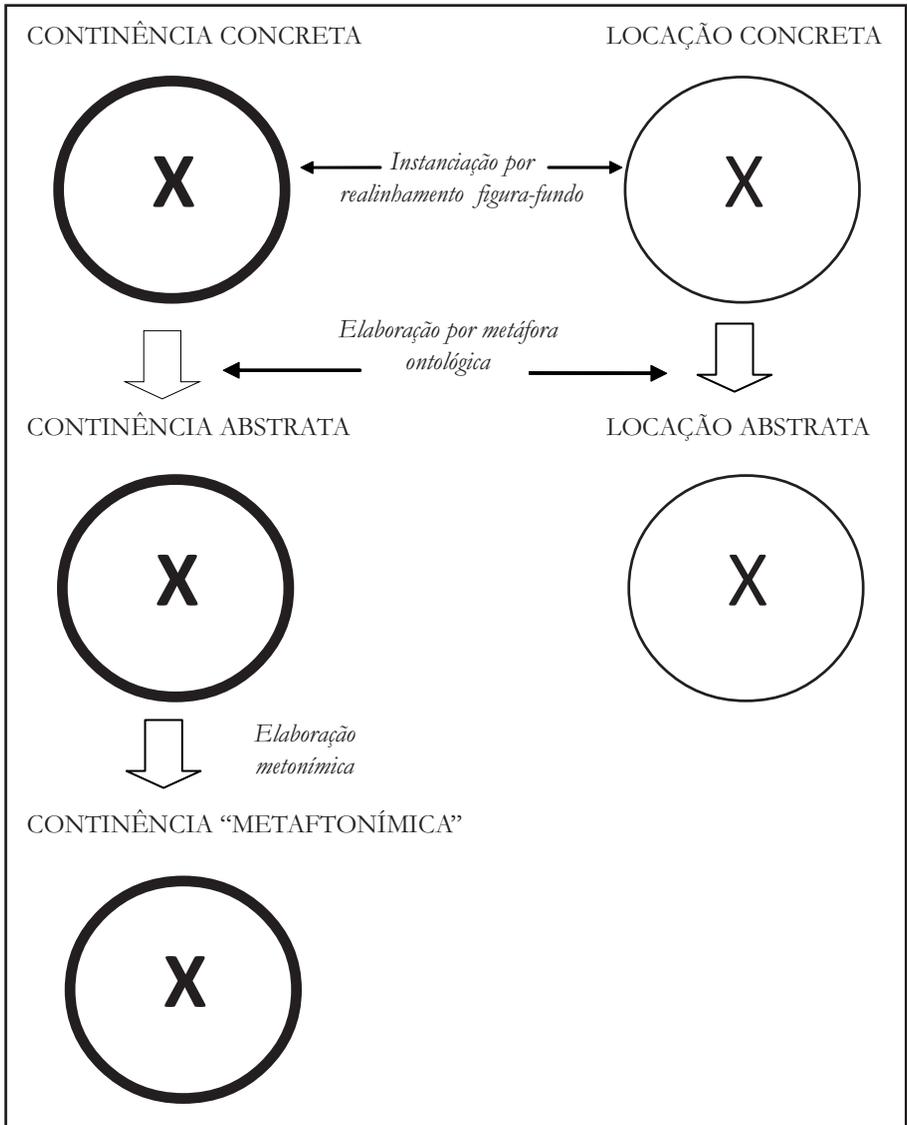
(19) Eles tinham muitas ideias na cabeça.

Cabe observar que ambos os usos possessivo-locativos – o concreto e o abstrato – correspondem a uma mesma construção gramatical, o que fica evidenciado pela identidade formal entre os dois tipos de sentença. Caso um pouco diferente, nesse sentido, é o do *ter qualificativo*. Aqui, o rearranjo sintático, com o surgimento de uma relação predicativa expressa por um sintagma adjetivo, deixa claro que se trata de uma outra construção. Com base nessas evidências, é possível traçar a seguinte oposição: enquanto o uso *possessivo-*

*locativo abstrato* revela uma metáfora incidindo sobre o locativo, o uso *qualificativo* é motivado por uma projeção metafórica que toma como domínio-base a própria construção gramatical associada ao *ter possessivo-locativo*.

Além de o domínio-base ser diferente, a própria projeção que motiva o *ter qualificativo* é bastante específica: trata-se, necessariamente, da metáfora ontológica ESTADOS SÃO LUGARES, clássica na literatura cognitivista (LAKOFF, 1987; KÖVECSES, 2002; dentre muitos outros). Aqui, portanto, a noção de contêiner servirá de base para a emergência da noção de *qualidade*, com base na identificação metafórica (e experiencial) entre *ter um atributo* e *ocupar um lugar no espaço*.

A rede semântica a seguir pretende contemplar todas as acepções do *ter* pleno no PB atual. Ela parte, antes de mais nada, da ideia de que um mesmo esquema imagético pode ser instanciado com dois enquadramentos (dada a possibilidade de se inverter o alinhamento entre figura e fundo), o que produz uma divisão entre os significados possessivo e locativo. Cada um deles pode ser elaborado metaforicamente, transformando em contêiner uma entidade não-física. O esquema possessivo pode ainda ser alvo de uma posterior elaboração metonímica, o que permitirá a ele abrigar a maior parte dos usos arrolados pelos dicionários. Esse esquema entra como *input*, junto com o esquema locativo, em uma operação de mesclagem responsável por gerar a posse-locação concreta, expressa sintaticamente com três argumentos. Por fim, o *ter possessivo-locativo* concreto pode produzir, via metáfora ontológica, uma acepção abstrata ou ainda, por meio da metáfora ESTADOS SÃO LUGARES, a acepção qualificativa, que se associa a uma construção gramatical diferente.



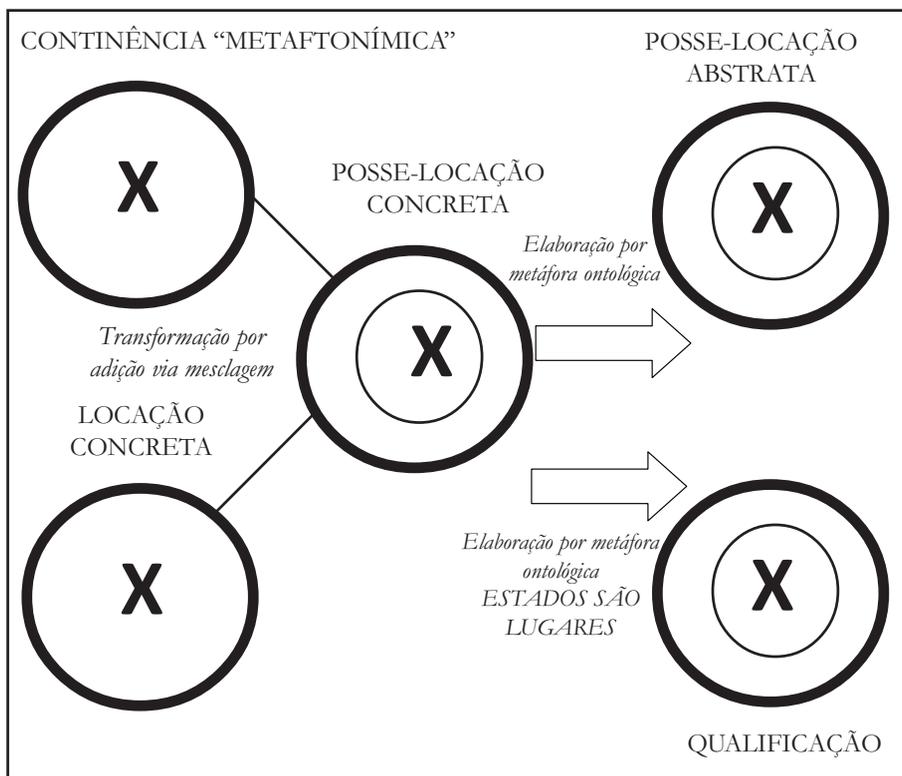


Figura 5: rede semântica completa de *ter*

## Palavras finais

Na introdução deste trabalho, anunciamos a intenção de demonstrar (i) que o verbo *ter* não é semanticamente vazio e (ii) que seus sentidos podem ser mais bem apreendidos por meio de uma rede polissêmica. Em seguida, reescrevemos o trabalho de FNV e, sobretudo, Viotti (2003), cujo movimento em direção à vagueza reflete a necessidade de flexibilização da semântica de *ter*, de modo a contemplar toda a miríade de usos e sentidos do verbo (desde que não se deseje, claro, recorrer à homonímia). Por outro lado, mostramos que o modelo, além de ser flexível o suficiente, deve conter restrições capazes de excluir as sentenças semanticamente mal-formadas. Concluída a apresentação da nossa proposta, eis o que temos a dizer sobre cada um desses pontos.

1) É possível, de fato, atribuir ao *ter* pleno um conteúdo conceptual específico, representado pelo cenário de continência de uma entidade em um

espaço. Não é necessário, portanto, “puxar o significado para cima” a ponto de esvaziar inteiramente a estrutura de evento do verbo (para usar os termos do modelo de Pustejovsky);

2) O significado de *ter* pode de fato ser apreendido em uma rede polissêmica conceitualmente motivada. Essa rede representa um complexo semântico no qual todos os sentidos estão (direta ou indiretamente) ligados ente si e remetem, em última instância, ao esquema básico do contêiner. É esse esquema, portanto, o responsável por atribuir coerência global ao complexo.

3) A rede semântica proposta é flexível o suficiente para abranger todas as acepções da tabela 1. Essa flexibilidade é facultada pelos mecanismos cognitivos – realinhamento figura/fundo, metáfora, metonímia e mesclagem – que operam transformações conceituais sobre o esquema básico. Assim, por exemplo, a noção de realinhamento, somada a projeções metafóricas e metonímicas, permite que o verbo transite entre os tão-falados sentidos possessivo e locativo (ou “existencial”). Importância crucial tem aqui a metáfora ontológica: como ela é, por definição, genérica (seus domínios base e alvo são categorias inespecíficas como “entidade não-física” ou “contêiner”), seu escopo de aplicação é especialmente abrangente. O resultado é que praticamente qualquer entidade pode ser concebida como contêiner. Somando-se a isso a possibilidade de uma substituição metonímica do contêiner metafórico pelo elemento que ocupa seu centro (quando o contêiner é algo como “vida” ou “domínio de existência”), está aberto o caminho para comportar um sem-número de acepções. Tudo isso, enfatizamos, sem a necessidade de negar ao verbo conteúdo semântico próprio.

4) Se os *processos cognitivos* proveem à rede a flexibilidade necessária, é a própria *base de conhecimento* central (o esquema do contêiner) que confere a ela alguma rigidez. O esquema prevê que a relação semântica fundamental de *ter* é a de *continência* (seja ela “literal”, metafórica ou “metafonímica”), a ser expressa, a depender do alinhamento figura-fundo, segundo a fórmula “Sujeito contém Objeto” (no caso de *posse*) ou “Objeto está contido em Oblíquo” (no caso de *locação*). A existência desse conteúdo conceptual específico ao *ter* é que permite ao nosso modelo excluir sentenças como “Uma faca tem o menino” ou “200 páginas têm o livro”, que não são compatíveis com nenhuma das fórmulas acima.



---

**Parte III**

**Flutuação categorial das palavras**



## Capítulo 4

### A INSTABILIDADE CATEGORIAL DO PARTICÍPIO PASSADO: UMA VISÃO COGNITIVISTA

*Vitor de Moura Vivas*

Nas abordagens tradicionais de Língua Portuguesa (cf. LIMA, 1972; CUNHA & CINTRA, 1985), a forma de particípio passado, assim como as outras formas nominais de verbo, está incluída na seção de conjugação verbal. Isso demonstra que a forma participial é entendida como flexão de verbo<sup>1</sup>. Todavia, caso se atente para os dados da língua, observa-se que a forma de particípio não se comporta apenas como verbo em português; na verdade, o particípio passado sofre uma flutuação categorial regular e sistemática, podendo ocorrer como verbo, adjetivo ou substantivo.

Do ponto de vista de uma análise cognitivista, a pergunta que se coloca é a seguinte: que fatores motivam a flutuação categorial da forma de particípio? Assume-se, antes de mais nada, que essa motivação deve ser de natureza semântica. Em segundo lugar, e mais especificamente, há o objetivo de demonstrar que essa flutuação está ligada a uma habilidade humana fundamental: a capacidade de “construir” uma mesma cena de diferentes maneiras. Além disso, será demonstrado, com base em Langacker (1987), que essas diferentes “construções” licenciadas pela forma de particípio estão conceptualmente relacionadas. Este último ponto deverá servir como evidência adicional para

---

<sup>1</sup> Apesar de colocar os particípios passados na seção de conjugação verbal, Rocha Lima (op. cit.) e Cunha & Cintra (op. cit.) apontam características de adjetivo nessa categoria.

uma das premissas mais importantes da Linguística Cognitiva: a motivação conceptual da gramática.

Estudos de linguística demonstram que o particípio passado tem duas facetas: uma verbal e uma adjetival. A forma nominal particípio passado é, geralmente, classificada pela literatura linguística “como uma forma verbal que pode, muitas vezes, ser usada como um adjetivo”, como aponta Barreiro (1998: 17).

A forma participial é classificada como verbo quando está em locuções verbais, como as seguintes:

- (1) *Ter + particípio passado (masculino e singular): “eu tenho cantado aquela música”*  
*Ser + particípio passado (construção passiva): “ela foi cantada pelo rapaz”*

O particípio é classificado como adjetivo ao funcionar como modificador de nome, como na construção a seguir:

- (2) *Sintagma Nominal + particípio passado: “o rapaz resfriado faltou aula”*

Uma forma vista na Gramática Tradicional como verbal pode ser categorizada também como adjetivo e substantivo<sup>2</sup>. Neste capítulo, há o objetivo de: 1) explicitar que existe a instabilidade classificatória do particípio passado e 2) demonstrar que essa flutuação categorial se deve à conceptualização cognitiva. Há diferentes classificações devido a ocorrerem diferentes conceptualizações de cenas.

O capítulo é estruturado da seguinte maneira: na próxima seção, há uma pequena revisão da literatura com relação ao particípio passado. Logo após, serão demonstrados exemplos que apontam para diferentes classificações de particípios passados. Posteriormente, haverá uma tentativa de explicar o porquê dessa classificação híbrida, fundamentando-se na noção de conceptualização pela Linguística Cognitiva (Langacker, 1987; 2008). Neste capítulo, são considerados particípios passados todos os vocábulos terminados

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, observou-se que os particípios também podem ser categorizados como substantivos, alguns exemplos são: goleada, largada, parada, retirada, rodada, partida, batida, descoberta, salgado, simulado, dado, mexido, comida, bebida, imposto, visto, vista, lotada, perseguida, roubada, babado, cantada.

em -ado<sup>3</sup> (e suas flexões -ados, -ada, -adas) e -ido (-idos, -ida, -idas) que têm um verbo correspondente (além dos participípios irregulares, como “descoberta”, “visto”); vocábulos, com terminação -da, sem verbo correspondente, não entram na lista dos participípios. Pretende-se, neste trabalho, uma abordagem morfossemântica que dê conta das diferentes classificações do participípio passado através da visão cognitivista. A quarta parte do capítulo constitui uma breve análise linguística de dados de participípio passado, levando em conta a abordagem teórica explicitada no trabalho. Posteriormente, haverá considerações gerais sobre a pesquisa, tendo em vista o que foi exposto.

## Revisão da literatura

Barrenechea (1963), ao elaborar um trabalho de classificação de palavras em espanhol através do critério funcional, tratou dos participípios passados. Nesse trabalho, propõe-se que formas nominais devem receber uma classificação à parte, visto que cumprem mais de uma função. Assim, deveriam as formas nominais do verbo - gerúndio, infinitivo e participípio passado - ser classificadas como verboides. O participípio passado foi classificado como verboide por cumprir a função de verbo e de adjetivo, já que se liga a um substantivo o modificando, mas tem predicação – há a previsão de um agente da passiva para preencher a sua significação básica. Em “A matéria foi estudada por todos”, o participípio passado “estudada” modifica o substantivo “matéria”. Além disso, prevê um agente da passiva, “por todos”, para completar o seu significado. Assim, são percebidas as funções de adjetivo e verbo respectivamente.

Apesar de o participípio passado ser um tema que possibilita uma série de análises linguísticas por variados estratos (morfológico, sintático, semântico, cognitivo) e correntes teóricas, não há, no português, literatura linguística ampla e diversificada sobre o assunto. Barreiro (1998: 11) trata o participípio de modo geral, sem se restringir a apenas um campo teórico:

*Um estudo preliminar dos participípios passados em português revelou que este é um tema de grandes dimensões e que a melhor contribuição seria um tratamento global e integrante dos fenómenos, em primeiro lugar porque não existia ainda nenhum trabalho deste tipo,*

---

<sup>3</sup>O afixo participial, efetivamente é -d-, sendo -a- ou -i- (antes do afixo participial) vogal temática e -a, -as, -os ( depois do afixo de participípio)marca de flexão nominal.

*em segundo lugar por considerar que a discussão dos vários problemas que se colocam neste estudo podem constituir um ponto de partida importante para futuros trabalhos de investigação.*

O olhar formalista, muito explorado na análise participial, separa os participios passados em adjetivais e verbais, dizendo, geralmente, que o participio adjetival provém formalmente do participio verbal (cf. WILLIAMS, 1981; LEVIN & RAPPAPORT, 1986). Defende-se, então, uma homonímia; em outras palavras, existem uma forma adjetival e uma verbal para cada participio passado. Nosso trabalho visa a uma abordagem cognitivista que demonstre que os participios não têm de ser divididos, discretamente, em verbais e adjetivais. Fundamentando-se no aporte da Linguística Cognitiva, pretende-se mostrar que um mesmo participio passado pode ser conceptualizado de maneiras diferentes, assumindo assim classificações diversificadas - de verbo, adjetivo ou substantivo - a depender do contexto sintagmático em que a forma participial está inserida. Objetiva-se uma visão ainda não plenamente explorada no português que efetive a ideia de que um mesmo participio pode assumir as categorias de verbo, adjetivo ou substantivo, a depender do contexto sintagmático e da conceptualização cognitiva. Como não houve, ainda, no português, uma abordagem do participio passado nos termos aqui pretendidos, este trabalho pretende dar apenas um “primeiro passo” nesse “caminho” bastante frutífero.

## **Objeto de estudo**

Há extrema dificuldade e divergência da literatura linguística tradicional em classificar o participio passado, visto que ele pode ser categorizado como verbo e como adjetivo. Neste trabalho, pretende-se mostrar que os participios passados podem ser classificados também como substantivo. Além disso, há o objetivo de expor que essa mudança de classificação - essa aparente indefinição classificatória - tem uma coerência.

Quando o participio passado - juntamente com um verbo de ligação - se encontra numa construção passiva, tem claramente uma categorização verbal, como se vê abaixo:

- (1) O lugar é *povoado* por muita gente.
- (2) O frango foi *resfriado*.
- (3) Ele foi *atacado* pelo ladrão.

- (4) A blusa foi *arrancada* por ela.
- (5) A menina foi *descoberta* pelo detetive.

Esses exemplos apontam para os participípios passados serem categorizados como verbos, visto que são conceptualizados como processo. Todavia, todos esses participípios passados podem assumir a categoria de adjetivos também, conforme se vê abaixo:

- (1') O lugar *povoado* é sempre procurado.
- (2') O menino *resfriado* faltou hoje.
- (3') O rapaz *atacado* até que não discutiu hoje.
- (4') A blusa *arrancada* está ali em cima.
- (5') A menina *descoberta* já está fazendo muitas novelas.

Os exemplos demonstram como participípios passados podem ser classificados como adjetivos, já que são conceptualizados como estados e não como processos. Os mesmos participípios passados podem ser categorizados como substantivos ou verbos. No primeiro caso, designam coisa; no último caso, apontam para processo. Isso demonstra que há: 1) impossibilidade de classificar o participípio passado fora do contexto em que é aplicado e 2) as diferentes conceptualizações do participípio passado são responsáveis pelas diferentes classificações.

Os mesmos participípios passados - utilizados como verbos e como adjetivos acima - também podem ser categorizados como substantivos:

- (1'') O *povoado* está cheio.
- (2'') O *resfriado* atacou o menino.
- (3'') O *atacado* começou e os preços estão ótimos.
- (4'') A *arrancada* do time foi excepcional.
- (5'') A *descoberta* da fraude assustou o presidente da empresa.

Fica explícito, com esses exemplos, que o participípio passado pode ser classificado como um substantivo. Isso ocorre devido ao participípio passado poder ser conceptualizado como uma coisa.

Foram procurados exemplos de participípios passados que podem ser categorizados como verbos, adjetivos ou substantivos. Isso demonstra que

não se pode classificar plenamente o particípio passado sem se considerar o contexto frásico em que ele está inserido. Os diferentes contextos apontam para diferentes classificações do particípio passado, porque essas classificações revelam conceptualizações cognitivas diversificadas feitas pelos falantes. Como aponta Langacker (1987), há diferentes possibilidades de conceptualização de uma cena.

## Linguística Cognitiva e conceptualização

A *Cognitive Grammar* de Ronald W. Langacker (que contém obras emblemáticas, como LANGACKER, 1987; 1991) procura definir de modo rigoroso noções semânticas que, até então, careciam de conceituação sistemática. Dentre essas noções, serão destacados, nesta seção, os conceitos de *processo*, *coisa* e *relações atemporais*. Além disso, será exposta a ideia de *flexibilidade conceptual*. Posteriormente, será demonstrado que essas noções, referentes à conceptualização cognitiva, são ainda atuais em Linguística Cognitiva, como demonstra Langacker (2008).

### *Processo*

Como aponta Langacker (1987), na conceptualização de um processo, há estados componentes que mudam continuamente sempre em relação ao tempo (que é positivo e está em evolução). Os estados componentes atuam num determinado domínio (espacial, temporal etc.) sempre relacionados ao tempo.

Para um predicado ser processual, segundo Langacker (1987), é necessário que ele envolva uma cena complexa, que não pode ser reduzida a uma cena simples. Não se pode conceptualizar uma cena simples como processo, visto que não há, numa cena simples, mudança de um estado a outro. Em “O frango foi resfriado”, o particípio é conceptualizado como um processo, porque há uma mudança de estado: o frango passa de não resfriado a resfriado. Essa diferença entre estados componentes é fundamental para um predicado ser considerado processual. É o processo - a distribuição dos estados em relação ao tempo, segundo Langacker (1987) - que evita a contradição. Dizendo de outro modo, a conceptualização processual possibilita coerência nessa mudança de estado. O processo pode ser representado da seguinte maneira:

$$\begin{bmatrix} R_0/t_0 \\ C \end{bmatrix}_{T_0} > \begin{bmatrix} R_1/t_1 \\ C \end{bmatrix}_{T_1} > \begin{bmatrix} R_2/t_2 \\ C \end{bmatrix}_{T_2} > \dots > \begin{bmatrix} R_n/t_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n}$$

**Figura 1:** representação do conceito de *processo* segundo Langacker (1987: 250)

Nessa representação,  $R_0, R_1, R_2$  etc. são os diferentes estados componentes do processo, todos do tipo relacional.  $t_1, t_2$ , etc. designam o período de tempo concebido. O mapeamento sequencial realiza uma correspondência entre tempo concebido,  $t_i$ , e tempo processado,  $T_i$ , de modo que cada momento  $T_i$  se relaciona, separadamente, a  $[R_i / t_i]$ . Por isso, diz-se que o processamento é individual e relacional.

A diferença de conceptualização de “resfriado” como processo e como descrição de um estado do processo é o que faz o participípio passado ser categorizado como verbo ou adjetivo. Assim, pode-se explicar o estatuto híbrido do participípio passado em termos classificatórios através da análise da conceptualização cognitiva das cenas, que são ativadas pelos diversos contextos frásicos. Escolheu-se o participípio passado “resfriado” como demonstração do que se pretende expor neste trabalho. Todavia, todos os participípios passados, explicitados na seção Objeto de Estudo, podem ser conceptualizados como processos ou estados simples, sendo assim, são classificados, respectivamente, como verbos ou adjetivos.

### *Coisa*

Um processo relacional tem todos os estados componentes ao longo da descrição temporal, que precisa ser positiva. Desse modo, o processo pode ser a base de um nome. Neste trabalho, defende-se que o participípio passado conceptualizado como nome tem como base o participípio passado processual. Todavia, ao ser categorizado como nome, o participípio passado é conceptualizado como uma coisa, que ajusta conjuntamente todos os estados componentes descritos pelo processo. Na classificação como nome, ocorre uma descrição atemporal e não relacional do participípio passado com relação à conceptualização cognitiva.

A conceptualização cognitiva de uma cena como coisa é a base para a classificação de uma categoria linguística como um substantivo. Um nome pode até ter uma base processual. Todavia, ao se conceptualizar como uma coisa, os estados componentes são tomados como interconectados.

Ainda que a ocorrência de uma cena contemple passagem do tempo, como ocorre em “O povoado demorou a se consolidar”, a conceptualização como nome, em “povoado”, leva a que os estados componentes sejam ajustados coletivamente, escaneados como uma coisa.

Há de se caracterizarem os nomes com relação a aspectos cognitivos. Desse modo, é fundamental explicitar duas características: 1) o aspecto não relacional e 2) atemporal. Esses dois atributos são essenciais para distinguir nome de processo. O que leva à atemporalidade é o escaneamento<sup>4</sup>. Na conceptualização de uma cena como uma coisa, ocorre o escaneamento estático, simples (“summary scanning”). Nesse escaneamento, segundo Langacker (1987), o processamento de estados componentes ocorre em paralelo. Os elementos da cena complexa ficam disponíveis de modo simultâneo, são processados em conjunto formando uma *gestalt* coerente, nas palavras de Langacker (1987: 248). Nesse escaneamento, não são processados os estados componentes separadamente e como relação - tal qual ocorre na conceptualização como processo -, mas há o processamento em conjunto, levando à interconexão dos estados componentes. Assim, a cena é concebida como uma coisa.

Abaixo, vê-se como pode ser formalizada a conceptualização de nomes em que as entidades são ordenadas em relação ao tempo concebido (LANGACKER, 1987: 252):

$$\begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ C \end{bmatrix}_{T_0} > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ C \end{bmatrix}_{T_1} > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ e_2/t_2 \\ C \end{bmatrix}_{T_2} > \dots > \begin{bmatrix} e_0/t_0 \\ e_1/t_1 \\ e_2/t_2 \\ \vdots \\ e_n/t_n \\ C \end{bmatrix}_{T_n}$$

**Figura 2:** conceptualização de nomes com entidades ordenadas temporalmente

<sup>4</sup> Neste texto, traduziu-se “scanning” por escaneamento com a intenção de expor que o processamento ocorre rapidamente, já que é uma habilidade cognitiva natural. A tradução como esquadreamento daria a impressão de que o processamento seria lento, detalhado.

Utiliza-se, nessa formalização,  $e_0$ ,  $e_1$  etc., em vez de  $R_0$ ,  $R_1$ , a fim de demonstrar que os estados componentes perdem a descrição (o perfil) relacional e são vistos como entidades coletivamente. Essa representação funciona para as entidades que são distribuídas em relação ao tempo concebido. Defende-se, neste artigo, que seja esta a melhor representação para participios passados categorizados como substantivos, já que há uma base processual - que contempla tempo concebido - do participio.

*Relações atemporais: complexas e estativas*

As relações atemporais complexas têm uma descrição (um perfil) relacional, mas são processadas no escaneamento estático. Dizendo de outro modo, não há um processamento dos estados componentes em relação ao tempo, há um perfil relacional, porém atemporal.

Nas relações atemporais complexas, existe uma base relacional nos estados componentes, apesar da atemporalidade. O que significa atemporalidade? Dizer que uma descrição é atemporal indica que não há uma descrição temporal positiva (que ocorre em processos), já que o escaneamento é estático. É a diferença de escaneamento – e consequente contraste no perfil (descrição) temporal – que distingue relações atemporais de processos.

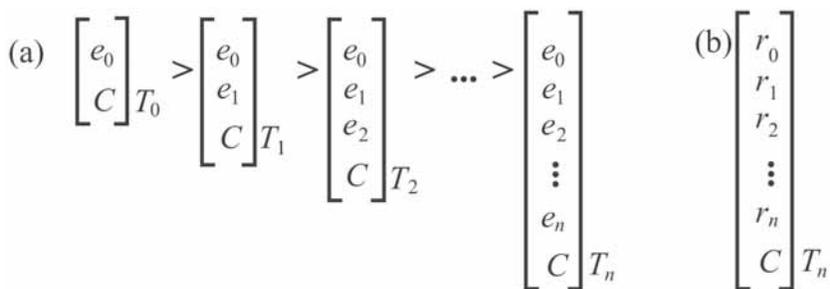
As relações atemporais podem ser de dois tipos: estativas ou complexas. O que diferencia essas relações? As relações atemporais complexas são representadas, por exemplo, por modificadores de nome que têm uma descrição de estados relacionais no seu escaneamento. Em “Ele foi o último menino a pular na piscina”, o infinitivo “pular” funciona como modificador de nome. Além disso, tal modificador envolve configurações relacionais. São processadas tais relações, ao se falar ou ouvir o infinitivo em função de modificador de nome, precedido pela preposição “a”. Não se processa, em tal exemplo, apenas um estado componente, mas vários estados contidos no ato de pular. Langacker (1987) fornece exemplos que explicitam relações atemporais complexas, como se vê em: “to enter” (entrar) em “She was the first person to enter the cave” (Ela foi a primeira pessoa a entrar na gruta, p. 249).

As relações atemporais simples são chamadas de estativas<sup>5</sup> (“stative relations”). Nessas relações, descreve-se apenas um estado componente. Nesta pesquisa,

---

<sup>5</sup> Foi utilizada a nomenclatura estativa a fim de manter a ideia de que esse tipo de relação designa um estado componente. Há o objetivo de que essa nomenclatura seja fidedigna à noção exposta por Langacker (1987).

defende-se que sejam exemplos, desse tipo de relação, os participípios passados funcionando como adjetivos, conforme ocorre em “lugar povoado”, “rapaz atacado” e “mulher largada”, entre outros casos. Nesses exemplos, vê-se que o participípio passado é conceptualizado como uma relação estativa, designando um estado componente apenas. Em “lugar povoado”, apesar de haver uma base processual que contempla o processo de povoamento (por exemplo: o lugar sem pessoas, o lugar recebendo algumas pessoas e o lugar povoado), ao se conceptualizar o participípio passado como adjetivo, modificador de nome, apenas um estado componente é processado: o lugar povoado. Os participípios passados, ao serem classificados como adjetivos, são conceptualizados como relações estativas. As relações estativas, aponta Langacker (1987), são responsáveis por definir um estado. Já as relações atemporais complexas não podem definir um estado, visto que definem cenas complexas. As relações estativas, nos participípios passados categorizados como adjetivos, só descrevem o estado final da cena. Abaixo, vê-se, na letra a), o esquema para nomes em que não há distribuição dos estados componentes em relação ao tempo. Na letra b), ocorre a formalização para as relações estativas (Langacker, 1987: 252):



**Figura 3:** a) Conceptualização de nomes em que os estados componentes não se distribuem em relação ao tempo; b) Conceptualização de relações estativas.

### *Flexibilidade Conceptual*

Neste trabalho, tenta-se expor que há motivações cognitivas para que participípios passados sejam conceptualizados como processos, relações estativas e coisas, tendo, conseqüentemente, categorias de verbos, adjetivos e substantivos, respectivamente. Para fundamentar essa gama de possibilidades de conceptualização de um participípio passado, é essencial utilizar a noção de flexibilidade conceptual, exposta por Langacker (1987).

A flexibilidade conceptual permite que se conceptualize uma cena complexa pelo escaneamento estático ou dinâmico. Numa cena complexa, é usual a conceptualização como processo, mapeando os estados componentes sequencialmente. Esse tipo de conceptualização é comum devido a haver, numa cena complexa, estados componentes distribuídos em relação ao tempo. Todavia, os falantes também têm a capacidade de utilizar o escaneamento simples. Assim, os estados componentes são ativados simultaneamente, levando a que os estados sejam combinados a fim de formar uma *gestalt* simples, como aponta Langacker (1987). Essa disponibilidade simultânea de estados componentes leva-os a serem conceptualizados como uma coisa.

Quando os estados componentes são descritos como relações e de modo individual, há a conceptualização da cena complexa como processo. Já quando os estados componentes são descritos como coisa e de modo coletivo, há a conceptualização da cena complexa como nome. Com relação ao escaneamento, há, na conceptualização de nome, um do tipo sumário. Já para processos, o escaneamento é dinâmico. Na relação atemporal, ocorre uma descrição (um perfil) relacional com um mapeamento sumário (LANGACKER, 1987: 249).

Fundamentado nessa flexibilidade conceptual como uma habilidade cognitiva, defende-se uma abordagem efetiva e econômica do particípio passado. O fato de os particípios passados serem categorizados como classes diferentes a depender do contexto frásico indica que estes são conceptualizados de modo variado.

Não é estranho pensar em particípios passados funcionando como coisas ou relações, pois há conexão entre essas diferentes conceptualizações. Segundo Langacker (1987: 249) as noções [COISA] e [RELAÇÃO] são instanciações da categoria superior, na hierarquia, [ENTIDADE]. A categoria [ENTIDADE] contempla tanto a descrição nominal como a relacional. A noção [RELAÇÃO] também é dividida em outras categorias, mais baixas na hierarquia: uma relação pode ser atemporal ou processual. A relação atemporal pode ser de dois tipos: estativa (simples) ou complexa. A figura abaixo (Langacker, 1987: 249) demonstra essas conexões entre diferentes formas de conceptualizar cenas:



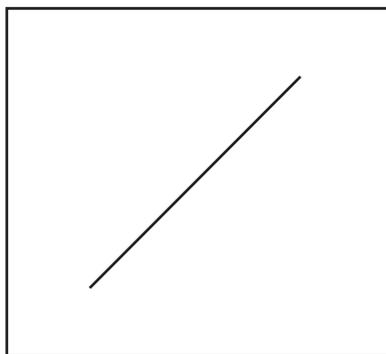
**Figura 4:** hierarquia das categorias conceituais segundo Langacker (1987)

Com essas conexões entre conceptualizações de cenas, pode-se perceber que existe fundamentação para os participípios passados serem conceptualizados de diversas maneiras, ocasionando mudança de classe. O participípio passado pode ser conceptualizado como coisa ou relação, é conceptualizado como coisa quando se comporta como um substantivo. A forma participial pode ser conceptualizada como relação: processual (classificando-se como verbo) ou atemporal do tipo estativa (categorizando-se como adjetivo)

*“Revisando” os tipos de escaneamento (Langacker, 2008)*

A divisão em escaneamentos estático e dinâmico continua sendo defendida como efetiva por Langacker (2008). Langacker (2008), em resposta a Broccias & Hollmann (2007), argumenta em favor da proposta dos escaneamentos para a conceptualização cognitiva. Broccias & Hollmann (2007) defendem a ideia de que não há evidência efetiva para a existência da divisão em escaneamentos estático e dinâmico. Além disso, expõem que seria possível entender as diferentes categorizações apenas através da observação da distribuição gramatical no uso, sem utilizar a divisão em escaneamentos.

Langacker (2008), ao contrário de Broccias & Hollmann (2007), defende que os tipos de escaneamento estão presentes, constantemente, no cotidiano. Aponta que o escaneamento dinâmico é sempre utilizado quando há observação de eventos que ocorrem numa sequência temporal. Ao se observar uma mudança de estado numa determinada passagem do tempo, o escaneamento dinâmico é o modo primário utilizado. O escaneamento estático também está presente no dia-a-dia, pois é efetiva a capacidade de apreender e expor eventos, de base sequencial, de modo holístico, como um todo. Para exemplificar isso, Langacker (2008) afirma que, muitas vezes, se representa mudança de trajetória (algo dinâmico, sequencial) através de uma formalização estática. Pode-se representar, por exemplo, com relação ao participípio “subida”, um gráfico com uma linha inclinada, como se vê abaixo:



**Figura 5:** esquema de “subida”

Esse gráfico serve aos exemplos em que o participípio “subida”, de base dinâmica, é conceptualizado como uma coisa e essa conceptualização ocorre através do escaneamento estático. Langacker (2008) fornece maiores detalhes sobre o escaneamento estático, demonstrando que, nesse tipo de escaneamento, há duas fases. Na fase de construção, ocorrem, cognitivamente, sequência temporal e direcionalidade. Na segunda fase, final, as configurações componentes envolvidas são comprimidas de modo simples e simultâneo numa *gestalt* (LANGACKER, 2008: 572). Dizendo de outro modo, ao se conceptualizar um evento dinâmico como coisa, é necessário, antes, processá-lo como evento. Como são de base processual, os participípios têm de passar, necessariamente, por essa primeira fase de construção no escaneamento estático. Isso mostra que os dois tipos de escaneamento não são excludentes.

Quanto ao escaneamento dinâmico, Langacker (2008) esclarece que os estados componentes do evento não são discretos nem individuais. Dizendo de outro modo, não é possível definir exatamente onde começam e terminam os estados componentes. Na verdade, ocorrem continuidade e influência entre os diferentes estados que constam de determinada passagem de tempo.

Para fundamentar a validade de sua proposta, Langacker (2008: 573) demonstra que os escaneamentos envolvem habilidades mentais comprovadas, independentes da expressão linguística, como: dirigir e focalizar a atenção, organizar em figura e fundo, agrupar conceptualmente e ativar espaços mentais.

Langacker (2008: 582) concorda com Broccias & Hollmann (2007), com relação a ser fundamental observar as diferentes distribuições gramaticais no uso linguístico a fim de perceber as diferentes categorizações. Todavia, demonstra que, à distribuição gramatical, precisa ser somada a noção de conceptualização, para que seja possível explicar assimetrias na categorização. Pretende-se, na parte IV, demonstrar que, através da distribuição gramatical e da noção de conceptualização, pode-se dar conta das diferentes categorizações do particípio passado no português.

## **Análise dos dados**

### *Análise da conceptualização cognitiva dos participios*

Buscaram-se dados de participios passados que fossem categorizados como verbos, adjetivos e substantivos. Para os contextos frásicos com particípio passado sendo classificado como verbo, buscou-se a construção verbo ser + particípio passado, visto que a literatura linguística, em geral, analisa tal construção como verbal. Outra característica verbal dessa construção está na predicação. A predicação da construção ser + particípio passado prevê um agente da passiva para preencher a significação verbal básica. Dizendo de outro modo, a existência potencial do agente da passiva, nesse tipo de construção, indicia que tal construção é verbal.

Como aponta Langacker (1987), verbos são conceptualizados como processo. Assim, por se conceber o particípio passado como verbo, defende-se a ideia de que, na construção ser + particípio passado, há a conceptualização de processo.

Serão analisados, nesta parte do trabalho, três participios passados em suas classificações como verbo, adjetivo e substantivo.

Inicialmente, analisa-se *Goleada*.

Em “A equipe foi *goleada*.”, existe uma conceptualização de processo . Há uma série de estados componentes processados em relação ao tempo: houve o início da partida, um time começou a jogar bem, aconteceu o primeiro gol, depois, efetivou-se a goleada. Cada um desses estados componentes tem um perfil relacional e é descrito em relação ao tempo. É importante explicitar que esses estados componentes não são discretos; há influência entre as diferentes configurações componentes de um processo, como aponta Langacker (2008).

Em “A equipe *goleada* chegou ao aeroporto.”, o vocábulo “goleada” é conceptualizado como relação estativa, visto que só um estado componente - o final - é processado, sendo “goleada” categorizado como adjetivo.

Em “A *goleada* foi com três gols de diferença.”, “goleada” é um vocábulo concebido como uma coisa. Assim, todos os estados componentes são processados coletivamente, são inter-relacionados, a fim de formar uma coisa só. É evidente que, antes de haver a fase em que ocorre a compressão dos estados como uma *gestalt*, ocorre a primeira fase de construção em que ocorre sequencialidade e temporalidade na visão, refinada, de Langacker (2008).

Passa-se, agora, à análise de *Parada*.

Em “Ela foi *parada* pelo policial.”, há conceptualização de “parada” como processo. Há uma série de estados componentes escaneados individualmente com um perfil relacional. Essa cena complexa contém estados componentes como: a mulher andando de carro, o policial olhando para o carro e o policial pedindo para que o carro parasse. Esses estados componentes, não discretos, são descritos em relação ao tempo.

Em “A menina *parada* faltou hoje.”, ocorre a conceptualização de “parada” como uma relação estativa. Processa-se apenas um estado componente da cena. Por isso, “parada” classifica-se como um adjetivo. Ocorre uma relação atemporal e um escaneamento estático; sendo assim, não há uma série de estados descritos em relação ao tempo. Em “A menina parada.”, “parada” define um estado e modifica o nome “menina”.

Em “A *parada* é obrigatória.”, ocorre a conceptualização de “parada” como uma coisa, um nome; assim, “parada”, nesse contexto frásico, classifica-se como substantivo. Para haver o escaneamento de “parada” como um nome, a série de estados componentes da cena é processada coletivamente e como uma coisa.

Por fim, vê-se o comportamento de “imposto”.

Em “O valor foi *imposto* pelo rapaz.”, “imposto” é conceptualizado como processo; sendo assim, os estados componentes da cena são processados in-

dividualmente e cada um tem um perfil relacional. Dizendo de outro modo, todos os elementos de uma cena, em que há imposição de valor a ser pago, são escaneados como relação em conexão com o tempo.

Em “O valor *imposto* é alto.”, há a conceptualização de “imposto” como uma relação estativa. Dizendo de outro modo, define-se apenas um estado componente. Por isso, “imposto”, nesse exemplo, é da classe dos adjetivos.

Em “O *imposto* no Brasil está muito caro.”, ocorre acima a conceptualização de “imposto” como uma coisa, visto que os estados componentes foram processados coletivamente e como uma coisa. Desse modo, a classe a que pertence “imposto” é a dos substantivos.

A análise dos três itens lexicais acima mostra como o particípio passado pode ser conceptualizado como processo, coisa ou relação estativa. Neste trabalho, há a ideia de essa conceptualização variável ser a causa da classificação variável dos particípios passados. Tentou-se, desse modo, a integração da variabilidade classificatória dos particípios passados com a variabilidade em termos de conceptualização.

É importante demonstrar que, como processo e como relação estativa, o particípio passado flexiona em gênero e número. Ao ser processado como coisa, o particípio passado só flexiona em número, não variando mais em gênero. Isso demonstra que morfologia e semântica atuam em conjunto na língua. Mais do que isso, explicita como os diferentes “estratos” linguísticos - morfologia, semântica, fonologia, sintaxe, pragmática - não devem ser analisados de modo discreto, mas como faces de um *continuum* linguístico. A perda de flexão de gênero - ao ser um particípio processado como uma coisa, um nome - não ocorre em “visto” e “vista”. Entretanto, esses dois, quando categorizados como substantivos, têm significados distintos. Assim, observam-se usos como: “A vista de Búzios” / “Vista de prova” / “Minha vista está ardendo” e “Visto do professor”.

### *Especialização Semântica*

Apesar de não ser o foco deste trabalho, é fundamental a observação de que o particípio passado, quando categorizado como substantivo, passa, geralmente, por uma especialização semântica. Essa especialização dá-se por metáfora ou metonímia. Em “Imposto”, como substantivo, ocorre um mapeamento metonímico. Desse modo, a “taxa cobrada pelo governo” é definida, entendida através do conceito de imposição. Dizendo de outro modo, só fica em relevo, na definição da taxa, o fato de ela ser imposta pelo governo. Em “bebida”, “comida”, também acontece o mapeamento metonímico. Já

em “babado”, ocorre mapeamento metafórico: entende-se o domínio abstrato “fofoca” através do domínio concreto “babar”, já que, para se fofocar, é necessário falar (ao se falar, há egressão de saliva no ar). Em “cantada”, entende-se o ato de “tentar seduzir alguém pelas palavras” (domínio abstrato) através do ato “cantar” (domínio concreto).

*O que “licencia” a um particípio passado ser categorizado como substantivo?*

Existe uma diferença entre funcionar como substantivo e ser categorizado (classificado) como substantivo. Qualquer particípio passado pode ter a função de substantivo. Para isso, é necessário apenas ser núcleo de um sintagma nominal. Assim, “aposentado”, “desocupado” e “associado”, entre outros, funcionam como substantivo caso sejam núcleos de sintagma nominal, como nos exemplos a seguir:

- (6) O aposentado não recebe o respeito merecido.
- (7) O desocupado é o número 15 da arquibancada.
- (8) O associado recebe inúmeras vantagens.

Nesses contextos, apesar de serem núcleos de sintagma nominal, os particípios passados fazem referência a algo ou alguém. Apesar de “aposentado” ser núcleo de SN, tal vocábulo, semanticamente, faz referência a um ser humano, assim como “associado”. Já “desocupado” faz referência a lugar, é o assento número 15 que está desocupado. Uma característica formal desses particípios passados, que podem funcionar como substantivo, é que eles flexionam em gênero. Isso ocorre, justamente, por eles acessarem a referência a algo ou alguém. Neste trabalho, acredita-se em que esses particípios não são conceptualizados como coisa, mas sim como relação estativa. Desse modo, não há uma categorização como substantivo, apenas podem funcionar sintaticamente como tal.

Exemplos como “resfriado”, “atacado”, “simulado” e “comida”, entre outros, aparecem em contextos sem fazer referência a coisa ou pessoa. Desse modo, podem tais exemplos ser categorizados<sup>6</sup> como substantivos, como se vê em (09):

---

<sup>6</sup> Os particípios que são categorizados como substantivo podem aparecer em alguns contextos fazendo referência a algo ou alguém. Nesses contextos, terão apenas a função de substantivo, pois não serão categorizados como coisa. Exemplo: “Hoje todos vieram para a aula, só o resfriado faltou”. Nesse exemplo, “resfriado” faz referência a alguém que está doente, não significa gripe. Assim, é conceptualizado como relação estativa.

### (9) O resfriado atacou o menino

“Resfriado” não acessa referência a ser humano nem a coisa. Desse modo, há uma conceptualização como coisa através do mapeamento sumário. Portanto, há uma categorização (classificação) desses participios como substantivo. Os exemplos de categorização como substantivo apontam para participios que, normalmente, não flexionam em gênero. Essa perda de flexão ocorre por não haver referência a objeto ou pessoa.

Defende-se, então, a hipótese de que a perda de referência ao objeto ou à pessoa é o que leva um participio passado a poder ser categorizado como substantivo. Alguns participios não perdem a referência a algo ou a alguém em nenhum contexto linguístico. Assim, só podem funcionar como substantivo, mas não ser categorizados como tal. A perda dessa referência ao objeto ou à pessoa é acompanhada, normalmente, por perda de flexão de gênero.

### **Palavras finais**

A motivação para este trabalho foi a verificação da instabilidade classificatória com relação aos participios passados. Ao procurar entender o fenômeno sob uma ótica cognitivista, foram fornecidos argumentos teóricos que explicassem os motivos para a instabilidade categorial do participio passado.

Atentou-se para três aspectos do participio passado: morfossintático, cognitivo e semântico. Houve um enfoque morfossintático ao se verificarem diferentes classificações do participio passado (aspecto morfológico) através de diferentes contextos frásicos (aspecto sintático). Para explicar a instabilidade categorial do participio passado, utilizou-se a noção de conceptualização (aspecto cognitivo). Além disso, ainda foi exposto que, ao ser categorizado como substantivo, o participio passado passa por especialização semântica através de metáfora ou metonímia (aspecto semântico). Todos esses estratos, na verdade, funcionam em conjunto na língua e devem ser vistos através de um *continuum*.

## Capítulo 5

### ATÉ: DE PREPOSIÇÃO A OPERADOR ESCALAR

*Patricia Teles Alvaro*

O elemento gramatical *até* vem sendo, tradicionalmente, abarcado em diferentes classes gramaticais. Dentre essas classificações, chamam atenção aquelas que se aplicam a um uso específico do *até*, em que o termo pode ser entendido como *inclusive*. Esse caso vem sendo rotulado, pela Gramática Tradicional, de advérbio, partícula de inclusão, advérbio de inclusão ou palavra denotativa. Sob a ótica da Semântica Argumentativa, esse caso é tratado como um operador argumentativo. Dessa maneira, os seus diversos usos proposicionais são apresentados como homônimos, ou seja, palavras com a mesma forma, mas significados totalmente diferentes.

Para analisar, descrever e elucidar a classificação existente, propomos um tratamento linguístico-cognitivo, que busca explicar sintática e semântico-pragmaticamente o funcionamento do *até* como um elemento escalarizador de noções quantitativas e qualitativas<sup>1</sup>. Para a composição de material de análise, foram utilizados três diferentes tipos de *corpora*: o Norma Urbana Culta do Rio de Janeiro (NURC/ RJ); o Discurso & Gramática (D&G) e frases colhi-

---

<sup>1</sup> A proposta aqui apresentada decorre da tese de doutoramento de ALVARO, PATRICIA TELES. Escalarização e Mesclagem na polissemia do *até*: um estudo das relações linguístico-cognitivas do uso dos operadores escalares. Faculdade de Letras - UFRJ, Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Departamento de Língua Portuguesa, 2008.

das na internet, indiscriminadamente<sup>2</sup>, analisados tanto quantitativa quanto qualitativamente. E, na sistematização do percurso investigativo e convergentemente à proposta descritiva, abraçamos a visão cognitivista da linguagem.

## O caso do *até*

O tratamento do *até* como elemento flutuante em diferentes classes gramaticais gera uma incongruência descritivo-explanatória, uma vez que essas classificações não são esclarecidas e justificadas sintático-semânticamente. Na maior parte das vezes, o ensino das classes gramaticais vem sendo feito de maneira isolada e a gramática da língua é ensinada como partes que não exercem influência uma sobre a outra. É assim que a Morfologia é destituída de suas Sintaxe e Semântica (e mais ainda da sua Pragmática) e vice-versa. Sobre isso Ilari, Castilho & Almeida *et alii* (2008) dizem que as gramáticas tratam as preposições de modo sumário e detalhista. Além disso, os estudos gramaticais sugerem que as preposições sejam parecidas do ponto de vista sintático (geralmente como “palavras que relacionam palavras”) e que apresentem uma pluralidade de sentidos e usos que em nada se relacionam entre si, ou seja, estariam em relação de homonímia.

Vejam os que os estudos apresentam acerca do *até*. A preposição é ensinada em Bechara (1999: 296) como *uma unidade linguística desprovida de independência (...) que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais (...) e não exerce nenhum outro papel que não seja ser índice da função gramatical de termo que ela introduz*. O autor, no entanto, chama atenção para o significado das preposições. Explica que a preposição apresenta um significado unitário, que não deve ser confundido com único. Isso porque o significado unitário da preposição pode desdobrar-se em outros significados contextuais. Em seguida, o gramático apresenta o sistema preposicional do português, do ponto de vista semântico, caracterizando-o pela dinamicidade e estaticidade. No grupo de noção dinâmica aparecem: *até, a, contra, para, por, de e desde*. No segundo grupo: *ante, trás, sob, sobre, com, sem, em e entre*. Nesse último caso, os

---

<sup>2</sup> Os *corpora* do NURC e D&G apresentam peculiaridades que não foram consideradas, uma vez que não trabalhamos com especificações das variáveis sócio-linguísticas. No entanto, vale ressaltar que o corpus do NURC se caracteriza por trazer extratos de fala de informantes de formação universitária, colhidos a partir da década de 70, majoritariamente. O D&G, por sua vez, caracteriza-se por cobrir informantes a partir do nível fundamental (o chamado “primário”) até aqueles com superior incompleto. Além disso, o corpus é estratificado não só por faixa etária e nível de escolaridade mas, também, por tipos de texto (textos de opinião, relato de experiência e descrição), nas modalidades oral e escrita.

traços de estaticidade e dinamicidade são indiferentemente marcados. Não fica claro se a referência ao espaço e ao tempo aplica-se apenas ao segundo grupo ou aos dois grupos.

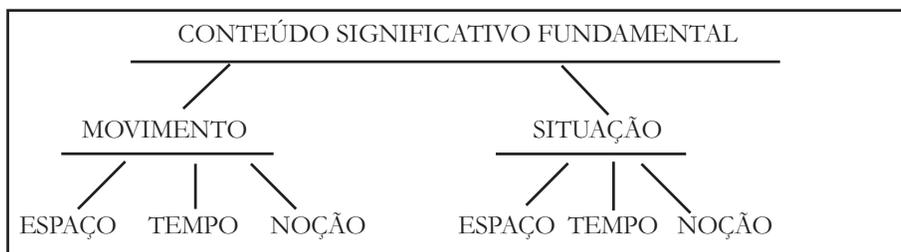
No grupo organizado pela característica da dinamicidade estão dois subgrupos. O primeiro de movimento de aproximação ao ponto de chegada: *a, contra, até, para*. O segundo de afastamento: *de* e *desde*. No caso, a preposição *por* se compatibiliza com os dois grupos. O gramático refere-se ao segundo grupo com a subdivisão em situação mais concreta e mais imprecisa. Mas não fica clara essa caracterização. Parece que, partindo da noção de espaço, organiza esse grupo em preposições de situação horizontal: *ante, trás* e de situação vertical: *sob, sobre*. O **até** classifica-se como uma preposição essencial (palavras que só aparecem na língua como preposição) com traços semânticos de dinamicidade com aproximação a um término e marcando o limite de chegada.

Bechara (1999: 311) adverte que *é preciso distinguir a preposição da palavra de inclusão até que se usa para reforçar uma declaração com o sentido de “inclusive”, “também”, “mesmo” e “ainda”. A preposição pede pronome pessoal oblíquo tônico e a palavra de inclusão pede pronome pessoal reto*. Exemplificam-se, respectivamente:

- (1) Ele chegou **até** mim
- (2) **Até** eu recebi o castigo.

Cunha & Cintra (2001: 542) chamam preposição palavras invariáveis que relacionam dois termos, podendo ser essenciais e acidentais. Os gramáticos ensinam que as relações estabelecidas pelas preposições implicam movimento ou não-movimento (ou seja, uma situação). Consideram ainda que na *expressão de relações preposicionais com idéia de movimento considerado globalmente, importa levar em conta um ponto limite (A), em referência ao qual o movimento será de aproximação ( $B \rightarrow A$ ) ou de afastamento ( $A \rightarrow C$ )* (CUNHA & CINTRA, 2001: 544).

Os autores explicam que, apesar da grande variedade de usos e as diferenciações no discurso, pode-se estabelecer uma significação fundamental advinda da expressão de movimento (ou de sua ausência) espacial, temporal e nocional. Parece interessante mostrar o quadro proposto pelos gramáticos:



**Esquema 1:** semântica de “até” na Gramática Tradicional

A preposição *até*, em Cunha & Cintra (2001: 552), expressa movimento com aproximação de um limite (a) no espaço<sup>3</sup> e (b) no tempo. No caso do uso do *até* em proposições como (3) “Tudo na vida engana, *até* a glória”, Cunha & Cintra (2001: 540) afirmam que, por vezes, essas palavras são imprópriamente classificadas como advérbios. Os gramáticos dizem que, nesse caso, o *até* expressa inclusão, assim como: *inclusive, mesmo, também, etc.* e deve ser classificado como **palavra denotativa de inclusão**.

Na página 451, os gramáticos explicam que tais

*palavras não devem ser tidas como advérbios<sup>4</sup> porque não modificam verbo, nem adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil. Por isso, na análise, convém dizer apenas: “palavra ou locução denotadora de exclusão, de realce, de retificação”, etc.*

No entanto, no parágrafo seguinte, os estudiosos dizem que a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa admite a existência dos advérbios de exclusão e de inclusão e considera advérbios de oração o que denominamos palavras denotativas de situação*.

Moura Neves (2000: 601) explica as preposições como palavras que pertencem à esfera semântica das relações e processos que atuam especificamente na junção dos elementos do discurso. Apresenta o *até* como preposição que indica (i) complemento locativo do verbo e (ii) limite (a) de espaço, (b) de tempo e (c) de número. No caso do tempo, a autora explica que se usa um sintagma preposicionado para expressar uma *duração relativa*:

<sup>3</sup> No exemplo *Subiu o Quembo até chegar ao Cotunba* (Pepetela, NA, 16), o gramático classifica o *até* como expressão de movimento no espaço.

<sup>4</sup> O autor, na página 530, adverte que *sob a denominação de advérbios reúnem-se, tradicionalmente, numa classe heterogênea, palavras de natureza nominal e pronominal com distribuição e funções às vezes muito diversas. (...) Bernard Pottier chega mesmo a eliminar a denominação do seu léxico lingüístico.*

(4) Romário deverá ser emprestado ao Flamengo **até** fevereiro do próximo ano.

A preposição **até**, elucida Moura Neves (2000:624), pode vir seguida de **que + oração com verbo no infinitivo** ou de **verbo infinitivo**, por exemplo:

(5) Esse suplício durou anos **até** que um dia (...) apareceram os costumeiros algozes.

(6) Tomávamos um, dois, três. **Até** doer o céu da boca.

No entanto, o **até que**, na página 789, é tratado como locução conjuntiva. Vejamos:

(7) Se vendesse o anel, o dinheiro daria para o sustentá-lo **até que** ele morresse.

A autora fala, na página 240, do **até** integrando uma classe de advérbios de inclusão. Moura Neves diz que os advérbios de inclusão são de dois tipos: (i) inclusão com exclusividade, tendo como exemplos **exclusivamente**, **soamente** e **apenas** e (ii) inclusão com incorporação de outros elementos, no caso do **até** e do **também**, como por exemplo:

(8) *Eu soube **até** que ele vai usar palmatória em quem agir contra os interesses do município.*

Napoleão Mendes de Almeida (1983: 336) apresenta o caso do **até** que é **advérbio** quando empregado no sentido de *mesmo, ainda*, por exemplo:

(9) Podíamos **até** vender a casa.

O **até**, em Mira Mateus *et alii* (2003), apresenta-se como advérbio de inclusão em nota de pé de página. A autora, na página 698, diz que de acordo com os seus *juízos de gramaticalidade, as condicionais surgem mais facilmente em clivadas se ocorrer antes da condicional um advérbio de inclusão (até, mesmo) ou de exclusão (apenas, só, salvo), o que se explicará pelo papel focalizador destes advérbios: É só se de ter jeito que vamos às compras*. Cumpre salientar que mais adiante em nossa análise, reportamo-nos a Mira Mateus *et alii* (2003) e utilizamo-nos do seu conceito de expressão qualitativa, oportunamente explanado.

Macedo (1991: 224) diz que preposição *liga um termo a outro, expresso ou não, acrescentando um sentido ou estabelecendo uma função sintática*. O autor apresenta as

preposições como vazias ou cheias. As preposições vazias são as que iniciam um objeto indireto ou complemento nominal e as cheias as que ligam acrescentando uma ideia de espaço, tempo ou outras ideias que não sejam de espaço ou tempo. Para esse último caso, o autor usa o termo **noção**.

Segundo o autor, na página 225, existe uma associação entre a ideia de espaço e a ideia de tempo. Para o gramático, em *Vou a Maceió, a preposição a indica espaço, numa escala de tempo, a ideia de futuro é nítida*. O **até** apresenta-se como preposição que indica extensão com inclusão. O exemplo dado trata apenas da ideia de espaço: *Vou até São Paulo*. O gramático, na página 222, apresenta na lista de advérbios, os de exclusão. No entanto, não aparecem os advérbios de inclusão, como em outras gramáticas.

Esse levantamento mostra que a gramática tradicional percebe que há diferentes comportamentos do **até**. Tanto que o apresentam como uma preposição ou como uma outra classe gramatical. Essa outra classificação pode ser como partícula de inclusão, advérbio, advérbio de inclusão, palavra denotadora de inclusão. Esses casos, os autores explicam com a ideia de inclusão e Bechara (1999), além disso, restringe o seu uso à anteposição de pronome pessoal de caso reto. Cunha & Cintra (2001) assumem a difícil classificação da palavra. O **até** aparece com diferentes classificações morfológicas. No entanto, não esclarecem, consistentemente, esse comportamento, tampouco tratam relevantemente suas motivações sintático-semântico-pragmáticas.

O estudo das preposições vem despertando o interesse de pesquisadores em diferentes abordagens teóricas. Recentemente, Ilari, Castilho & Almeida *et alii* (2008) apresentaram vasto trabalho sobre as preposições no português do Brasil. Os autores chamam a atenção para o fato que:

*Tradicionalmente, a classe das preposições tem sido tratada pelas gramáticas como uma lista de poucos membros. Por exemplo, a Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Celso Cunha & Lindley-Cintra, trata no capítulo das preposições apenas de 17 palavras: a, ante, após, até, com, contra, de, desde, em, entre, para, perante, por (per), sem, sob, sobre e trás. O tratamento dispensado pelas gramáticas às preposições é ao mesmo tempo sumário e detalhista: as palavras identificadas como preposições, depois de receberem uma caracterização sintática muito genérica (geralmente como “palavras que relacionam palavras”), são consideradas uma a uma, numa análise que enumera seus diferentes sentidos. Nesse tipo de análise, acaba-se inevitavelmente por sugerir que as preposições são muito parecidas do ponto de vista sintático, e que cada preposição apresenta uma pluralidade de “usos” ou “sentidos” que não têm nada em comum entre si, ou seja, para usar um termo técnico, que os vários usos de uma mesma preposição estão em relação de homonímia.*

Nesse trabalho, os autores remetem ao uso do **até** que *recebe um conteúdo argumentativo (neste caso, escalar) e coloca como ponto de chegada do percurso o dado (ou argumento) de valor mais elevado numa escala*. Podemos ver que, embora os estudiosos remetam à noção de escala, eles o fazem exclusivamente quando num uso argumentativo. Dessa maneira, aproximam-se do tratamento da Semântica argumentativa para o **até**, quando denominado operador argumentativo. A denominação *operador argumentativo* aplica-se ao tratamento do **até** nas proposições em que não se pode, tradicionalmente, determiná-lo como preposição. Não se encontra, na gramática tradicional (que o rotula de partícula de inclusão ou advérbio), classificação que elucide o comportamento semântico-discursivo desempenhado pelo **até**, em casos como:

(10) Traficantes pagam **até** churrasco da PM<sup>5</sup>.

Mesmo com uma visão argumentativa do seu uso e com seu tratamento como operador argumentativo, ainda assim, os seus usos são entendidos como homônimos.

A Semântica Argumentativa ou Semântica da Enunciação, liderada por Oswald Ducrot, entende que a língua é essencialmente argumentativa. Na argumentação, os elementos gramaticais são manipulados como *marcas linguísticas da enunciação ou da argumentação* (KOCH, 2004: 29). O termo *operador argumentativo*, cunhado por Oswald Ducrot (*op. cit.*: 30), refere-se aos elementos gramaticais usados para operar a força argumentativa do discurso. Tal operação consiste na manipulação de valores organizados ou em uma escala argumentativa ou em uma classe argumentativa. Em ambas as noções são operados argumentos a fim de se comprovar uma tese, tanto organizados em igualdade de valores (na classe argumentativa), quanto em valores escalarizáveis (na escala argumentativa).

Ilari & Geraldi (1985) discutem a suficiência do estudo tradicional diante das ocorrências variadas do **até**. Acrescentamos, aqui, que tais usos são bastante antigos na língua, ou seja, os estudos tradicionais já se depararam com essa realidade, anteriormente. Parece que se tratou mesmo de um posicionamento gramatical. Comentado isso, seguimos, agora, adiante nas considerações de Ilari & Geraldi. O trabalho de Ilari & Geraldi (baseado em Ducrot e Vogt, cf. Ilari & Geraldi. *op. cit.*) discorre sobre o uso argumentativo do **até**, sob a ótica da Semântica argumentativa. Diferentes ocorrências do

---

<sup>5</sup> Primeira página do jornal O Globo.

elemento são comparadas e os autores mostram que há uma função relatora do **até**, em frases como:

(11) A BR 10 vai de Porto Alegre **até** Belém do Pará.

No entanto, essa função não é a função em casos como:

(12) **Até** ontem o feijão custava 2500 cruzeiros o quilo.

Os autores chamam atenção para a precariedade do tratamento tradicional (de relator de função: preposição), tanto para os exemplos anteriores como para o seguinte:

(13) **Até** o governador compareceu ao enterro do bombeiro que morreu em serviço.

Nas duas últimas ocorrências, segundo os estudiosos, fica evidente que o elemento não exerce necessariamente a função de relacionar termos. No último caso, então, chamam a atenção para o fato de termo com função sintática de sujeito não poder ser precedido por preposição (ILARI & GERALDI, 1985: 78). Além disso, dizem que é necessário recorrer às noções de classe argumentativa, força argumentativa e escala para descrever o funcionamento desse último caso do **até**. Assim, nos explicam que o uso da preposição com **até** exerce uma força argumentativa alta na *escala da classe argumentativa*, sustentando a tese defendida pelo locutor. Os autores tratam, também, dos casos de **nem mesmo** e **mas**. Tais operadores argumentativos também orientam os efeitos de sentido em termos de seus valores escalarizados<sup>6</sup>.

Podemos dizer, então, que a descrição feita por Ilari & Geraldi (1985) toma a noção de escala como relevante mecanismo de organização argumentativa operada pelos locutores, que sabem como manipular os valores escalarizados de determinados elementos linguísticos. Dizemos, então, que os elementos gramaticais estão imantados à noção de escala, que é manipulada pelo locutor, promovendo diferentes efeitos de sentido. Nesse caso, dizem que o papel do **até** é *apontar que o resto da oração verbaliza um argumento que, numa hierarquia admitida pelo locutor e em relação à conclusão visada, tem posição elevada* (ILARI & GERALDI, 1985: 80).

---

<sup>6</sup> Um detalhamento desse estudo pode ser visto na obra citada.

A assunção é feita considerando-se a noção de escala argumentativa. Para os autores é necessário reservar um lugar de relevo para escalaridade, uma vez que com a noção de escala esclarecem-se não só *um dos usos*<sup>7</sup> do **até**, mas outros fenômenos, chamados fenômenos escalares da língua.

Esclarecem que, na proposição com conteúdo argumentativo (exemplo 13), o **até** instancia-se como argumento mais forte na escala argumentativa em favor de uma tese. Essa tese poderia ser: (i) *as autoridades prestigiam o heroísmo dos humildes*, ou (ii) *as autoridades não perdem oportunidades para desperdiçar em iniciativas demagógicas o tempo que deveriam reservar ao trato da coisa pública*, ou (iii) *a morte do bombeiro repercutiu profundamente na opinião pública*, dentre outras possíveis.

Os estudos em Semântica Argumentativa apontam o **até** como operadores que assinalam o argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão. Koch (2004: 46) a respeito dos operadores argumentativos explica que:

*quando presentes no enunciado, introduzem nele conteúdos semânticos adicionais os quais sem a presença deles, não existiriam. A esses conteúdos, que ficam à margem da discussão, costuma-se chamar de pressupostos e às marcas que os introduzem, marcadores de pressuposição.*

A assunção de um conteúdo pressuposto veiculado ao uso do **até** em certo sentido vai ser retomada neste trabalho, quando dizemos que em proposições como:

(14) No Vietnã, **até** o governo usa software ilegal.

o uso do **até** dispara uma conceptualização de condicionalidade, ou seja, uma relação de causa-efeito: (*Se até X realizou-se, (então, Y é possível)*), que, caso do exemplo citado, está pressuposta, mas poderia também estar explícita, como em:

(15) Se ela **até** comprou o bolo, (então) vai ter festa.

Vimos que os estudos linguísticos abordam o uso argumentativo do **até** partindo da noção de escala e chamam atenção para a importância e relevân-

---

<sup>7</sup> Grifo meu. Isso porque se salientou a importância da escala, no entanto, ainda, particularizadamente.

cia do fenômeno escalar para o tratamento discursivo do **até**. Dessa maneira, diferentemente da gramática tradicional, esclarecem aspectos discursivos desse uso sintático-semântico do **até**.

Para a proposta aqui apresentada, a consideração da relevância da escalaridade no uso do **até** (mesmo que apenas discursivamente, ou seja, no caso do operador argumentativo) soma como uma evidência em favor da nossa hipótese da centralidade da escalarização no funcionamento linguístico-cognitivo do elemento gramatical **até**.

### **Até: um operador escalar**

Recentemente, alguns autores como Ilari, Castilho & Almeida *et alii* (2008) chamam a atenção para o tratamento isolado das partes da gramática e o apontam como uma perspectiva da ruptura em detrimento a uma perspectiva da continuidade. Afirmam que essa mudança de perspectiva significa *guiar-se pelo princípio de que os vários sentidos de uma preposição não estão em relação de homonímia, mas em relação de polissemia*.

Vamos observar, então, os diversos usos do **até**, nos exemplos a seguir:

- (16) Eliana viaja **até** Juiz de Fora, sempre.
- (17) Seu pai volta **até** domingo.
- (18) Edu ganha **até** \$ 3000 nesses trabalhos.
- (19) Jô vai selecionar **até** cinco modelos para a campanha.
- (20) **Até** juízes reconhecem que demora é o principal fator de impunidade.

Ilari & Geraldi (1985) discutem a impropriedade da classificação numa proposição como (17). Isso acontece uma vez que, dizem os autores, se a função da preposição é de *relator*<sup>8</sup>, isso não se cumpre, por exemplo, em (17) e (18), tampouco em (19). E menos ainda em proposições como (20). Além disso, os estudiosos chamam a atenção para o fato de o **até** anteceder o *sujeito* (em 20, por exemplo), comportamento proibido às preposições. Os autores reconhecem a urgência em se tratar do funcionamento de alguns elementos gramaticais (por exemplo, o **até**) como fenômenos escalares (1985:77). No entanto, reservaram essa descrição apenas para usos como em (20), em

---

<sup>8</sup> Termo usado pelos autores.

função de nesses casos, segundo os estudiosos, haver uma escala de valores pragmáticos, em que se mede, discursivamente, o valor da informação dada, ou seja, do argumento usado para comprovação de uma tese. Tratava-se, ali, de uma escala de argumentação (cf. Ducrot & Anscombre, 1981 e Fauconnier, 1975) revelada, apenas, em usos argumentativos do **até**. Embora, naquele momento, a descrição do uso do **até** como um fenômeno escalar esclarecesse o seu funcionamento, ela o faria parcialmente, ou seja, apenas no chamado uso argumentativo.

A análise semântico-pragmática dos dados, aqui proposta, pretende evidenciar a escalarização subjacente aos usos proposicionais do **até**, evidenciando que tantas classificações, na verdade, constituem uma **rede polissêmica do funcionamento do até**. Podemos ver, nos exemplos anteriores, que o uso **até** introduz um ponto limite, criando de um noção de escalarização aos conteúdos proposicionais - que podem ser de espaço, de tempo, de número e pragmático (quando se trata de um comentário), e que são conceptualizados de modo escalarizado. Entretanto, cumpre salientar que, nos estudos cognitivistas, as operações que realizamos linguisticamente, na verdade, são projeções de nossa capacidade cognitiva. Lakoff (1987:291) diz que:

*A linguagem está baseada na cognição. Os mesmos recursos são usados tanto nas estruturas linguísticas quanto nas estruturas de modelos cognitivos – mesmo porque os Esquemas Imagéticos (esquemas pré-conceptuais que estruturam as nossas conceptualizações) são formados de acordo com as experiências sensorio-motoras do nosso corpo.*

Daí, parece lícito dizer que se escalarizamos conteúdos linguísticos, temos capacidade cognitiva de escalarizar. Na verdade, essa conceptualização escalarizada de uma dada informação está baseada no Esquema Imagético da Escala (cf. Johnson, 1987). Então, os usos do **até** são projeções desse esquema de escalarização, que é o eixo prototípico da rede polissêmica de funcionamento do **até**. A escalarização é um recurso cognitivo de organização, mesmo das experiências mais concretas como as de espaço, nos eixos horizontal e vertical, numa escala espacial, em que nos deslocamos de um ponto até outro.

Não poderia ser diferente na descrição linguística e entendemos o uso do **até** em proposições de conteúdo espacial como seu uso mais básico, que ativa o Esquema de Percurso (de um ponto de partida até um destino, percorrendo um caminho) na sua conceptualização. É sabido que tempo pode ser entendido como uma metáfora de espaço. Isso contribui como evidência para entendermos

um contínuo de metaforização da escalarização do *até*, que vai do deslocamento nas escalas de conteúdo espacial, temporal, numérico até a transferência (o deslocamento menos concreto e mais abstratizado) de propriedade de uma categoria para outra em uma escala de conteúdo pragmático.

Chegamos à generalização da escalarização promovida pelo *até*. A escalarização pode ser sem gradação ou com gradação de juízo de valor. O primeiro tipo chamamos de escalarização quantitativa, pois apenas avançamos (nos deslocamos) na escala (na sequência dos seus pontos de conteúdo espacial, temporal e numérico), em função de um ponto limite. Esse ponto-limite é o termo à direita, introduzido pelo *até*. Podemos exemplificar com as proposições (16), (17), (18) e (19).

No segundo tipo, que chamamos de escalarização qualitativa, empresta-se um comentário ao conteúdo da proposição. Nesse caso, que pode ser acompanhado no exemplo (20), o limite, termo à direita, introduzido pelo *até*, vai ser transferido (deslocado na escala) como uma nova propriedade da informação dada. Pressupõe-se que, como nova propriedade, não estava prevista, ou seja, não era esperada. Por isso, o uso do *até* flagrar a existência de uma barreira pragmática e sua consequente ultrapassagem, quer dizer, a inserção da nova propriedade-limite, que vai além das expectativas determinadas na escala de valores pragmáticos. Isso pode ser visto em relação à proposição (20), pois os próprios juízes, que são os representantes da justiça e responsáveis, em parte pela sua eficiência, reconhecem que a lentidão da justiça é propiciadora da impunidade. Isso vai além de uma escala prevista e organizada pragmaticamente pelos nossos modelos de conhecimento, os MCIs. A mesma proposição dita sem o *até* seria apenas uma constatação. O uso do *até* deflagra, assim, um comentário, permitindo o surgimento de pressupostos como uma condicionalidade escalar: *Se até os juízes reconhecem isso, então a impunidade é total*. Generalizando, teríamos uma condicionalidade escalar pressuposta do tipo: [ *Se X realizou até Y, então X pode realizar Z* ].

Na interpretação da condicionalidade escalar, os valores de X, Y e Z são graduados pela expectativa de um Ego. Além disso, dependem de fatores como contexto, bases de conhecimento do falante, ou seja, efetivam-se no fluxo discursivo. Em termos de descrição (cf. FAUCONNIER, 2002: 327), parecemos que há uma compressão de Propriedades, pertencentes a domínios excludentes, que se descomprime numa relação de Causa-efeito. Tal verificação não foi completamente desenvolvida, em função disso não a arrolamos

no corpo analítico apresentado. Sobre a pressuposição de uma condicionalidade, que é disparada pelo uso qualitativo do **até**, dizemos que pode ser efetivada ou não. Por exemplo, se pensarmos em uma correlação com o “mas”, a máxima de realização de X não se efetivará: **Até** juízes reconhecem que demora é o principal fator de impunidade. *Mas o Supremo Tribunal interveio e exigiu a agilização dos julgamentos.* Houve, inicialmente, a ultrapassagem da expectativa, a suspensão da barreira pragmática, mas não se efetivou a conclusão como numa relação de causa-efeito. Nesse caso, a proposição com **até** atuou apenas como uma concessiva.

## Palavras finais

Vimos, então, que:

(i) o **até** constitui uma rede polissêmica, cujo eixo prototípico é a noção de escalarização (estruturada no Esquema Imagético de Escala), com a ativação de deslocamento (nas escalas de espaço, de tempo, de número e de propriedade comentada), que se metaforiza do conteúdo mais concreto de espaço para o mais abstrato de qualidade (propriedade).

(ii) a escalarização pode, então, ser agrupada em dois tipos: de quantidade e de qualidade, sendo a primeira sem gradação de juízo de valor e a segunda com gradação de juízo de valor.

(iii) em ambos os tipos, o **até** vem à esquerda do termo que é introduzido como limite do conteúdo proposicional.

(iv) o **até** é núcleo sintagmático, funcionando o sintagma como adjunto adverbial, na escalarização quantitativa (de conteúdo proposicionais de espaço, de tempo e de número).

(v) o **até** não é núcleo sintagmático, na escalarização qualitativa, exercendo de papel de expressão qualitativa (cf. Mateus, 2003:369), podendo anteceder qualquer categoria. Nesse caso, promove a escalarização de conteúdo pragmático, ou seja, a escalarização do conteúdo da proposição é feita em função do valor pragmático (máximo) do termo-limite introduzido pelo **até** como uma nova propriedade dessa categoria comentada.

(vi) a metaforização da escalarização promovida pelo **até** – de quantitativa a qualitativa – tem um ponto de transição nas ocorrências em proposição com conteúdo numérico, que seguem o padrão da escalarização quantitativa, a não ser em proposições com VTD (por exemplo, “Jô vai selecionar **até** cinco

modelos para sua campanha”). Nesse caso, o *até* apresenta características dos dois tipos de escalarização. Sintaticamente não é núcleo sintagmático, como na escalarização qualitativa, no entanto semântico-pragmaticamente não estabelece uma gradação com juízo de valor, ou seja, não atende à característica de deflagrar um comentário sobre o conteúdo da proposição, preservando-se como escalarização quantitativa. Vale ressaltar, que, se retirado o numeral, o *até* escalariza qualitativamente o substantivo, atendendo ao padrão descrito aqui, para esses casos.

Ainda a respeito das impropriedades das diferentes classificações que vêm sendo feitas para o *até*, mesmo sendo dito, aqui, que o elemento *até* pode ocorrer em posição de núcleo sintagmático, mas, também, pode ocorrer em posição não-nuclear, vindo à esquerda do núcleo sintagmático, isso não justificaria a sua diferenciação categorial. Para tal, dizemos que, se uma dada categoria de uma língua tem propriedades Z, outras categorias centrais terão propriedades similares. Então, se para Lemle (1982) e Almeida (1984), baseadas em Jackendoff (1977), uma categoria não pode ser diferenciada a partir de propriedade de transitividade, similarmente, uma categoria não deve poder ser diferenciada a partir de ocorrências à esquerda do núcleo sintagmático.

Dessa maneira, entendemos os diferentes usos proposicionais do *até* como, na verdade, uma extensão metafórica de um eixo categorial prototípico de escalarização linguístico-cognitiva. Cumpre, ainda, ressaltar que estudamos, incipientemente, outros elementos gramaticais como *que dirá, imagine e quanto mais* (cf. ALVARO)<sup>9</sup>, tradicionalmente tratados como expressões idiomáticas. Vimos que tais elementos também apresentam um comportamento de operador escalar, podendo constituir uma classe de operadores escalares.

---

<sup>9</sup> Anteprojeto de doutorado.

---

**Parte IV**

**Estruturação morfológica das palavras**



## Capítulo 6

### VOGAL TEMÁTICA NOMINAL E GÊNERO NO PORTUGUÊS

*Mauro José Rocha do Nascimento*

Neste capítulo, tecemos algumas considerações acerca das vogais temáticas nominais no português, estabelecendo uma relação com a categoria de gênero. Na primeira parte do trabalho, é feito um levantamento em relação à forma com que diversos autores – gramáticos e linguistas – abordam a categoria “vogal temática”. A seguir, são apresentadas as duas abordagens tradicionais acerca das *desinências de gênero*, para em seguida discutir a real pertinência dessa categoria na descrição do português.

Na segunda parte, são tecidas considerações acerca do gênero, focando a forma como, historicamente, os falantes estabelecem uma relação intrínseca entre essa categoria gramatical e a característica extralinguística do sexo dos referentes. Na terceira parte, argumentamos em favor da relação direta que os falantes estabelecem entre a vogal temática *-a* e o gênero feminino e entre a vogal temática *-o* e o gênero masculino. Por fim, na última parte, identificamos as características semânticas e formais das construções de gênero, demonstrando que, tanto na relação entre gênero e sexo quanto na relação entre vogal temática e gênero, as construções têm um núcleo prototípico e irradiações menos prototípicas a partir desse núcleo.

#### **Vogais temáticas e gênero**

##### *Vogais temáticas*

A literatura especializada na área de linguística é parca em informações a respeito do que chamamos de vogal temática ou índice temático, especialmente

no que se refere à vogal temática nominal. Ao consultar diferentes dicionários de linguística, constata-se que somente os originalmente em língua portuguesa e um único originalmente em língua estrangeira trazem algum verbete relativo ao assunto. Câmara Jr., no verbete “tema”, define índice temático como um segmento fônico com que o radical se amplia e que serve de característica mórfica para um conjunto de vocábulos de mesma espécie (CÂMARA Jr., 1977: 231). Acrescenta, ainda, a informação de que, em português, o índice temático é uma vogal. Jota (1976: 349), no seu dicionário, considera sinônimos os termos “índice temático” e “vogal temática”, definida como *vogal destacável pela análise, que aparece antes das desinências*. Acrescenta, ainda, a informação de que podem ocorrer tanto em formas verbais quanto nominais. Dos dicionários consultados escritos originalmente em outro idioma, nem Crystal (1985) nem Trask (2004) contemplam a vogal temática com um verbete. Somente Dubois et alii (1973: 582) fazem referência a esse elemento mórfico, mas de forma muito sucinta: *vogal temática é a que se acrescenta à raiz de um morfema para formar o tema*.

Algumas obras especificamente sobre morfologia fazem referência direta à vogal temática. Zanotto (1986: 39) assim a define: *é um segmento fônico que se acrescenta ao radical (primário ou não) para agrupar vocábulos (nomes e verbos) em categorias*. O autor chama atenção para a distinção entre a vogal temática *-a* (como em *artista, telefonema e borracha*), e o que ele considera, corroborando a visão de Câmara Jr., a desinência de gênero *-a* (como em *mestra, bela, nova*). Segundo esse autor, a finalidade da vogal temática é ser acrescentada ao radical para formar o tema, que serve de base para o acréscimo de desinências. Zanotto considera aтемáticos apenas os vocábulos oxítonos terminados em vogal; os terminados em consoante apresentariam tema em *-e*, cuja vogal temática só apareceria nas formas de plural: *mares, vezes, males*.

Kehdi (1990: 34) identifica as vogais temáticas nominais e verbais, as quais teriam como função marcar classes de nomes e verbos. Esse autor discorda da descrição feita por Câmara Jr., que opõe formas masculinas não-marcadas a formas femininas marcadas pela desinência *-a*. Segundo Kehdi (1990), e ratificando a tradição gramatical portuguesa, há uma oposição de gênero entre *-o* e *-a*; sendo assim, para esse autor, as vogais finais de *moço* e *porca* seriam desinências de gênero, enquanto as terminações de *carro* e *porta* seriam vogais temáticas nominais.

As gramáticas tradicionais também trazem poucas informações a respeito das vogais temáticas nominais. Rocha Lima (1972: 196) diz que *vogal temática é*

o morfema que caracteriza nomes e verbos portugueses, reunindo-os em classes morfológicas estanques. Acrescenta as informações de que as vogais temáticas nominais, sempre átonas, podem ser *-a*, *-o* e *-e*, e são atemáticos os nomes acabados em consoante e vogal tônica.

Bechara (1999: 337) não define a vogal temática, mas faz referência a ela quando diz que o tema é *o radical acrescido da vogal temática e que constitui a parte da palavra pronta para funcionar no discurso e para receber a desinência ou sufixo*. Os exemplos dados englobam temas nominais (“*livro*”) e verbais (“*trabalha*”).

Cunha e Cintra (1985), no capítulo sobre estrutura das palavras, identificam, dentre outros morfemas, *as vogais que caracterizam a conjugação dos verbos* (p. 80). Ou seja, esses autores não reconhecem a existência das vogais temáticas nominais – ou, se a reconhecem, não se manifestam a respeito.

Villalva (2003: 921 et seq.), uma das autoras da *Gramática da língua portuguesa*, editada em Portugal, tem uma visão um pouco diferente em relação ao assunto abordado. Segundo a autora, as classes temáticas nas quais se distribuem verbos, nomes e adjetivos são determinadas por sufixos chamados de “constituintes temáticos”. Deixando clara a diferença mórfica existente entre os constituintes verbais e nominais, a autora lhes dá diferentes nomes: vogais temáticas e índices temáticos, respectivamente (ao contrário da tradição brasileira, que não diferencia, na nomenclatura, um elemento mórfico do outro). Essa autora enumera três critérios que definem a inclusão dos nomes (substantivos) e adjetivos em classes temáticas: o primeiro refere-se ao índice propriamente dito, que pode ser *-a*, *-e*, *-o* ou  $\text{Æ}$ . A autora distingue, ainda, nomes com índice  $\text{Æ}$  de nomes atemáticos: os primeiros são aqueles cujo índice temático aparece nas formas de plural, mas não nas de singular (como *apresentador*, *mar* e *furriel* – exemplos da própria autora), enquanto os segundos são aqueles que nunca apresentam índice temático, como *avô*, *avó*, *tatu* e *café*. O segundo critério distingue nomes variáveis de invariáveis; o terceiro, nomes, de gênero masculino de nomes de gênero feminino. Cruzando-se todos esses fatores, a autora apresenta nada menos que vinte e três diferentes classes temáticas relativas aos substantivos, e nove diferentes classes para os adjetivos.

O único autor que faz um questionamento mais amplo a respeito da vogal temática é Rosa (2000: 128 e ss.), que tem em sua obra um subcapítulo intitulado “E a vogal temática? (Ou: Afinal, o que é uma vogal temática?)”. A autora dá a definição tradicional de vogal temática: *é um formativo que expande a raiz para a constituição do tema, a base para as marcas flexionais*. Adotando a posição de

Anderson, que considera flexionais as categorias relevantes para a sintaxe, a autora conclui que não é um elemento flexional, já que, segundo ela, não se pode apontar nenhuma relação entre a vogal temática e a sintaxe. Rosa conclui dizendo que a vogal temática *seria algo que poderíamos, como Aronoff (1994), considerar morfologia pura: formas em relação com outras formas.*

Gonçalves (2005: 17), considera as vogais temáticas um problema para o critério estabelecido por Anderson. Segundo aquele autor, esses elementos são insensíveis para a sintaxe, apesar de terem uma clara função de caráter flexional, que é expandir a raiz para a formação do tema, que por sua vez é a base para o acréscimo de desinências.

### *Desinências de gênero*

Existem duas principais propostas de análise do aspecto morfológico do gênero no português. Nas duas propostas, há uma oposição entre vogais temáticas e desinência(s) de gênero. Considera-se tradicionalmente que a desinência de gênero só ocorre em vocábulos referentes a seres sexuados, indicando o sexo desses seres. Dessa forma, somente em vocábulos como *garoto / garota* ou *porco / porca* ocorreria esse tipo de morfema. As vogais átonas finais de substantivos referentes a seres não-animados são consideradas temáticas.

Das duas descrições propostas, a mais tradicional é a que opõe as desinências de gênero *-o*, como a vogal final de *urso*, e *-a*, como em *ursa*, constituindo exceções todos os casos que não se enquadrem aí. Essa descrição é adotada, por exemplo, por Cunha e Cintra (1985), Jota (1981) e Kehdi (1990). A outra descrição foi feita por Câmara Jr., o qual propôs que somente o elemento *-a* seja considerado desinência de gênero; a forma masculina seria não-marcada morfológicamente, a exemplo do singular, no português. Essa proposta de análise englobaria um número bem maior de formas de masculino, antes relegadas à lista de exceções, tais como *português, professor, peru, parente*. Assim, a presença do elemento *-a* – que seria considerado a única desinência de gênero – indicaria o feminino; a ausência desse formativo indicaria masculino. Nessa visão, o *-o* de *menino* e *urso* é considerado uma vogal temática, igualando estruturalmente essas palavras a *teto* e *nabo*. A proposta de Câmara Jr. passou a ter um grande número de adeptos, dentre os quais até mesmo o gramático Rocha Lima (Lima, 1972).

As duas propostas podem ser assim sintetizadas:

	SERES ANIMADOS				SERES NÃO-ANIMADOS			
	-a	exemplo	-o	exemplo	-a	exemplo	-o	exemplo
<b>PROP. TRADICIONAL</b>	d.g.	gata	d.g.	gato	v.t.	mesa	v.t.	carro
<b>CÂMARA JR.</b>	d.g.		v.t.		v.t.		v.t.	

**Quadro 1:** duas propostas para a morfologia do gênero no português

*A não-pertinência da categoria “desinência de gênero”*

Neste trabalho, argumentamos em favor da não-pertinência da diferenciação entre desinência de gênero e vogal temática, visto que essa distinção pode causar alguns problemas ou inconsistências na análise. A primeira delas ocorre no caso dos elementos polissêmicos. Na polissemia, há uma expansão do significado de um vocábulo, por metáfora ou metonímia, como nos exemplos a seguir:

- (1) Pedro feriu-se em uma das **pernas**.
- (2) Esta cadeira tem uma das **pernas** mais curta.

Na sentença (1), o vocábulo *perna* está sendo usado num sentido mais básico, e em (2) há uma extensão metafórica. São, no entanto, duas ocorrências do mesmo vocábulo; a polissemia não cria novos vocábulos, e sim novos usos para vocábulos já existentes. Acontece o mesmo com os vocábulos *porca* ou *cachorra*: o primeiro pode significar ‘fêmea do porco’ ou ‘peça metálica, munida de um furo cilíndrico, cuja superfície é rosqueada para receber um parafuso’<sup>1</sup>; o segundo pode significar, entre outros, ‘fêmea do cachorro’ ou ‘arma de fogo’, na linguagem dos marginais (certamente tendo como fundamento da metáfora a noção de ‘ferocidade’). Temos, então, o vocábulo *porca* referindo-se a: A) um ser animado do sexo feminino, em oposição a *porco*; nesse caso, a vogal final deve ser considerada uma desinência de gênero; e B) um ser não-animado; nesse caso, o *-a* final deve ser considerado uma vogal temática.

<sup>1</sup> Segundo Houaiss (2001: 2263), a razão dessa metáfora é que o órgão sexual do porco tem a forma helicoidal, semelhante à rosca de um parafuso.

O mesmo ocorre com o termo polissêmico *cachorra*, que vai ter numa acepção uma desinência de gênero e em outra uma vogal temática. É no mínimo estranho que, num uso básico, um vocábulo tenha uma estrutura morfológica e num uso metafórico passe a ter outra – sendo que a forma é rigorosamente a mesma.

Mais estranho ainda seria o caso de *periquita*. Esse vocábulo, de uso popular, significa ‘órgão sexual feminino’. Foi claramente criado a partir de *periquito*, formando um feminino de uso apenas metafórico<sup>2</sup>, já que *periquito* é um substantivo epiceno. Isso causa uma situação conflitante: *periquita* tem um referente não-animado; sendo assim, o *-a* final deveria ser considerado uma vogal temática. Ao mesmo tempo, é a forma feminina de *periquito*, devendo, portanto, o *-a* final ser considerado uma desinência de gênero.

Se considerarmos, como na descrição tradicional, o *-o* final de nomes referentes a seres animados também uma desinência de gênero, esse problema se estende a outros vocábulos que também têm extensões metafóricas a partir de seu significado básico, como *gato* (‘instalação irregular feita para furtar energia elétrica’), *macaco* (‘ferramenta para elevar veículos’), *pinto* (‘órgão sexual masculino’).

O segundo problema é em relação aos vocábulos femininos que têm o gênero motivado pelos referentes, mas não formam pares morficamente equivalentes. Esses vocábulos se distribuem em dois grupos: os pares heteronímicos, como *ovelha*, *cabra*, *vaca*, e os femininos formados por sufixação, como *sacerdotisa*, *condessa* ou *duquesa*. Como não existe um radical morficamente equivalente de masculino, o *-a* final desses vocábulos é considerado, na descrição tradicional, uma vogal temática. É difícil, no entanto, admitir que não existe absolutamente nenhuma relação entre o gênero dessas palavras e o elemento final *-a*, que claramente faz referência ao feminino.

O terceiro e último problema diz respeito ao conceito estruturalista de morfema zero ( $\emptyset$ ). Segundo Jota (1981: 215), um morfema  $\emptyset$  é uma *ausência de morfema com caráter distintivo*, ou seja, uma determinada posição na estrutura do vocábulo pode estar preenchida ou não, sendo que o não-preenchimento é significativo. Por exemplo, no par *casa* $\emptyset$  / *casas*, o singular é interpretado pelo não-preenchimento da posição da desinência de número. Outro exemplo seria a forma verbal *canta* $\emptyset\emptyset$ , em oposição a *cantávamos*, em que as duas posições vazias fazem com que interpretemos o primeiro morfema  $\emptyset$  como presente

---

<sup>2</sup> São comuns nomes de animais, principalmente aves, metaforizando os órgãos sexuais, tanto o masculino quanto o feminino (cf. *pinto*, *peru*, *passarinbo*, *passarinba*, *joaninha*, *barata*, *aranha*).

do indicativo e o segundo como 3ª pessoa do singular. Na oposição de gênero, como em *filho / filha*, por exemplo, foi estabelecido que há uma oposição entre um morfema Ø de masculino e a desinência de gênero *-a* de feminino. O problema é que, ao contrário dos outros exemplos, a posição ocupada pela desinência de gênero *-a* não está vazia na forma masculina; está preenchida pela vogal temática *-o*<sup>3</sup>. Isso faz com que ou se interpretem essas oposições como duas desinências de gênero, que é a descrição tradicional, ou se considere que a desinência de gênero e a vogal temática são paradigmaticamente equivalentes.

Optamos, no entanto, por não adotar nenhuma das duas alternativas: por todas as razões expostas, consideramos que não é pertinente a distinção entre desinência de gênero e vogal temática. Essa posição, apesar de contrária ao que os linguistas brasileiros de modo geral adotam, não é inédita: Villalva (2003: 922) também não faz distinção entre esses dois elementos. No item dedicado às classes temáticas dos vocábulos, a autora enumera como exemplos de índices temáticos as vogais finais dos vocábulos *aluna, mapa, mosca, casa* (tema em *-a*); *aluno, livro, modelo, ídolo* (tema em *-o*); *infante, abutre, gente, semente* (tema em *-e*). Como se pode ver, essa autora põe no mesmo patamar vogais finais tanto de vocábulos referentes a seres animados como referentes a seres não-animados. Consideramos, pois, em consonância com Villalva, que não há diferença na constituição interna dos vocábulos *mesa* e *menina*, nem de *livro* e *pato*; todos os elementos átonos finais dessas palavras podem ser, conjuntamente, considerado vogais temáticas.

## Gênero e cognição

O gênero no português tem sido objeto de numerosos estudos acadêmicos, dentre os quais podemos citar Azeredo (1978), Pereira (1987), Botelho (1996), Araújo (2003), Deus (2003), Silva (2004), além dos trabalhos pioneiros de Câmara Jr. (1942 e 1972). O que todas essas propostas têm em comum é uma abordagem prioritariamente tecnicista, que ressalta a dificuldade ou impossibilidade de uma sistematização coerente da totalidade dos substantivos do português no que diz respeito ao gênero. Bechara (1999: 133) traduz a conclusão a que muitos desses autores chegaram: “a distinção do gênero nos

---

<sup>3</sup> Somente em formas atemáticas, terminadas em vogal tônica ou consoante, como *peru, francês* ou *cantor*, a posição ocupada pela desinência de gênero vai estar vazia.

substantivos não tem fundamentos racionais, exceto a tradição fixada pelo uso e pela norma”. Essa conclusão está em concordância com o que Câmara Jr. já tinha dito quase sessenta anos antes, a respeito do gênero nas línguas em geral: *o gênero nominal, à luz da linguística geral, é uma visão caleidoscópica, em que variam consideravelmente o número de classes, as linhas diretrizes da classificação e a maior ou menor coerência com que essas linhas são obedecidas* (CÂMARA Jr., 1942: 132).

Essa abordagem mais racional e científica se contrapôs a uma visão anterior, menos técnica, de gramáticos que não dispunham de um arcabouço teórico suficiente para uma descrição adequada dos fatos da língua. Pereira (1987) faz referência ao modo como esses gramáticos abordavam o gênero, e à evolução do pensamento linguístico no que diz respeito a essa abordagem:

*Para outros gramáticos, o gênero gramatical é o “sexo suposto”, o “sexo por extensão, figuradamente”, havendo também os que opõem o “sexo real” ou “natural” ao “sexo imaginário” ou “gramatical” das palavras.*

*Progressivamente, contudo, os gramáticos, ao se afastarem da definição semântica do gênero das palavras, abandonaram também as alusões figuradas aos sexos das coisas e dos vocábulos. Passaram a definir o masculino e o feminino como duas classes gramaticais nas quais os vocábulos se distribuem, com uma função também de distinguir machos e fêmeas nos substantivos referentes a seres vivos.* (PEREIRA, 1987: 24-5).

Não pomos em dúvida o valor das abordagens recentes que procuram analisar o gênero de uma forma mais objetiva; no entanto, como a nossa perspectiva de análise é cognitiva, o que nos interessa no momento é exatamente essa visão mais ingênua e mais subjetiva evidenciada pelos gramáticos mais antigos. Essa é a noção de gênero que têm intuitivamente os falantes leigos, que não se “contaminaram” por um pensamento mais racional.

Câmara Jr. faz referência a essa noção intuitiva da relação entre gênero gramatical e sexo:

*Franz Bopp, o velho e verdadeiro criador da gramática indo-européia, admitiu que os homens primitivos indo-europeus tinham transferido a noção de sexo do reino animal para todas as coisas do universo, que assim lhes aparecia como um grande conjunto de machos e fêmeas.* (CÂMARA Jr., 1942: 133).

Uma evidência disso é o fato, que de maneira alguma é uma coincidência, de que o mesmo par de palavras é usado para se referir a um e outro conceito: gênero / sexo masculino, gênero / sexo feminino. Essa relação ocorre porque

o gênero, um fenômeno linguístico, é conceptualizado em termos de sexo, uma característica biológica. Essa forma de ver o mundo não é um fenômeno ocasional, isolado; pelo contrário. Isso fica evidente na afirmativa de Lakoff e Johnson (1980: 127) de que *a maior parte do nosso sistema conceptual é metaforicamente estruturado, isto é, que os conceitos, na sua maioria, são parcialmente compreendidos em termos de outros conceitos*. Além disso, nossa compreensão do mundo como um todo, e o conhecimento apreendido desse mundo – incluindo aí o conhecimento linguístico – se dá a partir dos conceitos mais básicos, relacionados diretamente à nossa experiência corporal. Lakoff e Johnson (1987: 129) citam como parte desse grupo os seguintes conceitos centrais da nossa experiência corpórea: para cima – para baixo, dentro – fora, frente – trás, luminoso – sombrio, quente – frio, **macho – fêmea** (grifo nosso). É, portanto, não só perfeitamente admissível, mas também justificável a relação que o falante comum estabelece entre gênero e sexo, conceptualizando o primeiro conceito, mais abstrato, em termos do segundo, mais concreto e mais básico.

Quanto ao aspecto cultural, há, historicamente, uma assimetria na relação entre os dois sexos. Como o gênero é conceptualizado em termos de sexo, essa assimetria refletiu-se também na língua. A diferença de prestígio entre os sexos remonta a 10.000 anos atrás. A antropóloga Helen Fisher relata que,

*com a invenção do arado, os povos se fixaram nas terras e a mulher perdeu sua antiga função de buscar alimentos. Perdeu sua independência econômica e seu papel passou a ser o de gerar filhos [...]. O papel dos homens tornou-se muito mais importante. Eram eles que guerreavam e aravam o solo, e aconteceu então uma virada – o que era uma igualdade entre os sexos transformou-se em mulheres subordinadas e homens dominadores. (FISHER, 199: 30-1).*

Esses foram os primeiros passos para o estabelecimento gradativo do *status* do sexo masculino como central, como o padrão de comportamento humano, relegando o feminino à marginalidade.

No início da civilização ocidental, entre os romanos, prevaleceu a ideia de que havia uma “inferioridade natural” das mulheres (cf. MACEDO, 1990: 14). Essa ideia foi reforçada com a supremacia cristã, quando os mitos originais da civilização romana foram substituídos pelos judaicos, dentre os quais o mito da criação de Eva, transcrito a seguir, em que a condição de inferioridade da mulher fica explícita: *Então o Senhor Deus fez cair um sono profundo sobre o homem e*

*ele adormeceu. Tirou-lhe uma das costelas e fechou o lugar com carne. Depois, da costela tirada do homem o Senhor Deus formou a mulher e a apresentou ao homem.* (GÊNESIS 2, v. 21-2)

Com essa dupla herança no que diz respeito à inferiorização feminina, o pensamento que se seguiu, na Idade Média, não podia ser diferente. Um exemplo desse pensamento é dado pelo historiador Macedo:

*Santo Agostinho, o maior representante do pensamento cristão em sua fase de afirmação no Ocidente, no De Genesi contra Manicheos (Contra os maniqueus), considerava a sujeição feminina na ordem natural das coisas. O homem deveria ser governado pela sabedoria divina. A mulher, ao contrário, deveria ser governada pelo homem, tal qual o corpo pela alma, a razão viril dominando a parte animal do ser.* (MACEDO, 1990: 66)

Em síntese: formou-se, culturalmente, desde que se tem notícia, a noção de que o masculino é o elemento prototípico – afinal, segundo um dos mitos básicos na formulação do pensamento ocidental, o homem foi criado à própria imagem e semelhança de Deus. O feminino, por sua vez, segundo esse mesmo mito, foi criado a partir do masculino: é, portanto, um elemento marginal, afastado desse protótipo.

Essa noção, que é cultural e, por isso, ao mesmo tempo, cognitiva – nossa cognição se fundamenta não só em experiências básicas corpóreas, mas também em nossas bases culturais, como vimos no capítulo 1 –, vai ter consequências também linguísticas. Uma delas é o padrão, praticamente geral, de que o feminino é morfologicamente formado a partir do masculino. Os termos masculinos são mais básicos e preexistem aos femininos. Esse fato fica saliente nas formações por sufixação, exemplificadas a seguir:

duque → duquesa  
barão → baronesa  
conde → condessa  
profeta → profetisa  
galo → galinha  
tigre → tigresa

Outra consequência da prototipicidade do masculino é o fato de esse gênero ser o mais geral na língua, semanticamente menos marcado, enquanto o feminino é sempre mais específico, semanticamente mais marcado. Se num

grupo escolar houver somente elementos do sexo feminino, vamos nos referir a esses elementos como “*as alunas*”, no feminino. Se, no entanto, um único elemento do sexo masculino for acrescentado a esse grupo, obrigatoriamente temos de passar a dizer “*os alunos*”, já que o masculino é mais geral. Além disso, todas as concordâncias com elementos que não são marcados com gênero, como uma oração, por exemplo, são no masculino. Observe-se o adjetivo no masculino, concordando com as orações subjetivas “viver” e “que você tenha aceitado o convite”:

(3) Viver é **bom**.

(4) É **ótimo** que você tenha aceitado o convite.

Em resumo: conceptualizamos o gênero em termos de sexo; as diferenças em relação a como, cognitivamente, os falantes percebem um e outro sexo são culturalmente motivadas e se refletem no gênero, tornando o masculino o gênero prototípico, e o feminino afastado desse protótipo.

### 3. A relação entre vogal temática e gênero

Com base em algumas evidências, apresentadas a seguir, propõe-se aqui uma nova visão a respeito do papel das vogais temáticas em relação aos fenômenos sintáticos. A hipótese que pretendemos demonstrar é de que existe uma estreita relação entre as vogais temáticas e o gênero dos substantivos, o que tem consequências na configuração sintática, via concordância.

A primeira dessas evidências é que, quando analisamos pares de construções do tipo X-o / X-a (*mato/mata, barco/barca, borto/horta* etc.), em que a única diferença formal entre os elementos dos pares é a oposição entre as vogais temáticas -o / -a, verificamos que em 100% das ocorrências as construções X-o são de gênero masculino e as X-a são femininas. Um fato categórico como esse não pode ser mera coincidência. Ao se ampliar o foco de visão para o conjunto dos substantivos da língua, verifica-se que nesse conjunto a relação entre vogal temática e gênero não é categórica, já que há construções do tipo X-a que são masculinas, como *mapa* e *cometa*, e construções de gênero feminino em X-o, como *tribo*, *libido*, *imago* e *virago*<sup>4</sup>. No entanto, esses vocábulos

---

<sup>4</sup> Dessas, as únicas de uso corrente são as duas primeiras. E *virago*, coincidentemente, tem o sentido de ‘mulher masculinizada’.

são minoria absoluta no conjunto dos substantivos da língua. Termos femininos em *-o* só há, ao que consta, os quatro exemplos citados. Os termos masculinos em *-a* são mais numerosos, mas mesmo assim relativamente poucos. Dessas lexias, a maioria é formada por empréstimos do grego, como *cometa*, *fantasma*, *problema*, *esquema*, *fonema* etc. Vocábulo masculino com tema em *-a* oriundos do latim, como *dia*, *mapa* e *poeta*, são raríssimos. No próprio latim, já era possível estabelecer uma relação entre as declinações e o gênero: Câmara Jr. (1979: 74) afirma que na 1ª declinação predominavam os substantivos femininos, na 2ª os masculinos e os da 3ª se dividiam em masculinos e femininos. Esse estado de coisas permanece em português, em que os substantivos com vogal temática *-a* são predominantemente femininos, os com tema em *-o* são masculinos (salvo as exceções citadas) e os de tema em *-e* dividem-se em masculinos e femininos. Os substantivos atemáticos são também basicamente masculinos, como *bambu*, *caqui*, *café*, *sofá*, *vatafá*. As poucas exceções são os vocábulo *ralé* e *fê* e os terminados em /a/ nasal: *maçã*, *romã*, *jaçanã*.

Muitos dos contraexemplos citados, na verdade, são decorrentes do fato de, em português, os sufixos serem atribuidores de gênero. Há, em português, sufixos formadores de palavras femininas, como *-ção* (*consolação*, *declinação*, *coroação*) e *-ez* (*viuvez*, *estupidez*, *sensatez*); sufixos formadores de palavras masculinas, como *-al* (*laranjal*, *pinheiral*) e *-mento* (*sofrimento*, *salvamento*); e, por fim, sufixos que podem formar palavras masculinas ou femininas, como *-eiro(a)* (*jaqueira*, *cajueiro*) e *-inbo(a)* (*mesinba*, *livrinbo*). A esse último grupo pertencem outros sufixos que formam palavras masculinas ou femininas, mas sem variação de forma, como *-ista* (*o/a artista*, *o/a tenista*, *o/a linguista*) e *-a* (*o/a autodidata*, *o/a espírita*). Esses sufixos justificam uma parte das exceções, ou seja, palavras masculinas que, no entanto, terminam em *-a*. Outra exceção causada pelo gênero intrínseco de um sufixo são os vocábulo gregos exemplificados acima, a maioria deles formados pelos sufixos *-ema* e *-oma* – alguns dos quais não segmentáveis no momento atual da língua –, como *fonema*, *morfema*, *esquema*, *problema*, *telefonema*, *genoma*, *sarcoma*, *tracoma*.

Outra evidência da relação estreita entre vogais temáticas e gênero é de caráter cognitivo: os falantes, de modo geral, estabelecem uma relação imediata entre construções em *-o* e o gênero masculino e construções em *-a* e o gênero feminino. Kehdi (1990: 30) lembra que na linguagem popular espontânea há criações (inexistentes na língua culta) que opõem formas masculinas em *-o* a outras em *-a* que eram originalmente femininas: *coiso*, *corujo*, *criança*, *madrasto*.

Outro argumento é que os falantes do português estranham nomes próprios femininos em *-o*, como o da rainha da antiga Cartago, Dido, ou nomes femininos japoneses, como *Noriko*.

Outro forte argumento em favor da tese de que o falante relaciona intuitivamente os gêneros e as vogais temáticas foi a pesquisa desenvolvida por Name (2002), em sua tese de doutorado, a respeito da aquisição do gênero por crianças pequenas. A hipótese da autora é de que os determinantes são os principais responsáveis pela atribuição de gênero a um substantivo. Na pesquisa, foram contadas às crianças histórias curtas utilizando objetos com nomes inventados, terminados em *-a*, *-e* ou *-o* átonos. Havia nas histórias objetos cujos nomes eram masculinos com as três terminações e objetos com nomes femininos também com todas as terminações. O gênero de cada nome era explicitado no próprio texto apresentado, por intermédio dos determinantes. Ao final de cada história, fazia-se à criança uma pergunta, à qual ela era obrigada a responder identificando o gênero do substantivo indicado na pergunta. Nas respostas, 98% dos entrevistados relacionaram perfeitamente o gênero masculino a um substantivo terminado em *-a*, e gênero feminino a um substantivo terminado em *-a*. No entanto, quando essa relação era invertida (feminino em *-o* e masculino em *-a*), o nível de acerto caiu para 80,29%. Ou seja, mesmo com o gênero já tendo sido explicitado pelo narrador da história, ainda assim quase 20% das crianças associaram o feminino ao *-a* e o masculino ao *-o*. Os dados de Name de fato comprovam que a indicação do gênero no determinante é eficaz na aquisição do gênero de um substantivo. Entretanto, não é ocasional o fato de uma parcela razoável das crianças ter trocado o gênero dos substantivos, mesmo depois de esse gênero ter sido explicitado. Esses dados comprovam a hipótese de que os falantes estabelecem uma relação direta entre o gênero masculino e a vogal temática *-o* e o gênero feminino e a vogal temática *-a*.

Outro trabalho que reforça essa tese é um artigo de Figueira (1996), sobre aquisição da linguagem, no qual a autora apresenta uma série de exemplos concretos da relação que os falantes (neste caso específico, crianças de dois a cinco anos de idade) estabelecem entre a terminação *-a* e o gênero feminino e a terminação *-o* e o gênero masculino. Eis alguns dos exemplos:

- (5) “Faça essa fada ser uma fada boa e esse *fado* ser ruim.”
- (6) “*Bom dia* é para homem, bom dia é para mulher.”
- (7) “– Que ele fez com ela?  
– Deu um *tapo* na cara.”

- (8) “Eu não gosto de pai *careco*.”  
 (9) “Eu vou na dentista, a Renata vai no *dentisto*.”  
 (10) “Ela é a minha *fona*.”

Os trabalhos de Name e Figueira são a respeito de aquisição da linguagem; utilizam, portanto, informantes em idade de aquisição. Para tentar comprovar que a associação entre as terminações das palavras e o gênero se mantém na idade adulta, elaboramos um teste, no qual os informantes deveriam relacionar algum gênero a construções do tipo X-o, X-a, X-e e X-Ø. A exemplo do teste feito por Name, utilizamos substantivos inventados, com a diferença de que os informantes não eram informados a respeito do gênero desses substantivos; deveriam, ao contrário, atribuí-lo eles mesmos. O teste foi apresentado a 56 informantes, todos adultos, de ambos os sexos, com idades variando entre 18 e 40 anos. O teste constituía num pequeno texto, contextualizando o uso das palavras inventadas, ao fim do qual os informantes deveriam relacionar adjetivos que denotam cores a esses substantivos, fazendo, naturalmente, a concordância de gênero. Nenhuma explicação prévia foi dada aos informantes, ou seja, nenhum deles sabia qual o objetivo do teste.

Foi dada aos informantes a instrução para que usassem letra maiúscula de imprensa, para que se evitassem confusões entre a letra *o* e a letra *a*, que podem ser facilmente confundidas em caligrafia cursiva. Dos 56 testes aplicados, sete foram descartados, porque os informantes atribuíram simultaneamente gênero masculino e feminino ao mesmo substantivo. Um deles, por exemplo, escreveu que os “carubos” eram “vermelhos e pretas”. Dos 49 restantes, os resultados percentuais na atribuição do gênero a cada uma das construções foram os seguintes:

tipo de construção	atribuição de gênero masculino	atribuição de gênero feminino
X-o	94,87%	5,13%
X-a	3,85%	96,15%
X-e	84,62%	15,38%
X-Ø (terminada em -i)	78,85%	21,15%
X-Ø (terminada em -ã)	11,54%	88,46%

**Quadro 2:** resultado do teste de atribuição de gênero

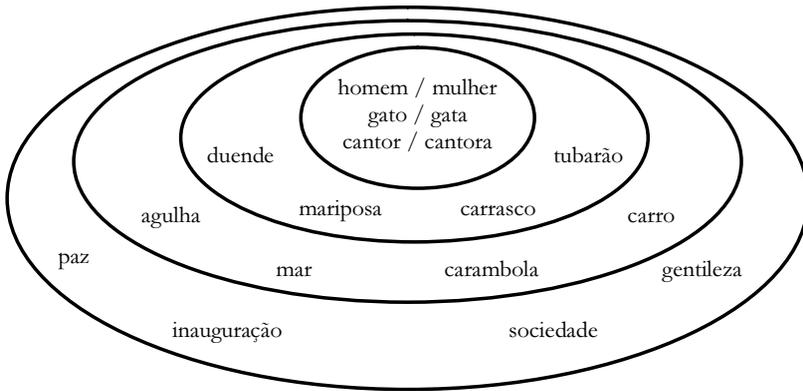
Como podemos comprovar pela tabela acima, não só as crianças, mas também os falantes adultos associam intuitivamente a construção do tipo X-a ao gênero feminino e a construção do tipo X-o ao gênero masculino. Os dados comprovam também que os falantes intuem que as construções em X-Ø são predominantemente masculinas, a não ser quando X (ou, na nomenclatura tradicional, o radical) termina em /a/ nasal: nesse caso, a grande maioria dos falantes considerou que eram construções femininas. Nas construções em X-e houve uma predominância de atribuição de gênero masculino, talvez devido ao fato de o masculino ser mais prototípico – ou seja, quando não se tem nenhum indício de qual gênero usar, dá-se preferência ao masculino. De todos os dados, os mais conclusivos, no entanto, são os que relacionam os gêneros às construções X-o e X-a. Com essa pequena mostragem, e com os argumentos anteriores, esperamos ter apresentado evidências suficientes para comprovar a hipótese de que há uma relação direta entre a vogal temática e o gênero dos substantivos.

### **Protótipos semânticos e formais**

Os substantivos, além de constituírem, em conjunto, uma construção, internamente também se distribuem em subcategorias, as quais, por sua vez, também constituem construções. Essas categorias estão relacionadas a dois fatores: o primeiro deles, de caráter semântico, é o gênero dos substantivos. O segundo, de caráter formal, é a vogal temática que figura na construção.

Conforme visto anteriormente, o gênero dos substantivos é conceptualizado como uma metáfora de um dos conceitos básicos na cognição humana, que é a diferença entre macho e fêmea. Em uma parte dos substantivos relacionados a seres sexuados, essa relação não é metafórica; é referencial. Isso acontece nos pares de substantivos que têm uma forma para se referir ao sexo masculino e outra para o feminino, como *homem / mulher, pombo / pomba, galo / galinha, bode / cabra, francês / francesa*. Em relação ao significado, esse seria o núcleo prototípico da construção. A partir desse núcleo, irradiam outros conjuntos em que a relação com a noção de macho / fêmea é cada vez menos referencial. Desses conjuntos, o mais próximo do núcleo é o grupo de substantivos unigenéricos referentes a seres sexuados, como *onça, juriti, borboleta*. Na sequência, vêm os substantivos com referência concreta relativos a seres não-sexuados e, por fim, os mais afastados do núcleo prototípico são os de referência abstrata.

Não levando em consideração a forma, as construções de gênero podem ser assim esquematizadas:



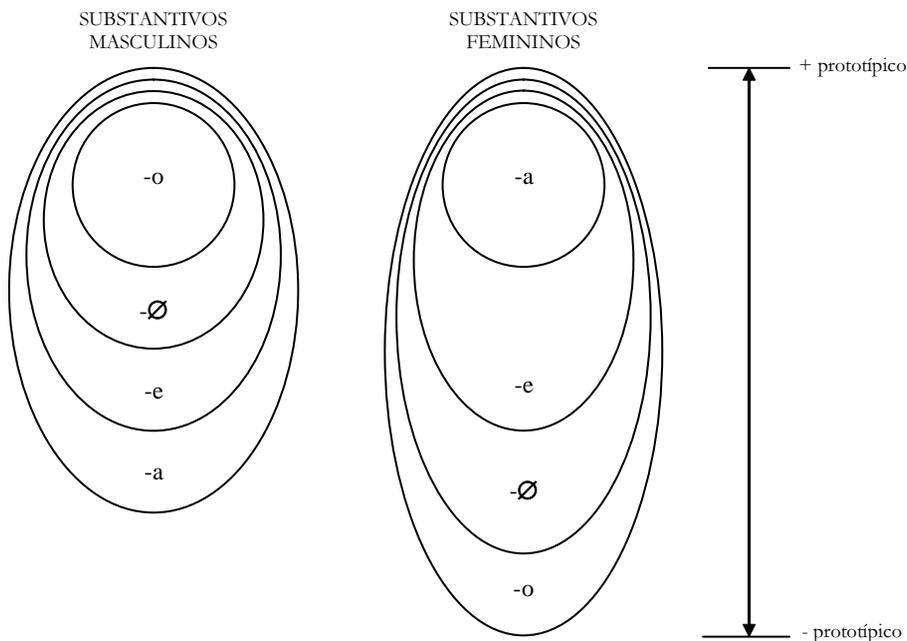
**Figura 1:** organização das construções de gênero quanto à semântica

É interessante notar que, mesmo que a referência não esteja no sexo – *onça*, por ser um substantivo feminino, não tem somente referentes do sexo feminino – a conceptualização que está subjacente fica explícita em algumas situações. Nas histórias infantis, por exemplo, muito dificilmente apareceria uma personagem que se chamasse “Senhor Onça”. O gênero feminino do substantivo vai causar uma relação direta com o sexo feminino: a probabilidade maior é que a personagem seja “Dona Onça”. Da mesma forma, seriam “Dona Tartaruga”, “Seu Jabuti”, “Dona Lagartixa” e assim por diante. Com os substantivos abstratos, que têm uma referência muito mais distante da noção concreta de sexo, também acontece um processo semelhante. Quando são personificados, o sexo da personagem vai corresponder ao gênero do substantivo. Dessa forma, a Liberdade e a Justiça são personificadas como mulheres; o Amor e o Tempo são apresentados com forma masculina<sup>5</sup>.

As construções de gênero também se agrupam de acordo com as vogais temáticas que figuram nos substantivos. Conforme mostrado, existe uma relação

<sup>5</sup> Essa relação imediata só não vai acontecer com palavras relativas a seres humanos com alto índice de ocorrência, como *pessoa* ou *criança*. Nesse caso, o gênero não aciona a relação com sexo. Em palavras com menor ocorrência, acontece a relação com sexo: dificilmente um homem usaria a expressão “*meu cônjuge*” (que é uma palavra considerada pela gramática tradicional como sobrecomum) para se referir à própria esposa.

entre vogal temática e gênero. O feminino é prototipicamente expresso pela vogal temática *-a*; o masculino, pela vogal *-o*. Os nomes atemáticos se aproximam do núcleo prototípico do masculino, e os de tema em *-e* ficariam, numa configuração esquemática, equidistantes dos dois núcleos prototípicos. A representação esquemática da prototipicidade das vogais temáticas em relação ao gênero seria a seguinte:



**Figura 1:** prototipicidade das vogais temáticas quanto ao gênero

Ao cruzarmos o esquema semântico com o formal, encontraríamos um núcleo prototípico mais restrito, representado pelos pares do tipo *menino / menina, moço / moça, coelbo / coelba*, em que a noção de sexo está explícita e as vogais temáticas são *-a* para feminino e *-o* para masculino. As inúmeras combinações entre as vogais temáticas utilizadas e a relação com sexo mais referencial ou mais metafórica formam uma gradação nas construções de gênero que partem do núcleo prototípico até chegar à zona mais periférica, em que há substantivos masculinos em *-a* e, mais afastados ainda do protótipo, femininos em *-o*. Todos os substantivos de tema em *-e* ficam numa zona neutra de prototipicidade, ou seja, não são prototipicamente masculinos nem femininos.

O substantivo abstrato feminino com tema em *-o libido* seria talvez o mais afastado possível do protótipo.

## **Conclusão**

Esperamos, neste capítulo, ter argumentado em favor de algumas hipóteses que contrariam, de modo geral, as descrições tradicionais. Como nossa perspectiva de análise se baseia na Linguística Cognitiva, enfatizamos a noção intuitiva que o falante comum tem em relação às categorias “gênero” e “vogal temática nominal”, relacionando o primeiro conceito à noção semântica de ‘sexo’ e estabelecendo uma relação entre as vogais temáticas e o gênero dos substantivos.

Dessa forma, postula-se que exista no português uma Construção de Gênero, cuja forma está diretamente relacionada à vogal temática e cujo significado se relaciona com o gênero considerando aqui que essa categoria não é puramente formal, como se tem feito nas descrições mais recentes.

## Capítulo 7

### PARA UMA ESTRUTURA RADIAL DAS CONSTRUÇÕES X-ÃO DO PORTUGUÊS DO BRASIL

*Carlos Alexandre Gonçalves*

*Aldo Oliveira Baptista Jr.*

*Bruna Fernanda Ferreira Cândido*

*Rachel Souza Alves Vieira*

O objetivo do presente capítulo é, a partir de dados empíricos, observar os grupos de afinidade morfo-sintático-semântica do sufixo aumentativo -ão no português brasileiro (modalidades oral e escrita). A partir dos agrupamentos, pretendemos (a) estabelecer o significado mais básico do sufixo e (b) propor uma rede, nos termos de Fillmore & Kay (1994), que explicita a extensão polissêmica dos diferentes tipos de aceção a partir de núcleo(s) semântico(s) comum(ns). Além disso, confrontamos, com base em Silva (2007), os usos de -inho com os de -ão, destacando as principais semelhanças e diferenças entre esses dois sufixos de grau.

O capítulo é dividido como se segue: em primeiro lugar, são apresentadas as visões de alguns gramáticos tradicionais e morfólogos do português sobre o referido afixo; logo após, resenhamos o trabalho de Rosa (1983), um importante estudo sobre a produtividade lexical do aumentativo; em seguida, com base nos dados rastreados, elencamos os diversos grupos de aceção do sufixo aumentativo -ão para, por fim, estabelecer a rede radial e formalizar a relação entre os significados centrais e os significados periféricos desse formativo.

Os dados que sustentam a análise foram coletados a partir de fontes diversas: (i) conversas espontâneas de falantes nas mais variadas situações de uso, de janeiro a agosto de 2009; (ii) busca eletrônica nos dicionários Aurélio (HOLANDA, 1999) e Houaiss (HOUAISS, 2001); e (iii) rastreamento eletrônico, pela ferramenta *Google*, em *sites* de relacionamento da *internet*, como o *Orkut*, *blogs* e *chats*. Também fizemos uso de seis entrevistas da amostra NURC/RJ e seis do *corpus* PEUL. Nesses casos, utilizamos a ferramenta *Concordance* do *software* *Wordsmith Tools* para a recolha. Com a ajuda da *Concordance*, digitamos as terminações -ão e -ona e a ferramenta retornou tanto a quantidade de palavras com esses elementos morfológicos nas entrevistas (transformadas em arquivo .txt, para que pudessem ser rodadas) quanto os contextos em que apareciam.

## Abordagens sobre o grau aumentativo em português

Nas gramáticas tradicionais e escolares, os afixos de grau são geralmente descritos em capítulos/seções que abordam a flexão do substantivo (ROCHA LIMA, 1975; LUFT, 1979; CEREJA & MAGALHÃES, 1994). Algumas obras destacam que -ão e outros sufixos, como -aço e -arrão, denotam apenas tamanho (CUNHA & CINTRA, 1975), chegando a afirmar que grau é *possibilidade de indicar o tamanho do ser que nomeia* (LUFT, 1979: 42).

Poucas gramáticas vão além da descrição meramente formal dos afixos, apresentados quase sempre em listas, e mais raras ainda são as que mencionam a possibilidade de tais formativos desempenharem “função expressiva” (valoração positiva ou depreciativa / afetividade) (BECHARA, 1972; INFANTE, 2001).

Das gramáticas tradicionais consultadas, a de Rocha Lima (1975) é uma das poucas que apresentam exemplos de vocábulos que sofrem lexicalização<sup>1</sup>, a exemplo de ‘pesçoão’ (“tipo de tapa no pescoço”) e ‘sacolão’ (“estabelecimento comercial em que se vendem frutas e legumes por peso”). Ressalte-se, por fim, que muitas gramáticas ainda insistem em classificar os afixos de grau como elementos da flexão (ROCHA LIMA, 1957; LUFT, 1978; CEREJA & MAGALHÃES, 1994; CUNHA & CINTRA, 1975).

---

<sup>1</sup> Lexicalização é um fenômeno pelo qual determinados vocábulos sofrem modificação semântica, a exemplo de ‘perua’ (“Kombi”) e ‘orelhão’ (“telefone público”). Essa mudança leva a opacificação do sentido original e se manifesta, entre outros, também nos afixos de grau (GONÇALVES, 2005).

Os manuais de morfologia do português diferem das obras de cunho mais tradicional em dois aspectos, fundamentalmente: (a) evidenciam que o grau é processo derivacional (MATTOSO CÂMARA JR., 1970; SANDMANN, 1991) e (b) observam que o aumentativo apresenta grande variedade de significados em português, indo muito além da aceção de tamanho (LAROCA, 1994; ROCHA, 1998; LOPES, 2003).

Basílio (1987), cujas propostas são constantemente mencionadas nas demais obras, mostra que os processos de formação de palavras apresentam três grandes funções: (a) a semântica (manifestação de um ou mais significados), (b) a sintática (relacionada à mudança de classe) e (c) a discursiva (expressão de aspectos subjetivos do emissor). Sandmann (1991), com base nas considerações expostas em Basílio (*op. cit.*), salienta a importância da função discursiva nos afixos de aumentativo, que, conforme a situação e o contexto, podem expressar apreço (“que carão bonito tem fulana!!”) ou desprezo (“tem um carão que espanta criancinha<sup>2</sup>”).

O fenômeno da lexicalização é abordado na maior parte dos manuais de morfologia consultados, apesar de nem todos, como Laroca (1994), apresentarem exemplos envolvendo o sufixo -ão. Rocha (1998) aborda o assunto mais exaustivamente, mencionando não só a opacificação semântica, mas também outros tipos de cristalização (rizomórfica, categorial, prosódica e estrutural). Esse autor diferencia lexicalização do fenômeno que denomina “fossilização” (opacificação de sentido em proveito da rotulação), fornecendo uma lista bem representativa de casos envolvendo o aumentativo: ‘cebolão’ (“relógio grande demais”), ‘tijolão’ (“celular ou livro de tamanho avantajado”), ‘sapatão’ (“homossexual feminino”) e ‘ferrão’ (“dardo próprio de alguns insetos que lhes serve de defesa”), entre tantos outros.

O trabalho de Rosa (1983), sobre os sufixos aumentativos, serviu-nos de base para a análise de -ão, foco deste trabalho, e recebe detalhamento especial na seção a seguir.

## Uma visão dos estudos de Rosa (1983) sobre os aumentativos

Em sua dissertação de mestrado intitulada *Formação de nomes aumentativos: um estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses*, Rosa (1983) analisa dez

---

<sup>2</sup> Todos os exemplos apresentados neste capítulo são de frases rastreadas pela *internet*.

sufixos aumentativos, focalizando os que considera mais produtivos na língua – -ão (‘carrão’, ‘brigão’) e -aço (‘timaço’, ‘ricaço’). Ressalta, seguindo a tradição gramatical, que o aumentativo pode se manifestar por um nome acompanhado de adjetivo (expressão analítica – ‘copo grande’) ou pela sufixação de afixos específicos (manifestação sintética – ‘copão’).

Para a autora, o binômio sintético-analítico corresponde à distinção emotivo-neutro. O aumentativo sintético não tem lugar em discursos em que a emotividade deve ser contida, como textos de maior formalidade, como os científicos. Quando expresso por meio da derivação sufixal, o aumentativo exprime emotividade e é marcadamente subjetivo, sendo mais utilizado em textos orais; por outro lado, quando expresso por meio de uma construção sintática, o aumentativo é neutro quanto à emotividade e quase sempre destituído de conotações subjetivas. Desse modo, condições de produção, nos termos de Kastovsky (1986) e Basílio (1990), podem favorecer ou interditar o uso dos afixos de aumentativo.

O aumentativo sintético pode conferir a uma palavra maior ou menor intensidade (‘rapidão’, ‘cedão’). Nos nomes, também pode veicular desprezo (‘narigão’, ‘cabeção’), intimidade (‘Marcelão’, ‘amigão’) ou afetividade (‘filhão’, ‘paizão’). Para Rosa (1983), o aumentativo tem, na maioria das vezes, caráter depreciativo, diferenciando-se do diminutivo que, para ela, quase sempre expressa valores positivos<sup>3</sup>. Dessa forma, Rosa (*op. cit.*) questiona se seria justificável tratar esses sufixos como grau, uma vez que eles vão além dessa acepção.

No que diz respeito à classificação do grau como derivação ou flexão, Rosa aponta para três critérios que levam a classificá-lo como derivação, pois esse afixo (i) apresenta evolução semântica, (ii) não é obrigatório no âmbito do sintagma nominal e (iii) veicula conteúdos também expressos por adjetivo/advérbio + nome/adjetivo. Gonçalves (2005; 2007) pondera essa categorização, mostrando que os afixos de grau apresentam características tanto flexionais quanto derivacionais e opta, seguindo Bybee (1985), pela descrição desses formativos a partir de um *continuum* morfológico.

De acordo com Rosa (*op. cit.*), nomes concretos são mais aceitos como bases para formações aumentativas. Em testes de aceitabilidade que a autora

---

<sup>3</sup>Na análise, destacamos que, ao contrário de -inho, que apresenta usos efetivamente depreciativos (SILVA, 2007), nos dias de hoje, -ão quase nunca está relacionado à expressão da pejoratividade, o que pode sinalizar uma mudança nesses quase 30 anos que separam a pesquisa de Rosa (*op. cit.*) da nossa.

aplicou, adultos rejeitaram praticamente todos os aumentativos derivados de bases primitivas abstratas (p. ex., ‘paz’, ‘saudade’), acontecendo exatamente o oposto com informantes adolescentes. Esses resultados indiciam possibilidade de mudança semântica envolvendo o afixo.

Nas gramáticas tradicionais, o sufixo -ão é considerado formador por excelência de aumentativos, ao passo que -aço é muitas vezes descrito como pejorativo (CUNHA & CINTRA, 1975; BECHARA, 1972). No estudo de Rosa, percebeu-se que, em informantes mais jovens, a noção pejorativa atribuída a -aço praticamente se perdeu, mantendo-se apenas para os informantes na faixa dos sessenta anos, o que constitui mais uma evidência de mudança semântica envolvendo esses afixos.

Para a autora, o sufixo aumentativo efetivamente dimensivo é -ão, já que -aço é considerado um intensificador que indica qualidade maior, independente da dimensão (‘golaço’, ‘apartamentoço’). Dessa maneira, itens lexicais de mesma base, formados por -ão e por -aço, não são sinônimos, o que Rosa exemplifica por meio de ‘mulherão’ (“mulher fisicamente grande”) e ‘mulheraço’ (“mulher com físico perfeito”). Em nossos dados, não observamos comportamento similar ao atestado por Rosa (*op. cit.*), o que sugere que -ão pode ter absorvido as funções de -aço, ao longo desses quase trinta anos.

Para Rosa, -ão pode indicar “dimensão” ou “qualidade em grau elevado” apenas quando não houver item X-aço derivado da mesma base, já que -aço (a) está perdendo seu valor pejorativo e (b) passando a indicar qualidade em alto grau. Esse sufixo também começa a formar novos vocábulos a partir de bases primitivas concretas, mas, na década de 1980, conforme os resultados de Rosa (*op. cit.*), essa aceitação é restrita aos jovens.

Rosa atenta para as formações que originalmente tenham sido aumentativos ou diminutivos, mas perderam esse valor, e cita Rocha Lima (1975) e Cunha & Cintra (1975), que denominam esses casos de, respectivamente, “*aumentativos e diminutivos meramente formais*” e “*especialização de formas*”. Destaca, também, os “*agentivos aumentativos*”, que correspondem a nomes cujo aumentativo provém de uma base verbal (‘chorão’, ‘resmungão’). Para esse tipo de construção, não há um diminutivo correspondente (‘babão’/\*babinho) e, por isso mesmo, a autora considera que esse *não parece um caso de aumentativo*.

Quando há interpretação de aumentativo na palavra, o sufixo de diminutivo não pode ser aplicado (\*calorãozinho). No caso dos “*agentes aumentativos*”, o acréscimo de -inho é possível (‘brigãozinho’, ‘chorãozinho’) porque o

aumentativo faz referência à ação expressa pelo verbo e o diminutivo é aplicado ao ser que pratica a ação. Na seção seguinte, em que analisamos os usos do aumentativo com base nos dados rastreados, retomaremos alguns dos aspectos apresentados em Rosa (1983), mostrando que várias mudanças semânticas ocorreram nas formações X-ão do português brasileiro.

## Sobre os usos do sufixo -ão em português

Segundo Gonçalves (2007: 145), *o grau é uma categoria semântica que se presta à indicação de atitudes subjetivas do falante em relação ao enunciado ou uma de suas partes. Por isso mesmo, está diretamente relacionada à perspectiva do emissor que, ao intensificar ou dimensionar, orienta seu interlocutor para juízos de valor a respeito da pessoa ou coisa referida no enunciado*, o que confere ao item morfológicamente complexo relevância tamanha que o torna marcado.

Pela citação, percebe-se que até mesmo a expressão do aumento de tamanho pode ser considerada subjetiva, já que é relativa e, por isso, pode variar de indivíduo a indivíduo: o que é considerado grande para um, pode não o ser para outro, apesar de existirem padrões culturalmente instituídos acerca do tamanho de seres e coisas. Visto dessa maneira, o sufixo -ão é avaliativo por natureza; talvez esteja aí a justificativa da ampla diversidade de usos e acepções desse formativo.

É grande a variedade de sufixos de grau em português, tanto aumentativo, como diminutivo, mas, sem dúvida, é -ão o sufixo aumentativo mais produtivo na língua ('mesão', 'chinelão'), da mesma forma que -inho é o sufixo diminutivo ('bichinho', 'mesinha') por excelência do português (SILVA, 2007). O Dicionário Eletrônico Houaiss (HOUAISS, 2001) descreve o sufixo -ão como aquele que tem a função de:

- 1) nos substantivos concretos, indicar o tamanho maior de um ser ou objeto ('pé' > 'pezão'; 'chineló' > 'chinelão');
- 2) nos substantivos abstratos, expressar intensificação ('aula' > 'aulão'; 'tapa' > 'tapão');
- 3) nos adjetivos substantivados, manifestar, analogamente, intensificação ('forte' > 'fortão'; 'lindo' > 'lindão').

Se é -ão é o sufixo aumentativo mais produtivo em português, também é o mais apontado pela tradição gramatical para indicar um objeto de tamanho

maior que o referido pela palavra-base. Tendo em vista que os significados mais básicos são os mais concretos (ver capítulo 1), consideramos “*aumento de tamanho*” o significado central do sufixo -ão, que naturalmente se adjunge a substantivos concretos (‘pé’, ‘chineló’, ‘menino’, ‘brinco’, ‘relógio’). Como o próprio nome indica, o aumentativo centralmente exprime o tamanho maior de um referente – mais especificamente um tamanho superior ao normal, isto é, ao protótipo da respectiva categoria: ‘pezão’, ‘chinelão’, ‘meninão’, ‘brincão’, ‘relôjão’.

Das formações relacionadas a esse significado central, podemos depreender diversas categorias de uso, que vão das mais concretas e próximas ao núcleo significativo, até as mais abstratizadas e distanciadas desse eixo. A acepção central pode ser metonímica ou metaforicamente aplicada a outros domínios, adquirindo, com isso, diversas nuances de significado, sendo, portanto, atualizada e reinterpretada.

Exprimindo essa acepção de dicionário, aparece, no *corpus* aqui utilizado, um pequeno número de exemplos (cerca de 15% das formas rastreadas – 140 das quase 900 palavras encontradas). Tais dados atestam a produtividade do sufixo, mas também revelam que essa acepção, apesar de ser a mais básica, é a menos frequentemente veiculada por -ão. Exemplos do que chamamos de “-ão *aumentador*” são vistos em (01), a seguir:

- (01)(a) Ele tem uma **barbona** grandona como a do papai noel.  
(b) É um tipo feio e mal encarado com um **bigodão** enorme que mais parece a bunda dum preá, pele queimada do sol e um **mãozão** tipo marreta.  
(c) todas com aquele **barrigão** de cerveja, o cabelo desgrenhado.

Fato digno de nota é a utilização, quase categórica, de um adjetivo ou de uma expressão comparativa para reforçar a noção de aumento já expressa pelo sufixo -ão, como se vê em (01a) e em (01b). Isso nos leva a interpretar a acepção dimensiva como (i) desgastada pelo uso e (ii) potencialmente ambígua, servindo o adjetivo e a símile (01b) como sinalizadores da leitura aumentativa para evitar potenciais mal-entendidos.

Seguindo a abordagem de Silva (2007) para o diminutivo, depreendemos um sentido mais específico do aumentativo, ainda no domínio “*tamanho maior, tamanho avantajado*”, porém mais especializado, por funcionar como uma espécie de “*aumentador explicativo*”. Esse é um emprego tautológico de -ão, pois a base já denota algo de proporções grandes e o sufixo apenas reforça / acentua esse aumento. Vejam-se os dados em (02), a seguir:

- (02)(a) Foi surpresa quando vimos esse **naviozão** chegando. Todas as vezes que isso acontece no Porto de Manaus nossas vendas aumentam.
- (b) pois faça ou não faça sol, aquele **ladeirão** é um Everest...rs ...
- (c) Tentei subir o **morrrão** umas seis vezes...valeu a pena, pois não desisto.

Sem dúvida alguma, ‘navio’ e ‘ladeira’ já denotam algo de proporções maiores que a dos membros mais representativos da classe (‘barco’, ‘subida’). O sufixo, desse modo, não é meramente um aumentador, como em ‘barriga’ > ‘barrigão’ ou ‘bigode’ > ‘bigodão’, mas uma espécie de realce para o falante expressar o impacto da dimensão avantajada dos referentes.

Interpretado por meio da metáfora “*tamanho é quantidade*”, o sufixo aumentativo pode se aplicar a substantivos concretos ou abstratos, resultando no significado “*grande quantidade de X*” ou “*grande parte de X*” / “*parte grande de X*”, como se vê nos exemplos em (03), a seguir:

- (03)(a) ficamos livres de um bonde e ainda ganhamos um **punhadão** de dólares.
- (b) e o único **copão** de refrigerante está inacessível. Todos estão pela metade e só aquele está mais cheio.
- (c) a criação do **copão** de pão foi um grande sucesso de marketing.

No primeiro exemplo em (03), ‘punhadão’, observa-se que o falante ressalta a grande quantidade de dinheiro. Nos demais casos, a noção de quantidade é metonicamente expressa na relação continente/conteúdo, já que o referido copo pode não ser necessariamente grande, como em (03b), mas cheio do que contém (refrigerante). O mesmo acontece em (03c), que remete a um copo, de proporções normais, mas repleto do que nela está contido: pães de queijo. Diversos substantivos concretos recebem a interpretação de aumento não a partir da especificação do tamanho maior do referente, mas, numa relação de contiguidade, a partir da quantidade que comportam. A título de exemplificação, observem-se os usos abaixo:

- (04)(a) Meteu a mão no bolso e tirou o **carteirão** de dinheiro.
- (b) Voltou do shopping com um **bolsão** de compras.
- (c) Bateu um **pratão**.
- (d) Comeu um **sopão** cheio de legumes.

Podemos afirmar, portanto, que a noção de *quantidade* deriva diretamente da de *aumento de tamanho* (é perspectivizada pela reunião de vários itens da mesma classe reunidos em um *container*) e se manifesta basicamente em substantivos concretos, metonimicamente interpretados a partir da relação continente-conteúdo (por exemplo, “bater um prato” não corresponde a comer em um “prato de proporções maiores”, mas grande a partir do que nele se coloca). Dessa dimensão, a *quantidade*, provém, nos usos de -ão, a manifestação da *intensidade*. Nos exemplos em (05), X-ão pode ser interpretado como “*muito X*” ou “*X muito forte/intenso*”:

- (05)(a) Olha o **ABRAÇÃO** que a Helô deu na Hannia!!!
- (b) Pra variar eu estava **enroladão**, atrasado com várias coisas.
- (c) Acabou levando um **tapão** violento, bem naquele lugar. .... hahahaha arrancou os dente do maluco com um **tapão**?
- (d) Ola, o site tá **legalzão**, mas precisava de mais alguns downloads, como carros, motos, skins e etc...
- (e) Cansadão, **mas feliz demais com o carinho e as boas energias que a familia e os amigos de Minas me deram.**
- (f) pow o video fikou **maneirao**!!!!mais vc me esqueceu pow!!!!!! Pô Marcelo vi o programa, **maneirão** e vc comentou sobre o blog e disse q vc mesmo q atualiza e tal
- (g) na balada claro que as gurias preferem um cara **cheirosão**.
- (h) **celular v710** completão **usado mas em ótimo estado.**
- (i) Eu depois de um **tombão**!! hahaha, reparem no cotovelo sangrando... hshshs foi mto tri esse dia!
- (j) Como desenhar um barrigudo, careca e **feiosão**, primo do bicho papão. **Feiosão**. Esse é feio de mais. levei até um susto!

Como se vê, as bases, nesse caso, tanto podem ser substantivas (‘abração’, ‘tapão’, ‘tombão’) como adjetivas (‘feiosão’, ‘completão’) e adverbiais (‘rapidão’, ‘cedão’). A acepção *intensidade*, entretanto, tende a se manifestar com mais frequência em bases adjetivas (incluindo os participípios) e adverbiais (cerca de 70% dos dados desse grupo), o que, por si só, constitui indício de que tal sentido deriva de outro, já que o *aumento de tamanho*, em sentido literal, só pode ser atualizado em substantivos concretos.

Podemos inferir que o significado *intensidade* resulta, em substantivos como ‘tapão’ e ‘abração’, da quantificação de eventos em princípio não-quantificáveis, mas graduáveis numa escala de força, que parte do mais fraco para o mais forte (‘tapinha’ – ‘tapa’ – ‘tapão’). As metáforas “*o que é grande é muito*” e “*o que é muito é mais*” licenciam os usos intensivos de -ão: se, numa escala de tamanho (menor-maior), esse afixo se localiza à direita (maior), também figura à direita numa escala de quantidade (pouco-muito) e de intensidade (menos-mais), como se vê em (06), a seguir:



Pelo que se expõe até o momento, pode-se afirmar que, ao significado central, “*tamanho grande*”, relacionam-se, direta ou indiretamente, diversos outros significados chamados *satélites* – “*aumentativo explicativo*”, “*quantidade*” e “*intensidade*”, tomados como (a) mais abstratos/abstratizados; (b) mais específicos/especializados e (c) gradualmente menos referenciais. Os significados-*satélites* relacionam-se ao central via metáfora ou metonímia. Assim, o sufixo -ão forma uma rede radial, nos termos de Lakoff (1987), em que se parte de um domínio mais espacial (próprio da dimensão de referentes, quer por tamanho, quer por quantificação) para usos cada vez mais avaliativos.

A partir desse centro semântico do aumentativo, já contendo extensões de “*tamanho grande*”, derivam dois conjuntos de sentidos: um, em nível menos básico, compreende os usos avaliativos e discursivo-pragmáticos de -ão; outro, ainda mais periférico, é constituído por formações lexicalizadas, que rompem a relação entre o referente da palavra-base e o referente da nova construção com o sufixo. Começemos com os usos discursivo-pragmáticos de -ão.

Em uma aplicação metafórica originária da domínio *intensidade*, há construções que exprimem pejoratividade com a manifestação de um

posicionamento crítico do falante em relação ao referente. Nessas construções X-ão, o caráter depreciativo deriva de uma estereotípia, como se vê nos exemplos a seguir:

- (07) (a) Abelardo é muito **resmungão, reclamão** e, ainda por cima, **bocão**...  
Come à beça.  
(b) O Rogerinho é **pidão** demais... Mó **filão**... Vive me pedindo cigarro!  
(c) Toda hora Inácio vai ao banheiro: ele é simplesmente um **mijão**.  
(d) Não gosto desse tipo muito **entrão**.  
(e) O **chorão** do Nicanor ficou amarradão na Magnólia.

Em todos os exemplos em (07), o *input* da operação morfológica é um verbo<sup>4</sup> e o teor negativo expresso pela construção provém do excesso com que o agente pratica o que se especifica na base, nem sempre marcada pela expressão da pejoratividade (‘entrar’, ‘pedir’, ‘chorar’)<sup>5</sup>. Obviamente, dados como ‘resmungão’, ‘chorão’ e ‘reclamão’ estão relacionados à estereotípia, ou seja, ao caráter social da deturpação, como descrito no capítulo 1, uma vez que o exagero é avaliado negativamente pelo falante. Tais usos estão diretamente ligados à dimensão *intensidade*, aqui atualizada pelo aspecto iterativo, que imprime às formas X<sub>v</sub>-ão caráter nitidamente depreciativo<sup>6</sup>. Denominamos as formações em (07) de “*agentes frequentativos*”, interpretados como “*aqueles que habitualmente fazem/praticam X*”. Esse é um dos usos avaliativos de -ão, o único que consideramos verdadeiramente pejorativo, ao contrário do que observou Rosa (1983), na década de 1980.

Na maioria dos casos, o falante expressa, com o acréscimo de -ão, o impacto positivo sobre o referente. Os usos apreciativos do aumentativo

---

<sup>4</sup> Inúmeros nomes deverbais constituem *input* para formações intensivas X-ão, a exemplo de ‘apertão’ e ‘abração’. Em alguns casos, entretanto, a base é indiscutivelmente verbal, pois não há substantivo correspondente, como em ‘puxão’, ‘empurrão’, ‘beliscão’ e ‘pisão’. Tais formas expressam intensidade e são analisadas por Said Ali (1964) como designadoras de atos violentos. A metáfora “*tamanho é intensidade*” também é válida para esses casos, que designam atos / eventos mais fortes (maiores) que os prototípicos.

<sup>5</sup> Agentes frequentativos X-ão são encontrados em formas verbais de 1ª. conjugação. Nos poucos dados de 2ª. e 3ª. conjugações, a sequência isolável nem sempre é -ão, como se observa em ‘comilão’, ‘sabichão’ e ‘beberrão’.

<sup>6</sup> No nosso entendimento, a iteratividade está para o verbo como a quantidade está para o substantivo. Portanto, nesses casos, ainda estaria valendo a metáfora “*quantidade é tamanho*”, mais abstratizada, nessa situação.

sinalizam vários domínios de avaliação positiva. Através do aumentativo, nomeamos/qualificamos o que nos proporciona prazer – mais frequentemente, o que é saboroso, e assim utilizamos aumentativos para designar os pratos ou os alimentos preferidos (08a), mas também o que é igualmente agradável a qualquer outro sentido (08b, 08c) ou o que consideramos bonito (08e, 08f). Tais aumentativos podem ser considerados hedônicos, pois estão relacionados ao que dá prazer. Vejam-se os exemplos a seguir:

- (08)(a) Comi aquele **bifão** mal passado que eu adoro com arroz e batatas fritas e uma cerveja **geladona**.  
(b) Peguei um **solzão** maravilhoso neste fim de semana.  
(c) Ontem, vi um **filmão**. Adorei!  
(d) O apartamento do Rodolfo dá **vistão** pro mar!  
(e) Sua vizinha é **gostosona: bundão, peitão, coxão**.

Nesses exemplos, a função central de aumento do tamanho ou de outra dimensão tende a desaparecer: em “*Comi aquele bifão mal passado*”, o aumentativo não necessariamente designa “pedaço grande de carne”, mas revela a apreciação do falante pelo prato. Consequentemente, o aumentativo não é conotativo nos empregos em (08). A autonomia do sentido apreciativo-positivo verifica-se também em casos como ‘filmão’, ‘solzão’ e ‘vistão’. Pode-se admitir, nesses exemplos, certa função explicativa, no sentido de que o sufixo reforça conotações positivamente apreciativas do referente expressas pela palavra-derivante.

Na base desses usos avaliativos positivos, estão motivações experienciais e culturais. Pode-se inferir, portanto, que eles provêm da metáfora conceptual “*o que é grande é de qualidade, é melhor que o prototípico*”. Usos avaliativo-apreciativos de -ão são mais tipicamente encontrados na fala masculina e, na grande maioria dos casos, rotulam: (a) o que é saboroso, apreciável ou agradável ao paladar (‘bifão’, ‘churrascão’, ‘biscoitão’, ‘hamburgão’); (b) partes do corpo feminino comumente apreciáveis sob a perspectiva masculina (‘peitão’, ‘bundão’, ‘coxão’, ‘bocão’); (c) força ou excelência em esportes (‘timão’, ‘porradão’, ‘goleirão’, ‘chutão’, ‘bandeirão’, ‘bolão’, ‘jogão’); e (d) itens que conferem *status* na perspectiva masculina de poder/intensidade/força/potência (‘bombadão’, ‘carrão’, ‘motão’/‘motona’, ‘sonzão’, ‘musicão’, ‘rodão’, ‘motorzão’, ‘turbinação’).

Acreditamos, ao contrário de Rosa (1983), que, nos dias de hoje, aumentativos não são depreciativos (exceto os chamados “*agentes*

*frequentativos*)<sup>7</sup>, diferentemente dos diminutivos, que, nas palavras de Silva (2007: 187), podem estar a serviço *da manifestação de desprezo, ou menos, da designação de coisas de pouco valor ou de pouca importância* (‘livrinho’, ‘coisinha’), *da pequenez moral e em formas de tratamento depreciativo* (‘sujetinho’, ‘gentinha’, ‘povinho’), *de comportamentos efeminados* (‘mariquinha’, ‘frutinha’, ‘bambizinho’), *expressões de indigência* (‘ceguinho’, ‘aleijadinho’, ‘velhinho’); *e até usos irônicos, jocosos e sarcásticos* (‘engraçadinho’ / ‘espertinho’ / ‘gracinha’, (é um) ‘santinho’, ‘anjinho’!!!).

Os usos avaliativos de -ão revelam um processo de *pragmatização*, uma vez que servem a propósitos comunicativos do enunciador frente à audiência. De acordo com Dressler (1986), o emissor pode externar seu ponto-de-vista através de marcas morfológicas, o que justifica afirmar que o significado dos afixos pode se alterar em função do contexto ou da interação lingüística. Passemos, por fim, à última situação envolvendo o sufixo aumentativo: a lexicalização.

É grande o número de formas lexicalizadas com o sufixo -ão. De acordo com Basílio (2004: 68), *formamos um aumentativo para designar um novo objeto, relacionado porém distinto do que é denotado pela base, e caracterizado como de grande dimensão*. Em tais formações, depreendem-se dois diferentes agrupamentos quanto à relação semântica estabelecida entre o significado da palavra-base e o da construção lexicalizada. O primeiro deles é “*tipo grande de X*” ou “*versão de X aumentada*”, com formações que convergem para uma especificidade de função em relação à base:

(09)

abelhão (“óculos”)	amarelão (“doença”)	batidão (“funk”)
bolão (“aposta”)	caveirão (“transporte”)	cebolão (“relógio”)
frescão (“ônibus”)	medalhão (“tipo de bife”)	furão (“animal”)

<sup>7</sup> Obviamente, se a base é negativa, a construção X-ão intensifica/reforça o sentido negativo da base, como em ‘chatão’, ‘feiosão’ e ‘marrentão’, entre outros exemplos. Quando a base é neutra, o sufixo aqui focalizado imprime à formação caráter apreciativo: ‘bifão’, ‘filmão’, ‘amigão’. É inegável o caráter pejorativo em formações como ‘narigão’, ‘barrigão’ e ‘bocão’, todas com bases neutras. Defendemos que o aspecto negativo da construção não advém do sufixo aumentativo, mas do afastamento ao protótipo (padrão cultural) esperado para a dimensão das partes do corpo. Não é à toa que todas as formações negativas encontradas no *corpus* provenham do domínio “partes do corpo/anatomia humana”. Dessa forma, se o aumentativo – nesses casos usado para indicar tamanho maior que o convencional – adquire feição negativa, a pejoratividade resulta de algo instituído culturalmente. Por isso, não incluímos tais formas nos usos avaliativos de -ão (mas na expressão do significado central – “tamanho grande”).

chefão (“poderoso”)	mendigão (“refrigerante”)	pancadão (“funk”)
corujão (“filme noturno”)	podrão (“cachorro quente”)	orelhão (“telefone”)
bafão (“fofoca quente”)	sapatão (“homossexual”)	quentão (“bebida”)
verdão (“Palmeiras”)	mochilão (“tipo de turismo”)	tigrão (“garanhão”)
tijolão (“celular”)	arrastão (“assalto”)	caldeirão (“baile”)

As formas em (09) são bem menos transparentes que as apresentadas em (08) e, por isso mesmo, colocamos os significados entre parênteses. Nesse grupo de palavras, a motivação é metafórica (cerca de 35% dos dados) ou metonímica (aproximadamente 65% dos casos), ao contrário do anterior (exemplos em 08), de motivação exclusivamente analógica. Há, portanto, um *continuum* de opacidade, se levarmos em conta os dois grupos: nas formas em (09), é bem mais difícil interpretar o todo pela soma das partes, já que, por exemplo, ‘podrão’ nomeia, metonimicamente, o “cachorro-quente barato ingerido após a balada” e visto pelo falante como um risco à saúde alimentar (pode estar estragado, podre). De modo análogo, ‘mendigão’ denomina um refrigerante de marca mais popular, de mais baixo valor aquisitivo, comprado por questões de economia.

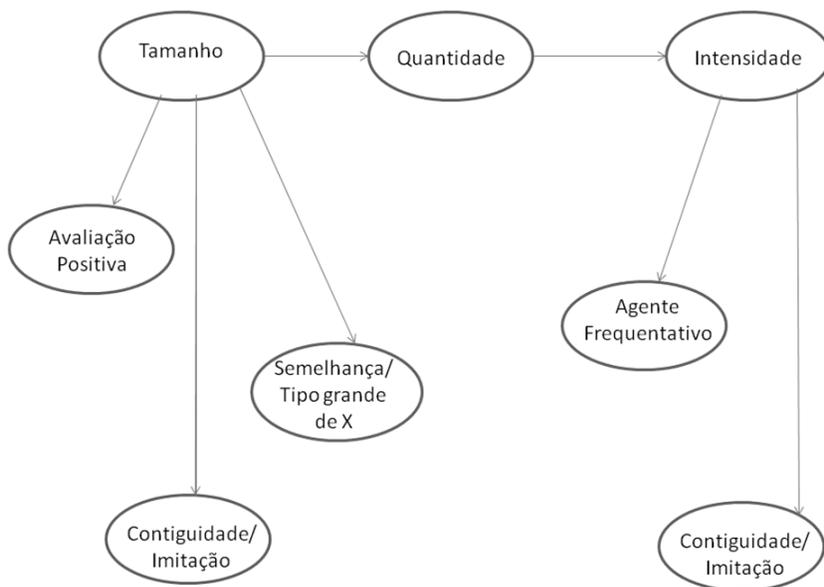
A metáfora também está presente nos dados em (09), já que ‘tijolão’, por exemplo, nomeia um celular ou um livro de proporções maiores que as convencionais, concebidos, pelo falante, como parecidos como um tijolo. É também de base metafórica a criação de ‘medalhão’, “tipo redondo de bife envolto em *bacon*”, que se assemelha a uma medalha. Há formas lexicalizadas aparentemente sem motivação nos dias atuais. Em (10), a seguir, aparecem construções em que já não mais é possível o estabelecimento da motivação semântica responsável pela criação lexical: a relação entre o significado palavra-base e o significado da construção resultante se perdeu, a ponto de não ser reconhecida ou resgatada pelo falante:

(10) castelão, escrivão, ferrão, macacão, mulão, pistolão, plantão, pregão, Ricardão, galão, saião, tabelião, tufão, vilão, tendão, serão, avião, caminhão.

### Palavras finais – sobre a rede radial das formas X-ão

Pelo que se expôs ao longo deste capítulo, podemos propor a seguinte rede radial para formalizar a polissemia do sufixo -ão:

(11)



Por (11), observa-se que o significado “*tamanho grande*” (‘bigodão’, ‘chaveirão’, ‘canetão’) pode ser metafórica ou metonimicamente interpretado como “*quantidade maior*” (‘pratão’, ‘copão’, ‘carteirão’) ou “*mais intensidade*” (‘bonitão’, ‘rapidão’, ‘legalzão’), caracterizando os empregos mais centrais do aumentativo.

Por pragmatização, os significados “*tamanho grande*” e “*intensidade*” levam a usos mais avaliativos de -ão, apreciativo e depreciativo, nesta ordem – ambos caracterizados pelo que Basílio (1987) chama de função expressiva dos processos de formação de palavras. Nesses casos, a ideia de aumento se manifesta pela avaliação da excelência (‘carrão’, ‘apartamentão’, ‘vistão’) ou da habitualidade (‘filão’, ‘resmungão’, ‘peidão’), revelando, subjetiva ou retoricamente, o impacto positivo ou negativo do falante em relação ao elemento referido.

Os três últimos balões caracterizam o que Silva (2007) chama de “formação de entidades” e remetem ao fenômeno da lexicalização semântica (ROCHA, 1998). Mais próximos do centro estão os casos de analogia, como ‘varandão’, ‘calçadão’, ‘piscinão’ e ‘lixão’, denominados “*tipo grande de X*” ou “*versão de X aumentada*”, sem grande distanciamento da palavra-base, já que X-ão caracteriza algo com alguma especialização em relação a X.

Mais distanciadas do centro aparecem construções que denominamos de “*imitação de X*” ou “*contiguidade de X*”, como ‘amarelão’, ‘tigrão’, ‘pancadão’ e ‘sapatão’. Esses casos de lexicalização são metonímicos, na grande maioria, e a interpretação composicional quase nunca é possível. Muitos deles são jocosos e até mesmo irônicos, revelando, implicitamente, uma avaliação quase sempre negativa por parte do falante, a exemplo de ‘podrão’ (“cachorro-quente”) e ‘mendigão’ (“refrigerante”).

A rede a que chegamos parece resolver as questões inicialmente colocadas. Ela expressa a radialidade da categoria “aumentativo” e mostra que habilidades cognitivas, já fartamente descritas na literatura, proporcionam as diversas extensões de significado do sufixo. É interessante observar que, de um grupo para o outro, a criação lexical se dá regularmente por processos analógicos, metafóricos e metonímicos. A rede também expressa que há um centro prototípico e grupos que apresentam diferentes graus de afastamento desse centro – um deles (“*agente frequentativo*”), inclusive, ligando-se apenas indiretamente.

## Capítulo 8

### PERCURSO HISTÓRICO DAS FORMAÇÕES PARASSINTÉTICAS A-X-ECER E E/N/-X-ECER: PRODUTIVIDADE E POLISSEMIA

*Caio Cesar Castro da Silva*

*Ana Carolina Mrad de Moura Valente*

*Carlos Alexandre Gonçalves*

*Maria Lúcia Leitão de Almeida*

Neste capítulo, fazemos uma análise longitudinal de duas construções parassintéticas do português: a-X-ecer e e/N/-X-ecer<sup>1</sup>. Partindo da hipótese de que a formação a-X-ecer se fossilizou, enquanto e/N/-X-ecer se manteve produtiva ao longo da história da língua, foram feitas recolhas em *corpora* informatizados do português e aplicados testes psicolinguísticos a falantes da faculdade de Letras da UFRJ. Por fim, baseados em Lakoff (1987), propusemos uma rede radial, com o intuito de comprovar a hipótese.

#### **O corpus: do levantamento de dados à constituição**

Como o objetivo do capítulo é fazer uma descrição histórica das construções parassintéticas a-X-ecer e e/N/-X-ecer, a primeira etapa da pesquisa consistiu na recolha de dados pelos dicionários eletrônicos Houaiss (HOUAISS, 2001) e Aurélio (HOLANDA, 1999). De posse dos dados, observamos que

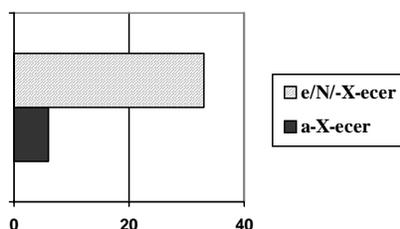
---

<sup>1</sup> Optamos por representar a parte inicial da construção por e/N/, com uma nasal não-especificada para ponto de articulação, para abrigar as diferentes realizações de superfície dessa sequência, grafadas com <m> ('empobrecer'), com <n> ('entardecer') e sem segmento nasal ('enobrecer').

algumas palavras, embora sejam formadas por construções diferentes (*abrutecer* X *embrutecer*, *abranquecer* X *embranquecer*), apresentam a mesma base, o que nos levou a investigar (cf. VALENTE *et alii*, 2009) se possuem acepções distintas ou se veiculam o mesmo significado.

De acordo com o dicionário Houaiss, os vocábulos *abrutecer* e *embrutecer* significam ambos, *tornar-se bruto*; de modo análogo, *abranquecer* e *embranquecer* também são consideradas sinônimas no referido dicionário, já que remetem ao significado *tornar-se branco*. A partir de testes informais com falantes do português, Valente *et alii* (2009) observaram que apenas um vocábulo de cada par (*embrutecer* e *embranquecer*, respectivamente) foi reconhecido pelos informantes, o que nos levou a excluir da análise os formados pela construção parassintética a-X-ecer, considerada improdutiva no português contemporâneo.

Soma-se a essa co-ocorrência de vocábulos, que veiculam o mesmo significado, o baixo contingente de formas a-X-ecer em português. O gráfico abaixo sintetiza a distribuição dos dados analisados no presente trabalho:



**Gráfico 1:** Distribuição das duas construções no *corpus*

O gráfico 1 demonstra que a distribuição dos dados não é regular, pois para a-X-ecer é observado um número mínimo de ocorrências (6 formas), ao contrário do que acontece com e/N/-X-ecer, que apresenta maior número de formas transparentes na língua (33 palavras).

Os questionamentos que se projetam, a partir dessas indicações, são os seguintes:

- 1) por que o grupo e/N/-X-ecer apresenta maior quantidade de dados?;
- 2) por que razão as palavras formadas a partir de e/N/-X-ecer apresentam maior aceitabilidade entre os falantes?;
- 3) o que teria ocorrido com essas construções ao longo da história do português?; e, por fim,
- 4) essas formações apresentam a mesma produtividade nos dias atuais?

## Análise histórica dos grupos a-X-ecer e e/N/-X-ecer

Baseados nas evidências assinaladas – (a) a-X-ecer e e/N/-X-ecer apresentarem alguns vocábulos formados a partir de uma mesma base e (b) o segundo grupo ter uma lista mais extensa de dados que o primeiro –, pretendemos analisar longitudinalmente essas construções lexicais, conferindo, nos dicionários etimológicos consultados (CUNHA, 1999; MACHADO, 1973; NASCENTES, 1955; SILVEIRA BUENO, 1967), a datação proposta para cada uma das formas do *corpus*.

Os primeiros vocábulos parassintéticos com a terminação ‘-ecer’ datam do século XIII, concomitante ao surgimento dos primeiros registros escritos em língua portuguesa (cf. TEYSSIER, 2007), e são formados pelas construções lexicais aqui contrastadas. Dessa forma, ambas concorrem entre os séculos XIII e XVI, sendo este o estágio em que consideramos as duas construções produtivas na língua. No gráfico a seguir, registramos o número de formas do século XIII ao século XX:

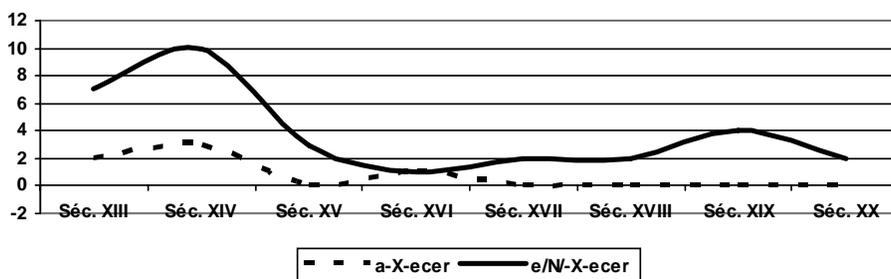


Gráfico 2: Datação dos dados do *corpus*

Com base no gráfico 2, pode-se observar o processo histórico de criação de novas palavras com os dois circunfixos. A linha cheia, referente à construção e/N/-X-ecer, mostra que esse processo de formação atingiu seu ápice no século XIV e, desde então, começou a decair em direção à construção a-X-ecer, que manteve seu baixo padrão até o século XVI. Dessa data em diante, não se formam mais vocábulos a-X-ecer, ao contrário do que acontece com e/N/-X-ecer, que continuou produtivo na língua. As curvas, guardadas as devidas proporções, assemelham-se até o século XVI, o que remete ao fato de terem sido concorrentes durante o período destacado.

Além disso, a observação das aceções dos prefixos envolvidos também apoia a explicação para o fato de ter havido co-ocorrência de formas. O prefixo

‘a-’ tem o significado de *aproximação; em direção a (base)*, enquanto ‘e/N/-’ indica *transformação, movimento sobre*, mas também pode significar *aproximação; em direção a (base)*. Justifica-se, assim, o fato de, nesse primeiro estágio (do século XIII ao XVI), algumas palavras, apesar de apresentarem a mesma base e veicularem o mesmo significado, serem formadas por construções diferentes. Conforme Valente *et alii* (2009), *as duas estruturas veiculavam, pois, o mesmo sentido (...). Segundo esse princípio (o da Economia Linguística), os falantes tendem a adotar uma das estruturas que estão em concorrência no sistema linguístico, enquanto a outra se cristaliza* (grifo nosso).

Aplicando a citação à competição entre os grupos parassintéticos, o falante parece ter optado por e/N/-X-ecer, que, ao longo dos séculos, produziu novas formações e apresentou extensões metafóricas, enquanto a-X-ecer se fossilizou morfológicamente<sup>2</sup>.

A fim de cotejar as mudanças entre as construções de parassíntese investigadas, buscamos dados em textos escritos do século XII ao XIX, pois, caso nossa hipótese de cristalização do grupo a-X-ecer esteja correta, registros mais antigos na língua seriam favoráveis tanto às formas e/N/-X-ecer quanto às estruturas a-X-ecer. Dito de outra forma, buscamos comprovar se, nos séculos em que essas construções estiveram em concorrência, haveria uma aproximação na quantidade de vocábulos em ambas as formações. Entretanto, à medida que a-X-ecer deixasse de ser produtivo, a quantidade de novas formações deveria, também, diminuir nos textos. Em relação a e/N/-X-ecer, os dados deveriam constar durante todo o período pesquisado, indiciando que esse formativo foi sempre produtivo, ao contrário do que esperávamos acontecer com a-X-ecer.

Vale ressaltar que, nesta análise, não estamos levando em consideração as inúmeras ocorrências de um vocábulo (frequência de *tokens*), mas sim a aparição de diferentes palavras (frequência de *types*), pois, se controlássemos todas as aparições de verbos em ‘-ecer’ nos textos, não estaríamos analisando a produtividade das formações. Nossa recolha de dados foi feita nas bases de consulta dos projetos *Corpus* Informatizado do Português Medieval (disponível em [cipm.fcsb.unl.pt](http://cipm.fcsb.unl.pt)), *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe (disponível em [www.tycho.iel.unicamp.br](http://www.tycho.iel.unicamp.br)) e peças teatrais do Labor Histórico (disponível em

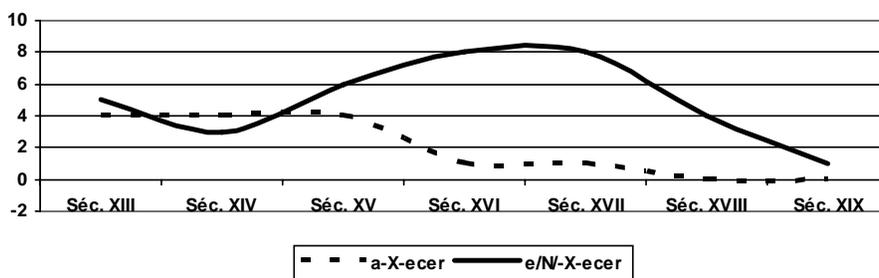
---

<sup>2</sup> A fossilização morfológica de a-X-ecer não impede a mudança semântica nos derivados, pois as palavras já existentes se especializaram via metáfora. A especialização de a-X-ecer pode ser exemplificada com o vocábulo *amortecer*, que já não se relaciona mais ao significado primário de *tornar-se morto*, significando, hoje, *perder a intensidade*.

*letras.ufjf.br/laborhistorico*). Foram consultados (a) 52 textos do Corpus Tycho Brahe, (b) 12 peças teatrais, (c) mais de 400 cantigas de escárnio e maldizer e (d) textos que vão desde o *Testamento de D. Afonso II* à *Crônica Geral de Espanha*, e desde *Documentos Notariais* à *Demanda do Santo Graal*.

Ao término da recolha, os dados passaram por um processo de seleção a fim de que fossem agrupados por século. Separaram-se, também, as várias ocorrências de um mesmo vocábulo, como já foi dito, restando, então, 45 construções parassintéticas, sendo 32 formadas pelo modelo e/N/-X-ecer e apenas 13, pela estrutura a-X-ecer.

Não foram encontrados dados nos textos do século XII, conforme nossas expectativas. Segundo os etimologistas, as primeiras datações das formas parassintéticas são do século XIII e foi a partir desse século que encontramos dados nos textos que compõem nosso *corpus*. O gráfico abaixo mostra a aparição dos dados nos textos coletados:



**Gráfico 3:** Dados em textos históricos do português

Pelo gráfico, verificamos que, do século XIII ao século XV, os dois grupos de fato se mantiveram em competição, uma vez que não há muita oscilação nos resultados. Do século XVI em diante, há uma vertiginosa separação entre as linhas: a-X-ecer se torna improdutivo, enquanto, inversamente, e/N/-X-ecer cria novos vocábulos, confirmando, assim, nossa hipótese inicial.

Para fornecer outro conjunto de evidências sobre essa hipótese, faremos, a seguir, um exame das extensões semânticas das construções, pois, se houve fossilização de um grupo e produtividade de outro, os mapeamentos, i.e., as projeções de uma estrutura em outra com correspondência entre seus elementos (cf. SILVA, 2006), refletirão essas diferenças. Observando as extensões de sentido dos formativos, distribuímos os vocábulos em campos semânticos,

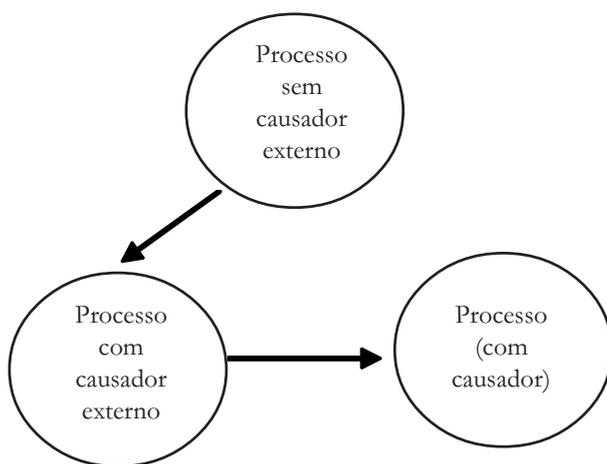
aqui apresentados em estruturas radiais (cf. LAKOFF, 1987). Começemos pela rede radial de a-X-ecer.



**Figura 1:** Rede de a-X-ecer

Com base no *corpus*, estabelecemos a rede de a-X-ecer na figura 1, que apresenta apenas um campo semântico, chamado de *Processo sem causador externo*, e pode ser exemplificado pelos vocábulos *amadurecer*, *amanhecer*, *amolecer*, *amortecer*, *anoitecer* e *apodrecer*. O valor aspectual de processo do circunfixo alia-se ao fato de nenhuma das ações descritas pelas palavras serem causadas, ou seja, possuírem um agente externo que interfira em sua realização. Assim, a passagem da noite para o dia, descrita por *amanhecer*, constitui evento natural, sem força externa causadora, do mesmo modo que uma fruta *amadurece* naturalmente.

O estudo das palavras formadas por e/N/-X-ecer revelou a existência de outros campos semânticos, além do postulado para a rede de a-X-ecer, como podemos observar na estrutura radial abaixo. Temos, com isso, uma evidência da especialização daquela construção em face desta. Observe:



**Figura 2:** rede radial de e/N/-X-ecer

A rede radial de e/N/-X-ecer apresenta o mesmo campo semântico prototípico que a rede de a-X-ecer, *Processo sem causador externo*, o que, no nosso entendimento, constitui reflexo do período em que as construções co-existiram produtivamente. Entretanto, na análise de e/N/-X-ecer, esse campo espria-se para *Processo com causador externo* que, diferentemente do anterior, pressupõe uma causa. Assim, o processo de *enriquecer* pode ser motivado por um roubo, recebimento de herança ou sorteio em loteria, entre outros agentes detonadores. De modo análogo, *enrouquecer* pode ter por causa gritar em um show, falar constantemente, dor de garganta, tomar gelado etc. Dizendo de outra forma, nesse campo, os eventos descritos pelas palavras não ocorrem naturalmente, pressupondo um agente externo para sua realização.

Em seguida, e/N/-X-ecer projeta-se para o campo *Psicológico*, que apresenta os vocábulos *enlouquecer*, *empalidecer*, *embrutecer* e *enfurecer*. Observamos, então, com o mapeamento da rede, que ocorre uma conexão sistemática de um domínio mais físico para um domínio mais psicológico, ou seja, do [+ concreto] para o [+ abstrato]. De acordo com Sweetser (1990: 19), *verbos de domínios físicos frequentemente vêm a ter significados de atos de fala e/ou estados mentais, (...) enquanto as direções contrárias de mudança não ocorrem*. Essas projeções do [+ concreto] para o [+ abstrato] não são aleatórias, mas motivadas cognitivamente. Lakoff (1987, 91) afirma que *o modelo central determina as possibilidades de extensões, juntamente com as relações possíveis entre o modelo central e os modelos extensionais*. Dessa forma, o centro prototípico da rede, i.e., o campo *Processo sem causador externo*, possibilita as projeções para campos mais periféricos.

Além disso, podemos observar que a estrutura do circunfixo e/N/-X-ecer é polissêmica, pois ainda segundo Sweetser (1990), nenhuma mudança histórica de significado pode ocorrer sem que haja um estágio de polissemia. Assim, a especialização semântica que se percebe na figura 2 reflete a mudança histórica pela qual passou a parassíntese, sendo essa mais uma evidência em favor de nossa hipótese inicial.

Com as redes, pudemos visualizar melhor a cristalização da construção a-X-ecer, que só apresenta o domínio mais básico (físico/natural), e a produtividade de e/N/-X-ecer, que se estende para outros domínios, cada vez mais abstratos. Além disso, o fato de ambas as construções apresentarem o mesmo campo semântico prototípico indica que, realmente, elas estiveram em concorrência durante alguns séculos.

Resolvemos, por fim, observar se o circunfixo a-X-ecer se fossilizou, ou se ainda poderia formar novas palavras no estágio atual da língua. Para isso, aplicamos testes psicolinguísticos (cf. LIMA, 1999) em 23 informantes, todos entre 18 e 25 anos, alunos de graduação na Faculdade de Letras da UFRJ. Nosso objetivo com os testes foi verificar se o falante nativo produziria palavras novas a partir da construção a-X-ecer ou de e/N/-X-ecer. Para tanto, utilizamos vocábulos criados por nós, a partir de bases nominais, intercalando entre substantivos e adjetivos. Exemplos dessas criações aparecem em (01), a seguir:

- |      |                            |                          |
|------|----------------------------|--------------------------|
| (01) | agatecer/engatecer         | anerdecet/enerdecet      |
|      | abanguelecer/embanguelecer | acornecer/encornecer     |
|      | apintosecer/empintosecer   | agostosecer/engostosecer |

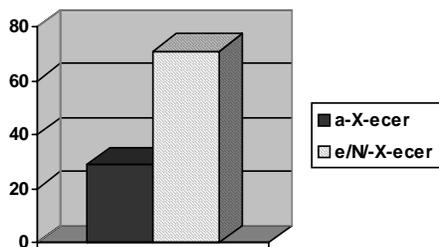
Foram confeccionados três testes com dez sentenças cada. Dessas dez, seis continham dados parassintéticos e as outras funcionaram como distratores. Em cada uma das sentenças, havia uma lacuna que deveria ser preenchida pelo falante em seu cartão-resposta. Os distratores foram necessários para que os informantes não ficassem condicionados a responder apenas as opções mais assemelhadas. Um fragmento que exemplifica o teste encontra-se em (02):

- (02) Meu avô está \_\_\_\_\_ com o passar do tempo.  
(a) abanguelecendo  
(b) embanguelecendo

Assim, o falante devia marcar um X nas colunas A e B do cartão-resposta, caso considerasse mais adequado o vocábulo em (a) ou em (b), nesta ordem. Foram necessários três testes para que pudéssemos controlar a maior quantidade de dados, assim como evitar que um informante comentasse o teste para outro(s).

Enquanto o informante realizava o teste, um dos autores controlava o tempo que era projetado na tela do computador. Para cada uma das sentenças aplicadas, foi observado quanto tempo o falante levava para chegar a uma resposta, ou seja, quantos segundos eram dispensados por ele até que fosse capaz de fazer algum juízo sobre o que lhe era apresentado. Buscamos saber, dessa forma, qual o tempo de processamento das duas estruturas para um falante do português brasileiro do século XX.

Para a aplicação dos testes, que foram realizados individualmente para que não houvesse interferência nas respostas, foram necessários o auxílio de um computador e um aparelho de *Data Show*. Tivemos, então, nove informantes no teste 1, sete no teste 2, e sete no teste 3. Controlamos 18 formações parassintéticas e tivemos 138 respostas, no total. No gráfico abaixo, observa-se a preferência dos entrevistados em relação às construções lexicais analisadas:



**Gráfico 4:** escolha das construções nos testes

Com base no gráfico acima, pudemos perceber que somente 29% das opções (40 respostas) foram para o circunfixo a-X-ecer. Por outro lado, e/N/-X-ecer recebeu 71% das opções (98 respostas), apontando para a preferência do falante em relação à segunda construção apresentada.

Além disso, controlamos o tempo para cada uma das respostas, pois, caso e/N/-X-ecer realmente estivesse disponível para fins lexicais nos dias de hoje, o tempo de processamento em suas respostas seria menor. Em outras palavras, esperávamos que houvesse um tempo menor de processamento nos casos em que o falante optasse por e/N/-X-ecer.

O tempo médio para o processamento dos dados (excluindo-se os distratores) foi o seguinte: 9,2 segundos no teste 1; 8,02 segundos no teste 2; e 10,07 segundos no teste 3. A distribuição dos tempos médios de a-X-ecer e e/N/-X-ecer é disponibilizada no quadro abaixo:

<b>Tempo Médio</b>		
	a-X-ecer	e/N/-X-ecer
Teste 1	10,4 segundos	8,3 segundos
Teste 2	8,3 segundos	7,8 segundos
Teste 3	10,3 segundos	9,5 segundos
<b>Total</b>	<b>9,7 segundos</b>	<b>8,5 segundos</b>

Observando os resultados, percebemos que a média de tempo de e/N/-X-ecer é bem inferior que a do outro grupo, assim como a média total revela uma grande discrepância: 1,2 segundos de diferença entre as duas construções investigadas. Essa diferença de tempo revela que e/N/-X-ecer é mais aceita pelos falantes, visto que é ativada mais rapidamente que a outra, validando a hipótese de ser mais disponível para fins lexicais.

Com os testes, encontramos mais duas evidências para a fossilização de a-X-ecer: a baixa escolha entre os falantes do português (29% contra 71% de preferência por e/N/-X-ecer) e o tempo maior de processamento (1,2 segundos a mais) sugerem a improdutividade das formas verbais em ‘-ecer’ iniciadas por ‘a-’. Se a-X-ecer fosse uma construção produtiva, os resultados obtidos não seriam tão diferentes em relação ao outro circunfixo analisado. Assim, propomos que essa construção se fossilizou, uma vez que os falantes de hoje não mais a reconhecem como prototípica e preferem a outra para formar novos vocábulos na língua.

## **Palavras finais**

Com base no presente capítulo, pudemos comprovar a nossa hipótese inicial de que a construção parassintética a-X-ecer se cristalizou em benefício de e/N/-X-ecer pelos argumentos apresentados ao longo da exposição, sendo o principal deles o de que aquela construção deixou de formar novos vocábulos na língua, enquanto esta continuou se especializando e produzindo novo léxico.

## Capítulo 9

### A DISTRIBUIÇÃO SEMÂNTICA DOS SUBSTANTIVOS DEVERBAIS EM -ÇÃO E -MENTO: DUAS ANÁLISES POSSÍVEIS

*Janderson Lemos de Souza*

Neste capítulo, tratamos da formação de substantivos a partir de verbos e da convivência entre formações em -ção e -mento a partir do mesmo verbo, como em *salvação / salvamento, monitoração / monitoramento e requisição / requerimento*. A análise dessas formações, no entanto, aponta para a distribuição semântica dos demais substantivos deverbais, sufixais e regressivos.

Nossa proposta parte da especialização semântica entre os substantivos como explicação para a não-incidência do bloqueio (ARONOFF, 1976) nos casos de mais de um substantivo para o mesmo verbo, no que assumimos que nominalizações a partir do mesmo verbo não passam por extensão de sentido uma vez criadas, e sim que são formadas semanticamente especializadas. Dessa forma, temos que a razão de ser da dupla nominalização é que cada substantivo verbal supre uma lacuna semântica no léxico; entendemos que ao papel desempenhado pela noção de bloqueio na Teoria Gerativa corresponde a atuação conjunta do Princípio do Poder Expressivo Maximizado e do Princípio da Economia Maximizada (GOLDBERG, 1995); e situamos a especialização, não no âmbito dos itens lexicais, e sim no das funções dos processos de expansão do léxico, concebidos como operações cognitivas.

Assim, propomos que se conceba a nominalização como um fenômeno semântico com consequência lexical, que consiste em concentrar os significados de um verbo em um substantivo ou distribuir os significados de um verbo

em mais de um substantivo, ressalvado que o significado não está sendo tomado como uma propriedade dos substantivos, e sim como efeito dos substantivos em uso. Por isso, consideramos adequado tratar do significado que os substantivos deverbais evocam em termos de concentração ou distribuição de significados prototípicos e periféricos dos verbos-base, a partir do tratamento proposto por Langacker (1987, 1991, 2008) para a distinção nome/verbo, em geral, e para as nominalizações, em particular, e da concepção de polissemia proposta por Soares da Silva (2006). Por fim, contrastamos duas análises possíveis dos substantivos deverbais no português do Brasil.

## Objeto de estudo

O percurso anunciado na introdução começa pela identificação de que, no português brasileiro, pode-se formar mais de um substantivo a partir do mesmo verbo, como *rendição* e *rendimento* a partir de *render*, *fala* e *falação* a partir de *falar*, *conferência* e *conferimento* a partir de *conferir*, *pertença*, *pertencimento* e *pertinência* a partir de *pertencer*, e tantos outros com maior ou menor transparência morfossemântica em relação à base. Tal fato contradiz a previsão de “não-ocorrência de uma forma pela simples existência de outra”<sup>1</sup> (ARONOFF, 1976: 43) e sugere que há “(...) especialização no significado da forma concorrente, passando ambas a co-ocorrer. É o que acontece com os deverbais *recebimento* e *recepção*, ou com os deadjetivais *claridade* e *clareza*” (NASCIMENTO, 2006: 107). Em outras palavras, se, uma vez formado o substantivo *recepção*, mais antigo na língua, se insinuasse a formação de um substantivo semanticamente equivalente, *recebimento*, esta seria bloqueada no léxico real. A duplicidade ou triplicidade de substantivos a partir do mesmo verbo nos convida, então, a rever a concepção de nominalização.

A nominalização tem sido definida como um processo de formação de palavras, um processo morfológico, portanto:

*Damos o nome geral de ‘nominalização’ ao conjunto de processos que formam substantivos a partir de adjetivos e, sobretudo, de verbos. A nominalização é um dos casos mais complexos de formação de palavras no que respeita à determinação da função, no sentido de que vários processos de nominalização parecem apresentar funções múltiplas simultâneas.* (BASILIO, 1987: 73)

---

<sup>1</sup> “the nonoccurrence of one form due to the simple existence of another”

As funções a que a autora se refere são: a **função sintática**, ou de mudança de classe; a **função semântica**, ou de denominação; e a **função discursiva**, que se dividiria em função de atitude subjetiva e função textual. Tais funções correspondem à concepção de léxico como “(...) um depósito de signos, uma lista de entradas lexicais, além de um conjunto de regras que definem a classe das palavras possíveis na língua (...)” (BASILIO, 1987: 25), e a formulação das funções revela que os fenômenos morfológicos podem ser sensíveis à sintaxe, à semântica e ao discurso.

Por outro lado, do ponto de vista da Linguística Cognitiva, fenômenos semânticos têm ascendência sobre fenômenos sintáticos e sobre fenômenos morfológicos, num contínuo entre os níveis do conhecimento linguístico. Além disso, não nos parece possível atribuir a formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo à função de mudança de classe, visto que a carência de classe é suprida pelo primeiro substantivo deverbal. O que nos parece haver é uma carência de significado, de um significado específico não coberto pelo substantivo pre-existente, e o atendimento a essa carência por meio de uma regra de formação de palavras tão produtiva quanto a que deu origem ao substantivo anterior.

Essa formulação, no entanto, pode ser ainda mais refinada, visto que, em Linguística Cognitiva, faz mais sentido conceber um léxico em que “Palavras são vistas como construções, e o significado lexical é uma rede intrincada de molduras conectadas”<sup>2</sup> (FAUCONNIER & TURNER, 2006: 303), do que um léxico estruturado por processos e regras de formação de palavras. Da mesma forma, a distinção entre produtividade e produção só faz sentido numa teoria formalista, sendo, portanto, pouco condizente com os pressupostos da Linguística Cognitiva.

Tendo em vista “(...) o caso dos sufixos -ção e -mento, aparentemente em competição na formação de substantivos a partir de verbos em português” (BASILIO: 1993: 29), concordamos que:

*Alguns ambientes são exclusivos de uma ou outra das regras (cf. X-ece(r)-mento, X-iza(r)-ção), devendo, portanto, a regra oposta apresentar a restrição correspondente em sua descrição estrutural. Quanto às bases para as quais não temos restrições determinadas, tanto pode ocorrer um sufixo quanto o outro, e, muitas vezes, ambos concretamente ocorrem, como em internação / internamento. Este é um caso em que ambas as regras são produtivas, cada uma apresentando suas condições de produtividade. Todas as constru-*

---

<sup>2</sup> *Words are themselves viewed as constructions, and lexical meaning is an intricated web of connected frames.*

*ções compatíveis com as condições de produtividade são linguisticamente possíveis e não há razão, portanto, para falarmos em diferentes graus de produtividade nesse caso.* (BASILIO, 1993: 29)

No entanto, consideramos insuficiente abordar a formação de mais de um substantivo a partir do mesmo verbo como decorrente da função semântica de um processo morfológico, visto que a de mudança de classe já estaria suprida com a formação do primeiro substantivo, sem necessidade do segundo ou terceiro. Além disso, a perspectiva teórica parte do morfológico para o semântico, e a função semântica atribuída aos processos de formação de palavras dá conta da maior ou menor generalidade semântica entre regras correspondentes ao mesmo processo, e não da condição polissêmica do verbo-base, da qual nos parece resultar a dupla ou tripla nominalização.

Por isso, propomos que se conceba a nominalização não mais como um processo morfológico com função semântica, que consistiria em converter verbos em substantivos, e sim como um processo semântico com uma contraparte morfológica, que consiste em consolidar o(s) significado(s) de um verbo num único nome ou distribuir os significados de um verbo entre mais de um nome morfológicamente relacionado ao verbo por via sufixal ou regressiva, ressaltado o caráter não-entitativo do significado. Nesses termos, já não se pode dizer que o sufixo -ção nominaliza o verbo *declarar* ou que *declaração* seja a nominalização de *declarar*, e sim que o sufixo -ção nominaliza todos os significados do verbo *declarar*, enquanto -ção nominaliza alguns significados do verbo *arrogar* e -nc(i)a, outros; -mento nominaliza alguns significados de *afogar* e -dura, outros. Somente assim, parece-nos possível dispensar um tratamento que associe a co-ocorrência entre dois, três ou mais nomes para os mesmos verbos com a polissemia dos verbos; integre a polissemia dos verbos com a polissemia dos nomes; e ainda explique a semântica dos nomes, polissêmicos ou não, por meio da metáfora e da metonímia na associação entre significados prototípicos e periféricos evocados pelos verbos e significados prototípicos e periféricos evocados pelos nomes.

A relação entre o(s) verbo(s) derivante(s) e o(s) substantivo(s) derivado(s) nos parece poder ser descrita com base em três dos quatro “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem” (GOLDBERG, 1995: 67) – o Princípio de Motivação Maximizada, o Princípio do Poder Expressivo Maximizado e o Princípio da Economia Maximizada:

***I. Princípio da Motivação Maximizada:*** *se uma construção A for sintaticamente relacionada à construção B, então o sistema da construção A será motivado no mesmo grau em que for relacionado semanticamente a B. Tal motivação é maximizada.*<sup>3</sup>

Retomando a noção saussureana de motivação, o Princípio da Motivação Maximizada opõe-se à versão composicional clássica e permite o tratamento de nosso objeto de estudo nos seguintes termos: quanto mais motivada for a relação entre duas construções, mais evidente será a interseção semântica entre elas. Se levarmos em conta que as nominalizações são motivadas em relação aos verbos-base, perceberemos que a motivação torna evidente a interseção semântica entre as nominalizações e os verbos-base.

Passemos, então, aos outros dois princípios:

***III. Princípio do Poder Expressivo Maximizado:*** *o inventário de construções é maximizado em favor de objetivos comunicativos.*<sup>4</sup>

***IV. Princípio da Economia Maximizada:*** *o número de construções diferentes é minimizado tanto quanto possível, dado o Princípio III.*<sup>5</sup>

Esses dois princípios se restringem mutuamente. Aplicados ao léxico, apontam para a maximização da polissemia no limite da vagueza até o ponto em que a comunicação exige a criação de itens lexicais e para a expansão lexical como última instância. Parece-nos que é exatamente do equilíbrio entre expressividade (para cada verbo, o máximo de substantivos deverbais possível) e economia (para cada verbo, o mínimo de substantivos deverbais possível) que se situa o objeto de estudo deste capítulo. A situação de ora existir uma única contraparte nominal para determinado verbo ora existir mais de uma aponta para esse equilíbrio, sem prever qualquer impedimento a que, em prol da motivação semântica, incluam-se mais contrapartes nominais para o mesmo verbo. Nesses termos, o efeito conjunto desses dois princípios, em Goldberg (1995), produz, do ponto de vista cognitivo, poder explicativo análogo ao que, em Aronoff (1976), a noção de bloqueio tem do ponto de vista gerativo.

---

<sup>3</sup> ***I. The Principle of Maximized Motivation:*** *If construction A is related to construction B syntactically, then the system of construction A is motivated to the degree that it is related to construction B semantically. Such motivation is maximized.*

<sup>4</sup> ***III. The Principle of Maximized Expressive Power:*** *The inventory of constructions is maximized for communicative purposes.*

<sup>5</sup> ***IV. The Principle of Maximized Economy:*** *The number of distinct constructions is minimized as much as possible, given Principle III.*

## Proposta teórica

A concepção de nominalização como um processo semântico com contraparte morfológica, nos termos em que a estamos propondo, indica que a distribuição semântica dos substantivos deverbiais se explica a partir da polissemia do verbo-base. A nominalização transforma significados verbais em significados nominais, o que implica que *verbo* e *nome* são tomados como categorias semânticas, não como classes morfológicas, e que a mudança de classe morfológica é um epifenômeno.

Para o devido entendimento dessa concepção, é necessário explicitar a definição de polissemia que estamos pressupondo:

*A polissemia é uma forte evidência de que categorizamos, pelo menos na maior parte das vezes, não na forma de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes e, portanto, não à maneira das chamadas categorias clássicas, mas na base de protótipos, tal como têm sido entendidos e estudados pela Psicologia Cognitiva e pela Semântica Cognitiva, através da semântica do protótipo. Se a categorização se processasse na base de propriedades comuns e segundo o princípio aristotélico do “terceiro excluído”, pelo qual uma entidade ou exibe ou não exibe determinada característica, ou pertence ou não pertence a determinada categoria, então a infinidade e diversidade de coisas, processos, relações, etc. que constituem o nosso mundo exigiria não só categorias monossêmicas ou, pelo menos, mais simples, como também um número infinitamente superior de categorias, o que garantidamente comprometeria a aprendizagem e o uso de uma língua. A naturalidade e frequência com que a maior parte das categorias tende para o sentido múltiplo mostra bem como elas se estruturam à volta de um centro prototípico; como diferentes ‘coisas’ se podem assemelhar, de diferentes modos, ao protótipo e assim serem integradas numa mesma categoria; e como a pertença a uma categoria não requer a verificação de todas as propriedades ‘esperadas’, donde os seus membros não precisarem de partilhar um conjunto de propriedades comuns.*(SOARES DA SILVA, 2006: 297)

Tal entendimento converge com o de Correia (2004: 2004: 25)...

*É mais económica uma descrição que aposta na explicação da polissemia das unidades lexicais do que uma descrição que aposta numa concepção homonímica, isto é, uma descrição que permita explicar as polissemias sistemáticas das unidades em análise evitará informação redundante na descrição a ser feita. Entende-se que apenas uma descrição que procure explicar os fenómenos de polissemia poderá fornecer uma visão cabal da estrutura interna do léxico de uma língua, desiderato principal de qualquer trabalho lexicológico.*

... no que rompe com uma tendência na Teoria Linguística, “(...) em que, a partir da Hipótese Lexicalista (Chomsky 1970), se instaura uma abordagem explicitamente homonímica na descrição de processos de formação de palavras (Aronoff 1976). Nos últimos anos, a polissemia vem sendo intensamente discutida, em especial a partir do desenvolvimento e expansão da Linguística Cognitiva” (BASILIO, 2004: 50).

Explicitada a definição de polissemia embutida em nossa proposta conceitual, passemos a tratar a relação V/N como uma relação entre duas classes semânticas, e não morfológicas. Segundo Langacker (1987), as classes semânticas *verbo* e *nome* correspondem a “(...) dois modos de processamento cognitivo que podem ser invocados para a conceptualização de uma cena complexa (...)” (p. 144). O modo de processamento cognitivo dos verbos é definido como um **escaneamento dinâmico**, que “(...) envolve a transformação de uma configuração em outra ou uma série contínua de tais transformações (...)” (p. 145). Já o modo de processamento cognitivo dos nomes é definido como um **escaneamento estático**, com “(...) cada grupo de eventos contribuindo com algo para uma única configuração, cujos aspectos são todos concebidos como coexistentes e simultaneamente disponíveis” (p. 145).

“Uma breve observação sobre tempo é necessária (...)”, já que “A diferença entre o escaneamento estático e o escaneamento dinâmico está no tempo relativo ao **processamento dos eventos** – se os eventos que correspondem a diferentes aspectos de uma cena complexa são ativados simultaneamente ou sucessivamente – e não na locação concebida da cena tampouco em seus componentes no fluxo do tempo objetivo” (p. 145). Noutras palavras, o esquema imagético relativo à classe semântica *verbo* se distingue do esquema imagético relativo à classe semântica *nome* pela participação do tempo pertinente aos eventos expressos por verbos ou nomes, que caracteriza o primeiro Esquema Imagético (EI) como dinâmico (sucessivo) e o segundo, como estático (simultâneo).

Langacker (2008) esclarece que “Não seria realista, por exemplo, ver o escaneamento dinâmico como uma série de experiências discretas com cada ‘estado’ componente (...)”<sup>6</sup> (p. 573) ou “(...) assumir que o escaneamento dinâmico e o estático se excluem mutuamente, de modo que somente um possa

---

<sup>6</sup> “It would not be realistic, for example, to view sequential scanning as consisting in a series of discrete experiences with each component ‘state’ (...)”

ocorrer durante um dado intervalo do tempo de processamento”<sup>7</sup> (p. 574). Portanto, “Não é implausível supor que a sequencialidade e a compressão coexistam em concepções de evento como dois aspectos ou níveis da atividade de processamento, com a saliência de um ou de outro dependendo da tarefa de nível mais alto”<sup>8</sup> (p. 574). Com a tese de que o “Escaneamento dinâmico corresponde a não mais que a simulação mental da sequencialidade inerente à experiência de eventos em tempo real”<sup>9</sup> (p. 582), o autor ratifica a motivação experiencial da distinção que propôs 21 anos antes. Assim, Langacker (2008) enfatiza a realidade psicológica da distinção, em expediente análogo ao de Goldberg (1995) na definição de “princípios psicológicos gerais de organização da linguagem”, o que justifica o lugar central das proposições de ambos os autores neste trabalho.

Concebida como uma relação entre modos de escaneamento a relação V-N para o fim de caracterizar a nominalização de verbos como um processo semântico de conversão de um modo em outro, retomemos a concepção do processo como diretamente relacionado à polissemia do verbo-base. Tomemos, então, o verbo *contar* em Ferreira (2004) como exemplo:

**contar**

[Do lat. *computare*, por via popular.]

**Verbo transitivo direto.**

1. Verificar o número, a quantidade de; computar.
2. Fazer entrar como parcela numa conta; levar em conta.
3. Ter, possuir.
4. Marcar, registrar.
5. Narrar, referir, relatar.
6. Ter esperanças de; esperar.
7. Propor-se a; tencionar.
8. Incluir num grupo, numa conta, num total; levar em conta; considerar.

**Verbo transitivo circunstancial.**

9. Ter de existência ou idade.

**Verbo transitivo direto e indireto.**

10. Incluir num grupo, numa conta, num total; considerar.

<sup>7</sup> “It would likewise not be realistic to assume that sequential and summary scanning are mutually exclusive, so that only can occur during a given span of processing time.”

<sup>8</sup> “It is not implausible to suppose that sequentiality and summation coexist in event conceptions as two aspects or levels of processing activity, their relative salience depending on the higher-level task.”

<sup>9</sup> “Sequential scanning amounts to nothing more than mental simulation of the sequentiality inherent in real-time event experience.”

11. Narrar, referir-se, relatar.  
Verbo transitivo indireto.
12. Fazer narração de fato ou acontecimento.
13. Ter esperança, confiança em; esperar, confiar.
14. Dispor de.
15. Ter idéia; supor; imaginar.  
Verbo transobjetivo.
16. Levar à conta de; considerar.  
Verbo intransitivo.
17. Fazer contas; calcular.
18. Ter peso, importância; ser ponderável; pesar.
19. Mat. Estabelecer uma correspondência biunívoca entre o subconjunto dos naturais 1, 2, ...,  $n$  e (os elementos de um conjunto).

*Contar* é nitidamente um verbo polissêmico. Como tal, cada um de seus significados está disponível para ser nominalizado. O significado 1 é nominalizado no substantivo deverbal *contagem*, como sabe qualquer falante nativo do português. Todavia, alguns profissionais de uma área de Letras costumam referir-se a seu ofício como “contação de histórias”. E não poderia mesmo ser “contagem de histórias”! Ou estariam falando de “verificar o número de” histórias (significado 1 – nominalizado em -agem), e não de “narrar” histórias, como pretendem (significado 4 – nominalizado em -ção). A partir do verbo *contar*, forma-se uma família de construções composta por *contar* → **contagem**, *contar* → **contação**, *contar* → **conta**. E o olhar projetivo nos prepara para a possibilidade de *contar* → *contamento* ou, quem sabe?, *contar* → *contância*.

Esse exemplo nos permite visualizar que a concepção de nominalização que estamos propondo se relaciona diretamente com a pressuposição de polissemia do verbo-base como condição necessária, e não suficiente, para que cada significado do verbo-base seja passível de nominalizar-se em um substantivo deverbal específico. No entanto, não podemos esquecer que os substantivos deverbais, como itens lexicais que são, também são suscetíveis à deriva semântica, ou seja, também estão sujeitos à polissemia. Portanto, temos de levar em conta a polissemia em duas instâncias: a do verbo-base e a do próprio substantivo deverbal.

Estabelecido como central o lugar da polissemia neste capítulo, há que considerar a relação semântica entre os sufixos que figuram na contraparte

morfológica da nominalização e os significados sobre os quais incidem – usando o exemplo acima, se *-ção* e *-agem* têm alguma compatibilidade com os significados de *contar* sobre os quais incidem, ou se a relação entre tais sufixos e os significados do verbo-base é acidental. Neste capítulo, tal consideração começa pelo propósito de conciliar a distinção entre interpretação verbal e interpretação nominal dos substantivos deverbais com o tratamento que Langacker (1987, 1991, 2008) propõe para nomes e verbos, de modo a demonstrarmos a adequação descritiva que se obtém de supor compatibilidade entre os sufixos e os significados que nominalizam.

Para tanto, entendemos que a interpretação verbal é o **significado prototípico** e que a interpretação nominal corresponde a um dos **significados periféricos** das nominalizações. Isso porque a interpretação verbal é a que remete mais ao significado linguístico, enquanto a interpretação nominal é a que remete mais ao significado enciclopédico.

## Duas análises possíveis

Tendo proposto a distinção entre o modo de processamento de eventos expressos por verbos e o modo de processamento de eventos expressos por substantivos deverbais, Langacker (1987) descreve os significados destes a partir da oposição substantivos contáveis/nomes de massa. Estabelece uma relação semântica entre ser um substantivo contável e significar “um único episódio do processo indicado pelo verbo-base” (p. 207-8) e entre ser um nome de massa e significar o que “não é nem contínuo nem delimitado no tempo, sendo instanciado sempre que ocorre um caso do processo da base” (p. 207-8). Nominalizações como *discussão*, *reclamação* e *lançamento* seriam exemplos de substantivos contáveis, que, como tais, significam episódios – definidos como regiões cognitivas com limite inicial e final –, enquanto nominalizações como *destruição*, *procrastinação* e *esperança* seriam exemplos de nomes de massa, que, como tais, significam regiões não passíveis de delimitação. Tal oposição prevê que “Algumas nominalizações podem, é claro, funcionar em ambas as classes” (p. 207).

O ponto fundamental aqui é que a oposição episódio/região não-delimitada como versão cognitiva da oposição substantivos contáveis/ nomes de massa pode ser considerada como uma subespecificação da interpretação verbal. A partir da proposta de Langacker (1987), identificamos duas análises

possíveis para a distribuição semântica entre os substantivos deverbais em -ção e -mento:

### **-ção e -mento como sufixos não-especializados**

A primeira análise possível coincide com a conclusão de Basilio (1987: 22-23) sobre o par *recepção/recebimento*:

*Vejamos, por exemplo, o caso de recebimento / recepção. Temos duas formas nominalizadas do verbo receber, sendo que uma é de formação mais antiga – provavelmente latina –, como se pode observar pela alteração do radical (...), e a outra formada de acordo com padrões gerais vigentes em português. Estas duas formas exemplificam a questão do uso. Ou seja, teoricamente poderíamos ter apenas uma forma nominalizada para o verbo receber; ou qualquer uma das formas poderia apresentar qualquer um dos significados gerais possíveis com este verbo. No entanto, verificamos que certos significados são expressos com uma das formas, outros com a outra. Assim, por exemplo, o sentido de receber como “ter convidados” pode ser nominalizado pela forma recepção, que passa a indicar o evento: podemos falar numa recepção com muitos convidados. Neste contexto, naturalmente, não caberia recebimento. Já recebimento vai ser utilizado em larga escala como nominalização de receber em referência a dinheiro e mercadoria em geral, caso em que recepção, por sua vez, não cabe. Esse é um exemplo típico de diferença de uso, pois a diferença de significado não pode ser atribuída ao sufixo nominalizador. Isso é fácil de verificar pela existência de formas como casamento, onde, com o sufixo –mento, há o sentido de “evento social”, que havíamos encontrado em recepção; e como reposição, onde, com o sufixo –ção, podemos ter o significado referente a dinheiro ou mercadorias em geral.*

Diante do fato de que tanto *recepção* quanto *casamento* indicam eventos sociais e de que tanto *recebimento* quanto *reposição* indicam relação com dinheiro, a autora conclui que -ção e -mento não são semanticamente especializados.

### **-ção e -mento como sufixos especializados**

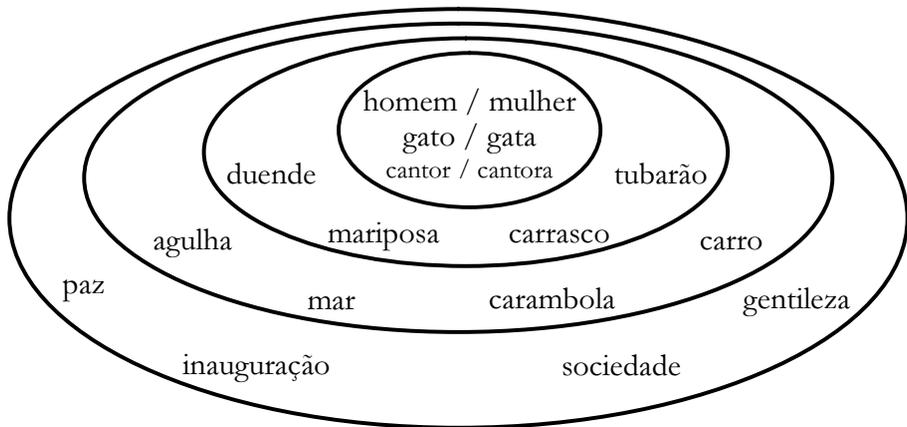
A segunda análise possível permite acolher duas oposições semânticas (a de aspecto e a de gênero) como pontos de partida para a descrição de duas propriedades semânticas dos substantivos deverbais em -ção e -mento caracterizadas pela oposição marcado/não-marcado. Passemos a discriminar as oposições e as propriedades:

## A oposição de aspecto

Oiticica (1926) descreve a relação diacrônica entre -ção e o *perfectum* e entre -mento e o *infectum*. Tal relação abre espaço para a primeira aplicação da análise que pressupõe especialidade semântica nos sufixos. Nessa aplicação, a noção *perfectum* pode ser entendida como correspondente, em termos cognitivos, à expressão do todo, enquanto a noção *infectum* à expressão de parte. “Assim, por exemplo, o significado ‘coletivo’ em formas nominalizadas, tais como *administração*, *direção*, etc., constitui uma extensão generalizada (...)” (BASILIO, 1980: 74-75), e esse pendor de -ção para a expressão do coletivo passa a ser descrito como evidência de sua afinidade com a expressão do todo, e não da parte. Antes de considerar o significado coletivo como causa da listagem das nominalizações, estamos considerando-o em distinção ao significado não-coletivo. E, como nem sempre existem um substantivo em -ção e outro em -mento, estamos supondo que a afinidade entre -ção e a expressão do todo seja inerente, e não relacional, ou seja, como propriedade que faz do sufixo marcado, haja ou não a relação com outro. Quando a relação com outro sufixo se dá, este atua como não-marcado, como nos parece ser o caso do referido par *recepção* / *recebimento*, em que – suspensa pela listagem de *recepção* com a interpretação nominal “lugar onde se recebe” e considerada estritamente a interpretação verbal compartilhada por ambos como “ato de receber” – o ato de receber em -ção pode conter o ato de receber em -mento – ex.: o recebimento do dinheiro pode se dar durante a recepção dos amigos, em que o recebimento está “dentro” da recepção – mas não o oposto.

## A oposição de gênero

Diferentemente de substantivos que se opõem quanto ao gênero pela vogal temática, como *menino* / *menina* e *jarro* / *jarra*, os substantivos deverbais em -ção e -mento se opõem quanto ao gênero exatamente pelos sufixos -ção e -mento, como *a recepção* / *o recebimento*, *a internação* / *o internamento*, *a diversão* / *o divertimento*. Tal oposição é representada por Nascimento (2006: 97) como parte do tratamento do gênero em português:



A perspectiva da oposição de gênero como especialidade semântica dos sufixos implica situar os sufixos na interface morfologia/semântica que este trabalho visa, uma vez que o gênero se situa na esfera da flexão e a nominalização na da derivação. O respaldo teórico está na concepção de continuidade flexão  $\Leftrightarrow$  derivação, na mesma perspectiva da continuidade semântica  $\Leftrightarrow$  pragmática, léxico  $\Leftrightarrow$  gramática e todas as demais continuidades com que a Linguística Cognitiva substitui, pelo compromisso com o modelo conexionista, as dicotomias instituídas na história da Linguística.

Estamos, assim, tomando a oposição de gênero entre -ção e -mento como mais uma instrução para diferentes significados, ou seja, como mais uma evidência de que os sufixos são semanticamente especializados. Em outras palavras, a descrição dos sufixos -ção e -mento pressupondo o contínuo flexão  $\Leftrightarrow$  derivação permite situá-los no polo flexional como opostos de gênero e no polo derivacional como a face morfológica da conversão de escaneamento dinâmico em escaneamento estático.

Nesses termos, a oposição de gênero é o que nos parece permitir a descrição dos substantivos que Basilio (1987) trata como indicativos de habitualidade/pejoratividade nos substantivos em -ção: *bater*  $\rightarrow$  *bateção*, *encher*  $\rightarrow$  *encheção*, *pegar*  $\rightarrow$  *pegação*, *sacar*  $\rightarrow$  *sacação*. A referência da autora à habitualidade/pejoratividade indica a habitualidade como causa da pejoratividade. E a habitualidade pode ser considerada como relativa ao aspecto iterativo de verbos como *repetir*, *pular*, *saltar*... ou de construções gramaticais como *ficar* + *gerúndio* (em que o verbo no gerúndio pode já ter o aspecto iterativo); ao aspecto incoativo de verbos como *entardecer*, *envelhecer*, *anoitecer*...; ou à conceptualização dos fenômenos

naturais como o bater do coração ou das ondas do mar, o pulsar das veias, o nascer do sol...

Nenhuma dessas formas de habitualidade nos parece capaz de causar pejoratividade, exatamente porque são habitualidades que atendem à expectativa criada pelos MCIs relativos a cada fenômeno. A habitualidade que nos parece causar pejoratividade é a que consiste em quebra de expectativa, é valorada como excessiva e aí gera a pejoratividade como característica semântica de alguns substantivos em -ção. A especialização semântica agora se dá no terreno da expressão de subjetividade, em que -ção funciona como instrução para a habitualidade/pejoratividade enquanto -mento funciona como instrução para a neutralidade correspondente ao atendimento da expectativa.

Trata-se, portanto, de expressão morfológica da subjetividade, como ensina Basilio (1987: 86):

*A pejoratividade é provavelmente a expressão mais comum de atitude subjetiva sobre a caracterização de um ser.*

*Em geral, podemos nos manifestar acerca de alguma coisa de uma maneira neutra, positiva ou pejorativa. As expressões positiva e pejorativa são expressões de atitude subjetiva; embora as expressões positivas contem com algumas marcas morfológicas, é muito mais significativa a marca morfológica de pejoratividade.*

Com isso, acreditamos poder dizer que:

- *batimento* exprime o bater esperado, como o do coração, enquanto *bateção* exprime o bater não esperado, como o bater excessivo de um martelo numa obra ou o bater de cabeças, num *frame* de desordem;
- *enchimento* exprime o encher esperado, como de uma caixa d'água por água ou de uma parte do corpo por alguma substância socioculturalmente convencional, enquanto *encheção* exprime o encher não esperado, como o do saco ou da paciência, num *frame* de irritação.

Revisitados à luz desse raciocínio, tais substantivos (i) saem da condição marginal em relação aos demais substantivos em -ção, (ii) deixam de ser descritos apenas no que tange a sua alocação no registro coloquial, por sua vez concebida como acidente do desempenho ou capricho do estilo, e (iii) passam a integrar o quadro de substantivos deverbais em -ção, que, a despeito de se relacionarem com outro substantivo verbal, podem ser marcados quanto ao aspecto ou

quanto ao gênero. Só que, quando se relacionam com outro substantivo deverbal, regressivo (V[regl]<sub>N</sub>) ou sufixal (V[suf]<sub>N</sub>), a distribuição semântica entre eles preserva o *status* do sufixo -ção como “marca morfológica de pejoratividade”:

(V[regl] <sub>N</sub> )	V	(V[suf] <sub>N1</sub> )	(V[suf] <sub>N2</sub> )
BATIDA	BATER	<b>BATIMENTO</b>	<b>BATEÇÃO</b>
-	ENCHER	<b>ENCHIMENTO</b>	<b>ENCHEÇÃO</b>

## A alternância da listagem

A segunda análise que se apresenta como possível na linha de raciocínio desenvolvida neste capítulo permite também acolher os substantivos deverbais cuja interpretação nominal é listada, como *recepção*, *casamento*, *apartamento*, *ligamento* e outros. Diante do fato de muitos desses substantivos em -ção ou -mento se relacionarem com outros em -mento ou -ção, a listagem ganha *status* de fator distintivo. Se a construção listada for em -ção, não será em -mento. Se for em -mento, não será em -ção. E a construção listada, em -mento ou em -ção, poderá apresentar interpretação verbal além da interpretação nominal, como se vê nos dados abaixo:

V	N[suf]1 (não listado)	N[suf]2 (listado)
APARTAR	<p><b>APARTAÇÃO</b> (interpretação verbal / episódio = ato de apartar)</p> <p><b>APARTAMENTO</b> (interpretação verbal / região não-delimitada = ato de apartar)</p>	<p><b>APARTAMENTO</b> (interpretação nominal = tipo de residência)</p>
LIGAR	<p><b>LIGAÇÃO</b> (interpretação verbal / episódio = ato de ligar)</p>	<p><b>LIGAÇÃO</b> (interpretação nominal = telefonema)</p> <p><b>LIGAMENTO</b> (interpretação nominal = nome de articulação humana)</p>

V	N[suf]1 (não listado)	N[suf]2 (listado)
RECEBER	<p><b>RECEPÇÃO</b> (interpretação verbal / episódio = ato de receber)</p> <p><b>RECEBIMENTO</b> (interpretação verbal / região não-delimitada = ato de receber)</p>	<p><b>RECEPÇÃO</b> (interpretação nominal = nome de um lugar em prédio urbano)</p>
ENCHER	<p><b>ENCHEÇÃO</b> (interpretação verbal pejorativa)</p> <p><b>ENCHIMENTO</b> (interpretação verbal neutra)</p>	<p><b>ENCHIMENTO</b> (interpretação nominal = substância de uso cirúrgico)</p>
ARMAR	<p><b>ARMAÇÃO</b> (interpretação verbal / episódio = ato de armar)</p>	<p><b>ARMAÇÃO</b> (interpretação nominal = tocaia, vendeta, cilada)</p> <p><b>ARMAMENTO</b> (interpretação nominal = conjunto de armas)</p>

Ressalte-se que esta terceira aplicação da segunda análise possível é compatível com a primeira. Por exemplo:

- se, na primeira aplicação, a interpretação verbal de *recepção* se distingue da interpretação verbal de *recebimento*, e os sufixos apontam para essa distinção, agora a mesma interpretação verbal de *recepção* se opõe à interpretação nominal listada de *recepção* sem perder-se de vista a relação com *recebimento*;
- se, na primeira aplicação, a interpretação verbal de *encheção* se distingue da interpretação verbal de *enchimento*, e os sufixos apontam para essa distinção, agora a mesma interpretação verbal de *enchimento* se opõe à interpretação nominal listada de *enchimento* sem perder-se de vista a relação com *encheção*.

O ponto em comum entre esta e a primeira aplicação da segunda análise possível confirma a adequação da análise.

Nesta perspectiva, vejamos-se os seguintes exemplos:

- (1a) *A apartação do gado é uma tarefa quotidiana no campo.*  
(1b) *O apartamento do gado é uma tarefa quotidiana no campo.*  
(1c) *O apartamento que eu comprei é lindo.*
- (2a) *Sua ligação com o crime ficou provada.*  
(2b) *Sua ligação é muito importante para nós.*  
(2c) *O ligamento do joelho direito se rompeu durante a corrida.*

Mantendo a análise que pressupõe especialização semântica em -ção e -mento, diríamos que:

- em (1a), *apartação* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, assim como, em (1b), *apartamento* tem interpretação verbal, subespecificada como episódio, mas o significado de *apartamento* em (1b) se relaciona, pelo fator distintivo listagem e por relação de polissemia, com o significado de *apartamento* em (1c), onde tem a interpretação nominal listada NOME DE TIPO DE HABITAÇÃO HUMANA;
- em (2a), *ligação* tem interpretação nominal, como TIPO DE RELAÇÃO SOCIAL, enquanto, em (2b), *ligação* tem interpretação nominal listada, como NOME DE UM TIPO DE COMUNICAÇÃO, e o significado de *ligação* em (2b) se relaciona com o significado de *ligação* em (2c), como NOME DE UM TIPO DE ARTICULAÇÃO FÍSICA DO CORPO HUMANO, por serem ambos nominais e listados.

## Palavras finais

Por que um único verbo dá origem a mais de um substantivo no português brasileiro? A partir dessa pergunta, fomos aos estudos descritivos sobre a nominalização de verbos e iniciamos um percurso que nos levou a propor a concepção de nominalização como um processo de natureza semântica, em que a mudança de classe é a contraparte morfológica.

A literatura sobre os substantivos deverbiais revelou duas análises possíveis: uma em que os sufixos -ção e -mento são considerados não-especializados e outra em que são considerados especializados semanticamente. Entretanto,

a análise dos dados revelou mais adequada a segunda análise possível. A partir dela, identificamos três propriedades semânticas: a oposição de aspecto na origem dos sufixos, a oposição de gênero e a alternância da listagem. Tudo indica que tais propriedades respondem pela distribuição semântica das construções gramaticais em -ção e -mento e apontam para a primazia do conhecimento de mundo na formação do significado e para a expressão da subjetividade por meio da morfologia.

---

**Parte V**  
**Para além das palavras**



## Capítulo 10

### A HIPÓTESE DE CORPORIFICAÇÃO DA CATEGORIZAÇÃO E DO LÉXICO

*Maria Lucia Leitão de Almeida*

*Rosângela Gomes Ferreira*

*Diogo Oliveira R. Pinheiro*

*Neide Higino da Silva*

*Matheus Odorizzi Marques*

O falante do Português se depara, no dia a dia, com expressivos e numerosos usos de formações lexicais constituídas a partir de nomeações de partes do corpo, sobretudo, ‘cabeça’, ‘mão’ e ‘pé’, que vão desde lexias compostas, como ‘pé-de-moleque’, ‘mão fechada’ e ‘pé-de-boi’, a ditados populares, como ‘cada cabeça, uma sentença’, e exteriorizações de julgamento por expressões clichêizadas, como ‘meteu os pés pelas mãos’.

Este capítulo se debruça mais detidamente sobre lexias compostas nas quais as palavras ‘cabeça’, ‘mão’ e ‘pé’ compõem como núcleos lexicais. Compreender os processos que subjazem a essas formações, buscando identificar como as palavras podem ter tantos e variados usos e exprimir sentidos tão diferentes em cada um deles, é o objetivo desse capítulo.

Assim é que o presente trabalho se inscreve nos estudos que compõem a Semântica Lexical pós-estruturalista, alinhado com os de Sweetser (1990) e Coulson (2001), por exemplo, que assumem dois principais aspectos também aqui endossados: a não negação da composicionalidade, por um lado, e a

constatação, por outro, de que tal composicionalidade é mais do que a soma objetiva de traços de significados presentes nos elementos das lexias.

Ao fazer isso, procuramos corroborar pelo menos duas teses caras à Linguística Cognitiva. A primeira, a rigor, o *insight* fundador da semântica de *frames* de inspiração fillmoreana, é a ideia de que não é possível distinguir significado linguístico de significado enciclopédico, razão pela qual a descrição do significado de uma palavra passa pela investigação dos *frames* subjacentes a ela.

A segunda é a hipótese de corporificação (*embodiment*) da linguagem, que prevê que os significados são caracterizados em termos de nossas capacidades biológicas coletivas e de nossas experiências como seres humanos que atuam em determinados ambientes.

Como as palavras escolhidas estão ligadas a tais experiências, tomamo-las como ponto de partida.

As hipóteses que norteiam a análise são as seguintes:

- i. há de haver um número expressivo de palavras para exprimir significados potenciais ligados às partes do corpo;
- ii. toda e qualquer expressão formada a partir desses itens lexicais manterá um dos sentidos básicos da parte do corpo presente na formação; e
- iii. o processo de construção do sentido nas lexias compostas deverá recrutar os seguintes mecanismos cognitivos: metáfora, metonímia, mesclagem ou analogia lexical.

A primeira hipótese apoia-se em dois pressupostos:

- a) se as experiências formatam nossa cognição, e, em decorrência, o corpo é instância básica de vivência e experimentação, então há de haver conjunto significativo de itens linguísticos que partem das noções relacionadas às partes do corpo para estabelecer novas categorizações;
- b) se as partes do corpo são básicas para a atividade de categorização e, logo, de nomeação, as palavras formadas a partir delas comporão número relevante de expressões linguísticas na linguagem do dia a dia.

A primeira hipótese, de escopo mais amplo, diz respeito à filiação da Linguística Cognitiva ao chamado Realismo Experiencial.

A segunda, mais restrita, supõe a noção de polissemia e de motivação para as extensões do significado: os significados se estendem, por meio de processos cognitivos, mas mantêm resquícios, mais ou menos abstratos, das noções do item básico, devido às molduras<sup>1</sup> (*frames*) associadas às palavras.

A terceira hipótese, finalmente, se fundamenta no pressuposto cognitivista, comentado no primeiro capítulo deste volume, de que mecanismos cognitivos gerais repercutem nos fenômenos gramaticais.

Para alcançar o objetivo especificado, o capítulo organiza-se da seguinte maneira: na primeira seção, serão discutidos aspectos relevantes ligados ao léxico e, a seguir, discutidos aspectos a que as partes do corpo se inserem. Depois, serão apresentados testes preliminares efetuados para a verificação de frequência de uso das palavras com base nas partes do corpo face a outras, que também compõem universos de experiências ordinárias ligadas à cultura. Na quarta seção, são apresentadas análises das diversas lexias e a seguir, na quinta, testes com falantes para retificar/ratificar as evidências e generalizações capturadas pela análise. Finalmente, a última seção apresentará as conclusões autorizadas pelas análises anteriores.

Cabe ainda esclarecer que, algumas vezes, representações gráficas para ilustração de projeções metafóricas e metonímicas, bem como de rede polissêmica, são feitas apenas para uma lexia. Tal deve-se, por um lado, à exiguidade de espaço para o capítulo; por outro, ao fato de que os processos para as outras lexias são similares, ressalvadas as especificidades. Entretanto, entendemos que explicitados para uma, a sua adaptação para as outras se torna evidente.

## **Os estudos lexicais: noções fundamentais**

Se os estudos semânticos de palavras e expressões tradicionalmente se voltam para características ou traços definitórios dos significados relacionados a itens linguísticos e se tais aspectos são invariavelmente associados às palavras, reconhecíveis igualmente por todos os falantes, a Linguística Cognitiva (LC) não entende da mesma forma.

---

<sup>1</sup> Por *frame*, estamos assumindo o conceito de Lakoff & Fillmore que o consideram como estrutura mais ou menos invariante em associação estável com os itens lexicais e que permitem conceptualização de fronteiras variáveis presumivelmente em termos do melhor comportamento entre a realidade percebida e aspectos do *frame*. Tal presunção portanto prevê noção dinâmica de conceptualização.

Para a LC, a atividade de nomeação envolve, como dito na introdução do capítulo, atividade de categorização, que, por sua vez, se baseia ou em experiências sensorio-motoras ou nas de cultura.

As palavras em questão podem se ligar a esses dois aspectos: cabeça, parte superior do corpo ('cabeça erguida') e a mais "nobre" ('ele é o cabeça do grupo'); mão, extensão corporal que experimenta sensações ('tirar a temperatura da criança com a mão') e que é capaz de segurar/apoiar/ transportar objetos ('entregar em mãos'), mas que também simboliza união ('dar as mãos'); pé, o suporte do corpo ('ficar de pé'), mas também a parte mais desvalorizada ('ele é um pé de boi').

A dupla face dessas palavras é o motivo principal da análise. Embora tenhamos os usos mais culturais, acreditamos que mesmo esses se alimentam dos esquemas imagéticos primariamente instanciados por tais itens.

Um outro aspecto que envolve análises lexicais é a verificação do tipo de uso que se está fazendo da palavra, se mais ou menos literal.

Para diversas teorias semânticas, esses aspectos permitem que se considerem usos "denotativos" que se opoiam a outros "conotativos", em que sentidos figurados seriam atribuídos às palavras, sem nenhuma previsibilidade.

Fillmore (1982) entendeu que os significados das palavras estão relacionados ao pano de fundo contra os quais elas seriam entendidas (*frames*), pano de fundo esse ativado pela embalagem com as quais são revestidas: 'vendedor' e 'comprador' (e não "o moço" e "o velho", por exemplo que ativariam outro *frame* – o de idade) vinculam-se a uma cena comercial, que inclui necessariamente bens e moeda de troca. Assim, 'cabeça', 'pé' e 'mão' estão irremediavelmente contrastadas pelo corpo, que, por sua vez, pode instanciar diversos domínios, ou instâncias de experiências.

Langacker (1987:148) denomina domínios básicos aqueles enraizados na experiência humana fundamental e abstratos, aos que nela não se baseiam diretamente.

São domínios básicos TEMPO, ESPAÇO, FORÇAS, ao lado de outros com base na percepção (CORES, CHEIROS, TATO, etc.) e em sensações corporais (DOR, PRAZER etc). Compõe, ainda, o domínio básico o chamado "Esquema de Imagens" (EI): constructo teórico que engloba simbolizações imaginárias armazenadas de forma esquemática na mente, a partir de experiências.

Clausner & Croft (1999:15) desenvolveram um inventário dos esquemas imagéticos relacionados aos domínios, dos quais são exemplos:

Espaço: alto/baixo; frente/costas; longe/perto; centro/periferia

Contêiner: estar contido, fora-dentro, cheio-vazio.

Esses esquemas, que integram a cognição do ser humano, já que são básicos, impõem a conceptualização da experiência. Um exemplo disso é a forma como percebemos e expressamos o fato de passarmos numa praia ampla e sem limites aparentes. Dizemos: “Estou **na** praia”. Concebemos, pois, a praia como um contêiner e nós, como o elemento contido.

Outro constructo fundamental à semântica cognitiva é o de modelo cognitivo idealizado (MCI), formulado por Lakoff (1987), que diz respeito ao fato de os conceitos lexicais, em grande parte das vezes, não se adequarem direta e exatamente à realidade, mas sim a um mundo idealizado culturalmente, de cujas crenças partilham os membros da comunidade.

Para ilustrar, novamente um exemplo clássico: o de ‘solteirão’, analisado pelos autores. ‘Solteirão’ não é simplesmente o homem adulto, não casado, como informa o dicionário, pois o conceito está circunscrito por um conjunto de limitações de aplicação que não faculta sua utilização para o Papa, por exemplo, ou para um sultão em cujo harém, podendo ser composto por mais de 20 mulheres, só se encontram cinco ou seis.

As noções de domínio, esquemas imagéticos e MCIs serão utilizadas para a análise, para que possam ser compreendidos os processos envolvidos nas extensões de cada palavra em seus respectivos usos, e as estruturas cognitivas que estão superimpostas para a conceptualização do item em suas diferentes utilizações.

A seguir, verificaremos como se dão as extensões polissêmicas por meio das operações de conceptualização: se por processos metafóricos ou metonímicos.

## **Os domínios de ‘cabeça’, ‘mão’ e ‘pé’**

Como mostram Croft & Cruse (2004: 24-26), os domínios relativos a conceitos podem ser bastante complexos e estruturados. Não é diferente para os das palavras elencadas.

A ‘cabeça’ está diretamente relacionada à parte do corpo humano onde exerce função central, já que compreendida como a parte que contém o cérebro, sede do pensamento e espaço do processamento perceptual e motor. Desse modo, liga-se ao domínio matriz ser humano, com os aspectos que o compõem: determinação, vontade, certezas, e incertezas, ativando o domínio força.

O domínio do cérebro pressupõe materialidade e dupla relação de contido na caixa craniana e “conter” funções de processamento. O pensamento, por sua vez, remete ao domínio básico de Espaço e conseqüentemente, Tempo, pelo seu aspecto de desdobramento, de evolução e mudança. Se essa dimensão do domínio se liga ao Tempo, liga-se também a Força, já que agente causador. Assim é que o diagrama 1 representa esquematicamente os domínios que estruturam o conceito de cabeça.

Cabeça- EI associado- alto/baixo



**Diagrama 1**

Como divisão do corpo que contém o cérebro, constatamos que a ‘cabeça’ carrega o órgão responsável por todas as funções psico-motoras e cognitivas do corpo humano. Além disso, comporta os órgãos da visão, do olfato, da audição e do paladar, órgãos que contribuem fundamentalmente para a maneira como percebemos e sentimos o mundo e como entendemos as noções, por exemplo, de claro e escuro, colorido, feio, bonito, som alto, som baixo, cheiroso, saboroso, amargo, entre outras.

‘Mão’, por sua vez, é um órgão visível e é a principal representante de um dos sentidos, o tato. Dessa forma, entendemos que, através da mão, podemos interpretar e conhecer objetos e até mesmo a qualidade desses, como, por exemplo, a aspereza. Poderíamos então afirmar que as mãos também são meios pelos quais o homem percebe o mundo que o cerca. Ao lado disso, as mãos são o meio pelo qual se constroem objetos, com que cumprimentamos e expressamos afeto, ou como seguramos.

Essas funções de ‘mão’ estão expressas no diagrama 2, que busca explicitar as relações diversas dentro dos domínios básicos.

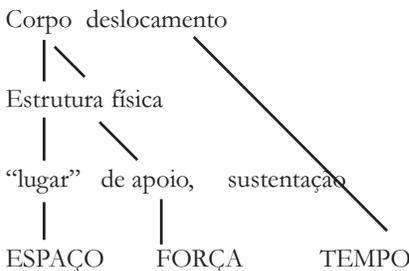
Mão - EIs associados: fora /dentro; ligação



**Diagrama 2**

Para entendermos a importância de ‘pé’, visualizemos a estrutura física humana: ser ereto, que possui membros superiores, cujas extremidades finais são as mãos, e membros inferiores, cujas extremidades finais são os pés. O homem movimentar-se no espaço físico tendo como apoio os próprios pés e, eventualmente, utiliza-os como meio para determinados usos. Então, os pés são a sustentação do corpo, são os responsáveis pela locomoção e, como encontrado na primeira entrada do dicionário, é a extremidade do membro inferior humano. Mas, também, nos serve para deslocarmos coisas de lugar, e, nesse sentido, é elemento capaz de instituir força sobre objetos. O diagrama 3 explicita a construção de seus domínios.

Pé- EI alto/baixo



**Diagrama 3**

Como pode então ser observado, os domínios das três palavras são complexamente estruturados e se sustentam nos domínios básicos, que possibilitam suas extensões.

## **Testes preliminares: separando o joio do trigo**

O léxico da linguagem do dia a dia reflete os domínios de experiência em que as pessoas transitam comumente, e essas experiências não são restritas ao corpo. São também culturais: estudar, passear, trabalhar, viajar.

Como a recolha dos dados referentes às partes do corpo trouxe números absolutos surpreendentes, foram analisadas qualitativamente outras palavras existentes no léxico diário, para dirimir a dúvida de a produtividade das palavras sob exame ser ligada à cotidianidade dos termos.

É lícito supor que os domínios i) da alimentação, ii) do transporte, iii) do mobiliário doméstico e iv) do lazer controlado pela mídia eletrônica e de alcance universal proporcionem palavras que a grande parte das pessoas em dada comunidade usa. Se uso e polissemia são fatores intrinsecamente relacionados, e essa é uma das vertentes possíveis da hipótese (B), então é contra-argumento à suposição da experiência corporal como motivação da produtividade de palavras relacionadas ao corpo humano a alegação de que nada mais corriqueiro que ‘cabeça’, ‘pé’ e ‘mão’.

Assim é que, dos quatro domínios elencados, isolamos palavras cujos referentes são comuns aos brasileiros, principalmente, os de meios urbanos. Então, para alimentação, selecionamos ‘arroz’ e ‘feijão’; para transporte, ‘carro’ e ‘ônibus’; para mobiliário, ‘cadeira’ e ‘mesa’ e, para lazer, ‘filme’ e ‘novela’.

A pesquisa foi realizada da seguinte forma: usando a ferramenta eletrônica “Google”, levantamos as 50 primeiras ocorrências listadas. Verificamos o sentido de cada uma delas nas frases e contabilizamos as sentenças cuja acepção era a mais básica e outras cujo sentido era estendido. O resultado dessa pequena amostra indica que, para todos os itens analisados, a extensão de sentido se dava em menos de 10% dos casos, incluídas expressões cristalizadas como “feijão com arroz” (aspecto cotidiano, corriqueiro), “arroz de festa” (aquele em que está presente em todas as situações), “cadeira cativa” (lugar, concreto ou abstrato, de determinada pessoa), “chá de cadeira” (espera muito longa), “já vi este filme” (alusão à situação em que se pode prever o final), “isso já virou novela” (história cujo final já se sabe), “carro-chefe” (melhor produto, produto mais vendido de uma empresa).

Em ‘carro’, ‘ônibus’ e ‘filme’, praticamente 100% dos casos apresentaram-se em sua acepção primária, ou seja, mais básica, aquela encontrada na maioria das vezes na definição 1 dos dicionários, como: “veículo que se locomove sobre rodas, para transporte de passageiros ou de cargas”, “veículo grande, automóvel, usado para o transporte coletivo (urbano, interurbano, intermunicipal, interestadual etc.) de passageiros, com rota prefixada” e “obra cinematográfica registrada em filme”, respectivamente.

É importante ressaltar que ‘filme’, na rubrica cinema, ou seja, no campo de lazer, já é uma extensão de sentido, formada por metonímia, pois, originalmente, filme é “película de acetato de celulose (primitivamente de nitrato de celulose) revestida por uma emulsão sensível à luz e destinada a registrar imagens fotográficas” (HOUAISS, 2001) e, em função do material que se usa para gravação das imagens de um filme, nomeou-se o resultado da filmagem.

Já para ‘novela’, que pertence ao mesmo campo semântico, de lazer, encontramos um exemplo de extensão de sentido, em que a semântica ativada é “história”, “vida”, como se pode perceber na frase “Participe da NetNovela! Envie o seu perfil, sua história e sua experiência. Quem sabe ela não pode virar um grande personagem...”.

Para ‘arroz’, encontramos o uso metafórico quando precedido de determinante, como na frase “Ih, chegou o arroz da turma”, em que arroz representa “pessoa inconveniente, que fica em torno de alguém”.

‘Feijão’ foi encontrado, em extensão metonímica, como comida caseira e ‘mesa’, como espaço de negociação, que não necessariamente é “na mesa”, ou denominação de conjunto de pessoas em função executiva, como em ‘mesa diretora’. ‘Cadeira’, assim como ‘mesa’, expressa, metonimicamente, lugar mais ou menos concreto, como ‘cadeira do Senado’, ‘cadeira da Academia’. Há ainda outro uso metonímico de ‘cadeira’ como quadril, preferencialmente feminino.

Em face desses resultados, verificamos que, mesmo que haja extensão de sentido nas palavras que envolvem o léxico cotidiano, o que se tem, de fato, é a ocorrência mais ampla desses itens em seu sentido básico e usos polissêmicos esporádicos.

A conclusão que daí deriva é que a presença constante na realidade que circunda o falante não é suficiente para explicar a quantidade e a multiplicidade de usos, o que reforça a hipótese de que o elemento favorecedor é a complexidade dominial e a presença de domínios básicos.

Com tal conclusão em vista, passemos à análise.

## A análise das lexias compostas com ‘cabeça’, ‘mão’ e ‘pé’

Há um tipo de metáfora que LAKOFF (2002) classificou como orientacional, pois tem a ver com orientações espaciais, como – para cima, para baixo, dentro, fora, frente, trás, em cima, embaixo, central, periférico, etc. *Essas orientações espaciais surgem do fato de termos os corpos que temos e do fato de eles funcionarem como funcionam no nosso ambiente físico. As metáforas orientacionais dão a um conceito uma orientação espacial* (LAKOFF, 2002: 59), como percebemos em ‘de cabeça erguida’ (alta, cheio de orgulho, altivo) e ‘de cabeça baixa’ (humilhado, envergonhado, submisso), cujas acepções remetem à posição. Essas posições refletem exatamente a postura do ser humano ao se sentir orgulhoso (ereto, para cima) ou envergonhado (arriado, para baixo), e passam a ser a própria definição para o sentimento e/ou atitude humanos.

Verificamos também metáforas orientacionais nas construções como ‘meter/ botar na cabeça’ (tomar uma decisão, resolver, cismar), cuja expressão remete a lugar, claramente marcado pela preposição ‘em’. Aqui, ‘cabeça’ é concebido como um recipiente.

O estudo dessas expressões nos mostra, além da corporificação da mente, que não podemos tratar da questão do significado composicionalmente. Se essa proposta fosse realmente válida, a expressão, por exemplo, ‘com a cabeça nas nuvens’ seria interpretada somente como uma ‘cabeça’ que está “flutuando no céu, entre as nuvens”; mas esta não é a imagem acessada por nenhum falante. Da mesma maneira, a expressão ‘botar na cabeça’, em “ela botou na cabeça que vai namorar o primo”, é diferente da sentença ‘botar na cabeça’, em “ela botou na cabeça um chapéu para se proteger do sol”. Na verdade, temos uma abstratização da noção de dentro e fora, e *cabeça* é entendida como um receptáculo.

Os significados formados por contiguidade são metonímicos. Assim, temos a expressão ‘cada cabeça, uma sentença’, constituída a partir do sentido prototípico de ‘cabeça’ como parte do corpo. Essa expressão faz referência ao lugar da cama onde se repousa a cabeça, sendo este oposto ao lugar onde colocamos os pés.

Temos aí uma imagem esquemática, culturalmente convencionalizada, o que quer dizer que, mesmo que alguém se posicione em sentido contrário na cama, com os pés na *cabeceira* e a cabeça nos *pés da cama*, a conceptualização do espaço da cama se mantém inalterada, e suas respectivas designações também.

Da mesma maneira, quando alguém se coloca de cabeça para baixo, apóia a cabeça no chão e se sustenta com base nela, mantendo o corpo ereto para cima, mas, dessa vez, com os pés para o alto, não dizemos que houve uma inversão entre as posições ‘cabeça’ e ‘pé’.

Como a parte do corpo que contém o cérebro, a palavra ‘cabeça’ pode ser usada para designar o próprio cérebro, por uma relação também de contiguidade (metonímia), como em ‘dor de cabeça’.

O ‘cérebro’, por sua vez, é o órgão do intelecto, da memória, da compreensão, do controle emocional, da concentração, da inteligência e do juízo. Por isso, ainda por contiguidade, ‘cabeça’ estendeu-se a essas acepções em expressões tais como: ‘de cabeça’ (memória), ‘ter cabeça para’, ‘estar com cabeça’ ou ‘sem cabeça’ (controle emocional), ‘perder a cabeça’ (controle emocional, juízo), ‘ter a cabeça fora do lugar’ (juízo), ‘com a cabeça no ar’ ou ‘cabeça nas nuvens’ (concentração), ‘cabeção’ e ‘cabeçudo’ (inteligente), ‘bater cabeça’ e ‘dar cabeçada’ (agir impensadamente, sem controle emocional, desatinar), entre outros.

Muito próximas a esse grupo, encontram-se as expressões ‘pôr a cabeça para funcionar’ e ‘usar a cabeça’, em que ‘cabeça’ é concebida como uma máquina, tendo em vista que nela se encontra o cérebro, que é o órgão que rege/controla todo o corpo humano. Aqui, tem-se evidência de integração entre metáfora e metonímia, a chamada metaftonímia, quando ‘cabeça’ é tomada para representar o cérebro ao mesmo tempo em que há transferência do domínio tecnológico (máquina) para o biológico (corpo humano).

Nas expressões ‘por cabeça’ e ‘cabeça de gado’, o termo ‘cabeça’ representa o corpo como um todo, a própria pessoa e/ou animal, por uma relação de contiguidade, cuja metonímia pode ser definida como PARTE PELO TODO. Da mesma maneira ocorre com ‘pé-de-valsa’ (em que se caracteriza o indivíduo pelo movimento dos pés) e ‘largar do pé’ (deixar de ser inoportuno, deixar a outra pessoa descansar, e não o pé da outra pessoa descansar), em que o ‘pé’ é tomado pelo estresse psicológico do ser humano, representando o próprio ser humano.

O falante projeta a experiência corpórea no conhecimento construído. ‘Pé’ dá suporte e mantém o corpo ereto e, por isso mesmo, as patas de alguns animais e o apoio dos objetos podem ser chamados de ‘pé’: ‘pé de galinha’<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Cabe aqui ressaltar que ‘pé de galinha’ refere-se às patas da galinha e não ao composto ‘pé-de-galinha’, que indica rugas abaixo dos olhos.

‘pé da cadeira’, ‘pés do sofá’, ‘pé de mesa’, ‘pé do fogão’ etc. A expressão ‘pé-de-cabra’, que se refere a um instrumento, é formada metaforicamente por similaridade da ponta (pé) da ferramenta com os pés bifurcados do animal, assim como ‘pé-de-pato’, “espécie de calçado de borracha usado por mergulhadores e nadadores para imprimir maior velocidade ao seu deslocamento” (HOUAISS, 2001), também formada metaforicamente por similaridade ao formato dos pés do animal. Ou seja, o nome dos instrumentos é proveniente de compreendermos metaforicamente ‘patas’ como ‘pés’.

Como parte do corpo que dá suporte ao homem, que lhe dá apoio, outro conceito considerado é o ‘pé’ como ‘força’, uma vez que ele sustenta o corpo: ‘pé-de-vento’ (ventania intensa) e ‘pé-d’água’ (chuva em grande quantidade, aguaceiro).

A produtividade esperada de formações com ‘mão’ é logo percebida na análise dos dados colhidos. Como esperado, a acepção menos encontrada é a prototípica, como nos outros casos. A forte polissemia de ‘mão’ está presente em realizações do uso comum, do dia a dia, como ‘pôr a mão na massa’, ‘lançar mão’, ‘dar uma mãozinha’, ‘abrir mão’, ‘mão aberta’, ‘mão fechada’, ‘mão de vaca’, ‘trocar os pés pelas mãos’, ‘por a mão na consciência’, ‘mão de ferro’, ‘mão de fada’, entre outras.

Vejamos os exemplos ‘mão de ferro’ e ‘mão de fada’. Se fôssemos fazer um processo de simples adição de conceitos, ou seja, se fôssemos seguir a tradição e interpretar as palavras como entradas lexicais que carregam significados, teríamos que formar a significação de ‘mão de ferro’ e ‘mão de fada’ somando suas unidades de sentido, o que resultaria numa interpretação improvável e rígida das formações. No primeiro caso, na sentença 1) “Felipão comanda Portugal com mão de ferro”, entenderíamos que o então técnico da seleção de Portugal teria um membro composto do mineral ferro e, em 2) “Nossa, se as minhas peças estão lindas as suas não tenho nem palavras... deixa pra lá, mão de fada é outra coisa”, que a artesã possuiria uma mão que pertence a uma personagem de fábulas. Como essa interpretação nem ao menos “passa pela cabeça” do falante, podemos pensar que algo mais complexo ocorre, mas de maneira natural.

Há, nesses casos, um significado metafórico, em que são ativadas, em 1) a *rigidez*, a *dureza* e a *inflexibilidade*. A metáfora não cobre a cor, o símbolo, o peso, por exemplo. Os qualificativos rígido, duro e inflexível, em seu sentido

concreto, dizem respeito à característica de um elemento de não se modificar facilmente a influências externas. O ferro é rígido, duro e inflexível, e assim sendo, apresenta resistência a modificações. Não conseguimos dobrar uma peça de ferro, nem modificar a sua aparência sem instrumentos específicos. Essa resistência às mudanças, representada pelos adjetivos, é que vai ser o ponto principal a ser levado para o plano mais abstrato. Com a abstração, podemos interpretar que uma pessoa rígida, dura e inflexível é aquela que apresenta resistência a modificações por forças externas, ou seja, resiste a mudanças.

Com a representação metafórica realizada, as qualidades atribuídas à ‘mão’ se estendem ao seu dono. Dessa forma, quem tem mão de ferro, é rígido, duro e inflexível, ou seja, uma pessoa intransigente, ao mesmo tempo em que é usada a parte para se definir o todo, evidenciando novamente a metaftonímia.

No segundo exemplo acima apresentado acontece o mesmo processo. O ser fada não existe no mundo real, somente no imaginário, mas, mesmo assim, suas características são conhecidas a ponto de ser utilizadas na construção da metáfora, que é entendida perfeitamente pelos falantes. Através do conhecimento das histórias de conto de fadas, sabemos o que define uma fada. As características selecionadas para a construção da metáfora em um primeiro momento seriam: o sexo, a capacidade de realizar coisas consideradas impossíveis (que em um abrandamento passariam a coisas difíceis), a delicadeza e sensibilidade e a disposição a realizar tarefas. Sabemos também que as tarefas relacionadas à fada são sempre ligadas ao que a cultura ocidental relaciona à mulher. Essas seriam tarefas domésticas e de caráter mais restrito. Nas histórias infantis, as fadas realizam sua mágica em coisas restritas ao universo feminino que é retratado – fazem com que o serviço doméstico se realize sozinho, melhoram a aparência da mulher ajudada, ajudam a encontrar um príncipe etc. Na história da personagem Sininho, de Walt Disney, por exemplo, cada fada é capaz de realizar determinada tarefa: uma costura, a outra faz vestidos, e a personagem homônima da história faz artesanato.

Assim, na construção da metáfora, o que é descartado do sentido prototípico é o caráter fantástico do ser fada. A seleção leva a habilidade nas tarefas, a delicadeza, a sensibilidade e o êxito em cumprir tarefas difíceis no âmbito das atribuições consideradas femininas. Portanto, ao adjetivarmos a

mão na construção ‘mão de fada’, caracterizamos o dono dessa mão, através de extensão metonímica, pelas ações que a ‘mão’ realiza – quem tem ‘mão de fada’ é delicado, sensível e prestativo. Evidenciamos, novamente, então, a metaftonímia.

A construção ‘mão dupla’ forma-se através de processos mais elaborados. A ação de dirigir é representada pela ‘mão’, instrumento responsável pela sua realização. Aí já temos uma metonímia: o instrumento representa a ação. A essa primeira metonímia é somada mais uma característica – a direção para a qual se dirige. Essa construção então serve para adjetivar ruas e rodovias, local onde a ação ocorre. Uma rua ou rodovia de ‘mão única’ é o local no qual trafegam veículos em uma só direção; uma rua ou rodovia de ‘mão dupla’ é onde trafegam veículos em duas direções. O adjetivo de ‘mão’, nesse caso, não serve ao dono do membro, mas sim ao local onde ocorre a ação realizada por esse dono, em um processo metafórico. A perspectiva aí é mudada duas vezes – da ação para o instrumento e do instrumento para o local da ação.

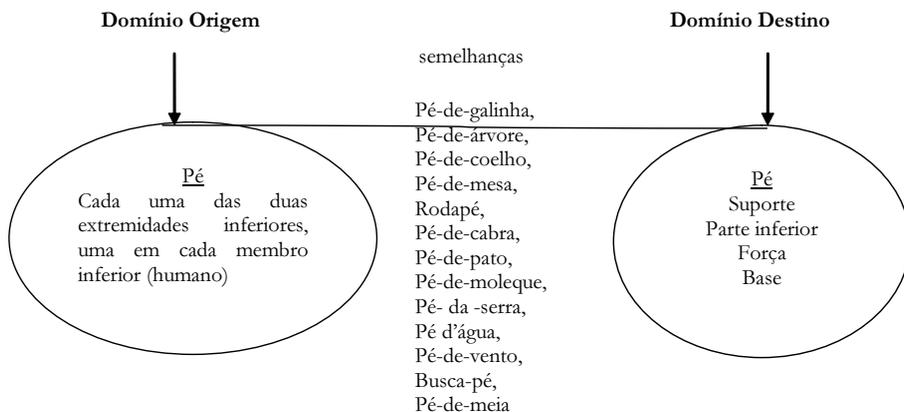
A metáfora da ‘mão’ como *agente da ação* é admitida e empregada em várias expressões, como ‘mãos à obra’ e ‘mão na massa’, que possuem o sentido de fazer, trabalhar, se envolver diretamente em uma atividade. A ação é figurada em uma imagem de trabalho, e, no caso de ‘mão na massa’, a construção que indica o contato da ‘mão’ no elemento ‘massa’ já elucidada que é uma ação realizada, ou seja, um trabalho, que pode ser de qualquer tipo, mesmo não envolvendo massa alguma.

A ligação de ‘mão’ com ação está presente mesmo em expressões com ações em que não se utilizam as mãos. O ato de ‘botar a mão na consciência’ não significa realmente levar as ‘mãos’ ao elemento não tátil do pensamento. A expressão dá conta de uma ação que se realiza na ‘cabeça’, que está sendo usada metonimicamente por ‘consciência’. O pensar está ligado à imagem de *levar a mão à cabeça*, ou seja, o elemento ‘mão’, indício de ação e trabalho, é levado ao local dessa ação, no caso a ‘cabeça’.

A análise indica que, com base nos diversos domínios, diferentes sentidos são atribuídos às palavras por meio de processos metafóricos e metonímicos.

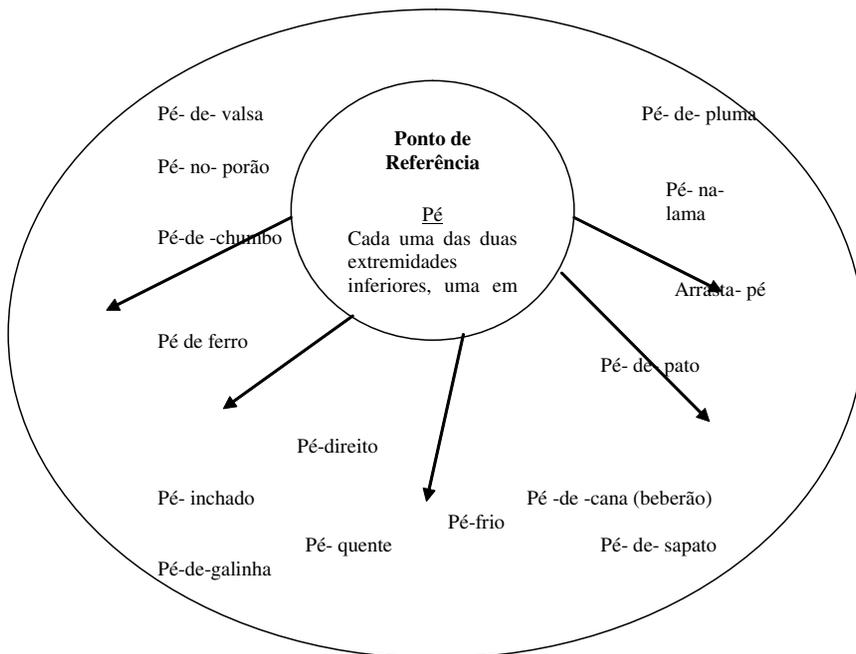
O diagrama 4 explicita o processo metafórico sofrido por pé, como exemplo, e as expressões por esse modo formadas:

## Construções metafóricas



**Diagrama 4**

No diagrama 5, abaixo, são representadas as extensões metonímicas feitas com base em “pé”, igualmente. Observe-se que, diferentemente das extensões metafóricas, as metonímicas expressam elementos no mesmo domínio do ‘pé’ físico.



**Diagrama 5**

A análise indica que há processos recorrentes de metáfora e metonímia.

Da análise, também emerge a evidente polissemia desses itens, que, coerentemente com os pressupostos teóricos, pode ser representada como mostra o diagrama 6, com base em ‘cabeça’.

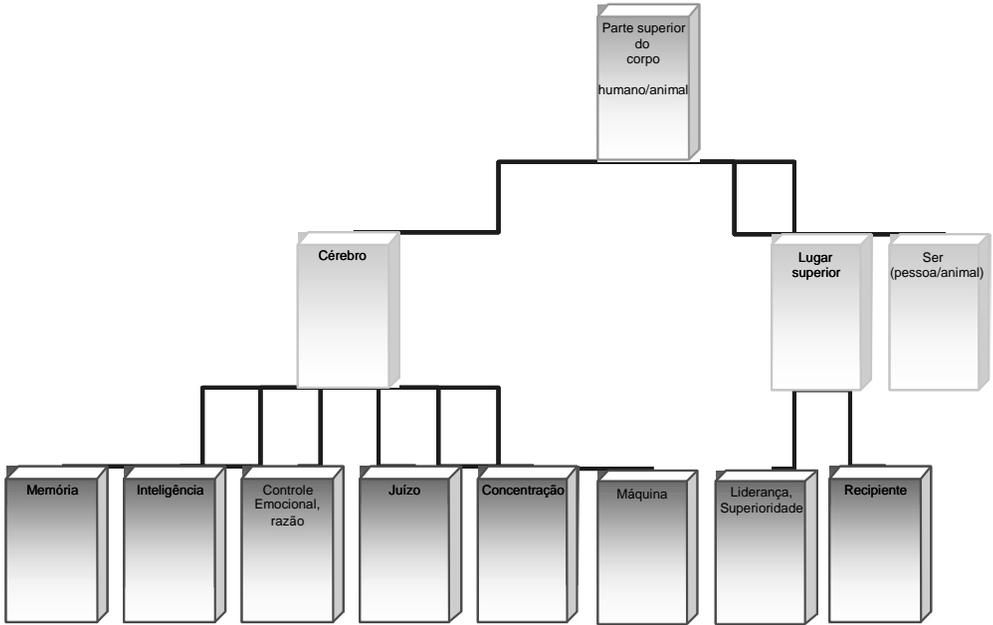


Diagrama 6

### Refinamento da análise

Na seção anterior, foi verificado que a polissemia dos itens deve-se aos processos de metáfora, metonímia e analogia, autorizadas pelos esquemas imagéticos que tais itens estão associados, aliados ao relevo que é dado a esse ou aquele domínio básico.

Se essa ativação dos esquemas imagéticos e de elementos dos domínios é tão fundamental para a construção do sentido de lexias com base em partes do corpo, então o falante deve construir interpretações para lexias que neles possam ser relacionadas.

Com esse objetivo, foram feitos testes com falantes cultos do português. A eles foi submetido um questionário com 15 compostos inexistentes, formados com as lexias *cabeça*, *pé* e *mão* (como *cabeça de sorvete*, *cabeça de prédio*, *cabeça de*

serra, com a cabeça no vento, mão de parede, mão de luva, mão de pedra, com as mãos no céu, pé de fósforo, pé de porta, com o pé na orelha, etc.) mais cinco distratores, englobando compostos que já existem na língua, como *mão quente* (jogador com sorte no pôquer) e *pé furado* (jogador de futebol que perde o chute).

A análise prévia indicou alguns resultados interessantes. Além de ratificar algumas intuições dos pesquisadores, levanta-se uma nova questão: para a formação ser interpretada, é possível que o esquema imagético que cada parte do corpo aciona tenha de ser compatível com o frame que o informante tem do modificador. Por isso, como se verificou, as expressões de mais difícil interpretação foram ‘mão de parede’, ‘cabeça de sorvete’ e ‘pé de fósforo’, pois não há para nenhum falante a imagem esquemática, por exemplo, que compatibilize ‘mão’ com o frame de parede, ‘cabeça’ com o *frame* de sorvete, ou, ainda, ‘pé’ com o *frame* de fósforo<sup>3</sup>.

Três informantes responderam que *cabeça de sorvete* ou era cabeça ‘fria’, ‘que se dissolve’ ou que ‘não tem forma’. Esse dado é interessante na medida em que aponta novo fato: na impossibilidade de transferir propriedades de ‘cabeça’ para ‘sorvete’, o falante centra-se no determinante e faz o movimento contrário – elabora um novo aspecto a partir dele mesmo para ‘cabeça’.

O item cujas interpretações foram mais variadas foi *cabeça forte*, que ativou respostas como “pessoa com uma mente forte, que supera problemas”, “que lembra de tudo, uma ótima memória”, “que tem inteligência, cabeçudo”, “pessoa firme, obstinada”, entre outras similares.

Nesses casos, é possível justificar a interpretabilidade como possibilidade de combinação entre nome e modificador via mesclagem conceptual. Nossa proposta explicativa fundamenta-se, por um lado, em Langacker (1987 e 1991), e, por outro, em Sweetser (1999). Para Langacker, o modificador elabora um aspecto determinado do nome ao qual ele se refere, tornando-o uma zona ativa. Assim, em “balão vermelho”, o adjetivo elabora especificamente a informação relativa à cor. Por seu turno, Sweetser (1999:147), tratando da combinação nome-adjetivo a partir da noção de mesclagem, sustenta que a zona ativa pode incluir não apenas “partes ou aspectos da entidade em si”, mas *frames* associados a essa entidade.

---

<sup>3</sup> Nos termos da Teoria da Mesclagem (Fauconnier & Turner, 2002), isso equivale a dizer que a dificuldade de interpretação reflete, no plano dos mecanismos cognitivos, a dificuldade de encontrar um espaço genérico que viabilize o processo de integração conceptual.

Assim, diferentes leituras da lexia “cabeça forte” fazem referência a diferentes *frames* associados à ‘cabeça’. Na leitura de *cabeça forte* como “pessoa com mente forte, que supera problemas”, a mesclagem se dá entre o *frame* de “forte” e o *frame* de “controle emocional, razão”, metonimicamente vinculado à ‘cabeça’. No caso de “pessoa que lembra de tudo”, o *frame* recrutado diz respeito à memória; já em “cabeçudo”, diz respeito à inteligência. Em suma, diferentes aspectos de *frames* associados à ‘cabeça’ se transformam na zona ativa da representação semântica da palavra via mesclagem.

No último caso, finalmente, parece-nos claro que a conceptualização feita pelos falantes se deu por analogia à expressão cristalizada ‘cabeça fraca’, que significa “pessoa fraca, que segue qualquer um”.

## Palavras finais

A análise aqui desenvolvida, que tinha como foco evidenciar a Hipótese de Corporificação (cf. LAKOFF, 1987), chegou às seguintes conclusões:

- a) As bases de conhecimento relativamente estáveis (esquemas imagéticos e modelos cognitivos culturais) são cruciais para categorização da realidade e conceptualização de novos referentes – entidades e atributos;
- b) Parece haver uma supremacia dos esquemas imagéticos sobre os MCIs no sentido de que os EIs são determinantes para a conceptualização. Autorizado pelos EIs, o processo de conceptualização ajusta-se aos modelos culturais;
- c) O lidar constante com entidades e o uso rotineiro de palavras ligadas a objetos cotidianos são insuficientes para explicar a polissemia;
- d) Embora a polissemia seja, por princípio, propriedade das palavras indiscriminadamente, se elas refletirem mais diretamente estruturas cognitivas, mais sujeitas a extensões de sentido estarão;
- e) As noções de metaftonímia e zona ativa mostram-se especialmente úteis para capturar os processos de extensão de significado quando se está diante de polissemia tão profusa (*rampant polysemy*) como a que surge dos nomes das partes do corpo;
- f) Nesse sentido, o estudo de tais lexias parece ser tão promissor para o entendimento dos processos semânticos envolvidos na construção do sentido das palavras como os empreendidos por Coulson (2001) e Sweetser (1990) para os falsos adjetivos.

## Capítulo 11

### FORMAÇÃO DE COMPOSTOS NOMINAIS DE BASE LIVRE DO PB

*André Luiz Faria*

Formações compostas, principalmente aquelas criadas a partir das bases livres *auxílio*, *bolsa*, *seguro* e *vale*, merecem atenção não só por seu caráter controverso, mas sobretudo por formarem padrão para esse tipo de formação que, segundo nossa hipótese, é cognitivamente motivado. Nesse sentido, este capítulo aborda a formação dos compostos nominais de base livre do PB, tendo como objetivo mostrar que a composição, ao contrário do que preconiza a literatura, pode formar palavras em série de modo altamente regular, previsível e geral e, de modo mais amplo, revela aspectos da própria natureza da linguagem humana.

Para tanto, utilizo os pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva (SWEETSER 1990, LANGACKER 1987, LAKOFF & JOHNSON 1980), que postula a não-autonomia da linguagem frente aos demais sistemas cognitivos e o fato de que o significado lingüístico refletir o modo como o ser humano conceptualiza o mundo (e dessa forma, pode-se entender melhor a natureza da linguagem humana, por meio de nossas interações sensório-motoras “com a realidade física circundante”). Assim, defende-se que as aparentes idiosincrasias, preconizadas pelos estudos até então realizados, não só advêm de padrões conceituais que se refletem na formação dos compostos, mas também derivam de extensões metafóricas ou metonímicas, que podem ser generalizadas em termos de rede, envolvendo, por exemplo, a polissemia da base. A análise do *corpus*, constituído de entrevistas do projeto NURC/RJ e

selecionados a partir das ferramentas de busca automática, por meio do uso do *software* de processamento de dados UNITEX, revelou que os compostos de base livre do português não são idiossincráticos, mas apresentam regularidade descritiva e podem ser explicados por intermédio de uma teoria que não considere o significante, por si só, como elemento revelador do sentido, mas sim como uma *pista suscitadora das tarefas semântico-cognitivo-sociais da linguagem* (MIRANDA, 2002).

## Objeto de Estudo

Entendida como o processo de criação lexical, por meio da combinação de outros vocábulos já existentes, veiculando, normalmente, noção distinta e particular daquela expressa pelos componentes isolados, a composição tem sido estudada, principalmente, no âmbito da morfologia. Na verdade, porém, operam sobre a composição processos fonológicos, morfossintáticos e semânticos, processos esses já amplamente reconhecidos em níveis e graus de comprometimento bastante distintos.

Entre os dois mecanismos mais produtivos de formação de novas palavras do português, a composição é o processo que encerra mais controvérsias entre gramáticos tradicionais, de um lado, e linguistas interessados no assunto, de outro.

Por um lado, as gramáticas tradicionais seguem, *mutatis mutandi*, uma estruturação que agrupa os compostos quanto à forma – compostos justapostos (beija-flor<sup>1</sup>) ou aglutinados (planalto) –, quanto ao sentido – idéia geral mais idéia particular (escola-modelo) ou da idéia particular para a idéia geral (mãe-pátria) – e quanto à classe gramatical dos constituintes dos compostos (manga-rosa, Nosso Senhor, corre-corre).

Por outro lado, a composição é um dos processos que ainda é tratado de forma marginal nas análises lingüísticas do Português, sendo vista como um fenômeno idiossincrático e arbitrário (CÂMARA Jr., 1970). Mesmo depois de constatações mais precisas sobre o fenômeno, o foco da discussão acerca dos compostos ainda gira em torno da morfossintaxe (SANDMANN, 1989, 1990) ou da morfofonologia (LEE, 1995), relegando-se à semântica, em mais um aspecto da língua, o título de parente pobre da Lingüística, nos termos de Ilari & Geraldi (1985).

---

<sup>1</sup> Exemplos retirados de Cunha & Cintra (1985).

## Análise dos dados

### *Formação de padrões*

Um dos pressupostos basilares da Linguística Cognitiva, aceito pela maioria dos estudiosos dessa teoria, é o de que a **linguagem é baseada sistematicamente na cognição humana** e o papel do cognitivista é mostrar como isso acontece<sup>2</sup>. Nesse sentido, o sistema conceptual que emerge das experiências humanas diárias captura e organiza a estrutura (formação) conceptual das línguas, ou seja, a gramática de uma língua revela o conhecimento que o falante tem.

Nesta angulação, a gramática é entendida como uma entidade simbólica, motivada por fatores de ordem sintática, semântica e cognitiva, em que aspectos e funções conceptuais atuam. Nas palavras de Silva (1999),

*Para a Linguística Cognitiva, as categorias (classes e construções) gramaticais são também, tal como as lexicais, entidades simbólicas, isto é, significativas (simbolizam um conteúdo conceptual). Elas devem pois ser consideradas, ao contrário do que advogam outras teorias linguísticas, não somente em termos das suas propriedades sintáticas, mas tendo em conta a sua base semântica. Tal como o léxico, a gramática é motivada por aspectos e funções conceptuais e semânticas e está intimamente relacionada com a categorização, processos imagéticos, modelos cognitivos e culturais. Esta perspectiva simbólica da gramática tem a sua expressão mais elaborada na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991) e na Gramática de Construção de Fillmore (1988; Fillmore, Kay & O'Connor 1988; Goldberg 1995). (SILVA, 1999: 258) [ênfase acrescida]*

Por meio da análise de dados, pudemos perceber que existe certa regularidade na formação de compostos. Acreditamos que essa regularidade constitui um **padrão** que pode ser reconhecido e encontra-se disponível cognitivamente, podendo ser usado de forma recursiva, como ilustrado a seguir.

- (1) (a) auxílio-maternidade , auxílio-funeral
- (b) bolsa de estudo, bolsa-atleta
- (c) pitbull, pitbicha
- (d) cyber-café, cyber-dúvida
- (e) carro-bomba, homem-bomba

---

<sup>2</sup> “Language is systematically grounded in human cognition, and cognitive linguists seeks to show exactly how” (SWEETSER, 1990:1).

Em (1) acima, percebe-se um padrão na configuração dos itens formados a partir de palavras já existentes no léxico. Basilio (2004: 10) usa a metáfora do “léxico ecologicamente correto”, metáfora essa bastante pertinente em período de grande preocupação com o meio ambiente. Nas palavras da autora:

*Para garantir a máxima eficiência do sistema, portanto, a expansão lexical é efetuada sobretudo pelos processos de formação de palavras, que **são fórmulas padronizadas de construção de novas palavras a partir de material já existente no léxico** (...) o léxico é ecologicamente correto: temos um banco de dados em expansão, mas utilizando sobretudo material já disponível, o que reduz a dependência de memória e garante comunicação automática. [ênfase acrescida]*

Seria esse conhecimento de padrões gerais de estruturação que permitiria a criação e a interpretação dessas novas formas. Referindo-se ao léxico, Basilio (2004: 10) assevera que,

*do ponto de vista interno, ou mental, o léxico corresponde não apenas às palavras que um falante conhece mas também ao conhecimento de padrões gerais de estruturação, que permitem a interpretação e produção de novas formas (...) o léxico interno é constituído por uma lista de novas formas já feitas e por um conjunto de padrões, os processos de formação de palavras, que determinam estruturas e funções tanto de formas já existentes quanto de formas ainda a serem construídas.*

Embora a concepção de linguagem adotada pela autora seja distinta da que se adota aqui, justamente por ela considerar fronteiras entre morfologia, sintaxe, semântica e pragmática, queremos ressaltar a percepção que teve acerca desse padrão. Para Basílio (2004), esse padrão encontra-se no léxico; diferentemente, no nosso caso, esse padrão abrangeria todos os níveis da descrição lingüística ou, em outros termos, a gramática. Assim, tanto formações lexicalizadas (cf. Maria-vai-com-as-outras), abertas (bolsa-X) quanto pragmática (Como vai você?) seriam instanciações desse padrão.

A ideia básica é a seguinte: embora haja níveis de análise lingüística assim como no estruturalismo e no gerativismo, acredita-se que há presença dos mesmos determinantes estruturadores atuando sobre os diferentes níveis, bem como a possibilidade de um nível estruturar o outro, ideia que se coaduna a nossa, já que esse padrão estaria atuando em diferentes momentos, ou seja, os mesmos princípios que atuam no léxico atuam também nos outros níveis. A flexão verbal de verbos da 1ª conjugação e a formação de palavras por derivação comprovam esse fato.

De um lado, a 1ª conjugação verbal, por ser a mais produtiva em PB, forma o que estamos caracterizando como padrão, servindo, inclusive, como molde de formação para os novos verbos que surgirão. Verbos como *deletar* (do inglês to delete), *escanear* (do inglês to scan), *bichinhar* (do baianês) ilustram esse fato. Por outro lado, sabe-se hoje, por meio das pesquisas em morfossemântica, que há uma rede polissêmica envolvendo as formações com o sufixo *-eiro(a)*<sup>3</sup>.

Por acreditar na base estrutural/conceptual das línguas e, conseqüentemente, no conhecimento que emerge a partir da análise dos vocábulos derivados, cremos que os compostos podem ser formados a partir de padrões em Português similarmente a outros modos de criação de palavras. Na verdade, esse padrão estaria presente em todos os processos de formação de palavras. Um caso interessante é de “compostos” que deram origem a derivados. Exemplos como *autódromo* (composto, segundo a tradição) geraram *sambódromo*, *namoródromo*, *fumódromo* (derivados).

Tendo como base esse princípio, observa-se que a formação dos compostos é motivada por fatores linguístico-cognitivos, dada a **necessidade comunicativa** de explicitar, no presente estudo, um novo benefício<sup>4</sup>. Observou-se, então, que há regularidade na formação de compostos nominais de base livre, encabeçadas pelos vocábulos (a) auxílio, (b) bolsa, (c) seguro e (d) vale, como se observa nos dados em (2) e (3) a seguir.

- (2) (a) auxílio-maternidade (auxílio para maternidade)  
    auxílio-funeral (auxílio para funeral)  
    bolsa alimentação (bolsa para alimentação)  
    bolsa-atleta (bolsa para atletas)  
    seguro residencial (seguro para residências)  
    seguro condomínio (seguro para condomínios)  
    vale-refeição (vale para refeição)  
    vale-transporte (vale para transporte)

---

<sup>3</sup> Em Gonçalves & Almeida (2007), admite-se que X-eiro constitui construção gramatical em português. Com base no que os autores chamam de “cena agentiva”, as diversas acepções do sufixo são descritas a partir de uma rede radial, que tem, na posição central, o significado “agente”.

<sup>4</sup> Segundo Almeida (2008), esse processo também acontece com a necessidade surgida, por exemplo, do progresso tecnológico (como em deletar e escanear), de comportamentos sociais (impetrar recurso – recursar) ou pessoais (sentir a delícia – deliciar-se).

- (3) auxílio-desemprego (auxílio pelo desemprego)  
auxílio invalidez (auxílio por invalidez)  
bolsa-dedicação (bolsa por dedicação)  
bolsa miséria (bolsa por miséria)  
seguro-desemprego (seguro por desemprego)

Por intermédio dos dados observados nesta pesquisa, assim como pelo relato de especialistas no assunto (SANDMANN, 1989), constatou-se que esse tipo de formação é bastante recorrente nos dias atuais, sendo, portanto, extremamente produtivo, sobretudo na língua escrita – meio em que a grande maioria das formas exemplificadas em (2) e (3) emergiu. Notou-se, também, relação de dependência hipotática ora de finalidade (como em 2), ora de causa (como em 3) entre os termos envolvidos na formação dos compostos. Pode-se “reescrever” a relação de dependência utilizando-se a preposição/conjunção que expressa a relação semântica veiculada. O apagamento da preposição – que funcionaria como um tipo de elemento ratificador da relação semântica – poderia ser explicado pelo princípio da economia<sup>5</sup>.

Almeida (1999: 36), ao analisar os compostos no português antigo, afirma que não é em latim que encontraremos a estrutura de alguns compostos conhecidos hoje, mas sim no português antigo (séc. XVI), quando a ordem SVO foi definida. Por conta desse e de outros fatores, muitas expressões se petrificaram e se solidificaram, estabelecendo-se como compostos (LEECH, 1974).

Cognitivamente falando, percebemos que a alternância que se estabelece entre causa e finalidade acontece por conta de uma alteração de perspectiva de um mesmo esquema imagético. Na realidade, estamos nos referindo mais especificamente ao esquema imagético TRAJETO<sup>6</sup>.

Se pensarmos no esquema imagético de trajeto, por exemplo, percebemos, de um lado, que a relação de causa precede a relação de consequência, caso nossa perspectiva seja da esquerda para a direita (do agente para o objeto focalizado). Aqui estamos entendendo como agente aquele do qual parte a ação, sendo ele a primeira instância da perspectivação que, no caso dos

---

<sup>5</sup> Aliás, é bom notar que uma das finalidades da imprensa (mas não só!) é veicular o máximo de informação, utilizando o mínimo de palavras.

<sup>6</sup> Encontram-se também na terminologia lingüística os seguintes vocábulos para indicar trajeto: percurso, direção, caminho etc.

compostos, pode ser estabelecida concreta ou metaforicamente. Assim, o que estabeleceria a relação de causa ou consequência seria a perspectivização dessa cena.

Na relação de finalidade, por outro lado, a focalização partiria do objeto formado em direção ao agente, que agora se encontraria numa posição prospectivante, ou seja, a partir do “futuro”, o que faz que o valor da relação agora seja de finalidade, reescrita com “para”.

Caso similar é o da evolução da preposição *ante*. É sabido que em latim vulgar a preposição *ante* (sentido especial) tinha em um dos seus significados o de “frente a frente” ou “face a face”, partindo da perspectiva do rei, como em “Os súditos sempre ficavam *ante* o rei”. Como tempo e espaço caminham normalmente juntos, pode-se perceber também relação temporal com a mesma preposição em exemplos como “Antes que a chuva caia, vou embora”<sup>7</sup>. Se ampliarmos a abstração e perspectiva, percebe-se ainda relação de oposição encabeçada pela preposição *ante*, como em “Antes você do que eu”. Parece que, dependendo da posição do observador da ação, ou da perspectiva, a relação de causa/consequência ou de finalidade será estabelecida assim como as relações observadas a partir de algumas preposições do português, como o *ante*, por exemplo.

Desse modo, por defender a posição de que há um padrão na formação de compostos e por considerar que a gramática de uma língua revela o conhecimento que o falante tem da convenção linguística, defende-se que os “benefícios sociais”, que têm surgido atualmente, relacionam-se à necessidade comunicativa de explicitar uma nova ação, no caso dos verbos e um novo benefício, no caso dos nomes formados a partir dos vocábulos *auxílio*, *bolsa*, *seguro* e *vale*. A formação em si desses compostos estaria consubstanciada pelo esquema imagético de trajeto, que, por sua vez, estaria sendo atualizado (“encenado”) pelas formações estudadas. Assim, haveria uma necessidade pragmática na formação desses compostos, motivada cognitivamente.

#### *Categorização dos compostos*

Se entendermos que a categorização está diretamente relacionada a nossa capacidade cognitiva, e por isso mesmo preenche nossas necessidades funcio-

---

<sup>7</sup> Na evolução de *ante* do latim ao português, houve a inserção de um “s” paragógico ao final do vocábulo.

nais, necessidades essas ditadas pelas demandas sociais de nossa cultura, podemos concluir que esse princípio é bastante econômico, já que podemos capturar o significado de um objeto e/ou expressão recém criados sem muito esforço.

Assim, embora acostumados com as várias formações de palavras a partir do vocábulo *bolsa* (*bolsa alimentação, bolsa escola, bolsa sanduíche*), formações com a mesma base podem causar dúvidas se fora de contexto. Vejam-se os exemplos a seguir:

(04) *João Batista Tezza, diretor técnico-científico da Fundação Amazonas Sustentável, acha que é preciso trabalhar duro na prevenção do desmatamento. Esse é o projeto da Fundação que foi criada pelo governo, mas não é governamental, e que tem a função de implementar o Bolsa-Floresta, uma transferência de renda para pessoas que vivem perto das áreas de preservação estadual. A idéia é que elas sejam envolvidas no projeto de preservação e que recebam R\$ 50 por mês, por família, como uma forma de compensação pelos serviços que prestam. (O GLOBO, 19/07/08)*

(05) *É, dá satisfação profissional haver previsto a blindagem. E mais satisfeito ainda ficarei quando o governo, destinando para isso uns oito ou dez bilhões de euros tirados do caixa pequeno do Pré-Sal, criar o programa Bolsa Blindagem. A elite vai chiar, porque não gosta de ver pobre blindado, mas logo o trabalhador poderá circular no blindado para os de baixa renda, oficialmente chamado de Escudo 1.0, mas logo popularmente batizado de Casca de Coco, na intimidade Casquinha. Segura uma pedrada no pára-brisa numa boa. (O GLOBO, 14/09/08)*

No entanto, como já conceptualizamos as formações que têm por base o vocábulo *bolsa*, a interpretação dos dados em (03) e (04) torna-se mais fácil, já que as novas formas, *bolsa-floresta* e *bolsa-blindagem*, obedecem ao mesmo padrão de formação dos exemplos anteriores.

Desse modo, pode-se pensar em dois conceitos que emergem do princípio de categorização: (a) a noção de categorização de nível básica; e (b) a noção de protótipo. Aquela se refere a um tipo de conhecimento de mundo ideal, sobre o qual nos encontramos e agimos. Como qualquer outro tipo de conhecimento, caracteriza-se por percepção gestáltica por meio de associações imagéticas. De acordo com Almeida (1999: 107), assim como não é um mecanismo econômico enumerar todas as espécies de árvores ao olhar para uma floresta, acreditamos que não seria também um mecanismo econômico ideal criar palavras novas, utilizando-se de bases novas.

A partir da idéia de nível básico de interação social (ROSCH & LLOYD, 1976), LAKOFF (1990) sugere níveis mais básicos de interação, tais como correr, caminhar, comer etc. Esses níveis básicos podem ser entendidos como as bases de conhecimento, identificadas segundo as condições de estabilidade que podem apresentar (GERHARDT, 2005). Assim, estabelecem-se dois tipos de domínios: (a) estáveis (que *correspondem a estruturas de memória pessoal ou social*) e (b) locais (também conhecidos como espaços mentais, que são estruturas cognitivas efêmeras que se constroem e reconstroem ao longo do discurso) (MIRANDA, 2000: 61).

Das bases estáveis, há uma tipologia de quatro saberes: MCIs, esquemas imagéticos, molduras comunicativas e a própria língua. Como os MCIs indicam aspectos culturais, e como os EIs atualizam esses aspectos culturais por meio de conceitos abstratos, como as idéias de limite, contenção, posições relativas, posse, existência, tempo etc., acredita-se que os compostos nominais de base livre do português, especificamente os analisados neste texto, veiculam o esquema imagético de DIREÇÃO DE MOVIMENTO, por entender que o benefício concedido aos pleiteantes são dados como um forma de suporte, normalmente financeiro, materializado pela idéia mais concreta de dinheiro.

A idéia que subjaz a esse esquema é a de DIREÇÃO DE MOVIMENTO aliada à de TROCA, ou a uma transferência de posse. A fim de embasar essa análise, identificamos, primeiramente, que os compostos estudados aqui fazem parte de um mesmo campo de significação, a saber: **benefícios sociais**.

Entre outros fatores, por conta da democratização, não só da educação e da saúde, mas dos direitos sociais, tais benefícios são criados, a todo momento, para garantir os direitos básicos dos cidadãos (no caso, saúde, educação, emprego, lazer, alimentação, moradia) e, por conta da violência da sociedade, causada justamente pela falta desses direitos básicos, criam-se também benefícios que, no fundo, têm como meta não o cidadão, mas outros expedientes. Vejam-se os exemplos a seguir:

(06) O **Seguro Automóvel** (*seguro de carro*) leva em conta fatores relacionados ao principal motorista, ao veículo e a região de uso. Temos condições especiais para frota a partir de 5 veículos de Pessoa Jurídica ou Física (site [SEGUROFÁCIL.NET](http://SEGUROFÁCIL.NET))

(07) O **seguro residencial** é bem mais barato que muita gente imagina. Por um valor anual de apenas 0,1% a 0,2% do valor da cobertura, você pode proteger sua casa ou seu

*apartamento contra incêndio e roubo, além de explosões, danos elétricos e responsabilidade civil (danos a terceiros). É bem menos que um seguro de automóvel, que pode custar 20% do valor do carro - ou até mais - se ele já tiver alguns anos de uso. (Revista ÉPOCA, 26/05/2008)*

(08) *As duas outras formas de garantia que o inquilino pode dar ao locador —caução e **seguro-fiança**— são pouco usadas devido à burocracia e ao custo alto. A caução, modalidade usada em 25% das locações, é um depósito que o locatário faz ao assinar o contrato, que equivale a até três aluguéis. O dinheiro fica em uma conta de poupança em nome do proprietário do imóvel até o fim do prazo da locação. A baixa procura é explicada pela falta de dinheiro: poucos inquilinos têm o valor para o depósito. No final do contrato, o dinheiro depositado volta para o locatário. O seguro-fiança, presente em 5% das locações, é uma apólice feita em uma seguradora pelo inquilino. Caso fique inadimplente, o dono do imóvel tem garantido o recebimento dos aluguéis. (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/2009)*

(09) *Trata-se de um **Seguro Saúde** com todas as coberturas previstas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, uma autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde e adaptado à Lei 9656/98.*

Em (06) e (07), observa-se que as formações criadas a partir de *seguro* exprimem uma necessidade voltada para proteger os bens materiais alcançados pelos cidadãos. Dentro do mesmo campo, mas numa angulação diferente, pode-se incluir (08), em que o *seguro-fiança* protege o contrato firmado entre locatário e locador, caso aquele deixe de honrar seu compromisso. Não deixa de ser uma forma de proteger os bens do locador-cidadão, porém em outra esfera. Diferentemente, em (09), observa-se uma metaforização da saúde como um bem material. Ter saúde é ter um dos bens mais preciosos. Logo, contratar um seguro para esse “bem precioso” tornou-se um dos expedientes mais procurados e almejados atualmente.

Esse conjunto de melhorias auferido pela comunidade, em decorrência de suas necessidades, reflete as motivações da criação de tais compostos. Vale ressaltar que não se trata apenas do porquê de as palavras serem criadas, mas de entender como elas são criadas. Tomando como base Soares da Silva (2006), pode-se afirmar que não é na estrutura das línguas, ainda que ela possa ser condicionante, mas nos utentes das mesmas que se encontram respostas para a questão da mudança semântica.

Nesse jogo entre bases estáveis e locais de conhecimento, as estruturas ora analisadas funcionariam como pistas, ou como *formas de enquadramento da*

realidade que se quer descrever, (re)construindo os domínios estáveis e auxiliando na distribuição e estruturação de informações e conexões intra e entre domínios locais (GERHARDT, 2005: 4).

Na verdade, essa mudança de enquadramento não teria sua origem dentro da língua, mas no uso, condicionada por fatores externos à estrutura das línguas. Esse princípio, segundo o autor, já tinha sido vislumbrado por Coseriu (1958: 116), o qual atesta que a motivação geral da mudança lingüística é a finalidade expressiva (comunicativa) dos falantes.

#### *Motivações morfossemânticas dos compostos*

Da observação do quadro a seguir, podemos tirar algumas conclusões acerca de algumas motivações morfossemânticas dos vocábulos compostos nominais de base livre, com o mesmo campo de significação: (a) o conjunto de palavras que é encabeçado por *auxílio* indica ocorrência factual e com duração mais ou menos definida; (b) o grupo de *bolsa* apresenta a duração mais definida; (c) em relação a *seguro*, identifica-se uma espécie de “garantia”, caso ocorra algum problema; funciona, assim, como uma espécie de prevenção; (d) acerca de *vale*, com exceção de *vale tudo* e *vale presente*, identificam-se compensadores (benefícios básicos à manutenção do corpo e “eficiência” no trabalho).

AUXÍLIO	BOLSA	SEGURO	VALE
Auxílio-doença	Bolsa- alimentação	Seguro-desemprego	Vale-refeição
Auxílio-reclusão	Bolsa-miséria	Seguro-saúde	Vale-transporte
Auxílio-funeral	Bolsa-auxílio	Seguro-automóvel	Vale-tudo
Auxílio-retorno	Bolsa-família	Seguro-viagem	Vale-compras
Auxílio-tese	Bolsa pesquisa	Seguro-rural	Vale-presente
Auxílio-dissertação	Bolsa-atleta	Seguro-coletivo	Vale-pecado
Auxílio-docente	Bolsa escola	Seguro-residencial	Vale-cozinha
Auxílio transporte	Bolsa-dedicação	Seguro-incêndio	Vale-CD
Auxílio-educação	Bolsa estágio	Seguro-condomínio	
Auxílio espiritual	Bolsa-esporte	Seguro-fiança	

**Quadro 1:** compostos com mesmo campo de significação

Em resumo, focalizando as bases estáveis de conhecimento, a hipótese, então, é a de que os benefícios sociais que as construções compostas em foco estão veiculando fazem parte de saberes construídos e partilhados

pela sociedade brasileira atual, concretizados justamente por essa necessidade expressiva, mas de base cognitiva.

*Uma proposta psicológico-funcional das motivações da mudança*

Quando se mencionam as motivações (ou razões) da mudança semântica, costuma-se seguir duas linhas explicativas: (i) o princípio do menor esforço ou (ii) a resposta coseriana, segundo a qual as línguas mudariam porque não estariam feitas, mas far-se-iam continuamente. As duas perspectivas apresentam aparato explicativo bastante discutido e difundido na literatura linguística, cada qual sendo defendidas por estudiosos renomados. No entanto, conforme Soares da Silva (2006: 87), embora as duas linhas explicativas acerca das razões da mudança sejam bastante relevantes nesta discussão, o princípio do menor esforço é geralmente ridicularizado, visto apresentar explicação simplória e mecanicista, enquanto a resposta coseriana sobre o tema encerra explicação mais linguística e, portanto, mais aceita cientificamente.

Em uma angulação cognitiva, porém, o princípio do menor esforço torna-se mais adequado a explicar essa inovação lexical, uma vez que nessa visão se entende que a mudança não se encontra propriamente na estrutura das línguas – o que faz supor a resposta coseriana –, mas sim em seus usuários, principalmente em situações concretas de uso.

Baseado nas ideias de Geeraerts (1997), Soares da Silva (2006: 89) afirma que *as verdadeiras motivações da mudança semântica, bem como da mudança linguística em geral, não as podemos encontrar nas próprias línguas, mas antes nos objectivos pragmáticos de seus utentes – objectivos naturais de expressividade e de eficiência comunicativa* e, em consequência disso, propõe uma explicação psicológico-funcional para elucidar as motivações da mudança lexical, sob a forma de dois princípios de eficiência, que ora se orientam em favor do falante, ora em favor do ouvinte.

Segundo o autor, as inovações linguísticas, ocasionadas pela mudança semântica, de modo geral, funcionam como estratégias a fim de conseguir ou aumentar o sucesso comunicativo. Desse modo, para atualizar a explicação psicológico-funcional de Geeraerts (*op.cit.*) aos dados do PB, faço o que considero um estudo de caso aplicado à proposta.

Em (05) acima, *bolsa-blindagem*, por exemplo, seria uma inovação linguística, surgida a partir da necessidade comunicativa dos falantes do PB ou, pelo menos, dos falantes do eixo Rio-São Paulo, por conta das balas perdidas, alvejadas ora por policiais ora por traficantes de drogas.

Em nível fonológico, na eficiência orientada para a produção do falante, *bolsa-blindagem* consubstanciaria facilidade de articulação, ocasionada por processos lenitivos – e o falante gastaria menos energia em sua produção –, porque as duas bases que compõem o composto são conhecidas e, de certa forma, corriqueiras. Essa redução de esforço, pois, motivaria a prototipização e a polissemia.

Ainda em nível fonológico, a eficiência orientada para a percepção do ouvinte motivaria clareza fonológica (o que o autor chama de *processos fortificadores*), tornando uma formação como *bolsa-blindagem* mais distinta e mais clara para o ouvinte.

Na relação lexical entre forma e significado – segundo a percepção do falante – funcionariam, segundo o autor, idênticos princípios de eficiência, no que diz respeito à flexibilidade e à estabilidade, baseadas em protótipos. Assim, uma formação como *bolsa-blindagem* satisfaria três tendências funcionais do sistema cognitivo humano. Com esse composto, atinge-se máxima informação com o mínimo de esforço (o que o autor chama de *densidade informativa*), bem como permite ao falante adaptar a categoria a novas circunstâncias e nela integrá-las – observe que, a partir da base-núcleo de *bolsa-blindagem*, podemos formar outros compostos, como os em (01) acima – (o que o autor chama de *flexibilidade*), além de permitir interpretar novos fatos a partir do conhecimento já existente – observe os exemplos de *bolsa-eleição*, *bolsa de estudos* (o que o autor chama de *estabilidade estrutural*, que, de modo geral, estaria ligada à construção de conhecimento).

Na relação lexical entre forma e significado – agora segundo a percepção do ouvinte – a eficiência motiva o *isomorfismo*, entendido aqui como correspondência entre forma e sentido; e a *iconicidade*, entendida como um processo de distinção da forma para facilitar a percepção e, conseqüentemente, a interpretação da mensagem.

## Palavras finais

Em resumo, e em consonância com as ideias do autor, pode-se dizer que *ao princípio de prototipicidade correspondem, pois, mudanças que envolvem objetivos pragmáticos particulares dos falantes, essencialmente as suas necessidades expressivas* (SOARES DA SILVA, 2006: 90). No estudo de caso em apreço, pode-se dizer que os objetivos pragmáticos podem estar relacionados à ideia de democratização da

educação, saúde, que, no mandato principalmente do presidente Lula, vem criando benefícios sociais, os quais, como se mostrou acima, são formados a partir das bases *bolsa, auxílio, seguro e vale*.

Aliado ao princípio da prototipicidade, o princípio do isomorfismo e da iconicidade estariam relacionados, especificamente, à estrutura da língua, juntamente com as propriedades gerais de comunicação que, de certo modo, intentam evitar confusão e equívocos. A estrutura do PB, no que se refere à formação de compostos nominais de base livre, reflete o conhecimento dispensado à formação de outros compostos, mas, no fundo, esses três princípios contribuem para que os falantes realizem suas necessidades comunicativas e expressivas eficientemente.

## Capítulo 12

### ANÁLISE SEMÂNTICO-COGNITIVA PARA AS MESCLAS LEXICAIS DO PORTUGUÊS DO BRASIL

*Daniele M. Pizzorno*  
*Katia Emmerick Andrade*

De acordo com alguns trabalhos sobre Cruzamento Vocabular (doravante CV), como os realizados por Almeida & Gonçalves (2007, 2005), tal fenômeno é definido pela fusão de duas palavras, como o caso de “aborrescente”, junção do verbo “aborrecer” mais o substantivo “adolescente”, designando um indivíduo na fase da adolescência e que, por motivos psicológicos e emocionais, causa aborrecimento/chateação a outrem.

Esse fenômeno linguístico vem recebendo significativos estudos, como os de Andrade (2008), que trata dos CVs com base nos pressupostos da Teoria da Correspondência (McCARTHY & PRINCE, 1995), extensão da Teoria da Otimalidade (PRINCE & SMOLENSKY, 1993) aplicada à morfologia não-concatenativa, bem como os de Almeida & Gonçalves, já citados. No presente trabalho, iremos analisar os CVs numa proposta semântico-cognitiva, levando em conta os resultados obtidos por Andrade (2008) e, desse modo, contrastar aqueles considerados “ótimos”<sup>1</sup> (p. ex.: *almanhaque* e *forrogode*) com dados que não vieram à superfície, mesmo sendo os adotados pelos falantes (p. ex.: *gatoso* e *portunbol*).

---

<sup>1</sup> Na análise de Andrade (2008), os resultados “ótimos” são aqueles que vieram à superfície após passarem pelo crivo de restrições universais acionadas no processo.

Será focalizada, aqui, a questão interpretativa e pragmática. Assim, tentaremos analisar os processos semânticos que subjazem a essas construções na língua portuguesa, considerando os preceitos dos estudos cognitivistas de Lakoff & Johnson (1999), Fauconnier & Turner (2002) e Almeida & Gonçalves (2005; 2007). Esses estudos serão de grande importância, na medida em que acreditamos que a referência promovida por um CV seja absolutamente recuperável a depender do contexto em que se encontra.

Embora as análises morfo-fonológicas, de base otimalista, sejam de grande valia para os estudos linguísticos e, de certa forma, auxiliam o trabalho com os dados existentes na língua, no presente trabalho, focaremos a importância do uso para a coerência interpretativa dos CVs. Para tanto, além do arcabouço teórico da Linguística Cognitiva, evidenciaremos a *Teoria da Mesclagem Conceptual*, proposta pelos linguistas, já aqui citados, Fauconnier & Turner (2002).

É fato que as representações superficiais oriundas de quaisquer processos morfológicos não guardam identidade perfeita com as subjacentes, devido a pressões de ordem prosódica, morfológica e semântica. A adoção de uma perspectiva Otimalista implicou ignorar o aspecto semântico que permeia a construção de novas palavras, e, talvez, por isso, algumas formas ótimas (3% dos dados analisados) não se ajustaram satisfatoriamente à hierarquia de restrição proposta, em função da emergência de uma palavra que veicule o significado desejado da melhor maneira possível.

As mesclas lexicais constituem bons exemplos de palavras motivadas, já que sempre refletem o motivo (fonológico e/ou morfológico) para terem a forma que têm, mas essa motivação difere da arbitrariedade relativa postulada por Saussure, visto que, para significar, dependem de contexto. Acreditamos que a motivação para a elaboração/construção dos CVs não são apenas linguísticas, mas também extralinguísticas, refletindo a capacidade criativa dos seres humanos, operada por meio de mecanismos conceituais/mentais.

Subjacente ao processo de CV, o falante seleciona formas pré-existentes na língua para criar/interpretar outras formas linguísticas, através de metáforas e metonímias, isto é, dos processos cognitivos próprios dos seres humanos.

Tendo presente que os instrumentos utilizados na pesquisa anterior (ANDRADE, 2008) focalizavam apenas operações fonológicas e morfológicas aplicadas na fronteira da combinação lexical, pretendemos aqui desenvolver uma análise conceitual, semântica, na tentativa de explicitar os mecanismos

mentais que lançamos mão para projetarmos dessa ou daquela forma os nossos diferentes domínios de conhecimento.

## Definindo Mesclas Lexicais

Diferentemente dos compostos (por aglutinação ou justaposição) e das recomposições, produtos de operação morfológica concatenativa pela adição de uma forma de base à outra, as mesclas lexicais resultam de uma operação não-concatenativa, em que a sucessão de bases pode ser, e muitas vezes o é, rompida por sobreposições, dando origem a palavras que condensam o significado de seus constituintes.

A formação dessas palavras revela criatividade (intuição) do falante no uso da língua materna e sua força expressiva resulta da síntese de significados e do inesperado que se consegue com a combinação. Quase sempre com a finalidade expressiva particular e circunstancial, as palavras mescladas, altamente produtivas, não só podem ser encontradas na linguagem coloquial, humorística e publicitária, como também na linguagem literária, exprimindo um certo tom de lirismo, como em *deleitura* (< *deleite* + *leitura*), *áspedras* (*ásperas* + *pedras*) e *falavra* (< *fala* + *palavra*)<sup>2</sup>, entre várias outras.

Rotuladas genericamente de CV, as mesclas lexicais apresentam três diferentes tipos de formação, a saber: por interposição ou entranhamento ou impregnação lexical; por combinação truncada ou truncamento; e por substituições sublexicais ou reanálise ou analogia<sup>3</sup>.

O primeiro mecanismo de cruzamento, por interposição lexical, é responsável pela maioria das formações mescladas. Diz respeito aos CVs que resultam de duas bases que compartilham material fonológico, sejam sílabas, rimas ou até mesmo porções fônicas sem *status* próprio, as quais se fundem de tal modo que estabelecem, no nível da forma cruzada, relações de correspondência de um-para-muitos entre os constituintes das formas de base e da forma resultante. A maior ou menor quantidade de material compartilhado está diretamente relacionada ao grau de semelhança fônica entre as palavras-fonte. Participam desse processo palavras como *namorido* (< *namorado* + *marido*) e *apertamento* (< *aperto* + *apartamento*).

---

<sup>2</sup> Exemplos de Martins (2003: 124).

<sup>3</sup> Alguns estudiosos, entre eles Gonçalves (2004; 2005), Gonçalves & Almeida (2005; 2007) e Basílio (2005), distinguem analogia de cruzamento vocabular.

O segundo tipo de cruzamento, por combinação truncada ou truncamento, responde por formações mais isoladas na língua, e, de acordo com Gonçalves (2005), aproxima-se bem mais à composição, já que não há, necessariamente, compartilhamento de segmentos. Nesse padrão, se as formas de base são do mesmo tamanho, ocorre fragmentação em ambas: *cansástico* (< *cansativo* + *fantástico*); caso contrário, a maior sofre truncamento, e a menor, sem perder massa fônica, se concatena inteiramente a maior: *forrogode* (< *fórró* + *pagode*).

Por fim, denomina-se substituição lexical ou analogia ou reanálise o processo pelo qual uma dada sequência de uma palavra é reinterpretada e substituída por outra. Em outras palavras, um fragmento da base é promovido à condição de morfema, a exemplo de *trêbado* para designar, expressivamente, alguém demasiadamente alcoolizado. Da mesma forma, há, também, o exemplo *zêbado* em que o falante conceptualiza o alfabeto como uma escala de gradação para se referir a um grau elevado de embriaguês. Ao interpretar esses novos vocábulos, o ouvinte acessa o significado das duas sequências concorrentes (“bi” por “ti” e/ou “b” por “z”) para alcançar o objetivo comunicativo pretendido. São raros os CVs formados por esse mecanismo.

## Desafios para classificação de um CV

Existe ainda um grupo de palavras que combinam uma sequência reduzida fonologicamente com uma forma livre e não se encaixa perfeitamente nas categorias até aqui definidas, pois sua classificação depende da posição que a sequência reduzida ocupa na combinação. Tais sequências carregam consigo, metonimicamente, o sentido de toda a palavra precedente e podem exercer, em termos sintáticos, duas funções: (a) a de um elemento determinante (DT), como “lamba-“ (< *lambada*), “choco-“ (< *chocolate*), “pit-“ (= “agressivo”, < *pitbull*), “psico” (< *psicologia*) e, quem sabe, a sequência “fran-“ (< *frango*); ou, ao contrário, (b) a de um elemento determinado (DM), como “caipi-“ (< *caipirinha*), “-trocíneo” (< *paítrocíneo*), “-búrguer” (< *hambúrguer*) “-escente” (< *adolescente*), “-gate” (< *Watergate*), e, por que não, “-lé” (< *picolé*).

Construções com as sequências (DT), listadas em (a), ou preservam o material fônico e segmental das bases combinadas, à semelhança da recomposição, como se observa em *lambafunk*, *lambareggae*, *pitboy*, *pitbaby*, *pitfamília*, *pitbabá*; *franfilé*; ou perdem segmentos da palavra hospedeira, a exemplo de *chocolícia* (< “choco” + *delícia*), *chocotone* (< “choco-” + *panetone*), *chocólatra*

(< “choco-” + alcoolátra), *chocrilhos* (< “choco-” + sucrilhos); *franlitos* (< “fran-” + palitos) e *frambúrguer* (< “fran” + hambúrguer)<sup>4</sup>, aproximando-se, sobremaneira, aos cruzamentos vocabulares, uma vez que, nesse tipo de construção, as reduções não levam consigo o acento lexical.

Já as palavras constituídas com as sequências (DM), relacionadas em (b), aparentam experimentar um processo de derivação por sufixação<sup>5</sup>, como as formadas a partir de *paitrocíneo*: *tiotrocíneo*, *familiatrocíneo* e *autotrocíneo*; de *hambúrguer*: *frambúrguer* e *x-búrguer*, de *aborrescente*: *adultescente* e *envelhescente*; de *Watergate*: *Irangate*, *Lulagate* e *Mogigate*; de *picolé*: *sacolé* e *sucolé*.

Nessas formações, observa-se uma regularidade sintática (DT-DM) em termos de núcleo e adjunto, em oposição aos cruzamentos, nos quais a relação determinado-determinante (DM-DT) não é sistemática, como bem demonstraram Silveira (2002) e Gonçalves & Almeida (2005). Na análise Otimalista realizada (ANDRADE, 2008), raros foram os vocábulos constituídos com as sequências, em (b), que emergiram como forma ótima, consoante a hierarquia de restrições proposta.

O papel sistemático exercido por essas reduções fonológicas leva a supor que parecem sequências em vias de gramaticalização, em estágio de sintaticização, nos termos de Castilho (1997), já que vêm assumindo funções cada vez mais gramaticais (passando a afixos), o que viabiliza a assunção de que o processo de combinação lexical engloba dois mecanismos principais: o de composição e o de “recomposição geral”. Adotando critérios morfo-prosódicos, pode-se imaginar que, na trajetória de lexicalização das palavras compostas, participam do primeiro mecanismo (composição) as formadas por justaposição e aglutinação; e do segundo (recomposição geral), as por recomposição propriamente dita e as por cruzamento vocabular.

Por conseguinte, vale frisar que, neste trabalho, consideramos formada por CV a palavra resultante da combinação de duas bases, em que sempre há perda de massa fônica em pelos menos uma delas e com a presença de uma, e apenas uma, cabeça lexical, ou seja, apenas uma sílaba tônica, independentemente do padrão de formação: por entranhamento, por truncamento ou por reanálise.

---

<sup>4</sup> A unidade mórfica *frambúrguer* configuraria uma espécie de recomposição em que duas sequências reduzidas conquistam *status* de palavra morfológica e se juntam para formar uma palavra fonológica.

<sup>5</sup> Exceto “caipi-“, presente em uma série de palavras, tais como *caipilé*, *caipilima*, *caipivodka* etc. A primeira, todavia, apresenta o mesmo tipo de formação de *frambúrguer*, referido em nota anterior.

## CV de uma perspectiva semântico-cognitiva

Recentes pesquisas, como as de Gonçalves & Almeida (2005; 2007), contemplam o indiscutível caráter fono-morfo-semântico do fenômeno, e baseiam-se, fundamentalmente, na Linguística Cognitiva, segundo a qual os mecanismos formais da língua não são auto-suficientes para explicar o significado dinâmico que se constrói com o uso das estruturas linguísticas nas reais situações comunicativas.

Gonçalves & Almeida (2007), com base na teoria dos espaços mentais e das mesclas conceptuais (FAUCONNIER, 1996; FAUCONNIER & TURNER, 20002), analisam somente os CVs por entranhamento lexical. Tal escolha se deve ao fato de que são *produtos não homogêneos morfossintaticamente, uma vez que não há regularidade na relação determinado-determinante. Semanticamente, no entanto, os produtos codificam diferentes relações entre os conceitos evocados pelas palavras de origem (loc. cit. p. 1).*

Como esse tipo de CV se caracteriza, basicamente, pelo fato de uma das palavras-fonte instaurarem algum conteúdo semântico na outra, os autores investigam o modo como essa predicação atua na palavra resultante, e esclarecem que isso ocorre de duas maneiras: (a) *acentua propriedades inerentes ou possíveis do determinado*” como em “apertamento ou, em vez disso, (b) *atribui propriedades implausíveis a ele, através de extensões metafóricas ou metonímicas* como em “boilarina” (*id. ib. p. 12-13*).

Assim, os entranhamentos lexicais figuram de um lado e os cruzamentos por combinação truncada e as reanálises de outro, já que estes dois últimos têm em comum, em relação ao referente que designam, um caráter mais descritivo e menos avaliativo, enquanto aqueles são mais subjetivos, pois, de certa forma, abrigam uma avaliação pessoal do falante. Contudo, todas as escolhas efetuadas em qualquer fenômeno linguístico colocam em destaque a figura do enunciador, ou seja, o que entra sempre em jogo é a intenção do falante para a elaboração do sentido nesses diferentes tipos de cruzamentos, ainda que em diferentes graus.

Enfim, na criação de um CV, dois conceitos – da base e do alvo – são associados por *metáfora* ou relacionados por *metonímia*, para formar um terceiro conceito que não diverge completamente dos primeiros, como parece ocorrer na maior parte das palavras formadas por composição.

## Mesclas: lexicais e conceptuais

O CV consiste em um processo de formação de palavras que reflete, com nitidez, o processamento de Mesclagem Conceptual (doravante MC), defendido por Fauconnier e Turner (2002) como um *poderoso mecanismo cognitivo de construção de sentido on line*. A MC se processa na mente humana devido às nossas capacidades básicas vitais de projetar, conectar, integrar diferentes domínios de conhecimento, complexa atividade humana que se dá sempre por meio dos três “is” da mente, referidos, metaforicamente, pelos autores como “os olhos do mundo”: Imaginação, Identidade e Integração.

Ao mesclar duas palavras de propriedades semelhantes ou diferentes, em termos formais e conceptuais, com o intuito de se referir a uma nova entidade no mundo, o falante, por conta da imaginação, é capaz de conectá-las, identificar traços comuns entre elas e integrá-las, dando origem, assim, a palavras inéditas que, ao mesmo tempo, reproduzem e geram novos significados.

Em particular, a determinação de referentes pelos CVs depende do contexto enunciativo e essa dependência, segundo Gonçalves & Almeida (2007: 8),

*se deve ao grau de novidade da forma criada. Como são frutos da criatividade do falante, não há um armazenamento anterior do signo; no entanto, a tarefa de construir o significado dessas palavras é facilitada pelo fato de seus inputs serem oriundos do vocabulário cotidiano.*

Os contextos de uso, em alguns CVs, são de extrema importância, ou melhor, se fazem mais necessários do que em outros, pelo fato de, como veremos adiante, haver problemas de *identificação* (relação vital mais básica) entre os domínios em que os *inputs* estão inseridos. E isso, somado à complexidade de natureza formal (morfo-fonológica), compromete a interpretação/recuperação adequada do significado/forma das bases.

## Como os falantes entendem novos significados ainda não convencionalizados

A premissa básica da “escassez do significante” postula que as palavras não têm apenas um significado, mas carregam um elenco de significados convencionalizados, que são compartilhados pela mesma comunidade linguística, e quando adquirem outros significados, esses novos significados se

criam a partir daqueles já estabelecidos, em uma espécie de adaptação do sentido básico, inerente das palavras, à situação comunicativa-interacional.

Isso vem evidenciar a propriedade polissêmica dos itens lexicais e gramaticais, incluindo aí os CVs. Na medida em que enquadramos esses itens nos possíveis contextos de uso, verificamos que ocorre uma adaptação semântica em favor daquilo que se quer expressar.

## **Papel da forma linguística na construção do significado**

Segundo Evans (2006), que retoma o Princípio do Contexto de Frege,

*há uma diferença básica entre conceitos lexicais e significado. Conceitos lexicais constituem as unidades semânticas associadas, por convenção, a formas linguísticas e fazem parte da gramática mental do usuário. Já o significado é próprio de eventos de uso, é mais do que palavras, ou seja, o significado não é função imanente da linguagem, mas se constrói no uso.<sup>6</sup>*

Nessa perspectiva, os CVs não são resultantes de propriedades criativas da linguagem (como quaisquer outras palavras também não o são), mas formações morfológicas que combinam duas ou mais palavras relacionadas de algum modo entre si, cujo produto final reflete as relações previamente estabelecidas no sistema conceitual de uma dada cultura, que sempre ultrapassa o já conceituado, criando novos conceitos.

Conceber, então, o significado de qualquer unidade linguística como uma espécie de simbiose do conceito lexical (compreensão de uma palavra em contexto ou fora dele) com o significado contextual implica enxergar o processo de MC como uma possível explicação para os bastidores da produção de sentido dos CVs, atribuindo à mesclagem cognitiva a função criativa/interpretativa da linguagem.

Fauconnier e Turner (2002) definem a MC como uma operação cognitiva genérica, dinâmica, flexível, ativada no pensamento e em diversificados contextos e, portanto, pode ser entendida como um mecanismo cognitivo de produtividade lexical e renovação gramatical. O processamento cognitivo de mesclagem requer a ativação de, no mínimo, quatro domínios: dois espaços mentais-fonte, um espaço-genérico e o espaço-mescla, podendo ser constituído

---

<sup>6</sup> Tradução de Maria Lucia Leitão de Almeida.

de propriedades dos domínios-fonte, mas com uma estrutura emergente nova. Tais domínios são gerados a partir de conjuntos de conhecimentos organizados e estruturados, advindos de experiências, e dividem-se em domínios estáveis e domínios locais.

Grosso modo, consideram-se os domínios estáveis (Modelos Cognitivos Idealizados – MCIs; Molduras Comunicativas – *frames*; Estruturas Genéricas) um patrimônio da espécie humana, já que correspondem a estruturas de memória pessoal ou social e são evocados a partir de qualquer operação de significação. Esses domínios têm por característica serem, de certa forma, estáveis e flexíveis. Já os domínios locais, também denominados Espaços Mentais, são dinâmicos, responsáveis pelo processamento cognitivo da significação e com a peculiaridade de sempre se renovarem a cada interação.

Por esse enfoque, a construção dos significados é propiciada pela ativação desses domínios, que, por sua vez, são estimulados pragmaticamente por meio dos conceitos evocados pelas formas linguísticas selecionadas. Mais especificamente, o significado emerge nos Espaços Mentais, áreas de trabalho voláteis que são construídos pelas expressões linguísticas mais o contexto de uso.

Com efeito, a relação entre forma e significado parece ser mais integrada do que se tem considerado, uma vez que produzir ou interpretar sentidos implica projetar conexões entre os domínios cognitivos. Sendo assim, é possível analisar as relações semânticas instauradas pelas formas de base na construção do significado de um produto da combinação lexical (CV), já que, nesses tipos de vocábulos, a significação se constrói por relações metafórica, metonímica ou metaftonímica.

Tais relações associativas são acionadas durante o processo de MC, que estabelece a conexão entre diferentes domínios conceptuais. As projeções entre o espaço mesclado e os espaços externos são denominadas de relações vitais, as quais refletem as experiências humanas básicas, e se estabelecem nas primeiras fases da vida, fornecendo as bases dos sistemas conceptuais. De acordo com Fauconnier e Turner (2002), essas relações são de 14 tipos: espaço, tempo, mudança, identidade, analogia, causa/efeito, desanalogia, propriedade, parte/todo, representação, papéis, similaridade, categorias e unicidade. E é por meio dessas relações que conseguimos comprimir, no espaço mesclado, os conceitos relevantes a cada interação.

O processo semântico-cognitivo da mescla cumpre, basicamente, as seguintes etapas: (a) projeção parcial entre os espaços-fonte (*inputs*); (b) construção de

um espaço genérico que reflete estruturas e organizações comuns e mais abstratas das duas fontes entre as quais a mente humana imaginou identidades possíveis; e (c) geração do espaço-mescla resultante da projeção parcial dos *inputs* com uma estrutura emergente própria, parcialmente distinta da estrutura dessas fontes que o constituem. Em resumo, a mescla se processa em função da projeção seletiva entre espaços-fonte, espaço genérico e estrutura emergente por composição, complementação e elaboração, sendo fundamental a integração de eventos em uma única unidade.

Desse modo, Facounnier sugere que a significação não está na palavra, mas na mente, possibilitando uma nova perspectiva de tratamento das questões ligadas à explicação do processo de significação, em que as formas linguísticas (lexicais ou sintáticas) são tão-somente pistas e não veículos plenos de significação. Logo, o sentido decorre de procedimentos de MC, via de acesso universal para o conhecimento, uma vez que é nos espaços mesclados que o que se quer dizer se faz emergir.

Com o propósito de apoiar as pretensões universalistas da teoria da mesclagem conceptual, Slingerland (2005) documenta a sua aplicação em um antigo texto filosófico chinês, unindo as ideias dos teóricos da MC com as de neurocientistas, como António Damásio, que defende o papel fundamental dos estados somáticos (sudorese, alterações na frequência cardíaca e respiração, dilatação das pupilas, expressão facial etc.) e das reações emocionais, nos processos mentais humanos que envolvem raciocínio (tomadas de decisão, criação, compreensão etc.).

A aproximação dessas duas áreas de conhecimento se justifica pela possível interpretação de um texto do chinês arcaico, comprovando que a MC não é exclusiva de línguas indo-européias modernas e que a sua dinâmica estrutural é semelhante em qualquer língua, visto que reações viscerais do emocional humano, relativamente invariáveis e previsíveis em todas as culturas e épocas, são recrutadas por uma variedade infinita de efeitos retóricos.

O fato de as mesclas construídas em qualquer língua, em qualquer época serem recriadas em nossas mentes quando lemos e entendemos um texto traduzido sustenta o argumento dos linguistas cognitivistas de que o pensamento é acionado e comunicado pela linguagem, mas não constituído por ela.

A análise semântico-pragmática de um texto compreensível através de milênios vem corroborar a hipótese de que as habilidades humanas cognitivas são compartilhadas e esse compartilhamento decorre de órgãos comuns e de

um mundo físico comum, produzindo uma imensa base de estruturas conceituais universais, ou, em outras palavras, de que não há realmente uma maneira peculiar de pensamento.

## **Imprecisão da referencialidade em alguns CVs**

Como já mencionado, alguns CVs são altamente dependentes do contexto. Para que o falante tenha plena compreensão/interpretação do significado, faz-se necessária a adequação dos vocábulos cruzados com o evento e com o discurso em que ele está sendo empregado. Devido à comparação entre os diferentes tipos de CVs na língua, notamos que alguns são transparentes quanto ao significado e deixam claro a forma e o significado dos *inputs* que lhe serviram como base, enquanto outros adquirem alto grau de opacidade.

Diante da análise Otimalista para o tratamento desse fenômeno na língua portuguesa (q.v. Andrade 2008), gerou-se o questionamento em relação a alguns CVs serem considerados bem-sucedidos, isto é, CVs que vieram à superfície após atenderem às exigências de restrições morfo-prosódicas nessa primeira análise descritiva/formal, enquanto outros foram eliminados. O sucesso da formação desses novos vocábulos cruzados seria apenas de ordem formal, ou, paralelo a isso, faz-se necessária uma análise conceitual dos constructos mentais que estão envolvidos e são primordiais para a formação dos itens lexicais e para seus respectivos significados?

Na presente proposta, acredita-se que a elaboração do significado se faz, inicialmente, na mente para que, então, o pensamento/conceito, após ser elaborado de modo concernente à intenção do falante e coerente para uma efetiva comunicação compartilhada, seja materializado linguisticamente. Do mesmo modo que, para uma análise formal, é fundamental que tais formas linguísticas estejam de acordo com as restrições morfo-prosódicas da língua, as projeções conceituais entre os domínios de conhecimento também precisam estar bem relacionadas e é justamente nesse foco que a Teoria da Mesclagem Conceptual ganha seu lugar nas investigações sobre os CVs.

Em princípio, a análise que se faz para verificar a boa ou má formação dos CVs é formal. A grande parte dos estudos dos CVs enfatiza as estruturas linguísticas que determinam essa ou aquela formação, quando, na verdade, é essencial que examinemos o conceito que se quer definir com o uso de um novo CV. Para que o falante aponte para um(a) novo(a) conceito/entidade, é

preciso que ele se baseie em conhecimentos prévios bem estabelecidos. Em outras palavras, a formação de CVs conta com conhecimentos adquiridos pelo falante e tais conhecimentos não são eventuais, mas comuns a todos os usuários de uma dada língua, e isso, sem dúvida, seria um dos fatores essenciais para interpretar essas formações. Outro ponto fundamental é verificar de que modo os *inputs*, isto é, os domínios instáveis/estáveis estão sendo projetados uns com os outros, e, ainda, de que modo esses conceitos estão sendo transferidos, comparados e relacionados.

As relações vitais, estabelecidas por Fauconnier e Turner (2002), constituem uma tentativa de mapear o que está sendo colocado em evidência entre os domínios de conhecimento elencados pelo falante para essa ou aquela formação. As propriedades inerentes e essenciais dos *inputs*, que são necessariamente aquelas que os caracterizam como uma entidade peculiar no mundo, devem permitir correlações plausíveis e coerentes e as relações que se estabelecem durante a conexão entre os domínios de conhecimento devem ser compartilhadas e efetuadas similarmente pelos falantes. Caso o CV não seja compreendido, ou dependa maximamente do contexto situacional ou discursivo em que está sendo usado, é provável que haja incoerência na relação entre os conhecimentos pertencentes aos *inputs* e, com isso, as relações vitais podem ser múltiplas, dificultando, por vezes, a identificação do referente que esse CV quer apontar no mundo.

### **Análise formal vs. análise semântica**

Existem cruzamentos que, mesmo não sendo usados com frequência, se expressos, em qualquer situação enunciativa, suas bases são restauradas com uma certa facilidade. Esse é o caso de “bradescravo” (< “Bradesco” mais “escravo”) e de “showmício” (< “show” mais “comício”), entre vários outros exemplos de formas bem-sucedidas.

Pela análise formal, pôde-se verificar que os CVs mal-formados apresentam como característica comum a dificuldade de rastrear, no produto final, os *inputs* que lhes serviram de base. Muito embora ainda não se tenham realizado testes exaustivos, pela análise semântico-cognitiva, os CVs mal-sucedidos, pelo que tudo indica, até são projetados no nível conceitual, porém não estabelecem possíveis relações entre as propriedades inerentes e essenciais e, conseqüentemente, são opacos quanto à função de se referir a uma nova entidade no mundo com *tais e tais* (novas) propriedades.

## Mesclas bem-sucedidas vs. mal-sucedidas

Tomemos como exemplo o CV “namorido”, cruzamento de “namorado” com “marido”, uma mescla formalmente bem-sucedida por apresentar características próprias de um CV por entranhamento lexical: possuir apenas uma cabeça lexical, compartilhamento de segmentos, perda mínima de massa fônica das palavras-matriz, permitindo fácil rastreamento das bases, enfim, para análise Otimalista, um candidato ótimo segundo a hierarquia proposta para a sua formação.

Os MCIs socialmente construídos e culturalmente disponíveis para os conceitos das bases envolvidas em tal CV são, de modo geral, assim compartilhados: “namorado” - aquele com quem ainda não se tem um relacionamento interpessoal legalizado socialmente, e de quem esperamos, durante a fase do namoro, atitudes de conquistas objetivando um futuro casamento; “marido” - aquele com quem se tem um relacionamento amoroso e sexual, legalizado socialmente, em geral, é o indivíduo com quem compartilhamos moradia, filhos e diversas responsabilidades matrimoniais.

Assim, nesta mesclagem, são ativadas as relações vitais de *tempo*, de *mudança*, de *analogia* e de *papel/valor*, e, no espaço-mescla, a relação papel/valor é comprimida como propriedade. Contudo, “namorido” pode ser interpretado como um namorado que representa o papel de marido ou vice-versa, dependendo de como o falante realiza a compressão da relação vital papel/valor: se ele atribui o valor de “namorado” ao papel de “marido” ou, ao contrário, o valor de “marido” ao papel de “namorado”. Mas isso não é relevante, pois a noção que todos temos de “namorido” é referencialmente clara. Esse parece ser um caso de mescla bem-sucedida tanto em termos formais quanto em termos de construção conceitual.

No entanto, nem todas as mesclas lexicais se comportam dessa maneira; há mesclas mal-sucedidas morfo-prosodicamente e/ou semântico-cognitivamente. Vejamos o caso das construções “Sadigão” e “Perdisadia”, criadas para denotar a fusão das empresas “Sadia” e “Perdigão”, que parecem opacas tanto quanto à forma quanto ao sentido. Com relação à forma, não têm características de CV, uma vez que a primeira, “Sadigão”, apesar de compartilhar a sequência “di”, presente em ambas as bases, assemelha-se a um substantivo aumentativo pela apropriação da sequência “ão”, análoga ao sufixo formador, por excelência, dos aumentativos em português; a segunda, “Perdisadia”, de pior desempenho, apresenta dois acentos lexicais, por preservar a

sequência “Perdi”, equivalente a um sintagma fonológico cujo núcleo é foneticamente idêntico à 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo do verbo “perder”.

Interessante observar que “SADIA-PERDIGÃO” ou “PERDIGÃO-SADIA” seriam compostos apropriados para se referir à fusão das duas empresas, o que levanta a hipótese de que uma formação morfológica adequada por CV é mais sensível e está estritamente relacionada com o processo bem sucedido da construção de significados por meio da MC. Em outras palavras, se o novo referente, que emerge no espaço-mescla, resultar de uma compressão de propriedades não fortuitas, habilita a boa formação pelo processo de CV; caso contrário, a nova formação adquire opacidade referencial, tornando-se demasiadamente dependente do contexto de uso.

Os cruzamentos “Perdisadia” e “Sadigão” foram divulgados na coluna de Ancelmo Gois, transcrita a seguir, e refletem propriedades eventuais reconhecidas pelo autor. Tais propriedades dizem respeito à primazia econômica de cada empresa em diferentes períodos:

**Sadia:** empresa multinacional de produção de alimentos frigoríficos do Brasil, fundada em 1944. *Por quatro vezes consecutivas (2001, 2003, 2004 e 2005) a Sadia foi eleita a marca mais valiosa do setor de alimentos brasileiro, em pesquisa divulgada pela Interbrand que avalia companhias nacionais listadas na CVM e, dentre elas, elege as marcas brasileiras de maior valor no mercado.*

**Perdigão:** empresa brasileira de alimentos frigoríficos, fundada em 1934. *Desde 2006, a Perdigão integra o Novo Mercado da Bovespa, o que consolidou sua posição de excelência em gestão, com controle difuso e pulverizado, assegurando direitos igualitários aos acionistas e oferecendo um padrão ainda maior de transparência às operações. Foi a primeira empresa brasileira de alimentos a lançar ações (ADRs) na Bolsa de Nova York.*

### Enfim, sós

Ontem, foram acertados os últimos detalhes da fusão Sadia-Perdigão. O namoro é antigo. Tem uns dez anos. Na época, quando a Sadia esbanjava saúde financeira, dizia-se que, da união, resultaria “**Sadigão**”.

Hoje, está mais para “**Perdisadia**”, pela supremacia da Perdigão.

(Ancelmo Gois - O Globo, p. 14 – Rio – Quinta-feira, 14 de maio de 2009.)

Obviamente, esses cruzamentos resultam de mesclas conceptuais possíveis, que partilham um mesmo espaço genérico, interpretadas metonimicamente, uma vez que os *inputs* pertencem ao mesmo domínio (empresas frigoríficas). Todavia, não se realizam da mesma forma, dando origem a vocábulos sintático-discursivos diferentes: Sadigão e Perdisadia. O próprio Ancelmo Gois explica como perspectivou os domínios conceptuais envolvidos: nas duas formações, foi levada em conta a saúde financeira das empresas, ou seja, propriedades fortuitas, uma vez que não se trata de um conhecimento necessariamente compartilhado, presente nos MCIs dos falantes. Embora, em sua construção sígnica-conceptual, estejam comprimidas propriedades relativas à “saúde financeira”, que envolve tanto “superávit” quanto “déficit”, é a predominância de uma dessas características que faz com que, no espaço mesclado, se comprima uma delas, em detrimento da outra. A ordem escolhida para a materialização da palavra reflete a topicalização daquilo que se quis destacar, deixando subjacentes as propriedades inerentes e essenciais dos *inputs*.

Portanto, nessas mesclas, comprime-se, no espaço emergente, somente a propriedade fortuita relativa à saúde financeira das empresas, corroborando a ideia de que uma mescla, para ser bem-sucedida, necessita, fundamentalmente, da compressão de propriedades inerentes e essenciais dos *inputs* envolvidos para que venha à superfície um novo e bem definido referente.

## Palavras finais

Como em qualquer formação de neologismo, nos CVs, relações vitais são ativadas, caso a caso, e sempre comprimidas no espaço-mescla, emergindo dessa compressão uma nova entidade que pode ou não continuar pertencendo à categoria dos seus *inputs*. Essas possíveis relações são acionadas o tempo todo entre os *inputs*, facilitando ou dificultando a mescla das propriedades inerentes e essenciais correspondentes a cada domínio.

Com isso, será possível a formação bem definida de uma terceira inédita entidade, pertencente ou não a mesma(s) categoria(s) dos *inputs*, com propriedades herdadas, mas não-idênticas. Nas mesclas consideradas mal-sucedidas, a exemplo de “Sadigão” e “Perdisadia”, ativam-se relações vitais variáveis, transparecendo projeções díspares entre os domínios envolvidos, levando à dificuldade de apontar para um referente que seja comum entre os falantes.

Isso ocorre porque os *inputs* acionados apresentam propriedades inerentes não compatíveis, ou porque tais propriedades não são comprimidas no espaço-mescla, bloqueando a emergência de uma nova entidade, um referente bem definido, fato que implica, para a sua significação, um elevado grau de dependência do contexto.

Tal análise possibilita a pressuposição de que a má formação linguística de um CV espelha, por vezes, a má formação conceptual das mesclas, pois a construção do seu significado, que se dá na interação do conceito lexical com a situação de uso, parece ter uma maior contribuição do contexto, levando-as ao desuso. Já as mesclas conceptual e formalmente bem-sucedidas tendem a uma vida mais longa na língua, a exemplo de *namorido*, *chafé*, *boilarina*, *sacolé*, *futevôlei* etc., que além da função discursiva assumida, cumprem função lexical, pois exercem, com certa transparência, o papel de denominar e/ou caracterizar seres, ações ou estados, permitindo categorizações cada vez mais particulares.

## Capítulo 13

### AS ROTINAS COGNITIVAS E A ESTRUTURA DO ENUNCIADO IRÔNICO

*Monica Alvarez Gomes das Neves*

Este capítulo<sup>1</sup> apresenta um estudo cognitivista do processamento da ironia, seguindo as pesquisas de Fauconnier & Turner (2002) e Coulson (2001), principalmente. Procura-se mostrar nesta oportunidade como os mecanismos de mescla e reenquadre suportam cognitivamente a leitura irônica do enunciado, a partir da observação das desanalogias entre um dos *inputs* e o espaço mescla.

Além de partir das rotinas cognitivas envolvidas, partiu-se de um conceito de ironia mais apropriado do que aquele que se observa na literatura tradicional. Consequentemente chegou-se à identificação de um padrão da ironia no sintagma nominal (SN).

O *corpus* deste trabalho constitui-se de matéria jornalística de natureza opinativa. Partiu-se de uma análise linguística de cunho funcional — da manipulação do dado lingüístico para se chegar, mais adiante, aos processos cognitivos diretamente envolvidos na compreensão e construção dos sentidos. O segundo momento da análise dos dados contou com o estudo e a verificação dos processos não só de reenquadre e mesclagem, bem como os de compressão/descompressão da informação nas ocorrências selecionadas,

---

<sup>1</sup> Este capítulo é produto da tese de doutorado da Autora, orientada pela Professora Doutora Maria Lucia Leitão de Almeida (Faculdade de Letras, UFRJ, 2006) e foi parcialmente publicado na Revista Linguística, UFRJ, dezembro/2006.

indicando o processamento cognitivo detonado na leitura do enunciado irônico, e, mais adiante, chegou-se a algumas generalizações.

## Objeto de estudo

Assim como a metáfora, vê-se que a ironia é um recurso linguístico amplamente empregado na conversação ordinária e em textos escritos dos mais diversos tipos.

Seguindo até certo ponto a trilha dos estudos sobre os processos metafóricos, pode-se constatar que o tratamento comumente dado à ironia assemelha-se ao que era dado à metáfora (definições marginais com olhar exclusivamente literário), até o texto de Lakoff & Johnson (1999). Vejam-se as seguintes definições como exemplos:

- a) Aurélio, 2000: *modo de exprimir-se que consiste em dizer o contrário daquilo que se está pensando ou sentindo, ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem; contraste fortuito que parece um escárnio; sarcasmo, zombaria.*
- b) Infante, 1997: *consiste em, aproveitando-se do contexto, utilizar palavras que devem ser compreendidas no sentido oposto do que aparentam transmitir. É um poderoso instrumento para o sarcasmo.*
- c) Manoel P. Ribeiro, 2004: *consiste em declarar o oposto do que na verdade se pensa.*
- d) Maingueneau & Charaudeau, 2002: os autores começam a definir ironia a partir da visão da filosofia e da retórica. Segundo essas disciplinas, a ironia mostra a inversão daquilo que se quer dizer.

Em seguida, fazem referência às “teorias” que aplicam diferentes modos de manipulação da ironia, citando:

- a) menção: Sperber & Wilson (1998) entendem a ironia como eco do enunciado pertencente a outro locutor, com forte apelo à comparação com o contexto.
- b) polifonia: Ducrot (1984) compreende ironia como recurso para estabelecer a polifonia no discurso.
- c) paradoxo: Berrendonner (1981) propõe a visão da ironia como paradoxo, uma vez que o locutor invalida sua enunciação ao dizer algo ironicamente.

A forma como os autores compreendem o recurso irônico é apresentada de modo breve e sem exemplificação.

Acrescentam ainda o valor pragmático da ironia, como a não-obediência a uma das máximas de Grice (“ser claro”), e ainda os caracteres desqualificador e defensivo que esse recurso impõe.

É importante salientar que esse Dicionário, organizado por Maingueneau e Charaudeau (2002), é uma publicação recente e de uso restrito aos estudos de nível superior. Apesar de oferecer uma visão mais abrangente de ironia, os autores retomam trabalhos publicados há, aproximadamente, vinte anos, e se apóiam na definição tradicional desse recurso linguístico.

Dicionários de termos lingüísticos, como o de Jean Dubois (1998), por exemplo, não registram o termo, como também deixa de fazê-lo a gramática, tão usada em nossos colégios e cursos de graduação em Letras, de Cunha e Cintra (1985).

Além do “descaso” percebido pela observação da literatura específica em Linguística e Língua Portuguesa, percebe-se também, na atuação em sala de aula, o despreparo dos jovens universitários diante de texto argumentativo que utiliza o recurso linguístico em questão.

O texto argumentativo, por suas especificidades, já traz em si um razoável nível de dificuldade de leitura para nossos estudantes tão habituados às revistas “adolescentes” e à televisão.

Nesse contexto, dificilmente o aluno percebe a ocorrência da ironia em um texto que se propõe objetivo, sério, não irônico (em conformidade até com o que manuais de redação, editados por grandes jornais brasileiros, prescrevem), com discurso marcadamente institucional e, portanto, na esteira dos discursos mais referenciais. Ao lado disso, há o fato de que o processamento do enunciado irônico não se restringe só à sentença, mas, ao contrário, pode ampliar seu escopo ao nível do discurso.

O que não se pode deixar de levar em consideração é que os atos de linguagem envolvem interlocutores, e também o texto opinativo ou o editorial tem dimensões apoiadas na interação e no *background* do leitor, presumidas pelo autor. O tipo de texto analisado é um produto de interação, com uma previsibilidade que remete ao gênero, à situação e ao imaginário implicados.

Interessa a este trabalho, portanto, o modo pelo qual se constrói o sentido dos enunciados irônicos, e a análise feita partirá, para tanto, das marcas lingüísticas do discurso.

Apesar de ser tradicionalmente apresentada, desde a retórica clássica (cf. ARISTÓTELES, em *A arte retórica*), sob os limites conceptuais acima descritos,

a ironia continua viva na língua, adquirindo outros formatos e atuando em várias instâncias (NEVES, 2006). Observem-se alguns exemplos:

- (1) Policiólogos<sup>2</sup>
- (2) Pastoral do criminoso<sup>3</sup>
- (3) Avanços sociais<sup>4</sup>
- (4) Antes dele, só um tal de Jesus ousou tamanho milagre.<sup>5</sup>
- (5) Na hora exata em que eu tomava um chá com chocolate no alto dos Andes, na fronteira com o Chile, meu espírito transitava em alta velocidade pela Marginal Tietê, em São Paulo.<sup>6</sup>

Em (1), a ironia se situa no nível lexical; (2) e (3) contemplam casos de nome e complemento – nível de estruturação **especialmente** estudado neste trabalho; (4) exemplifica a ironia na relação sujeito/predicado; em (5) a ironia se dá entre orações.

Em todos esses casos, é possível apontar um padrão léxico-sintático inicial e, portanto, genérico, que pode ser reconhecido como X Mod, em que X constitui Nome, Adjetivo, Oração, ao lado de um Modificador.

Além disso, toda ironia opera negação de algo, de forma que essa construção é uma forma marcada de proposições negativas (sem uso do advérbio de negação), fazendo parte, por isso, de uma rede construcional específica da negação.

---

<sup>2</sup> No editorial “Policiólogos” (*O Globo*, 02/02/1999), o autor constrói a ocorrência irônica ao discutir a atuação de policiais, não condizente com postura nem de policias nem de sociólogos.

<sup>3</sup> O editorialista de “Todos pecadores...” (*O Globo*, 21/02/1999), ao comparar as instituições e a disciplina do Brasil com as dos Estados Unidos, diz que lá não há “pastoral do criminoso”, e sim leis que efetivamente são cumpridas.

<sup>4</sup> No mesmo texto indicado na nota 3, o editorialista enumera direitos e privilégios que ocorrem no Brasil dos quais discorda, como monopólios portuários, aposentadoria universal por tempo de serviço, dentre outros.

<sup>5</sup> Em “Chega de autoflagelação” (*O Globo*, 01/04/2004), o editorialista reclama da falta de atenção às coisas boas do Brasil e da falta de abordagem de outros assuntos (só se falava do caso Waldomiro) e, para tanto, cita uma das dez maiores invenções, segundo pesquisa norte-americana, segundo a qual o trabalho de um brasileiro visa à recuperação dos movimentos de paralíticos (e, no entanto, não foi divulgada aqui).

<sup>6</sup> Em “Multai-vos uns aos outros” (*Jornal do Brasil*, 26/08/2003), o editorialista cita o absurdo de ter sido multado em data em que não se encontrava no Brasil e seu carro estava guardado no estacionamento do aeroporto de onde havia partido.

A partir dos exemplos, pode-se perceber que a definição tradicional de ironia não dá conta do fenômeno em questão. Ele pode ser melhor entendido nos termos de Giora (1995): **a ironia é a negação de um estado de coisas e a afirmação do desejado.**

### **A construção do enunciado irônico: uma perspectiva cognitivista**

Partindo desse “novo” conceito, claramente mais adequado e abrangente que o tradicional, por abarcar usos em que não ocorre a inversão semântica, chega-se, através da Linguística Cognitiva, a uma possibilidade de análise linguística da ironia.

A Linguística Cognitiva despontou no cenário dos estudos da linguagem no Brasil nos últimos anos com um considerável caminho já percorrido por ilustres pesquisadores. Essa linha teórico-científica oferece algumas ferramentas de análise muito produtivas, como a compreensão dos espaços mentais, e sobretudo as operações de **mescla** e de **reenquadre**.

No Brasil, ressalta-se a Hipótese Sociocognitiva da Linguagem – cunhada por Salomão (1997) – que focaliza a dimensão social da significação. Essa visão respalda a significação relevante ou, em outras palavras, a significação diz respeito à moldura cognitiva que ensejou os enunciados (portadores do significado em questão).

Considerando mescla e reenquadre como rotinas cognitivas básicas para a compreensão da ironia, é fundamental apontar o caso dos nomes compostos (que também ilustram as combinações encontradas no *corpus*).

Quando se trata de nomes compostos, a situação é, em geral, a de que cada um deles relacione um *input* e, conseqüentemente, o espaço mescla contará com elementos projetados dos dois domínios de forma indecomponível (estrutura estudada por Coulson (2001) e especialmente relevante para esse estudo).

Fundamentalmente, a autora (*idem*) aponta ainda funções do processo de mesclagem conceptual. Dentre eles, devem ser citados a possibilidade de novas inferências sobre o domínio alvo, a ênfase em um construto do domínio fonte, designação de um aspecto da cena, a escalaridade de elementos disponíveis, dentre outras coisas. Por fim, ela salienta que os modelos construídos para a mescla são escolhidos com a finalidade de *habilitar inferências, evocar respostas afetivas e ação motivada* (2001: 202).

Esse processo é extremamente produtivo na língua, uma vez que os falantes são flexíveis para compreender e formar novas mesclas e evocam e manipulam *frames* constantemente, garantindo o sucesso da operação.

Coulson (*idem*) tece ainda alguns comentários que também são concernentes ao enunciado irônico de modo especial, embora não fale dele explicitamente. A autora observa que mesclas metafóricas têm serventia retórica. Esse é um dado importante para o presente trabalho na medida em que a ironia é um recurso argumentativo. Através da mesclagem de cunho irônico, um *frame* ganha nova relevância, evitando, assim, a necessidade de endereçar controvérsia num dado domínio.

A ironia reflete a operação de mecanismos enraizados na base do sistema conceptual, assim como a metáfora. Também constitui ela um subgrupo de fenômenos de mapeamento entre domínios, exemplificando o caráter produtivo dele e da mescla como processo cognitivo fundamental.

Ironia (assim como metáfora e analogia, nos estudos de COULSON, *ibidem*) pode ser motivada por objetivos retóricos como a necessidade de promover informações, provocar reações ou *elicit* um construto *apropriadamente motivado* (p. 200), como se pode comprovar neste trabalho.

Conforme já foi dito, uma das funções da mescla é operar de modo a pesar diferentemente os elementos disponíveis, sendo possível servir à retórica através de um cenário evocado para uma construção particular para um dado evento.

A noção de implicatura escalar mostra-se bastante produtiva para esta pesquisa na medida em que requer habilidade de pensar o senso comum, enfatizando o que é maximamente informativo. É importante ressaltar que essa habilidade é suportada por modelos culturais. O mais básico desse tipo de modelo, o modelo idealizado de ação, concerne à consideração de um agente com uma intenção que executa uma ação que tem suas conseqüências. Por isso um *frame* pode ser contestado – ele é central para a experiência social, na medida em que estrutura nossas ações e expectativas de interação e é passível de argumentação.

Essas observações interessam sobremaneira no que se refere à presente pesquisa, que estuda ironia em textos de opinião. Coulson (2001) textualmente diz que sua premissa é a de que **toda ação humana é movida por intenções**. E o texto opinativo claramente (ou prototipicamente) ilustra tal princípio. Além disso, a ironia presente nesse tipo de texto mostra-se de natureza avaliativa. Portanto, a partir dessa característica, volta-se à seguinte observação de Coulson

(*idem*), segundo a qual *a atribuição de elogio, culpa ou punição é baseada no conceito de responsabilidade, e conseqüentemente envolve um uso similar do modelo idealizado da mente* (p. 229), isto é, o reconhecimento da existência do outro como agente intencional (conforme explica TOMASELLO, 1999).

Fauconnier (*op. cit.*) observa que o espaço mesclado tem possibilidade pragmática de focalizar a desanalogia entre *input* 1 e a mescla. Porém não se deve pensar que a construção seja vaga; ela é, na verdade, subespecificada – não se sabe o que será projetado, garantindo, assim, a flexibilidade do sistema. **Essa conclusão é crucial para o presente estudo (a desanalogia entre um dos *inputs* e o espaço mescla na ironia).**

A respeito do significado construído a partir do não factual, é importante lembrar que, consoante Fauconnier & Turner (2002), a construção do irreal é fundamental para a expansão do conhecimento, principalmente o científico. Ela se dá, além da fórmula já conhecida “**se x, então y**”, por dois mecanismos importantes: o efeito causal e a *reductio*, ambos através de mesclagem conceptual (*blending*).

Há uma gama de significações e o interlocutor pinça uma delas (ou até algumas). Isso não é algo fora do comum, mas, ao contrário, faz parte do nosso cotidiano. Frente a essa complexidade, o que leva os falantes à escolha adequada é o engajamento cognitivo de atividade criativa. Para Fauconnier (1997: 182), *compreender é criar. Comunicar é iniciar processos criativos dinâmicos em outras mentes e na nossa própria.*

Além disso, os autores mostram como se pode cair na falácia do isomorfismo de causa-efeito com o pensamento contrafactual, em que se assume que diferenças nos produtos são causadas por diferenças nas operações mentais básicas que os compõem. Mas, a partir da compreensão das mesclas, através da teoria dos espaços mentais, vê-se que a desanalogia entre os *inputs*, por exemplo, está integrada na mescla conceptual, através das rotinas de compressão/descompressão – e conta, é claro, com bases de conhecimento para alimentar essa integração (os esquemas imagéticos, o espaço genérico, o *frame*, os MCIs etc). Essa integração reúne fatos linguísticos tradicionalmente considerados divergentes e incompatíveis.

No caso da combinação Nome + Adjetivo (de especial relevância para esta pesquisa, uma vez que o foco de trabalho é o SN), o gatilho gramatical para a construção do irreal (e, conseqüentemente, a compreensão de uma desanalogia) não é a estrutura “se x, então y”, mas o próprio adjetivo, como é o caso de “casa errada” (exemplo de Fauconnier & Turner, 2002).

Em “dor de cabeça de cafeína” (*caffeine headache*), a noção de ausência de cafeína emerge da rede inteira, mas não é explicitamente indicada por nenhuma expressão – embora haja expressões específicas que indicam ausência explicitamente, como “ausência de, falta de”, etc. Esse exemplo mostra que a *contrafactualidade não é uma propriedade absoluta* (FAUCONNIER & TURNER, 2002: 230), dependendo do ponto de vista do qual se toma o enunciado. É o que acontece com os enunciados irônicos.

Construir o irreal acaba por viabilizar, em alguns casos, a construção de uma nova categoria, como se deu com os números complexos, considerados como impossíveis e imaginários, inicialmente.

A metamorfose de categoria é capaz de alterar estruturas e princípios de organização por completo, como é o caso de *same-sex marriage* (casamento entre pessoas do mesmo sexo).

“Dor de cabeça de cafeína” apresenta um contraste gritante entre cafeína e não cafeína e essas ideias opostas estão presentes nos espaços mentais. Os autores (FAUCONNIER & TURNER, 2002:276) apontam que esse contraste apresentado é o que permite que uma palavra tenha *múltiplos significados*, e que torna possível criar novas categorias com palavras já existentes. Os autores listam quatro princípios aplicáveis nessas situações:

- projeção seletiva, em que se projeta para o *input* aquilo que é relevante para a combinação.
- a combinação de expressões pode ser estranha ou agramatical, mas se torna viável e cheia de significado na mescla.
- os termos da estrutura emergente podem não ser aplicados diretamente aos *inputs* (caso em que tais termos não fazem sentido, se se considerar somente um *input*).
- a mescla necessariamente expande o uso das palavras, mas nem sempre essa atividade é percebida.

Estudando a combinação Nome + Adjetivo, os autores elencaram exemplos em que o adjetivo promove a ativação de um cenário contrafactual.

Em “praia segura” (*safe beach*), mostraram à exaustão como se processa tal enunciado: primeiramente, há a mescla de um espaço mental para a situação corrente com um *frame* abstrato de perigo, que promove um espaço mental contrafactual específico, em que praia é ligada a um papel no *frame* de perigo.

Esses dois espaços, apresentando divergência, funcionam como *inputs* para uma nova mescla. A desanalogia entre eles é comprimida na propriedade “segura” (*safe*).

É interessante notar a regularidade dos fenômenos descritos. As capacidades necessárias aos falantes são as mesmas, desde as mesclas menos entrincheiradas até as mais entrincheiradas.

Os padrões relevantes são requisitados por *frames* culturais com estruturação rica, ou *frames* mais genéricos (concorrendo com outros *frames*), ou por uma situação específica no momento da enunciação.

Os compostos nominais, de um modo geral, apresentam unidades formais que apontam dois elementos em espaços diferentes e encaminham o falante (locutor ou interlocutor) para que ele percorra o resto do caminho.

Esses dados ilustram a máxima de que *o a palavra não porta o significado, mas o guia* (Fauconnier, 1994: xxii).

Fauconnier & Turner (2002) retomam essa característica linguística básica quando dizem que as palavras constroem significados, mas não os representam (cf. p. 277).

Dada a essência esquemática dos modelos de construção do significado, somente as habilidades de integrar padrões, explorar escalas, reenquadrar e mesclar *frames* suportam os dados linguísticos. Por isso, a constatação – que é uma máxima dos estudos linguísticos cognitivistas – assim disposta por Coulson (2001: 279): *a informação gramatical não é sempre necessária nem suficiente para a computação on-line do significado*.

Assim, são resgatadas as características estática e dinâmica, simples e complexa do processamento da linguagem. Sobre o primeiro problema, são apontadas as rotinas que reúnem os modelos cognitivos, possibilitando a interpretação, a ação e a interação, e sobre o segundo, aponta-se a necessidade de retenção dos dados, como os *frames*, para os processos de mesclagens e, portanto, de construção de conceitos, e ainda o fato de que a representação do conhecimento é mais dinâmica do que a princípio parece. Coulson (*op. cit.*) diz que pessoas assumem valores padronizados quando nenhum outro é oferecido e que a atividade de preenchimento de lacunas é uma atividade básica.

## **Análise dos dados**

Para a compreensão da ironia, o falante parte de um cenário acessível, de uma situação convencional – viabilizada pelo MCI do leitor ou pelo cenário

que o autor do texto constrói, conforme o caso, considerando os exemplos (2) e (3) – que será checada com outro cenário, produzindo uma relação de negação de algum aspecto envolvido, geralmente uma propriedade, gerando-se, a partir daí, a inferência de uma desanalogia entre um dos *inputs* e o espaço mescla. Essa desanalogia implica o reconhecimento da ironia.

Fauconnier & Turner (2002) discutem o caso não-irônico de “praia segura” (*safe beach*). Tal combinação requisita a integração de um *frame* abstrato (o de perigo) – com uma situação específica (uma criança na praia) para a formação do cenário de evento contrafactual de “perigo para criança”.

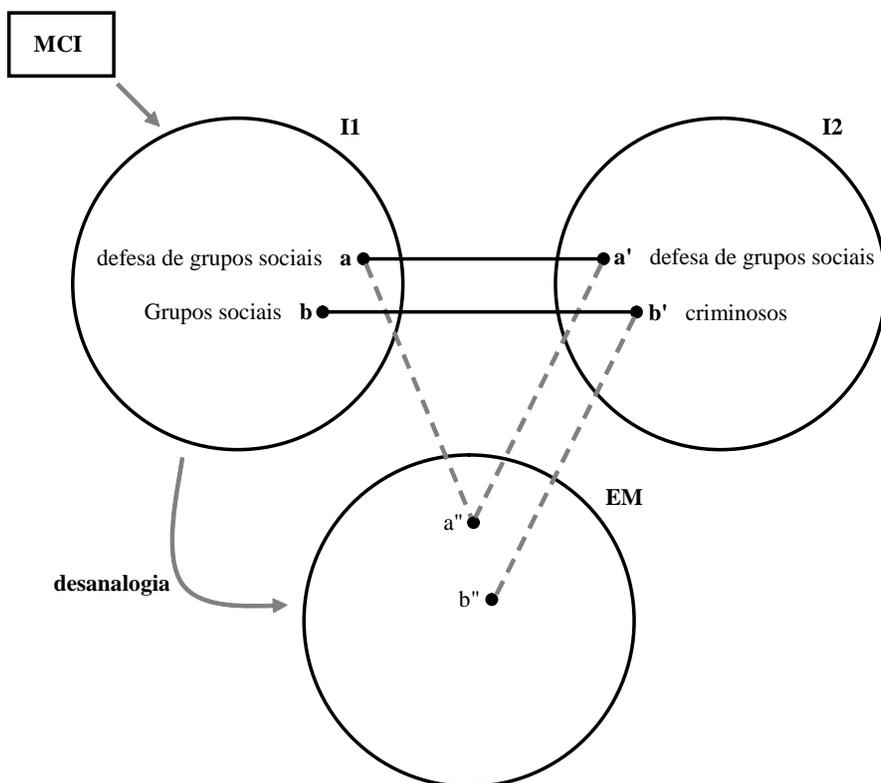
Mais interessante ainda para o fenômeno aqui estudado é o fato de que situações opostas estão em jogo e fazem parte do espaço mescla (a praia que causa e a que não causa perigo).

Nesses termos, a ironia sempre se dá através de mesclagem conceptual (*blending*), obedecendo o caminho percorrido pela mescla descrita por Fauconnier & Turner (*idem*) no que se refere à combinação Nome + Adjetivo (escopo de análise deste trabalho).

Deste modo, (2) “pastoral do criminoso”, por exemplo, em que a combinação criada pelo autor do texto, por ser implausível, não requisita necessariamente, embora esteja disponível, o cenário construído pelo autor.

O processamento partirá do MCI de Pastoral, por exemplo, ativando um *frame* abstrato dessa situação, que, através de analogia e desanalogia, será posto em cheque, dentro de um cenário imaginário, com a combinação “Pastoral do criminoso”. Desse processo de mesclagem será descomprimida a relação vital de similaridade, que fará parte da leitura irônica.

No caso do exemplo (2), a inferência a que se chega pela checagem entre os dois *frames* permite o reconhecimento de desanalogia entre o *input* 1 e o espaço mescla. Observe-se:



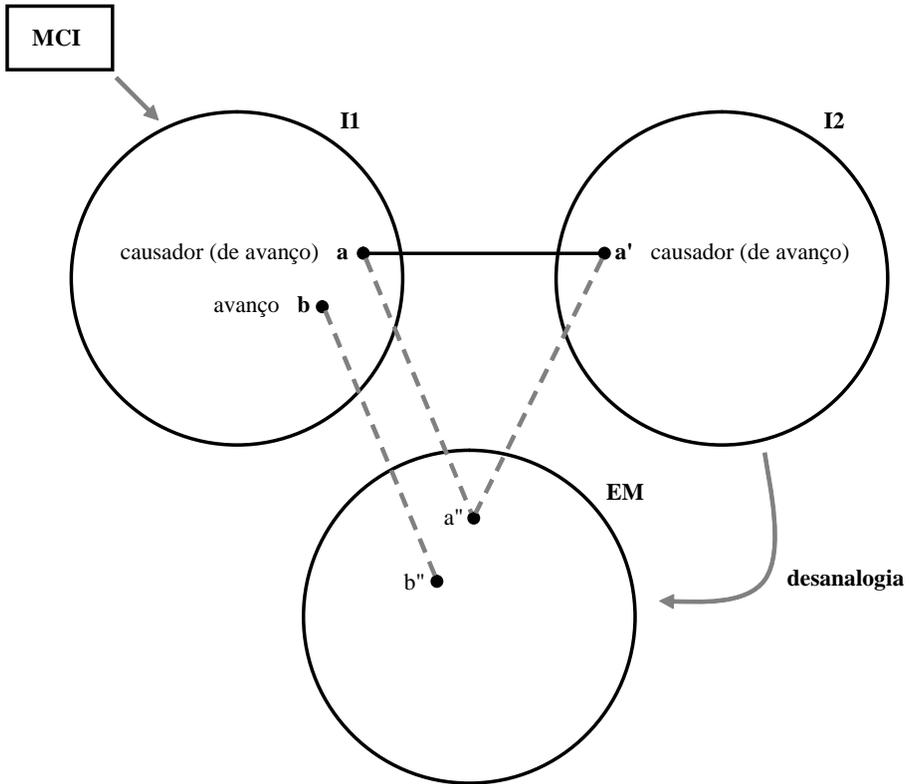
**Exemplo 2: Pastoral do Criminoso**

Para destoar da situação corrente, é preciso uma combinação implausível para marcar mais o recurso, piscar mais para o interlocutor (BERGSON, 1987).

O segundo tipo de combinação Nome + Adjetivo, de cunho irônico, se dá como em (3) “avanços sociais”, por exemplo. Em casos como esses, a combinação não é *a priori* irônica. Pode-se pensar neles sem o contexto apropriado e não há, então, combinação “estranha” ou implausível.

Por isso, ao iniciar o processamento, requisita-se o MCI da situação corrente (não progresso), com o espaço de “não - avanços sociais”, por exemplo, para proceder à integração com o cenário imaginário de “avanços sociais” (alimentado pelo MCI de progresso), gerando-se o espaço mescla, que traduz um espaço com as possibilidades opostas. Esse novo espaço descomprimirá as relações vitais de similaridade e propriedade e a inferência produzida possibilitará o reconhecimento da divergência entre o *input 2* e a própria mescla (e que, segundo Fauconnier (1997), constitui uma função pragmática).

Observe-se:



**Exemplo 3:** Avanços sociais

Para destoar do cenário imaginado, da expectativa do grupo social em que se produziu o enunciado, basta uma combinação mais habitual, somente capaz de portar a negação, propiciada pela inferência da desanalogia. Desse modo, é importante retomar as palavras de Fauconnier (1997), segundo as quais, apesar da construção ser subespecificada, nela não há vagueza propriamente dita: *os falantes, na conversação, estão gramaticalmente aptos a construir a mescla, a encontrar traços contextualmente relevantes que produzem inferências e as exportam via conectores* (Fauconnier, 1997: 163).

É importante ressaltar que a combinação irônica Nome + Adjetivo obriga à checagem entre as possibilidades de leitura evocadas pelos cenários envolvidos para viabilizar a inferência a partir de um cenário apropriado para a combinação e o contexto.

Esse jogo (com representações incompatíveis) de que falam os autores é também importante para gerar o efeito de sentido conhecido como **efeito causal** e entendido como a diferença entre o resultado proposto pelo cenário real e o resultado proposto pelo cenário imaginário. Conseqüentemente, na ironia, a inferência gerada por essa diferença é sempre de cunho argumentativo, na medida em que se traduz como uma restrição. Assim:

iv. Pastoral do criminoso não é Pastoral, mas as pessoas não deveriam defender criminosos como se fossem inocentes.

v. Avanços sociais não são avanços, mas deveria haver muitos.

Esse efeito de sentido (promovido pelo reenquadre) reforça o cunho argumentativo do recurso irônico e justifica seu amplo uso em textos opinativos.

## Palavras finais

Finalmente, é importante reafirmar, a partir dos estudos das rotinas cognitivas elencadas na literatura específica, que ironia é resultado de mescla e provoca reenquadre: ao se proceder à mesclagem (descrita na seção anterior), o falante, obrigatoriamente, reenquadra a significação a partir de uma nova cena.

Isso se dá, basicamente, pelo reconhecimento do padrão léxico-sintático que opera negação, e através da checagem entre *inputs* e o espaço mescla. Conseqüentemente, a ironia promove recategorização, uma vez que a leitura se processe como irônica.

É assim que, consoante Coulson (2001), se emparelham as naturezas estática e dinâmica do processamento da linguagem (com os MCIs e *frames*) e, ainda, a natureza simples e complexa dessa operação (através da mescla – com suas compressões e descompressões e sua capacidade de habilitar inferências, reações afetivas e ações motivadas – e do reenquadre, da conceptualização através de uma nova perspectiva).

Espera-se que a indicação do conceito de ironia estruturado por Giora (1995) e a elucidação das rotinas cognitivas de mescla e de reenquadre no processamento do recurso irônico sejam uma produtiva contribuição à descrição da língua portuguesa.



## Capítulo 14

### SENTIDO DO VERBO *OLHAR* NAS CONSTRUÇÕES DE MOVIMENTO CAUSADO PRESUMIDO *OLHA SÓ, AQUI, ALI, LÁ*

*Sandra Bernardo*

Ao apresentar, neste capítulo<sup>1</sup>, a análise de construções de movimento causado presumido (CMCP), formadas pelo verbo *olhar* seguido de *aqui*, *lá*, *ali* e *só*, que desempenham função sinalizadora em conversa informal, busca-se alcançar o objetivo geral de demonstrar o poder explicativo e descritivo das ferramentas teóricas da Linguística Cognitiva (LC). Em termos específicos, espera-se (i) mostrar as nuances semântico-pragmáticas do verbo *olhar* em tais construções; (ii) propor um *status* de categoria radial para os sinalizadores, devido à relação polissêmica vislumbrada entre eles.

A ausência de delimitação teórica rígida da LC e o seu caráter múltiplo são os grandes fatores responsáveis por esse poder explicativo, de modo a possibilitar o estudo de construções como *olhaX(só, aqui, ali, lá)*, cuja estrutura sintática e o emprego no discurso oral revelam especificidades que escapam às descrições de abordagens tradicionais e formais. Assim, além da Gramática das Construções, também são empregados neste estudo conceitos da Teoria dos Espaços Mentais, postulações de Clark (1996) e de Marmaridou (2000) e

---

<sup>1</sup>O conteúdo deste capítulo é, em grande parte, uma síntese das etapas da análise desenvolvida nos últimos anos, cujos achados foram publicadas em textos diversos.

a Teoria da Metáfora Conceitual (Lakoff 2002), bem como noções da Análise da Conversa, consubstanciando uma abordagem sociocognitiva.

As ocorrências estudadas foram extraídas do *Banco de Dados Interacionais* (BDI), volume organizado por Roncarati (1996), composto de transcrições de conversas casuais gravadas em 1989 e 1990. Antes de passar à análise, tratar-se-á da fundamentação teórica deste estudo.

## Pressupostos teóricos

Na primeira parte desta seção, são expostos os fundamentos metafóricos e discursivos para a noção de sinalizador; na segunda, uma síntese na noção de construção de movimento causado e, na terceira, uma síntese da noção de categorias radiais.

### *Sinalizadores metaforicamente estruturados*

Em razão do papel que desempenham na conversa, as construções de movimento causado presumido *olha*(*só, aqui, ali, lá*) vêm sendo conceituadas como sinalizadores, termo que remete ao papel das formas linguísticas na conceptualização numa visão sociocognitiva, a saber: guiar a processo de significação em conjunto com outros sinais presentes no contexto de uso da língua. O conceito de sinalizador foi elaborado com base em Clark (1996), para quem os atos comunicativos ocorrem por meio de sinais naturais (ou indícios), quando a língua é utilizada. O autor define tais sinais como “um ato pelo qual os participantes coordenam o próximo passo na atividade em andamento” (p. 132).

Embora a forma *olha* não figure como elemento dêitico nos estudos de pragmática da língua portuguesa, seu papel na sinalização de referentes, a partir da abertura de um espaço-FOCO, aquele em que um enunciado é contextualizado, um domínio local onde se concentra a atenção do falante<sup>2</sup>, levou à sua inclusão entre as estratégias dêiticas empregadas em conversa. Essa assunção se baseia na concepção de dêixis como uma projeção da metáfora APONTAR PARA (Marmaridou, 2000). Em outras palavras, o ato físico de

---

<sup>2</sup>Os espaços mentais seriam os operadores do processamento discursivo, ou seja, o espaço da conceptualização, em que estariam operando todas essas informações contextuais e linguísticas. Consistem em domínios locais acessados à medida que se processam e se compreendem informações, conhecimentos, crenças etc., por isso são dinâmicos.

apontar é projetado num espaço conceptual. Além disso, a dêixis é interpretada como uma noção escalar em cujo extremo poderiam ser encontrados alguns mecanismos anafóricos e discursivos.

A abordagem experiencialista para a dêixis promove a possibilidade de descrever unificadamente seus aspectos cognitivos e sociais, já que, durante a produção e compreensão do discurso, os participantes envolvidos na interação, conceptualizam, em conjunto, os sentidos produzidos na conversação. Nessa concepção, a linguagem é uma representação simbólica (não-objetiva) da forma como os seres humanos percebem e experienciam essa realidade. Assim, o significado linguístico é incorporado, personificado; surge a partir da capacidade biológica e das experiências físicas e socioculturais captadas do meio ambiente.

Entre os processos cognitivos envolvidos na conceptualização, as metáforas desempenham papel fundamental, porque são mecanismos cognitivos que estruturam parcialmente conceitos experienciados/concebidos pelos seres humanos em todas as suas atividades, por meio da relação entre diferentes domínios cognitivos. Dessa forma, é possível estudar o significado pragmático como parte da estrutura cognitiva e não externo a ela, pois o significado social é cognitivamente internalizado.

Logo, a conversa pode ser concebida como um evento encenado numa arena na qual os falantes defendem suas posições, a fim de atingir um objetivo comum. Trata-se de um espaço a ser percorrido metaforicamente, visando ao entendimento. Essa formulação é estruturada com base na metáfora conceitual DISCUSSÃO É UMA GUERRA. A dimensão espacial de organização do discurso conversacional leva à interpretação da conversa como um recipiente de onde se pode retirar e colocar objetos.

À medida que o discurso é interpretado/construído conjuntamente pelos participantes, idéias-objetos são trazidas para um campo de visão: o recipiente onde se encontram os objetos (Lakoff & Johnson, 2002: 82). Logo, as posições apresentadas pelos falantes são objetos representados num campo visual: O DISCURSO É UMA FONTE LUZ (Lakoff & Johnson, 2002: 113). Como as formas em estudo são empregadas em passagens que envolvem a sinalização de novos (sub)tópicos ou referentes, podem ser conceituadas como uma projeção da metáfora orientacional EVENTOS FUTUROS SÃO PARA FRENTE, cuja base física é o fato de os olhos voltarem-se para a direção em que se move (Lakoff & Johnson, 2002: 62-63). Daí projeção da metáfora APONTAR-PARA para explicar as estratégias dêiticas discursivas.

Assim, na conceptualização dessas construções, ocorre uma projeção entre o domínio da percepção visual e o linguístico, que pode ser explicada em termos gerais pelas metáforas *COMPREENDER É VER*, *IDÉIAS SÃO OBJETOS* e *DISCURSOS SÃO FONTES DE LUZ*. A relação entre esses dois domínios produz, nos termos de Talmy (2002), coerência conceptual, já que possibilita a representação dos sentidos integrada e unificadamente a um corpo de material conceptual diferente.

A compreensão desses conceitos em interações planejadas localmente (*on line*), como a conversa, deve-se ao fato de as metáforas fundadoras subjacentes à conceptualização do discurso integrarem uma base comum de conhecimentos partilhada pelos falantes no curso da interação. Os sinais linguísticos (junto a outros sinais) guiam esse processo de conceptualização diretamente do contexto de uso.

#### *Sobre construções gramaticais*

Segundo Goldberg (1995), as extensões de sentido observadas no emprego de certos verbos são possíveis, porque os falantes armazenam padrões construcionais e não informações sobre os itens lexicais individualmente. No âmbito da Gramática das Construções (GC), não há uma divisão estreita/exata entre léxico e sintaxe, nem entre semântica e pragmática. Subjaz a essa postulação a hipótese de que construções de cláusulas elementares estão associadas a estruturas semânticas que refletem cenas básicas da experiência humana<sup>3</sup>. A ligação entre os componentes sintático e semântico ocorre por transferência metafórica de eventos encenados (*op. cit.*: 5).

As construções da estrutura argumental consistem em uma subclasse especial de construções que produzem sentidos básicos das cláusulas. São definidas como “um par foma-sentido <Fi, Si> em que algum aspecto de Fi ou de Si não é estritamente preditível das partes componentes dessa construção, ou de outras construções previamente estabelecidas” (Goldberg, 1995: 4). Em outras palavras, padrões frasais são considerados construções se algum aspecto sobre sua forma ou seu significado não é completamente

---

<sup>3</sup>Hipótese da codificação de cenas: construções que correspondem a tipos básicos de sentença codificam, assim como seu sentido central, eventos básicos da experiência humana (Goldberg, 1995: 39). Essa hipótese origina-se nos trabalhos de Charles J. Fillmore e Paul Kay entre outros, como aponta a referida autora.

previsível de suas propriedades ou das partes que a compõem, bem como de outras construções. Assim, construções são consideradas unidades básicas da língua.

Uma das vantagens dessa abordagem, nos termos de Goldberg (1995: 9-21), é a perfeita compreensão de sentidos novos dos verbos. As construções, que especificam a integração entre o verbo e os papéis dos participantes da cena discursiva, estão associadas a conjuntos de sentidos relacionados e não a um sentido fixo, por isso são polissêmicas. O sentido de uma construção está relacionado a um enquadre (*frame*) semântico subjacente à cena representada simbólica e parcialmente pela expressão verbal. Esses enquadres integram o conhecimento de mundo partilhado pelos falantes, que podem codificar a cena de diferentes formas, colocando em FOCO determinados participantes e deixando outros subespecificados.

Combinações particulares de papéis que assinalam as cenas consideradas humanamente relevantes estão associadas às construções da estrutura argumental, que, por essa razão, emolduram o mundo em tipos de eventos classificados discretamente, ao passo que os verbos estão associados a significados do enquadre semântico mais rico. Deve haver uma co-referência entre verbos e construções, para que os verbos expressem, conseqüentemente, a informação sobre a qual tipo de evento estão associados (p. 40).

Os papéis participantes dos eventos encenados, incluídos no enquadre semântico dos verbos, são instâncias dos papéis argumentais (agente, paciente, alvo) que integram as construções, porque apontam as restrições seletivas específicas do emprego de cada verbo (p. 43), determinando os aspectos do enquadre semântico a serem recortados (*profile*). A autora exemplifica a diferença de recorte dos verbos *rob*, que destaca os participantes *ladrão* e *vítima*, e *steal*, que destaca *ladrão* e *bens*. Nesse contexto, pode-se estabelecer um paralelo com os verbos *roubar* e *furtar* em português: o primeiro representa um ato mais grave juridicamente, porque destaca o uso de arma contra a vítima do roubo, já o segundo ressalta o *ladrão* e o *bem furtado*.

A integração entre o papel participante e o papel na estrutura argumental da construção é determinada por dois princípios que testam a compatibilidade entre tais papéis quanto a possíveis restrições semânticas:

(i) *Princípio da coerência semântica* – somente papéis semanticamente compatíveis podem ser interligados: dois papéis  $p_1$  e  $p_2$  são semanticamente compatíveis, se

$p_1$  puder ser construído como uma instância de  $p_2$ , ou este puder ser construído como uma instância daquele.

(ii) *Princípio da correspondência* – cada participante lexicalmente recortado e expresso deve ser interligado a um papel argumental recortado da construção, mesmo que um deles não seja preenchido sintaticamente.

Logo, as relações entre a semântica dos verbos e a das construções podem-se configurar da seguinte forma: o evento designado pode ser um subtipo do evento da construção e/ou pode designar o significado, o resultado ou a precondição da construção. Em alguns tipos de extensões, pode ainda designar a maneira, o significado ou a intenção quanto ao resultado da construção. Além disso, os eventos designados pelo verbo e pela construção devem partilhar pelos menos um participante.

As construções constituem uma rede e são ligadas por relações de herança que motivam muitas propriedades de uma construção particular. Essa rede de herança permite capturar generalizações entre as construções, além de sub-regularidades e exceções (p. 67).

#### *Sobre categorias radiais*

A base experiencial e dinâmica da construção partilhada dos sentidos produzidos reflete-se na forma como as categorias conceptuais são configuradas, também, de forma dinâmica e flexível, já que a natureza emergente do processo de significação não se coadunaria com categorias rígidas. Daí no âmbito da LC terem sido propostas ferramentas como o modelo de categorias radiais: geradas e entendidas a partir de um modelo central, que possibilita as extensões de sentido, de modo que essas são compreendidas por meio da relação estabelecida com a categoria central (Lakoff, 1987).

Como a linguagem é parte de cognição como um todo, as categorias conceptuais marcadas pelas gramáticas das línguas são importantes para o entendimento das categorias cognitivas. As pessoas categorizam coisas, cujas listas são tomadas por linguistas e antropólogos para explicar como a mente funciona, ao entender e representar a realidade de cada cultura. Some-se a isso o fato de categorias linguísticas serem usadas em tarefas não-linguísticas, porque integram o aparato cognitivo, ou seja, categorias linguísticas são categorias do sistema conceptual. Portanto, o sistema classificador reflete os aspectos experiencial, imaginativo e ecológico da mente (Lakoff, 1987).

O processo de classificação de um nome em uma categoria relaciona-se à forma como se lida com os objetos nas interações humanas, em termos físicos, funcionais e interacionais. Níveis básicos de categorização dependem da natureza das interações humanas diárias em um ambiente físico e cultural. O fato de as extensões a partir do centro das categorias não serem predizíveis nem arbitrárias, mas motivadas, demonstra o caráter ecológico<sup>4</sup> da mente humana.

Segundo Lakoff (1987), as categorias radiais utilizam quatro tipos de modelos cognitivos: (i) modelos proposicionais, que especificam elementos, suas propriedades e as relações entre eles, por exemplo, o conhecimento sobre *fogo*, abarcando sua periculosidade; (ii) modelos de redes de esquemas de imagens, tais como o conhecimento sobre *velas* incluir o esquema de objetos alongados e/ou finos; (iii) modelos metafóricos e (iv) modelos metonímicos.

As categorias radiais relacionam-se a um modelo de descrição mais geral, chamado teoria dos protótipos, surgido em meados dos anos 70 com Eleanor Rosch, como uma alternativa ao modelo tradicional de categorização com base em traços essenciais e rígidos. Depois de reformulações, a noção de protótipo, a partir da qual elementos de uma categoria eram definidos conforme as semelhanças partilhadas, deu lugar aos efeitos de prototipicidade, que se irradiariam, a partir do elemento central, na conceptualização de categorias definidas por um conjunto de semelhanças (*famílias de semelhanças* nos termos Wittgenstein, 1953, cuja contribuição para semântica cognitiva é citada por Lakoff, 1987).

Assim, em categorias como *pássaros*, o elemento considerado prototípico é em si mesmo um conceito estruturado prototipicamente, ou seja, não existe uma única definição que capture todas as formas de prototipicidade dessa categoria. Por exemplo, pode-se pensar em diversos níveis sobre a categoria *pássaros*: a partir da ideia de que pássaros têm penas, asas e podem voar, correspondendo ao conceito central dessa categoria, casos periféricos podem ser categorizados. Isso ocorre com pinguins, cujas penas e asas são modificadas a ponto de um leigo, considerá-las inexistentes. Porém, há outros níveis em que se pode pensar na categoria *pássaros*: em termos individuais, como quando se pensa no papagaio do seu tio; ou, em termos gerais, quando se

---

<sup>4</sup>O termo ecológico é tomado para representar um sistema com uma estrutura geral não compartimentada, em que os efeitos não podem ser localizados, de modo que algo ocorrido em uma parte desse sistema afeta-lhe outra(s) parte(s).

pensa num grupo de espécies dentro da categoria, como qualquer ave, ave comestível, aves de rapina, aves aquáticas.

Esse movimento de um nível mais específico para um mais geral é chamado de esquematização e o modelo resultante de leitura para uma expressão é denominado redes de esquemas. Tal modelo, implícito na teoria dos protótipos, acarreta consequências importantes para concepção de dinamismo semântico-pragmático da conceptualização, porque permite pensar o nível de abstração com que as categorias são conceptualizadas contextualmente em termos flexíveis.

As categorias conceptualizadas compõem domínios estáveis denominados modelos cognitivos idealizados (MCI), estruturas complexas que organizam o conhecimento humano, porque são responsáveis pelas ligações no encadeamento das categorias. Os MCIs (esquemas conceptuais) “são conhecimentos socialmente produzidos e culturalmente disponíveis” que desempenham “papel crucial na cognição humana, qual seja, o de possibilitar o domínio, a lembrança e o uso de um vasto conjunto de conhecimentos adquiridos” no dia a dia (Miranda, 1999: 83).

Apresentados os fundamentos teóricos, na próxima seção, passa-se à análise das construções sinalizadoras em estudo, a fim de, em decorrência, explicitar as nuances de sentido do verbo *olhar* nas mesmas.

### ***Olha só, aqui, ali, lá: construções sinalizadoras de movimento causado presumido***

A análise desenvolvida nesta seção está organizada em duas partes: na primeira é desenvolvida a análise das CMCP; na segunda, apresenta-se a proposta de uma configuração radial para essas construções.

Como essas expressões são empregadas com sentido de *prestar atenção* e, em termos sintáticos, apresentam estrutura semelhante, acredita-se que a diferença entre tais construções pode ser embasada pelo primeiro corolário do princípio da não-sinonímia de Goldberg (1995: 67), segundo o qual se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, devem apresentar diferenças pragmáticas<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>*Princípio da não-sinonímia*: se uma construção é sintaticamente distinta de outra(s), também deve ser semântica ou pragmaticamente distinta (Goldberg, 1995: 67).

Os casos de *olha só* vêm sendo analisados como uma construção de movimento causado presumido, empregada em conversa informal, sobretudo em trechos argumentativos, para sinalizar novos (sub)tópicos ou referentes, a fim de atenuar posições contrárias ou avaliações negativas acerca do que está sendo discutido. Esse emprego, ilustrado em (2), foi considerado metafórico, porque o *objeto apontado* seria a posição defendida por um participante da interação. Contudo, também foram observados casos prototípicos dessa construção, envolvendo a busca de atenção para objetos presentes na cena discursiva, como em (1), em seguida.

- (1) M = 013 Ô meu pé inchado  
014 *olha só*.  
015 Chega a fazer dobrinha  
016 tá vendo? (BDI 2b)

- (2) M = 751 *Olha só*  
752 é que vocês rodam//  
753 ((Pigarreando)) {segue trecho com superposição}  
759 Hein Júlio.  
760 Vocês rodam  
761 prova demais. (BDI 5)

Em (1), a falante M muda o tópico da conversa, sinalizando seu pé inchado, já que, na passagem anterior, duas participantes do evento comentavam sobre teor calórico do arroz-doce que estava sendo preparado por uma delas. Trata-se, portanto, de um *olha só* prototípico, em que o *só* ressalta o inchaço.

A passagem de (2) refere-se a um trecho em que os participantes da conversa estão reclamando dos gastos com cópias de provas e da relação preço-qualidade do serviço de algumas copiadoras próximas à escola. Nesse contexto, a falante introduz de forma modalizada uma crítica à prática de seus colegas professores.

Há ainda casos considerados limítrofes, como no excerto (3), em que a falante pode estar apontando/mostrando o estojo enquanto reforça sua posição de que os produtos não seriam tão caros, se considerada a qualidade dos mesmos:

- (3) M = 333 UAU!  
 334 Que lindo!  
 335 Que baRA:to!  
 J = 337 **Olha só** gente.  
 338 Tem que ser caro assim mesmo. (BDI 2b)

Em passagem anterior à de (3), as falantes vinham discutindo sobre os produtos da Natura serem caros ou não, enquanto examinavam alguns produtos, até que M ressalta a beleza de um estojo de maquiagem, levando a falante J a retomar a questão do valor dos produtos dessa empresa.

Nos três tipos de *olha só*, observa-se o sentido de *prestar atenção*, não apenas identificar visualmente algo. Dessa forma, quando o falante<sub>x</sub> emprega essa forma, está sinalizando ao falante<sub>y</sub> a necessidade de que este desloque sua atenção para o objeto que se encontra no campo visual recortado pelo falante<sub>x</sub>, ou seja, **X causa Y se mover para Z**. A representação em negrito, proposta por Goldberg (1995), deve-se ao fato de o movimento ser inferido, ou seja, essa formulação atende aos casos em que não há garantia de que o movimento foi realizado, por isso presta-se à análise de verbos com sentido metafórico.

A partícula *só* delimita metaforicamente o objeto que está no campo visual do falante<sub>x</sub>, conduzindo a atenção do falante<sub>y</sub> para o objeto em FOCO, que pode ser um objeto, presente fisicamente no cenário discursivo, e/ou uma idéia a ser defendida. Nos três tipos de *olha só* analisados, essa partícula confere uma espécie de avaliação quantificadora expressa no posicionamento do falante, conforme se verifica nas três passagens exemplificadas: o grau de inchaço no pé, o custo-benefício do estojo e o risco à face de uma crítica. Assim, a depender do tópico abordado, o custo envolvido na interação é sinalizado por meio dessa construção.

O mesmo sentido de *prestar atenção* também foi postulado para a construção *olha aqui*, porém a presença do dêitico *aqui*, diferentemente do delimitador *só*, coloca materialmente em FOCO um objeto presente no cenário discursivo. Esse objeto pode ser a contraparte do próprio participante da interação. No excerto (4), abaixo, uma ocorrência de uma construção considerada limítrofe:

- (4) F1 = 269 estraguei meu jogo.  
 270 Foi por isso.  
 271 Então é por isso.

272 ***Olha aqui ó.***

273 ***Aqui ó.***

274 tem oito pontos (Inint.) ((Vozes ao fundo)) (BDI 12)

Pode-se perceber, nessa passagem de uma conversa entre aposentados que jogam cartas, uma estratégia por parte do falante (F1) de contar vantagem sobre os outros participantes do jogo, chamando-lhes a atenção para seu jogo e sua estratégia. Devido a esse papel desempenhado pelo *olha aqui*, essa expressão foi considerada uma construção de movimento causado presumido limítrofe, que sinaliza as cartas do jogo e atitude do jogador frente aos seus oponentes.

O emprego do verbo *olhar* nesse tipo de construção preenchida, cristalizada, reforça-lhe a função dêitica, sinalizadora, já que se presume o deslocamento do foco de atenção dos participantes da interação para as cartas de F1. O fato de a construção ser reforçada pela forma *ó*, uma espécie de abreviação do verbo *olhar*, seguida pelo enunciado *Aqui ó*, em que o dêitico aparece em primeiro lugar, fundamenta a atribuição de um *status* construcional para expressão *olha aqui*, na medida em que seu significado distingue-se de *aqui ó* e *ó*.

No caso da construção *olha aqui*, pode-se conceber sentido semelhante a *prestar atenção*, atribuído a *olha só*, sendo que o papel participante alvo que integra o enquadre semântico da construção é um objeto presente na cena discursiva. Já as formas *aqui ó* e *ó* referenciaríamos o FOCO num o objeto físico, como ocorre em outros trechos da conversa, ilustrado em (5).

(5) J = 30 Isso aqui tem água aqui dentro?

S = 31 ***Aqui olha*** (BDI 2A)

O sentido mais abstrato de *prestar atenção em X* de *olha aqui* é corroborado por contextos como os de (6) e (7), em seguida, em que as construções foram empregadas para sinalizar os participantes da interação e não um referente situacional:

(6) J = 90 ***Olha aqui*** Neide (Inint)

91 eu vou cortar você também ((Fala rápida)) (BDI 1)

(7) J = 696 ***Olha aqui*** querida- (BDI 5)

Em (6), a falante afirma que vai interromper fala de Neide, que, em passagem anterior, reclamou de não conseguir falar, de não conseguir a posse do turno. Em (7), a falante tenta se expressar, mas não consegue a posse de turno. Nos dois casos, a forma *olha aqui* é empregada para chamar atenção sobre o papel dos referidos participantes da interação, ou seja, falantes ressaltam, ou tentam ressaltar, seu próprio papel no evento em andamento, chamando a atenção para seu discurso, conseqüentemente para si mesmos, e não para um objeto situado no ambiente.

Pode-se perceber, portanto, um paralelo entre as construções *olha só* e *olha aqui* no sentido de que ambas expressam valores limítrofes e metafóricos. Todavia, nos casos de *olha aqui*, a referência a uma entidade do cenário, mesmo nos casos mais metafóricos, confere uma materialidade na construção do significado que me levou a postular um maior envolvimento do falante em seu discurso.

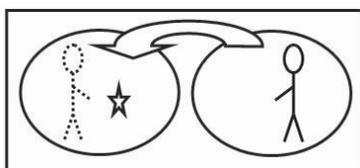
O termo *envolvimento* é empregado não apenas com sentido que lhe atribuído nos estudos de polidez e interação, mas na sua relação com a corporificação dos sentidos. Nessa encarnação do falante em seu discurso, nesse envolvimento, reside a diferença basilar entre *olha só* e *olha aqui*, que pode ser encontrada na dimensão semântico-pragmática da conceptualização dessas construções.

A estratégia dos falantes de referenciar o próprio discurso e seu papel na construção do mesmo, colocando-se como centro dêitico, pode ser encarada como uma projeção metonímica PESSOA PELO ATO. Logo, ao sinalizar não apenas o que quer significar, mas seu papel na interação, o falante projeta-se no seu discurso, tornando-se uma entidade que refere e é referenciada.

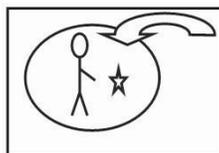
Segundo Lakoff & Johnson (2002: 93), diferentemente da metáfora, cuja função primordial é a compreensão, a metonímia exerce uma função referencial, porque propicia a representação de uma entidade por outra. Contudo, não é meramente um recurso de referenciação, já que permite o entendimento, ao selecionar aspectos particulares da entidade referenciada.

A metonímia assemelha-se à metáfora, ainda, por não consistir apenas em um recurso retórico ou poético, mas estar presente no modo como se age, pensa e fala no dia a dia. Conceitos metonímicos “estruturam não somente nossa linguagem, mas também nossos pensamentos, atitudes e ações e, também, baseiam-se na nossa experiência”. Em geral, “envolvem associações físicas e causais diretas” (*op. cit.*: 97), apresentando, assim, uma fundamentação mais óbvia que a dos conceitos metafóricos, porém tão sistemáticos quanto estes últimos.

A projeção mais direta do falante do/no discurso produz uma significação menos polida com emprego do *olha aqui* na comparação com *olha só*. Ao empregar este último sinalizador, o participante da interação abre um espaço-FOCO para a conceptualização do discurso, promovendo uma atitude de afastamento em relação à posição defendida, porque busca conciliar divergências. Ao passo que, ao usar *olha aqui*, envolve-se explicitamente, projetando uma contraparte sua no espaço-FOCO aberto pelo sinalizador, numa espécie de atitude de enfrentamento. Nas figuras (1) e (2), abaixo, ilustra-se o enquadre conceptual dessas duas construções:



**Figura 1** – Enquadre conceptual de *olha só*



**Figura 2** – Enquadre conceptual de *olha aqui*

O enquadre semântico-pragmático envolvido na conceptualização da construção *olha só* baseia-se na abertura de um espaço-FOCO em que o falante se projeta por meio do/no discurso, representado pelo bonequinho pontilhado, adotando uma atitude de afastamento em relação ao objeto (alvo), representado pela estrela, para o qual busca a atenção dos participantes da interação. Esse afastamento aumenta conforme o assunto seja mais delicado em termos informacionais e/ou interacionais.

Em outras palavras, ao empregar *olha só*, o falante sinaliza a introdução de uma avaliação, preparando seu interlocutor para a defesa de uma posição, que, nos casos de *olha só* argumentativos, configurará um argumento contrário, daí a necessidade de preparação/sinalização prévia, pois o interlocutor pode não concordar com a opinião/avaliação expressa. Assim, tal estratégia dêitica pode ser vista como um cuidado maior, uma necessidade de afastamento do falante

em relação ao seu discurso, numa atitude de guiar a atenção dos outros participantes quanto à posição defendida. Dessa forma, o discurso é FOCALIZADO num espaço mental em que se destaca a intenção nele envolvida.

Já no enquadre conceptual de *olha aqui*, o falante projeta-se no mesmo espaço-FOCO do objeto (alvo) sinalizado, numa atitude de envolvimento, sinalizando uma atitude de enfrentamento, que pode ser motivada pela natureza mais descontraída do tópico introduzido pelo falante, logo sem prejuízo para a construção conjunta do sentido na interação com os participantes, ou por uma atitude explícita de tomar o turno, chamando a atenção para o seu papel na interação. Enunciados como *Olha aqui, você está cometendo um erro!* ou *Olha aqui, não foi isso que eu disse*, com feição mais argumentativa, podem ocorrer em interações cujos participantes adotam uma atitude de confronto ou exposição direta na defesa de suas idéias.

Assim, em termos da intenção comunicativa presente na construção conjunta do significado, *olha aqui* pode expressar uma atitude de confronto, ironia, descontração, ou seja, posturas em que não há uma preocupação explicitamente marcada com a preservação da face dos participantes, principalmente daquele que emprega tal construção para sinalizar seu discurso ou ato participativo. Já no caso de *olha só*, sobretudo sinalizador de argumento contrário, talvez em razão de uma fala que visa ao convencimento do outro, em que se quer afirmar uma posição a ser adotada pelo outro, se observa um cuidado maior com a polidez. Logo, no uso de *olha só*, a intenção é focalizar em primeiro plano o objeto (alvo), o argumento que está sendo encaminhado com polidez.

Inicialmente *olha lá* e *olha ali* foram consideradas construções de movimento causado presumido prototípicas, no sentido de que, ao empregá-las, o participante da interação leva seu(s) interlocutor(es) a deslocarem sua atenção para um alvo presente no cenário discursivo. Entre as construções em estudo, são as mais abreviadas: *olha ali > ali*; *olha lá > alá*. O uso da forma *ali* pode não ser interpretado como abreviação; porém, no caso de *alá*, forma usada correntemente na modalidade oral, se pode vislumbrar um processo de lexicalização, quando um objeto é sinalizado num enunciado como *Alá o ônibus chegando*.

O trecho (8), apresentado em seguida, consiste em um caso de *olha ali* prototípico, já que o falante C sinaliza a placa do *trailer* onde os preços estão listados, após dúvidas quanto ao preço da batata frita.

(8) I = 295 Quanto que tá a batata frita? /.../

C = 299 Se não me engano.

300 **Olha ali.** ((Tabela de preços))

I = 301 **Olha ali.**

302 É muito mais fácil. (BDI 4)

Todavia, no excerto (9), abaixo, em que o falante ressalta a espessura da coxa de uma das participantes que ofereceu colo ao colega sem travesseiro, vislumbra-se um emprego limítrofe para *olha lá*.

(9) G = 308 Um coxão.

309 **Olha lá.**

310 Nossa mãe

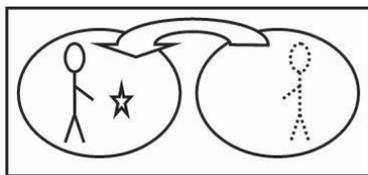
311 ó.

312 Ih

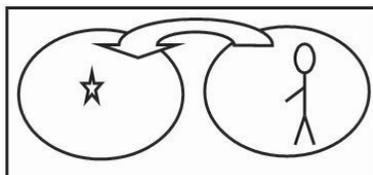
313 aproveita. (BDI 3)

Essa conceituação se baseia no clima de brincadeira em que a conversa transcorre e no fato de o quarto do alojamento onde ocorre a interação apresentar dimensões incompatíveis com a localização de um objeto a uma distância tal, que demandasse o emprego de *lá*, por isso foi atribuído a esse dêitico um caráter intensificador. Assim, a construção *olha lá* não estaria envolvendo apenas a sinalização da coxa da colega de G, mas uma avaliação por parte do falante. O uso da construção com *lá* em vez de com *ali* pode estar ligado ao caráter intensificador: o falante projeta no espaço conceitual uma distância maior para destacar a ênfase sobre o objeto sinalizado.

Em outras palavras, a intenção do falante, ao sinalizar um objeto com *olha lá* no excerto (9), é conceptualizá-lo de modo a produzir um sentido de descontração por meio do exagero da dimensão deste, por isso sua contraparte encontra-se projetada no espaço-FOCO aberto, a fim de enfatizar o objeto (alvo) para o qual busca a atenção dos interlocutores. Nas figuras (3) e (4), expõem-se as representações do enquadre conceptual de *olha lá* e *olha ali*.



**Figura 3** – Enquadre conceitual de *olha lá*



**Figura 4** – Enquadre conceitual de *olha ali*

Na figura (3), o boneco linha cheia representa o deslocamento da atenção para o espaço-FOCO aberto, a fim de enfatizar o objeto (alvo) sinalizado (estrela). Na comparação entre os enquadres conceituais de *olha lá* e *olha só*, pode-se perceber que, no caso de *olha só*, a intenção é focalizar, em primeiro plano o objeto (alvo), o argumento que está sendo encaminhado com polidez, demonstrando um tipo de estratégia de afastamento do interlocutor em relação à sua fala, ao passo que, no enquadre de *olha lá*, não se concebe uma estratégia de polidez, porque a contraparte do falante está projetada no mesmo espaço do objeto (alvo).

Na figura (4), o enquadre conceitual de *olha ali* envolve a abertura de um espaço-FOCO em que é projetado o objeto (alvo) sinalizado por essa construção. Em termos conceituais, falante e objeto (alvo) encontram-se em espaços mentais distintos, para representar uma posição de neutralidade do falante. Entre as construções estudadas, essa parece ser a mais prototípica; todavia, devido ao número reduzido de ocorrências, não é possível aqui avançar nas predições.

Em termos da intenção comunicativa presente na construção conjunta do significado, *olha aqui* e *olha lá* podem expressar uma atitude de confronto, ironia, descontração, ou seja, posturas em que não há uma preocupação explicitamente marcada a preservação da face dos participantes, como, por exemplo, *Olha lá o que você está fazendo!*, *Olha aqui, veja o que você fez*. Já no caso de *olha só*, sinalizador de argumento contrário, talvez em razão de uma fala que

visa ao convencimento do outro, em que se quer afirmar uma posição a ser adotada pelo outro, se observe um cuidado maior com a polidez.

Portanto, com base no funcionamento dessas construções na conversa informal, pode-se perceber a identidade de significado entre elas e o do verbo *olhar* em enunciados como *Olha, o preço tá baixo por causa da redução de IPI; Olha, não foi isso que eu quis dizer*, cujo sentido de *prestar atenção* é elencado em verbetes de dicionários gerais e de regência acerca da relação semântica desse verbo com *ver*. Essa comunhão de sentidos do verbo *olhar* e das construções em estudo é um dos fatores que levam ao estabelecimento da distinção entre estas com base no primeiro corolário do princípio da não-sinonímia de Goldberg (1995).

A distinção, tanto entre as construções quanto entre estas e outros empregos do verbo *olhar* com sentido de *prestar atenção*, é estabelecida no componente pragmático da conceptualização, negociada localmente entre os participantes da interação. Essa característica deixaria tais construções à margem numa abordagem em que os níveis sintático, semântico e pragmático fossem tratados separadamente, porque só uma abordagem como a da LC permite a incorporação do componente pragmático na construção do sentido e na estruturação sintática. Dessa forma, a descrição das especificidades de cada construção, com suas diferenças semântico-pragmáticas, pode ser explicitada de modo a dar conta de enunciados correntes na fala.

#### *O caráter radial das construções olha só, aqui, ali, lá*

Como se observou, as construções de movimento causado presumido em estudo apresentam características comuns: (i) o sentido basilar de *prestar atenção*, devido à função sinalizadora desempenhada, e (ii) a (possibilidade de) abstratização propiciada pelos elementos circunstanciais que as compõem, conforme a natureza do objeto colocado em FOCO no cenário discursivo, em razão de seus enquadres conceptuais.

Embora se trate de estudos de casos, devido ao número de dados, o que leva ao estabelecimento de hipóteses acerca do papel dessas construções na conversa, foram postuladas duas ramificações categoriais, conforme a figura (5): a primeira representa o contínuo de casos de *olha só*, conforme o objeto FOCALIZADO seja concreto ou abstrato. A segunda ramificação ilustra os empregos de *olha aqui, ali e lá*, também sensível ao percurso concreto-abstrato.

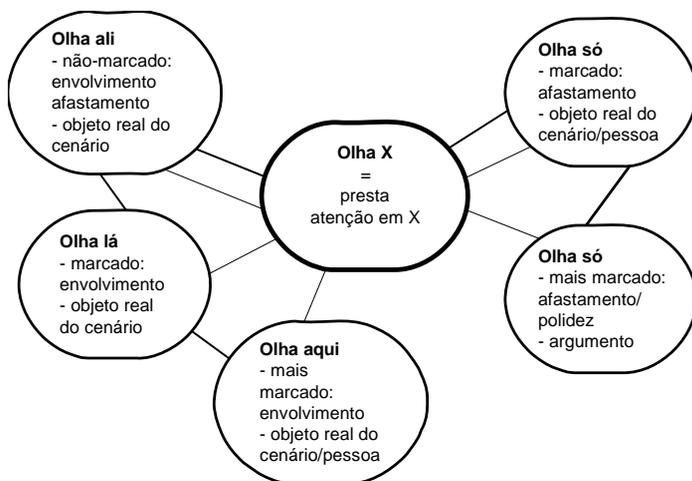


Figura 5 – Radialidade das construções *olhaX*

As linhas pontilhadas representam o caráter radial da categoria no que tange à relação das CMCP com o sentido básico de *prestar atenção*. A partir desse significado, os diagramas ligados por linhas cheias exprimem a irradiação categorial sensível ao efeito de prototipicidade, proposto com base no enquadre conceptual aberto por cada sinalizador.

O uso de *olha só*, mesmo os mais prototípicos, como no exemplo (1), acima, exhibe um caráter argumentativo mais marcado do que a construção preenchida com os dêiticos de lugar, já que a participante, ao apontar seu pé inchado, ressaltando o inchaço por meio da forma *só*, está defendendo sua opinião sobre esse “objeto”. Casos como os dos excertos (2) e (3), em que *olha só* sinaliza um propósito modalizador, revelando-lhe, pois, um caráter mais abstrato, são representados pelo diagrama ligado pela linha cheia forte ao anterior na ramificação correspondente.

Na ramificação com os casos de *olha+dêitico de lugar*, o contínuo concreto-abstrato parte de *olha ali*, que, se considerado o tipo de objeto colocado em FOCO na conversa, poderia ser o elemento nuclear; porém, devido à escassez de ocorrências, seria prematuro considerá-lo o protótipo da categoria *olhaX* como um todo. Além disso, a dimensão espacial expressa no sentido de *ali* não lhe conferia uma localização tão próxima ao falante quanto o *aqui*, por exemplo.

Em outras palavras, com base na hipótese da corporificação dos significados linguísticos, concebe-se uma gradação em termos de relação espacial

evocada por tais dêiticos que partiria do *aqui*. Contudo, em termos do enquadre conceptual com que os sinalizadores dessa ramificação foram empregados na conversa, observou-se uma diferença semântico-pragmática entre eles, de modo que os usos de *olha lá* e *olha ali* foram considerados mais prototípicos que *olha aqui*, porque sinalizam um objeto presente no cenário conversacional, sem atitude de envolvimento/afastamento marcada tão explicitamente.

Assim, devido ao papel do elemento adverbial na construção, foi postulada um contínuo que parte da sinalização de um objeto concreto, como no caso da tabela de preços em (7), com uso de *olha ali*, até sinalizar um objeto abstrato, como uma posição defendida por meio de *olha só*. A abstratização evidencia-se na intenção com que cada CMCP é empregada.

No caso de *olha lá* (6), o teor de exagero com vistas à descontração, fornecido pelo dêitico *lá*, confere especificidade à FOCALIZAÇÃO do objeto, indo além da materialidade da parte do corpo apontada/referida. A nuance de sentido abstrato intensifica-se nos casos de *olha aqui* de base metonímica, que referem os papéis desempenhados pelos próprios participantes da interação: estratégia do jogador F1 em (4) e a atitude da falante J em (5) poderia explicar o preenchimento da construção com *aqui*, não *ali* ou *lá*.

A diferença entre *olha aqui* e *olha lá* reside no tipo de extensão de sentido produzida do primeiro, que revela a possibilidade de ser mais argumentativo, em relação ao segundo, devido ao esquema conceptual em que falante se projeta, por meio de sua fala, com envolvimento explícito. Essa função deve-se ao papel que o *aqui* exerce na construção.

Portanto, em termos semântico-pragmáticos, os sentidos expressos pelas construções *olhaX*, em relação ao tipo de sinalização do objeto FOCALIZADO, partem (i) do concreto para o abstrato, da referência a objetos reais a ideias, posições, conforme a intenção negociada, e (ii) das estratégias de envolvimento ou afastamento com que tais sinalizações são encaminhadas.

Nos termos de Lakoff (1987), a categoria CMCP *olhaX* apresenta as seguintes características do sistema conceptual de categorização humana:

- i. Centralidade – a existência de sentidos mais básicos, como o de levar o interlocutor a voltar sua atenção para um objeto do cenário em que ocorre a conversa durante a produção conjunta do discurso, em oposição a sentidos mais metafóricos;
- ii. Radialidade – sentidos mais abstratos ligados ao sentido básico;

- iii. Domínios experienciais – base das ligações entre os sentidos das construções. Tais domínios, relacionados à cultura, permitem, por exemplo, entender o evento jogo de cartas e perceber quando um jogador conta vantagem em relação à sua cartada, de modo a produzir o sentido limítrofe de *olha aqui*, ou a atividade recorrente entre professores de fotocopiar material didático e como cada docente encara a necessidade dessa atividade;
- iv. Modelos cognitivos idealizados – o conhecimento de jogo de cartas, por exemplo, é um MCI estruturado a partir da experiência que permite a conceptualização do sentido produzido pelo *olha aqui* do excerto (4);
- v. Conhecimentos específicos – no caso de *olha só* empregado no enunciado sobre produtos da Natura, o conhecimento específico desses produtos é acionado na construção de sentido produzido pela falante na passagem (3), fundamentando seu argumento;
- vi. Diferenças – elementos centrais de cada categoria podem apresentar sentidos diferentes, bem como as extensões de sentido em cada categoria. Em outras palavras, as categorias radiais não apresentam apenas semelhanças. Assim, pode-se perceber a diferença entre *olha só* e *olha aqui*, bem como os diferentes tipos de *olha só*.

Além desses aspectos, Lakoff (1987) também concebe o fato de categorias apresentarem propriedades incomuns, aspecto que talvez pudesse ser relacionado à dimensão pragmática da forma *só* na construção *olha só*. Outro aspecto importante, porém de difícil mensuração, é a motivação subjacente às categorias linguísticas, que, por sua vez, exprimem o sistema conceptual de categorização. Acredita-se que a motivação para tais construções se encontre nas metáforas subjacentes a *olhaX*, bem como na sua dimensão pragmática, ou seja, no papel que desempenham na construção e organização do discurso conversacional.

## Palavras finais

Todos os conceitos envolvidos na análise das construções de movimento causado presumido revelam a complexidade dos mecanismos cognitivos envolvidos na conceptualização dos sentidos produzidos nas conversas informais e das formas linguísticas, empregadas pelos falantes nessas interações, extremamente dinâmicas, daí a necessidade de ferramentas teóricas flexíveis, como a abordagem sociocognitiva.

## Referências Bibliográficas

- CLARK, Herbert H.. *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- GOLDBERG, Adele E.. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: Chicago University Press, 1987.
- LAKOFF & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas-SP: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- LANGACKER, Ronald W.. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.
- MARMARIDOU, Sophia S.A.. *Pragmatic meaning and cognition*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., 2000.
- MIRANDA, Neuza Salim. Domínios estáveis e projeções entre domínio: uma introdução ao modelo dos espaços mentais. *Veredas*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999. v. 3, n. 1, p. 81-95.
- RONCARATI, Cláudia (org.). *Banco de dados interacionais*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras – UFRJ/CNPq, 1996.
- TALMY, Leonard. Grammatical construal. In: GEERAERTS, Dirk (ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 69-108, 2006.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. L. L. *Estudos morfossemânticos: a perspectiva cognitivista*. Comunicação apresentada na UFES, em 10/05/2008.

\_\_\_\_\_. *O que é Linguística Cognitiva*. Material de aula, no Curso de Pós-Graduação em Letras Vernáculas “A interface Morfologia-Semântica: estudos sobre o Português do Brasil”. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *O fenômeno da indeterminação do sujeito no português falado*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1992.

\_\_\_\_\_. *Preposição, advérbio e conjunção: um estudo de reanálise*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1984.

ALMEIDA, M. R. *Compound words in Brazilian Portuguese*. Tese de doutorado. São Francisco, California University, 1999.

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1983.

ALVARO, P T. *Escalariização e mesclagem na polissemia do ATÉ: um estudo das relações linguístico-cognitivas dos operadores escalares*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2008.

ANASTACIO, M. C. de F. *Para uma leitura dos nomes de predicativos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2006.

ANDRADE, K. E. *Uma análise otimalista unificada para mesclas lexicais do português do Brasil*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2008.

ARAÚJO, E. L. do N. *Flexão de sexo, derivação de gênero: encontros e desencontros na descrição e no ensino de gênero dos substantivos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 2003.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d.

ARONOFF, M. *Morphology by itself*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Word formation in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1976.

AULETE, F. J. C. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1987 [1881].

AZEREDO, J. C. *A flexão nominal portuguesa: exame crítico da contribuição tradicional e estruturalista*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1978.

BARCELOS, J. M. S. de. *Dicionário dos falares dos Açores. Vocabulário regional de todas as ilhas*, Coimbra: Livraria Almedina, 2008.

BARREIRO, A. M. *Propriedades sintático-semânticas dos participípios passados em português europeu*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1998.

BARRENECHEA, A. M. *Las clases de palabras em español como clases funcionales*. Romance Philology. XVII, 2, Nov. 1963.

BARROS, V. F. *Dicionário do falar de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Lisboa, Âncora Editora e Edições Colibri, 2008.

BASILIO, M. *Teoria Lexical*: São Paulo, Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *Estruturas lexicais do português*. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. *Produtividade, função e produção lexical no português falado*. In *Atas do IX Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1993, p. 27-36.

\_\_\_\_\_. *Formação e classe de palavras em português*. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. *O papel da metonímia nos processos de formação de palavras: um estudo dos verbos denominais em português*. In *Revista da ABRALIN*, vol. VI, n° 2, julho-dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Observações sobre a conceituação de “formação”, “regra” e “palavra” na expressão “Regras de Formação de Palavras”. In *Língua, Linguística e Literatura*. Santa Catarina, Editora da UFSC, 1998.

BATORÉO, H. J. “Produtividade lexical e espaços mentais integrados: criatividade lexical no PE e no PB na óptica da Linguística Cognitiva”, comunicação apresentada no *I Congresso Internacional Portugal–Brasil: relações Linguísticas e Culturais*, Universidade da Beira Interior, 14 a 16 de Outubro, Covilhã, no prelo.

\_\_\_\_\_. “As raízes de ‘botafogo’: construção de sentidos múltiplos. Evidência do português europeu”, apresentado no âmbito da comunicação coordenada *Processos Figurativos e o Léxico: a Interface Cognição/Morfologia*, apresentada no *II Congresso sobre Metáfora na Linguagem e no Pensamento*, 21-24/10/2008, Fortaleza, Brasil, no prelo.

\_\_\_\_\_. *Linguística portuguesa: abordagem cognitiva*. Lisboa: Universidade Aberta, CD-ROM, 2004. (Galardoado com O Grande Prémio Internacional de linguística Lindley Cintra 2005).

\_\_\_\_\_. *Expressão do espaço no português europeu. Contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição*. Lisboa: FCT e Fundação Calouste Gulbenkian. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, 2000b. [Dissertação de Doutoramento, Lisboa: FLUL, 1996]

\_\_\_\_\_. “Protótipo em Linguística Cognitiva: o exemplo do protótipo espacial”. In *Actas / Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 15, Faro. Braga. vol. I. 161-176, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Language typology and semantic primitive of space: evidence from European Portuguese”. In M. Vilela e F. Silva. *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*. Porto: FLUP, p. 33-48, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001 [1999].

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa - cursos de 1º e 2º graus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BERGSON, H. *O riso*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

BESSA, J. R. F. *Para um estudo sobre compostos no português atual*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1978.

\_\_\_\_\_. *A composição nominal e a adjetival: problemas e métodos; uma introdução ao estudo dos nomes e adjetivos compostos do português escrito literário atual do Brasil*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1986.

BIDERMAN, M. T. C. *Unidades complexas do léxico*. UNESP, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4603.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Teoria Lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

BORBA, F. S. e outros. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990.

BOTELHO, J. M. *Gênero imanente do substantivo no português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

*Breve Glossário de Palavras Típicas ou da Gíria Covilhanense*, <http://www.cm-covilha.pt>.

BROCCIAS, C. & HOLLMANN, W. B. Do we need summary and sequential scanning in (cognitive) grammar? *Cognitive Linguistics*, vol. 18, 2007, p. 487-522.

BRUGMAN, C. *Story of over*. M. A. thesis, University of California, Berkeley, 1981.

BUENO, F. da S. *Grande dicionário etimológico, prosódico da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1967.

BYBEE, J. *Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CAMACHO, B. F. As diferenças e as semelhanças entre as expressões idiomáticas do Português do Brasil e de Portugal. In *Seminário do GEL*, 56, 2008, *Programação*. São José do Rio Preto, 2008. GEL, <http://www.gel.org.br/>.

CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972 [1942].

\_\_\_\_\_. *Dispensos*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1972.

\_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979 [1976].

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística descritiva*. Rio de Janeiro: Padrão, 1969.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

\_\_\_\_\_. *Dicionário de lingüística e gramática*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1986 [1977, 1984].

CAMARGO, T. N. de. *Verbo “colocar”: ampliação ou modismo?* In <http://www1.folha.uol.com.br/folha/colunas/noutraspalavras/ult2675u25.shtml>.

CANÇADO, M. *Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 1995.

CARNEIRO, A. M. P. de A. *O Património Reencontrado - Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: A Cidade Enquanto Memória, Espaço de Identidade e Cidadania*. Tese de Mestrado em Antropologia (Orientador: Professor Doutor Jean-Yves Durand). Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho, 2004, Braga, <https://repositorium.sdum.uminho.pt>.

CASTELEIRO, J. M. (Org.) *Dicionário da língua portuguesa contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa: Verbo* [Academia], 2001.

CASTILHO, A. A gramaticalização. In *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador: UFBA - Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, 1997.

CEREJA, W. R. & MAGALHÃES, T. A. C. *Português: línguas, literatura, gramática e redação*. Vol. Único. São Paulo: Atual, 1994.

CHEN, R. *English inversion: a ground-before-figure construction*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2003.

CHOMSKY, N. *Remarks on nominalization*. Cambridge, Mass. MIT Press, 1970.

CLAUSNER, T. C. & CROFT, W. Domain and schemas images. In *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University of Cambridge Press, 2004, p. 1-31.

COSTA, J. A. & MELO, S. *Dicionário da língua portuguesa*. 8 ed. Porto Editora, 1988.

COULSON, S. *Semantic leaps*. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

*Corpus Informatizado do Português Medieval*. Disponível em [cipm.fcsh.unl.pt](http://cipm.fcsh.unl.pt). Acessado em 10 de abril de 2009.

*Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Disponível em [www.tycho.iel.unicamp.br](http://www.tycho.iel.unicamp.br). Acessado em 20 de maio de 2009.

*Corpus do Labor Histórico*. Disponível em [letras.ufrj.br/laborhistorico](http://letras.ufrj.br/laborhistorico). Acessado em 5 de junho de 2009.

CRYSTAL, D. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CROFT, W. & CRUSE, A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: University of Cambridge Press, 2004.

CUENCA, M. J. & HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001 [1985].

\_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: MEC/FENAME, 1975.

*Ciberdúvidas*, <http://www.ciberduvidas.pt/pergunta.php>.

DIAS, D. *Glossário. Designações relacionadas com as Marinhas de Sal da Ria de Aveiro*, Aveiro, C. M. A., 1996, p. 19-32, <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/DiamDias/GlosMari30.htm>.

DEUS, D. S. de. *O género dos nomes em português: interface entre a morfologia e a sintaxe*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

“*DICIONÁRIO*” - *Dicionário de língua mirandesa*, <http://www.mirandadodouro.com/dicionario/traducao-mirandes-portugues/botar>.

DRESSLER, W. Explanation in natural morphology illustrated with comparative agent-noun formation. *Linguistics*, 24. Vol. 1, 1986, p. 519-48.

DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de lingüística*. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 2004 [1973].

DUCROT, O. & ANSCOMBRE, J. C. *Leis lógicas e argumentativas*. São Paulo: Global, 1981.

ECO, Umberto. *Kant e o ornitorrinco*. Tradução: Ana Thereza Vieira. Rio de Janeiro: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Tradução: Mariarosaria Fabris e Jose Luiz Fiorin. São Paulo: Ática, 1991.

EVANS, V. Lexical concepts, cognitive models and meaning-construction. In *Cognitive Linguistics*. Berlin: Ed Mouton de Gruyter, 2006, p. 7-4.

FAUCONNIER, G. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. *Pragmatic scales and logical structure*. *Linguistic Inquiry*. Volume IV: n. 3, 1975.

\_\_\_\_\_. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G. & TURNER, M. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. Basic Books, a Member of the Perseus Books Group, New York, 2002.

FAUCONNIER, G. & TURNER, M. Blending as a central process in grammar. In Goldberg, A. (Ed.) *Conceptual structure, discourse and language*, Stanford: CLSI, p. 113-130, 1996.

FERRARI, L. Integração conceptual em construções epistêmicas no português do Brasil. In MIRANDA, N. S. & NAME, M. C. *Linguística e cognição*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa, versão 5.11a*. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. *Minidicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, R. G. *A hipótese da corporificação da língua: o caso de cabeça*. Dissertação de Mestrado (em preparação). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2009.

FIGUEIRA, R. A. O erro como dado de eleição nos estudos de aquisição da linguagem. In CASTRO, M. F. P. de (Org.). *O método e o dado no estudo da linguagem*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

FIGUEIREDO, C. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 16 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981 [1899].

FILLMORE, C. Frame semantics. In *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin Publishing Co., 1982, p. 111-137.

\_\_\_\_\_. Epistemic distance and grammatical form in English conditional sentences. In ZIOLKOWISKY, M., NOSKE, M. & DEATON, K. (Ed.) *Papers from The 26th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1990, p. 137-62.

\_\_\_\_\_. *Grammatical constructions and linguistic generalization: the what's X doing Y? construction*. Unpublished Manuscript, 1994.

\_\_\_\_\_. Innocence: a second idealization for linguistics. In: *Proceedings of the annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. University of California: Berkeley, 1979.

\_\_\_\_\_. The case for case. In BACH, E. & HARMS, R. (Ed.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1965.

FILLMORE, C., KAY, P. & O'CONNOR, M.C. *Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of 'let alone'*. *Language* 63(3), 1988, p. 501-38.

FISHER, H. Sexo milenar. In *Reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993.

FONTES, C. de S. F. *Estudo do léxico do são-tomense com dicionário - sobrevivência de regionalismos*, 2007, [http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes\\_2007](http://www.uc.pt/creolistics/research/saotome/fontes_2007).

FRANCHI, C., NEGRÃO, E. & VIOTTI, E. C. Sobre a gramática das sentenças impessoais com TER e HAVER. *DELTA*. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, SP, v. 14, 1998, p. 105-144.

FRUTUOSO, G. *Saudades da Terra – Livro I*. Edição Instituto Cultural de Ponta Delgada, <http://www.azoreangenealogy.com/files/livro1.pdf>.

GEERAERTS, D. *Diachronic prototype semantics. A contribution to historical lexicology*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

GEERAERTS, D (ed.). *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006.

GÊNESIS. In *Bíblia Sagrada*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

- GIBBS, R. W & COLSTON, H. L. *The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations*. *Cognitive Linguistics* 6(4), p. 347-378, 1995.
- GILLON, E., HOKKIER-LAROUSSE, J., IBOS-AUGÉ, J., MOREAU, C. *et alii*. *Dictionnaire de l'Académie Française*. 8 ed. <http://atilf.atilf.fr>.
- GIORA, R. *On irony and negation*. *Discourse Process*, n 19, 1995, p. 239-64.
- Glossário de português de Malaca*, <http://rcl.com.sapo.pt/malacadicionario.html>.
- Glossário dialectológico do Concelho dos Arcos de Valdevez (Alto-Minho)*. In *Revista Lusitana*. Vol. XIX, n° 3-4, 1916.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GONÇALVES, C. A. V. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas (UFJF)*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Flexão e derivação em português*. Rio de Janeiro: Ed. Faculdade de Letras da UFRJ, 2005.
- \_\_\_\_\_. Flexão e derivação: o grau. In VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. (Org.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 145-180.
- \_\_\_\_\_. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *ALFA – Revista de Lingüística*, Araraquara, v. 48, n. 2, jul./dez., 2004.
- \_\_\_\_\_. Cruzamento vocabular no português brasileiro: aspectos morfo-fonológicos e semântico-cognitivos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P. v. 8, 2005.
- GONÇALVES, C. A. V. & ALMEIDA, M. L. L. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P., 2007.
- GOOSSENS, L. Meaphtonymy - The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action. In DIRVEN, R. & PÖRINGS, R. (Ed.) *Metaphor and metonymy in comparison and contrast*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2002.

GRADY, J., OAKLEY, T. & COULSON, S. Conceptual blending and metaphor. In Steen, G. & Gibbs, R. (Ed.) *Metaphor in cognitive linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1999.

GRANJA, M. A. de La & SEOANE, E. X. G. (Ed.) *La estandarización do léxico*. In <http://consellodacultura.org/mediateca/pubs.pdf/estandarizacion.pdf/>.

RADDEN, G. & KÖVECSES, Z. Towards a theory of metonymy. In Panther, K. & Radden, G. (Ed.) *Metonymy in language and thought*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishong Co, p. 17-59, 1999.

HOUAISS, A. *Dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Objetiva: 2001.

ILARI, R. & GERALDI, J. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1985.

ILARI, CASTILHO & ALMEIDA *et alii*. A preposição. In ILARI, R. & NEVES, M. H. M. (org). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol. 2. Campinas: UNICAMP, 2008.

INFANTE, U. *Curso de gramática aplicada aos textos*. São Paulo, Scipione, 2001 [1997].

*Instituto Camões*, <http://cvc.instituto-camoes.pt>.

JACKENDOFF, R. *X-Bar Syntax. A study of phrase structure*. Cambridge: Mass: MIT Press, Linguistic Inquiry Monography 2, 1977.

\_\_\_\_\_. Morphological and semantic regularities in the lexicon. In BRIGHT, William *et alii* (Ed.). *Language: Journal of the Linguistic Society of America*, vol. 51, n. 3. Baltimore: Waverly Press Incorporate, 1975, p. 639-671.

JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University Press, 1987.

JOTA, Z. dos S. *Dicionário de lingüística*. 2 ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1981.

KASTOVSKY, D. The problem of productivity in word formation. *Linguistics*, 24. Vol. 1, 1986, p. 585 – 600.

KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 1990.

- KOCH, I. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.
- KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Groups, 1999.
- \_\_\_\_\_. Linguistics gestalts. Proceedings of the annual meeting of the Berkeley Linguistics Society. University of California: Berkeley, 1977.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- LAKOFF, G. & TURNER, M. *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- LAKOFF, G. & NUÑEZ, R. *Where mathematics comes from: how the embodied mind brings mathematics into being*. New York: Basic Books, 2000.
- LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar. Vol. I: theoretical prerequisites*. Stanford: University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Foundations of cognitive grammar. Vol. II: descriptive application*. Stanford: University Press, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *Concept, image and symbol. The cognitive basis of grammar*. New York, Berlin: Mouton de Gruyter, 1991b.
- \_\_\_\_\_. Sequential e summary scanning: a reply. In *Cognitive Linguistics*, vol. 19, 2008, p. 571-584.
- LAROCA, M. N. de C. *Manual de morfologia do português*. Campinas: Pontes, 1994.
- LEMLE, M. *Análise sintática. Teoria e ensino*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1982.
- LEVIN, B. & RAPPAPORT, M. *The formation of adjectival passives*. *Linguistic Inquiry*, vol. 17, n. 4, 1986, p. 623-661.

LIMA, P. L. C. *Desejar e ter fome: novas idéias sobre antigas metáforas conceituais*. Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP, 1999.

*Linguagem popular de Tabuaço*, [http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/vol06/opusculos06\\_213\\_288.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/vol06/opusculos06_213_288.pdf).

*Linguateca*, <http://www.linguateca.pt/ACDC/>.

LOPES, K. M. H. *Uma análise do verbo tener à luz do confronto com o verbo ter*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2008.

LOPES, C. A. G. *Lições de morfologia da língua portuguesa*. Jaconina: Tipô-Carimbos, 2003.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.

MACEDO, J. R. *A mulher na Idade Média*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2002 [1990].

MACEDO, W. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1991.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. 3 vol. Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

\_\_\_\_\_. (Coord.) *Grande dicionário da língua portuguesa*. Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

MAINGUENEAU, D. & CHARAUDEAU, P. *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris, editions du Seuil, 2002.

MANDELBLIT, N. Grammatical blending: creative and schematic aspects in sentence processing and translation. Ph.D. Dissertation. San Diego: University of California, 1997.

MARTINS, E. *O tratamento de pluralização do composto nominal bifenizado*. Tese de Doutorado. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 1995.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística*. 3 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2003.

MCCARTHY, J. & PRINCE, A. Faithfulness and reduplicative identity. Rutgers: Rutgers University, 1995.

MATEUS, M. H. M. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MOURA, H. *Relações paradigmáticas e sintagmáticas na interpretação de metáforas*. Linguagem em (Dis)curso – LemD, Santa Catarina, Editora da UFSC, 2007, v. 7, n. 3, p. 417-452, set./dez.

NAME, M. C. L. *Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2002.

NASCENTES, A. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

NASCIMENTO, M. J. R. do. *Repensando as vogais temáticas nominais a partir da gramática das construções*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2006.

NEVES, M. A. G. das. *Aspectos cognitivos na constituição da ironia*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2006.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

NIETZSCHE, F. Da retórica. Tradução: Tito Cardoso Cunha. In *Cadernos de Tradução da USP*, n. 4. São Paulo: EdUSP, 1999.

PANTHER, K.U. & THORNBURG, L. L. Introduction: On the nature of conceptual metonymy. In Panther, K.-U. & Thornburg, L. L. *Metonymy and pragmatic inferecing*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, p. 1-20, 2003.

PEIRSMAN, Y. & GEERAERTS, D. Metonymy as a prototypical category. In *Cognitive Linguistics*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006, volume 17-3, p. 269-316.

PEREIRA, M. A. B. *Gênero e número em português: estudo das relações forma-sentido na gramática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1987.

PINTO, F. M. *Peregrinação - Cap. 97 - Do que vimos depois que saímos de uma cidade a que chamavam Funquinilau*, <http://carreiradaindia.net/page/2/?s=atam>.

PINHEIRO, D. *A ordem VS como construção gramatical*. In FERRARI, L. Espaços mentais e construções gramaticais: do uso linguístico à tecnologia. Rio de Janeiro: Inprinta, 2009.

PINTO, J. P. Pragmática. In MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à lingüística: domínios e fronteiras, v. 2. São Paulo: Cortez, 2000.

PRINCE, A. & SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. Rutgers University / University of Colorado: New Brunswick, 1993.

PUSTEJOVSKY, J. *The generative lexicon*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

REDDY, M. The conduit metaphor – a case of frame conflict in our language about language. In Ortony, A. *Metaphor and thought*, p. 164-201, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RIBEIRO, M. P. *Nova gramática aplicada da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Metáfora, 2004, p. 351.

*Revista Lusitana*, [http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28\\_pag\\_245.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/28/lusitana28_pag_245.pdf).

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994 [1972; 1975].

ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

ROSA, F. V. de J. S. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. Livraria Civilização Editora, 1993.

ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Formação de nomes aumentativos: estudo da produtividade de alguns sufixos portugueses*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 1983.

ROSCH, E. On the internal structure of perceptual and semantic categories. In MOORE, T. (Ed.) *Cognitive development and the acquisition of language*. New York: Academic Press, 1973.

SAID ALI, M. de. *Gramática elementar da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SALOMÃO, M. M. *Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem*. Juiz de Fora, Veredas, DEUFJF, v.1, n 1, jul/dez, 1997.

SANDMANN, A. J. *Competência lexical*. Curitiba: Ed. UFPR, 1991.

\_\_\_\_\_. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1993.

\_\_\_\_\_. *Formação de palavras em português*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. 20 ed. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1997 [1916].

SILVA, A. de M. *Grande dicionário da língua portuguesa*. 10 ed. Lisboa: Editorial [Porto Editora] Confluência, 1949-1959 [1789].

SILVA, A. P. A. *Repensando a descrição do gênero em português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UERJ, 2004.

SILVA, Pe. F. A. da. *Vocabulário Madeirense*, 1950, [http://www.nesos.net/imgdocs/nesos\\_publicar/ebooks/vocabulario/vocabulario.pdf](http://www.nesos.net/imgdocs/nesos_publicar/ebooks/vocabulario/vocabulario.pdf)

SILVEIRA, C. M. G. F. *Cruzamento vocabular em português: acaso ou processo?* Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, UFRJ, 2002.

SIMÕES, A. *Dicionário de expressões populares*. Lisboa: Edições D. Quixote, 1993.

*Sites sobre o verbo “botar”:*

- *Botar a Burra* - Agrupamento de Escolas Padre Joaquim Flores EB1 da Feira e EB1 da Marinhão – Moreira de Rei. Ano lectivo 2006/2007. Moreira do Rei. [http://www.eb23-revelhe.rcts.pt/projecto\\_a\\_b\\_files/moreira\\_marinhao/moreira\\_botar\\_burra.pdf](http://www.eb23-revelhe.rcts.pt/projecto_a_b_files/moreira_marinhao/moreira_botar_burra.pdf).
- *Botar cá licença* - *Expressões Populares do Alto Alentejo*. In Revista Lusitana, <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana.pdf>.
- *Botar faladura depois de almoço, é o que dá*, <http://almapanada.blogs.sapo.pt/10284.html>.
- *BOUTER* (terminologia específica ligada aos castelos), <http://.ac-orleans-tours.fr/crdp/fourgeres/pedago/mots.htm>.

SLINGERLAND E. G. Conceptual blending, somatic marking, and normativity: a case example from ancient Chinese. In *Cognitive Linguistics*, 16-3, 2005, p. 557-584.

SOARES DA SILVA, A. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.

\_\_\_\_\_. A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. In *Revista Portuguesa de Humanidades*. Braga, v. I, 1997, p. 59-101.

SOARES DA SILVA, A. & BATORÉO, H. J. Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações. *Colóquio de Gramática*, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 22-24/10/2008, no prelo.

SPENCER, A. *Morphological Theory*. Cambridge: Blackwell, 1991.

SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TALMY, L. *Towards a cognitive semantics*. Vol. 1: concept structuring systems. Cambridge: The MIT Press, 2000.

TEYSSER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TOMASELLO, M. *The cultural origins of human cognition*. Cambridge, Harvard University Press, 1999.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. São Paulo: Contexto, 2004.

TUGENDHAT, Ernst & WOLF, Ursula. *Propedêutica lógico-semântica*. Tradução: Fernando Augusto da Rocha Rodrigues. Petrópolis: Vozes, 1996.

VALENTE, A. C. M. M.; SILVA, C. C. C.; GONÇALVES, C. A. & ALMEIDA, M. L. L. “Enfoques sobre parassíntese em português: da tradição gramatical à lingüística cognitiva”. In *ReVEL*, vol. 7, n. 12, 2009. Disponível em: [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br).

VASCONCELLOS, J. L. de. *Contos Populares e Lendas*. Acta Universitatis Conimbrigensis, Vol. I, pág. 242, <http://foziberferradtij.no.sapo.pt/>.

VICENTE, G. *Auto do Purgatório*. Oficina tipográfica de Langhoff. Hamburgo, 1834, <http://books.google.pt/books>.

VILLALVA, A. Aspectos morfológicos da gramática do português. In MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

VIOTTI, E. C. A composicionalidade nas sentenças com o verbo *ter*. In MÜLLER, A. L., NEGRÃO, E. V. & FOLTRAN, M. J. (Org.) *Semântica formal*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 221-241.

*Vocabulário Barrosão*. In *Revista Lusitana*, <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/revistalusitana/20/lusitana20.html>.

*Vocabulário transmontano: palavras e expressões regionais recolhidas na aldeia de Moimenta, concelho de Vinhais*, <http://www.bragancanet.pt/cultura/vocabulario/>

WILLIAMS, E. Predication. *Linguistic Inquiry*, vol. 11, 1981, p. 203-238.

ZANOTTO, N. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

ZURRAPA (Azurara), F. G. de. *Cronica onde se dá fé das antigas e mui lógicas andanças da Sancta Reyna Dõa Izabela nossa senhor pelas Terras de Aguiar e dos graõs e vastos proveitos que de elas boue, devolidos à verdade* per Fernão Gomes de Zurrapa, <http://www.trasosmontes.com/eitofora/numero13/estoria.html>.



## OS AUTORES

ALDO OLIVEIRA BAPTISTA JÚNIOR é graduando em Letras (Português/Italiano) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

ANA CAROLINA MRAD DE MOURA VALENTE é graduanda em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é bolsista PIBIC/CNPq e integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português) e bolsista PIBIC/CNPq.

ANDRÉ LUIZ FARIA é mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutorando em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professor assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

BRUNA FERNANDA FERREIRA CANDIDO é graduanda em Letras (Português/Francês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

CAIO CESAR CASTRO DA SILVA é graduando em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português) e bolsista PIBIC/ CNPq.

CARLOS ALEXANDRE V. GONÇALVES é professor associado da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição

em que se doutorou pelo Programa de Pós-graduação em Linguística. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq desde 2000, realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Campinas (Unicamp). Atualmente, é coordenador do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

DANIELE MOURA PIZZORNO é mestranda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

DIOGO OLIVEIRA RAMIRES PINHEIRO é mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista de doutorado em Linguística pela mesma instituição. Atualmente, é membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português) e integrante do LINC (Grupo de Pesquisas em Linguística Cognitiva).

HANNA J. BATORÉO é doutora e professora da Universidade Aberta de Lisboa.

JANDERSON LEMOS DE SOUZA é mestre em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e bolsista de doutorado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professor substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP).

KATIA EMMERICK ANDRADE é mestre e doutoranda em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, integra o NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

MARGARIDA CASADINHO é doutoranda da Universidade Aberta de Lisboa.

MARIA LUCIA LEITÃO DE ALMEIDA é professora associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição em que se doutorou pelo Programa de Pós-graduação em Linguística. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq em diferentes ocasiões, realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Campinas (Unicamp).

Atualmente, é coordenadora do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

MAURO JOSÉ ROCHA DO NASCIMENTO é doutor e mestre em Língua Portuguesa pela da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e pesquisador do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

MATHEUS ODORISI MARQUES é graduado em Letras (Português/Francês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

MONICA ALVAREZ GOMES DAS NEVES é doutora e mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora titular da Universidade Estácio de Sá/SP e pesquisadora do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

NEIDE HIGINO DA SILVA é mestranda em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é professora da Prefeitura Municipal de Nilópolis e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

PATRÍCIA TELES ALVARO é doutora e mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e pesquisadora do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

RACHEL SOUZA ALVES VIEIRA é graduanda em Letras (Português/Francês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

ROSÂNGELA GOMES FERREIRA é bolsista de Mestrado em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

SANDRA PEREIRA BERNARDO é Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é Professora do Departamento de Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), do Departamento de Letras da PUC-Rio e pesquisadora associada ao NEMP.

VÍTOR DE MOURA VIVAS é mestrando em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e integrante do grupo de pesquisa NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).





## GOSTOU DO LIVRO?

acesse [www.publit.com.br](http://www.publit.com.br) e descubra ou encomende novos títulos de seu interesse.

## QUER PUBLICAR O SEU?

Conheça nossas soluções editoriais de publicação.  
Qualidade, Rapidez e Baixo custo.

**PUBL!T** SOLUÇÕES  
EDITORIAIS

Prazer em Publicar



Rua Miguel Lemos, 41 - salas: 605 e 412 - Copacabana - Rio de Janeiro | RJ

email: [editor@publit.com](mailto:editor@publit.com) | 21 2525 3936

